



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Ciências Sociais

Instituto de Ciências Sociais

Izabelle Fernanda Silveira Vieira

**Um condomínio chamado Brasil: trajetórias e percepções de uma camada
média urbana na cidade do Rio de Janeiro**

Rio de Janeiro

2019

Izabelle Fernanda Silveira Vieira

Um condomínio chamado Brasil: trajetórias e percepções de uma camada média urbana na cidade do Rio de Janeiro



Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora, ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientadora: Prof.^a Dra. Helena Maria Bomeny Garchet.

Rio de Janeiro

2019

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/CCS/A

V658 Vieira, Izabelle Fernanda Silveira.
Um condomínio chamado Brasil: trajetórias e percepções de uma camada média urbana na cidade do Rio de Janeiro / Izabelle Fernanda Silveira Vieira. – 2019.
180 f.

Orientadora: Helena Maria Bomeny Garchet.
Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Sociais.
Bibliografia.

1. Classe média – Jacarepaguá (Rio de Janeiro, RJ) – Teses. 2. Estratificação social – Teses. 3. Mobilidade social – Teses. I. Bomeny, Helena, 1948-. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Ciências Sociais. III. Título.

CDU 301.18(815.31)

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Izabelle Fernanda Silveira Vieira

Um condomínio chamado Brasil: trajetórias e percepções de uma camada média urbana na cidade do Rio de Janeiro

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora, ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Aprovada em 30 de abril de 2019.

Banca Examinadora:

Prof.^a Dra. Helena Maria Bomeny Garchet (Orientadora)

Instituto de Ciências Sociais – UERJ

Prof.^a Dra. Clarice Ehlers Peixoto

Instituto de Ciências Sociais – UERJ

Prof. Dr. Valter Sinder

Instituto de Ciências Sociais – UERJ

Prof.^a Dra. Maria Celi Scalon

Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ

Prof. Dr. João Marcelo Ehlert Maia

Fundação Getúlio Vargas – FGV

Rio de Janeiro

2019

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho à vovó Emília (*in memoriam*) com amor e gratidão.

AGRADECIMENTOS

O primeiro agradecimento dispenso à minha orientadora Prof.^a Helena Maria Bomeny Garchet, pela confiança e dedicação empenhadas desde nosso primeiro contato, ainda nos meus tempos de mestrado. Além de seu brilhante apoio acadêmico, seus constantes incentivos – sempre carregados de afeto – foram decisivos nessa trajetória.

Também agradeço ao meu supervisor em Portugal, Prof. Antônio Firmino da Costa por ter me recebido tão gentilmente no período do doutorado sanduiche realizado no Centro de Investigação e Estudos em Sociologia do Instituto Universitário de Lisboa (CIES-IUL). O aprendizado em nossas conversas, seminário e aulas foi fundamental para a concepção deste trabalho e para minha evolução pessoal. Também agradeço a toda equipe do CIES-IUL pela receptividade e prontidão em colaborar com meus estudos e com as questões administrativas decorrentes dele.

Agradeço à banca de defesa de tese composta pelos professores Maria Celi Scalon, Valter Sinder, Clarice Ehlers Peixoto, João Marcelo Ehlert Maia e pela orientadora Helena Maria Bomeny Garchet. Estes três últimos também participaram da banca de qualificação de tese, provendo preciosas considerações.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001. Meu agradecimento à CAPES, instituição que presta um papel social tão importante para o fomento da ciência no Brasil.

À equipe do PPCIS, especialmente ao Wagner, pela presteza e constante colaboração. Aos meus professores e colegas com quem tanto aprendi. Ao grupo de amigos carinhosamente apelidados de “nudes” (núcleo universitário de estudos sociais).

Aos entrevistados que se disponibilizam a participar desta pesquisa.

Ao amigo Leonardo Rauta Martins, que desde o mestrado divide comigo as felicidades e agruras da vida acadêmica. A todos os meus amigos, pelo carinho e pela paciência com minhas ausências nesses anos de doutorado.

Ao meu amado companheiro e grande incentivador José Mauro Nunes. À minha filha Isadora Vieira e à minha irmã Rafaella. À toda a minha família, em especial, à tia Regina, Lúcia e Ludmila – mulheres maravilhosas e inspiradoras que me apoiaram irrestritamente

durante toda a minha caminhada. Também à (minha) família afetiva Oliveira Farias, que me é um exemplo de afeto e retidão.

Ao pequeno Pepe, eterno bebê, sempre ao meu lado ao longo dos dias e das inúmeras noites que passei escrevendo.

A todos, o meu muito obrigado!

RESUMO

VIEIRA. Izabelle Fernanda Silveira. *Um condomínio chamado Brasil: trajetórias e percepções de uma camada média urbana na cidade do Rio de Janeiro*. 2019. 180 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

Este trabalho investigou uma camada média urbana, moradora do bairro Pechincha, em Jacarepaguá, buscando compreender seus processos de mobilidade social e os efeitos da recente crise em suas condições de vida e em suas representações sobre posição social. Para tal, foi realizada uma pesquisa qualitativa, composta por observação participante e entrevistas individuais em profundidade com 28 pessoas moradoras de um condomínio típico do bairro. Como resultado, verificou-se que as trajetórias dessas pessoas têm relação com o movimento de ascensão social observado no país nos anos 2000. A própria vinda para o bairro e para o condomínio foi reflexo de sua mobilidade ascendente, ocorrida na década anterior. Os participantes da pesquisa se auto-identificam como pertencentes a um estrato intermediário na estrutura social, muitas vezes nomeado como “classe média” e termos afins. Como elementos de pertencimento são acionados o acesso a alguns tipos de bens de consumo e lazer, como o imóvel próprio e a frequência (cada vez mais esparsa) a cinemas e restaurantes. Outro importante fator de pertencimento é a possibilidade de pagar por serviços privados de saúde e, principalmente, educação de ensino fundamental e médio para seus filhos. Como características da experiência de pertencer a uma camada média, ressalta-se a percepção de vulnerabilidade, a proximidade simbólica com as camadas mais baixas e a grande importância atribuída à esfera do trabalho, enquanto única forma de garantir seus padrões de vida e a manutenção de sua posição social. No atual contexto de crise que acometeu o Brasil a partir dos anos 2014 esses sujeitos revelaram uma profunda insegurança quanto à possibilidade de se manterem nesta camada intermediária. Seu esforço consiste em distanciar-se física e simbolicamente dos segmentos mais empobrecidos e também no investimento na educação dos filhos, que agora são os donatários de seu processo de mobilidade ascendente interrompido.

Palavras-chave: Camada média. Estratificação social. Mobilidade social.

ABSTRACT

VIEIRA. Izabelle Fernanda Silveira. *A condominium called Brazil: trajectories and perceptions of an urban middle class in the city of Rio de Janeiro*. 2019. 180 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

This work investigated an urban middle class, resident of the Pechincha neighborhood, in Jacarepaguá, seeking to understand their processes of social mobility and the effects of the recent crisis on their living conditions and their own representations on social position. For that, a qualitative research was carried out, composed by participant observation and individual in-depth interviews with 28 people living in a typical neighborhood condominium. As a result, it has been that the trajectories of these people are related to the movement of social ascension observed in the country in the 2000s. their coming to the neighborhood and to the condominium is a reflection of their upward mobility, which occurred in the previous decade. Participants in the research identify themselves as belonging to an intermediate stratum in the social structure, often termed "middle class" and related terms. As elements of belonging are triggered access to some types of consumer and leisure goods, such as own property and frequency (increasingly sparse) to cinemas and restaurants. Another important factor of belonging is the possibility of paying for private health services and, especially, primary and secondary education for their children. As a characteristic of the experience of belonging to a middle class, the perception of vulnerability, the symbolic proximity to the lower layers, and great importance attributed to the sphere of work, stand out as the only way to guarantee their living standards and the maintenance of their social standing. In the current context of crisis, which has affected Brazil since the 2014's for now, these subjects reveal a profound insecurity about the possibility of remaining in this intermediate layer. Their effort consists in distancing themselves physically and symbolically from the most impoverished segments and also in investing in the education of their children, who are now the donators of their process of upward mobility.

Keywords: Middle class. Social stratification. Social mobility.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Imagem 1 -	Igreja do Loreto.....	58
Figura 1 -	Condomínio Mirante Campestre.....	61
Figura 2 -	Mapa dos limites do bairro.....	61
Figura 3 -	Mapa do “Sertão Carioca”, desenhado por Magalhães Correia.....	64
Figura 4 -	Áreas de planejamento do município do Rio de Janeiro.....	66
Figura 5 -	Divisões administrativas do município do Rio de Janeiro.....	66
Tabela 1-	Cidade do Rio de Janeiro: população total e em favelas por áreas de planejamento em 2000.....	68
Tabela 2 -	População residente e taxas médias geométricas anuais de crescimento populacional segundo bairros em áreas de expansão dos municípios do Rio de Janeiro e Niterói.....	71
Tabela 3 -	Evolução da participação das áreas de planejamento do município do Rio de Janeiro no total do aumento populacional nos períodos 1980 a 2000.....	72
Figura 6 -	Ruas mais caras do bairro Pechincha.....	76
Figura 7 -	Preços por regiões da cidade.....	76
Figura 8 -	Preços da região da Barra da Tijuca e Baixada de Jacarepaguá.....	77
Figura 9 -	Imagem aérea do Residencial Brasil.....	81
Imagem 2 -	Planta de um dos apartamentos.....	82

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 -	Entrevistados por faixa de idade.....	28
Gráfico 2 -	Entrevistados por estado civil.....	28
Gráfico 3 -	Entrevistados por religião.....	29
Gráfico 4 -	Índice de <i>Gini</i> das regiões de planejamento, 2010.....	70
Gráfico 5 -	Entrevistados por escolaridade.....	115
Gráfico 6 -	Entrevistados por tipo de instituição de ensino superior.....	120

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 -	Os entrevistados.....	26
Quadro 2 -	Processo de consolidação da ocupação urbana do município do Rio de Janeiro 1991 a 2000.....	67
Quadro 3 -	Subdivisões administrativas da Área de Planejamento 4.....	72
Quadro 4 -	Relação dos entrevistados por idade, sexo e informações escolares.....	107
Quadro 5 -	Relação entre renda, escolaridade e profissão dentre os entrevistados com até o ensino médio.....	112
Quadro 6 -	Relação entre renda, escolaridade e profissão dentre os entrevistados com até o ensino superior.....	112
Quadro 7 -	Relação entre renda, escolaridade e profissão dentre os entrevistados que ingressaram na pós-graduação.....	113

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Ademi-RJ	Associação de Dirigentes de Empresas do Mercado Imobiliário do Rio de Janeiro
AP	Áreas de Planejamento
BNH	Banco Nacional de Habitação
BRT	Bus Rapid Transit
CEFET/RJ	Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CSN	Companhia Siderúrgica Nacional
FNM	Fábrica Nacional de Motores
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFF	Índice de Felicidade Futura
IPP	Instituto Pereira Passos
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano
LCD	<i>Liquid Crystal Display</i>
ONG	Organização não governamental
PAN	Jogos Pan-Americanos
PIB	Produto Interno Bruto
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
POF	Pesquisa de Orçamentos Familiares
PT	Partido dos Trabalhadores
RA	Regiões Administrativas
RP	Regiões de Planejamento
SMU	Secretaria Municipal de Urbanismo

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	15
1	A CONSTRUÇÃO DA PESQUISA	17
1.1	O bairro enquanto <i>locus</i> de análise	17
1.2	Notas metodológicas	19
1.3	Notas de campo	21
1.4	Os sujeitos da pesquisa	25
2	CLASSES MÉDIAS: DOS PAIS FUNDADORES DO CONCEITO DE CLASSE ÀS ESPECIFICIDADES DO CASO BRASILEIRO	31
2.1	Considerações iniciais sobre classes sociais	31
2.2	O Conceito de classes sociais em Marx e a problemática das classes médias no pensamento neomarxista de Erik Olin Wright	32
2.3	A centralidade do poder econômico na teoria de classes em Weber e a análise da classe média norte americana de Wright Mills	34
2.4	Bourdieu e a renovação dos modelos de estratificação social	37
2.5	Classes médias no Brasil	41
2.6	Transformações estruturais na classe média brasileira	43
2.7	Recentes mudanças no Brasil dos anos 2000: estivemos diante de uma “nova classe média”?	45
2.8	De que falamos: classe, grupos de status ou camada social?	52
3	A BAIXADA DE JACAREPAGUÁ E O BAIRRO PECHINCHA	56
3.1	Considerações iniciais sobre a região e o bairro	56
3.2	História de Jacarepaguá	57
3.3	O bairro Pechincha	59
3.4	A importância das vias de acesso para o povoamento de Jacarepaguá	62
3.5	Jacarepaguá: o <i>Sertão Carioca</i> de Magalhães Correia	63
3.6	Para entender <i>Jacarepaguá</i>: a divisão institucional da cidade do Rio de Janeiro	65
3.7	Períodos de urbanização das Áreas de Planejamento (APs)	67

3.8	Áreas de Planejamento e classes socioeconômicas	67
3.9	Rendimento médio domiciliar <i>per capita</i>	68
3.10	Desigualdade intra-municipal	69
3.11	Migrações intra-municipais: áreas de expansão	70
3.12	Do <i>macro</i> ao <i>meso</i>: algumas considerações sobre a baixada de Jacarepaguá	72
3.13	Urbanização e povoamento da Barra da Tijuca e da baixada de Jacarepaguá	73
3.14	Preços do metro² no bairro Pechincha	74
3.15	Morar em condomínios: auto-segregação socioespacial	77
3.16	O Residencial Brasil	80
4	PERCEPÇÕES ACERCA DO BAIRRO: PRIMEIROS EXCERTOS DA PESQUISA EMPÍRICA	83
4.1	Divagações sobre Jacarepaguá	83
4.2	Uma “cidade do interior” cravada no centro urbano: familiaridade, comodidade e segurança	84
4.3	A vinda para o bairro: relações afetivas, mobilidade urbana e distanciamento de favelas	88
4.4	Bairro de <i>classe média</i>: uma dimensão relacional	90
4.5	Mudanças no bairro: a verticalização e seus efeitos	92
4.6	Sujeitos e objetos da mudança: a vinda para o bairro como expressão da ascensão social	94
4.7	Reflexões acerca do espaço e suas representações	96
5	PERCEPÇÕES ACERCA DA POSIÇÃO SOCIAL: PESSOAS, TRAJETÓRIAS E OPINIÕES	105
5.1	Os sujeitos da pesquisa	105
5.1.1	<u>Perfis escolares e outras questões</u>	105
5.1.2	<u>A educação em escolas privadas como forma de ascensão ou manutenção da posição social</u>	109
5.1.3	<u>As desmotivações daqueles que não ingressaram ou não concluíram o ensino superior</u>	114
5.1.4	<u>Famílias pobres e o <i>ethos</i> do trabalho</u>	117
5.1.5	<u>O apoio das famílias como fator para a conclusão do ensino superior</u>	118

5.1.6	<u>O ensino superior privado como única possibilidade</u>	119
5.1.7	<u>O que se pode dizer sobre o grupo</u>	122
5.2	Da ascensão à crise	123
5.2.1	<u>Um Brasil em dois momentos</u>	123
5.2.2	<u>Dos tempos de bonança à crítica ao governo e o anseio por mudança política</u>	126
5.2.3	<u>Um castelo construído sobre base de gelo: efeitos da crise</u>	129
5.3	Estratificação social segundo os entrevistados: um Brasil dividido em três	133
5.3.1	<u>Camadas altas</u>	134
5.3.2	<u>Camadas baixas</u>	135
5.3.3	<u>Camadas intermediárias</u>	138
5.3.4	<u>O que se pode dizer da estratificação social que fazem os entrevistados</u> ..	139
5.4	Percepção da posição social	141
5.4.1	<u>Auto-identificação de posição social: os elementos e as experiências de pertencimento</u>	141
5.4.2	<u>Capital cultural e posição social: uma relação internalizada</u>	145
5.4.3	<u>As possibilidades de consumo enquanto parâmetros de posição social</u>	147
5.4.4	<u>A educação como valor</u>	149
5.4.5	<u>Uma gangorra nada divertida: a instabilidade desta camada média</u>	151
5.4.6	<u>Uma camada média dependente do trabalho</u>	154
5.4.7	<u>O que se pode inferir sobre a percepção de posição social desta camada média</u>	156
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	161
	REFERÊNCIAS	170
	APÊNDICE A – Roteiro das entrevistas individuais	179

INTRODUÇÃO

O presente trabalho resulta de um interesse cultivado desde o Mestrado no estudo dos indivíduos que ascenderam econômica e socialmente no Brasil da segunda metade dos anos 2000, fenômeno que ficou popularmente conhecido como “nova classe média”. Até o início do doutorado, em 2015, a proposta era investigar os impactos da ascensão destes segmentos populares na classe média tradicional, que se via, desde então, obrigada a dividir espaços físicos e simbólicos que outrora lhes eram exclusivos – como o emblemático caso dos aeroportos que, na visão de alguns, repentinamente “viraram rodoviárias”. Ocorre que, neste mesmo ano, o país foi acometido por uma grave recessão e uma dramática crise político-institucional, que abalou não somente a confiança das pessoas, como suas reais condições de vida.

Neste contexto de mudança e incerteza a pesquisa foi ganhando novos contornos. Parecia não fazer mais sentido investigar os impactos dessa ascensão, visto que a crise que se instalava impactou de forma negativa praticamente todas as camadas sociais e, em especial, os segmentos populares que se beneficiaram da bonança econômica. Não obstante, os críticos ao conceito de “nova classe média” preconizavam que tal segmento não poderia ser caracterizado nem enquanto *classe* e muito menos *média*, pois não teria as condições estruturais para se manter nesta posição social numa eventual mudança de cenário econômico. Assim, o interesse acadêmico se voltou para a análise dos impactos desta nova conjuntura nas camadas médias da população.

Cabia então definir a partir de quais critérios identificar os sujeitos a serem pesquisados. A maior dificuldade consistia no fato de que seria praticamente impossível na sociedade contemporânea falar em uma classe social no sentido tradicionalmente atribuído ao termo, ou seja, enquanto um grupo homogêneo e com nítida consciência de si. Seria mais factível tratar de posições estruturais, mesmo adotando fatores objetivos como renda, escolaridade e postos de trabalho – critérios comumente acionados quando se estudam classes sociais. Foi então que a categoria *bairro* surgiu como possibilidade analítica, posto que o espaço físico reifica as estruturas do espaço social, dentre elas, as divisões de classe. Era preciso definir que bairro seria objeto de estudo e de que forma fazê-lo. Se o caso fosse estudar especificamente sujeitos da chamada “nova classe média”, uma opção razoável seria estudar bairros populares e periféricos, entretanto, o novo interesse era justamente verificar processos de mobilidade das camadas médias num sentido mais amplo. Logo, fazia mais

sentido buscar regiões que se expandiram recentemente no intuito de abrigar famílias de camadas médias. Assim, chegamos ao bairro do Pechincha, em Jacarepaguá. Como *locus* mais específico, foi escolhido um condomínio dentre os muitos que caracterizam o bairro – sobre o qual foi empreendido um estudo prévio para verificar se o mesmo se adequava aos interesses de pesquisa. Neste espaço foram realizadas as entrevistas que compõem a parte empírica da Tese.

O objetivo do trabalho foi verificar se os moradores deste condomínio típico do bairro vivenciaram algum tipo de processo de mobilidade social ascendente entre os anos de 2000-2013; se no atual momento, em meados de 2014, sentiram os efeitos da crise e, em caso positivo, de que forma. Buscou-se compreender como estes sujeitos se auto-identificavam no que diz respeito à estrutura social, quais elementos eram acionados como símbolos de pertencimento e o que caracterizava esta experiência.

Este estudo busca fornecer indicativos que permitam avançar na compreensão do atual contexto das camadas médias urbanas, suas percepções e estratégias de mobilidade social e distinção.

O capítulo 1 – “A construção da pesquisa” especifica a escolha da categoria *bairro* como meio de chegar à camada média que foi objeto deste estudo, bem como, apresenta os objetivos da investigação, os métodos utilizados e os sujeitos da pesquisa. O capítulo 2 – “Classes médias: dos pais fundadores do conceito de classe às especificidades do caso brasileiro” apresenta um debate sobre classes sociais e justifica a adoção, neste trabalho, do conceito de *camada média*, em detrimento do conceito de *classe média*. O capítulo 3 – “A baixada de Jacarepaguá e o bairro Pechincha” incorpora a pesquisa que permitiu selecionar este bairro como *locus* de análise, identificando sua origem e características. O capítulo 4 – “Percepções acerca do bairro: primeiros excertos da pesquisa empírica” mostra como as pessoas percebem a vida no bairro e as mudanças ocorridas nele ao longo dos últimos anos, bem como, a relação entre estes fatores e os processos de mobilidade social dos sujeitos da pesquisa. Por fim, o capítulo 5 – “Percepções acerca da posição social: pessoas, trajetórias e opiniões” trata da auto-identificação de posição social desses sujeitos, suas formulações a respeito da estratificação social no país e dos processos vivenciados por eles nas últimas décadas.

1 A CONSTRUÇÃO DA PESQUISA

1.1 O bairro enquanto *locus* de análise

O cenário econômico e social brasileiro entre os anos 2000 a 2013 e sua recente alteração com início em 2013 e agravamento no ano de 2014 tornam o atual momento ideal para o estudo da configuração social brasileira, sobretudo no que diz respeito à “classe média”, alvo de intensos debates nos últimos anos. Sua conceituação e delimitação é algo difícil, sobretudo nas sociedades contemporâneas, pois: a) não se trata de um grupo estruturalmente bem definido (SOUZA & LAMOUNIER, 2010); b) são agrupamentos causais dentro da ordem econômica (WEBER, 1982); c) são posições contraditórias dentro das relações de classe (WRIGHT, 1985); d) não são apriorísticas e sim relacionais (BOURDIEU, 1987); entre outras proposições. Admitindo estes pressupostos, estudar um grupo a partir do espaço físico se configura como uma interessante estratégia analítica, haja vista que as estruturas do espaço social (inclusive as divisões de classe) se traduzem e ganham materialidade no espaço físico.

Conforme Pierre Bourdieu (1997), em uma sociedade hierarquizada não há espaço que não seja hierarquizado e que não exprima as distâncias sociais. De acordo com o autor, o espaço habitado funciona como uma espécie de simbolização espontânea do espaço social. Desta forma, a posição de um agente no espaço social se exprime no lugar do espaço físico em que está situado.

Segundo Lefebvre (2006, p. 50), o espaço é um elemento ontológico de mesma importância do capital e do trabalho. Na hierarquia dos espaços ocupados as classes sociais se investem e se travestem. Conforme o autor, o espaço produzido, serve de instrumento ao pensamento e à ação. Assim, ele é simultaneamente um meio de produção e de controle, ou seja, um meio de dominação e poder – ainda que escape, parcialmente, aos que dele se servem. Dito de outra maneira: o espaço social “sustenta a reprodução das relações de produção e propriedade (propriedade do solo e do espaço, hierarquização dos lugares, organização das redes em função do capitalismo, estruturas de classe, exigências práticas)” (LEFEBVRE, 2006, p. 473).

Em sua pesquisa por mais de duas décadas sobre o bairro da Alfama, em Lisboa, Antônio Firmino da Costa denominou as dinâmicas sociais e a identidade cultural locais como “sociedade de bairro”. Costa (2008, p. 484) usa a terminologia para designar um tipo

específico de configuração social, onde a categoria *bairro* aparece não somente como unidade territorial urbana, mas também como quadro social denso e multifacetado e como categoria simbólica de referência social identitária.

Conceitos como o de “sociedade de bairro” (COSTA, 2008), “sociedade de esquina” (WHYTE, 2005) e “sociedade de corte” (ELIAS, 1987) buscaram dar conta de configurações sociais específicas e mecanismos particulares de estruturação cultural e identitária, além de analisar suas articulações com um quadro local específico, no qual se sobrepõem múltiplas dimensões do relacionamento humano e onde são gerados estilos de conduta característicos e formas simbólicas singulares – relações simultaneamente expressivas e constitutivas de uma identidade cultural atrelada à população de um bairro enquanto entidade coletiva e círculo de pertencimento pessoal e grupal (COSTA, 2008, p. 484).

Antônio Firmino da Costa (2008) ressalta a relevância persistente, ou mesmo renovada, das vizinhanças e das identidades locais nas sociedades contemporâneas, sobretudo em seus contextos urbanos. A pesquisa de campo empreendida pelo autor acerca da sociedade de bairro alfamista reafirma a importância dos contextos locais para a compreensão de aspectos sociais profundos das sociedades.

Outra importante contribuição aos estudos locais foi dada por Gilberto Velho. Em fins dos anos 1970, Velho publicou *A utopia urbana*, estudo de antropologia social que tinha por objetivo estabelecer relação entre estratificação social, residência e ideologia, tendo como objeto de análise os moradores de um edifício de apartamentos conjugados em Copacabana. O autor observou que as categorias zona sul, centro, zona norte e subúrbio, tinham um forte conteúdo ideológico e subjetivo, formando um mapa social onde as pessoas se definiam pelo lugar onde moravam. Uma das conclusões de Velho (1989) é de que o mapa social da cidade é uma representação ideológica da divisão de classes, ou seja, numa sociedade hierarquizada como a brasileira, o local de moradia acaba por ocupar o lugar das divisões de classe e grupos sociais.

Com a inspiração nos estudos de Antônio Firmino da Costa acerca das dinâmicas culturais do bairro da Alfama em Lisboa, e mais especificamente, de maneira análoga ao feito por Gilberto Velho em investigar a classe média do bairro de Copacabana a partir dos habitantes de um de seus edifícios, esta pesquisa elegeu como foco de análise moradores de um condomínio no bairro Pechincha, na região de Jacarepaguá, buscando identificar suas percepções a respeito da posição social que ocupam. A escolha da região geográfica deveu-se, entre outras coisas, ao fato de que toda a baixada de Jacarepaguá foi concebida para abrigar

uma classe média e, em especial o bairro Pechincha, tem uma vocação prioritariamente residencial. Não obstante, o bairro experimentou mudanças urbanísticas e grande adensamento populacional a partir dos anos 2000.

Nos tempos de bonança, a cidade do Rio de Janeiro foi expoente do clima de otimismo que dominava o Brasil nos anos 2000-2010. A escolha da cidade para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016 dinamizaram a economia local. A região da Barra da Tijuca, que abrigaria a maior parte dos jogos, recebeu grande investimento governamental e privado desde sua aprovação como sede dos jogos. No bojo dos investimentos na Barra da Tijuca, os bairros da baixada de Jacarepaguá também vivenciaram mudanças urbanísticas e apresentaram grande crescimento populacional.

A região da Barra da Tijuca foi planejada nos anos 1970 como área de expansão da cidade, destinada a abrigar as classes alta e média-alta da população carioca, que já não mais encontravam espaço físico disponível na zona sul. Próxima à Barra da Tijuca fica a baixada de Jacarepaguá. Também planejada no mesmo período pelo governo e pela iniciativa privada, mas para abrigar uma classe média-média, a baixada de Jacarepaguá teve um boom populacional nos anos 2000-2010. Embora estejam disponíveis dados quantitativos e estudos sobre a urbanização da baixada de Jacarepaguá, a região parece não ter despertado o interesse de cientistas sociais, haja vista a carência de estudos qualitativos a seu respeito. O momento presente parece ser propício para estudos sobre a região, uma vez que sua concepção inicial como “bairro de classe média” e seu posterior crescimento tendem a expressar o macro cenário brasileiro, além de ter o potencial de apontar os efeitos da crise econômica brasileira, trazendo interessantes contribuições sobre o tema da estratificação social na cidade do Rio de Janeiro.

1.2 Notas metodológicas

O objetivo desta pesquisa era compreender como uma camada média urbana tem vivenciado o contexto brasileiro recente, sua auto-identificação na estrutura social, suas estratégias de distinção e processos de mobilidade. Como questões, buscou-se responder:

- (a) Esta camada média vivenciou algum tipo de processo de mobilidade social em meados dos anos 2000? Em caso positivo, teria sido uma mobilidade ascendente e por quê?
- (b) Como percebem a estratificação social no Brasil e a que posição social se se sentem pertencentes?
- (c) Eles se auto-identificam como “classe média” ou alguma outra categoria?

Que elementos acionam para definir sua posição na estrutura social? (d) Como caracterizam sua experiência nesta posição social? (e) O atual momento de crise econômica afetou esta camada média de alguma forma? (f) Quais são suas estratégias de manutenção de posição social (ou até mesmo ascensão, se houver)?

Este estudo contou com uma revisão bibliográfica, um levantamento de dados acerca do bairro onde foi realizado, e pesquisa empírica com moradores de um de seus condomínios.

A escolha por realizar o estudo em um bairro específico foi justificada anteriormente: em resumo, o espaço físico traduz as estruturas do espaço social. O bairro Pechincha, em Jacarepaguá foi o local escolhido em detrimento do fato de ter sido planejado para abrigar camadas médias da população do Rio de Janeiro e cujos valores imobiliários atualmente se encontram na média dos valores praticados na cidade, além de ter experimentado grande crescimento populacional justamente no período em que o Brasil vivenciava sua época mais recente de bonança econômica – ao ponto de alguns autores preconizarem o surgimento de uma nova classe média, proveniente dos estratos mais baixos da camada social.

Optou-se por realizar a pesquisa empírica com moradores de um condomínio. Tal opção metodológica se deve ao fato de que este tipo de moradia tem se tornado característica do bairro, sobretudo após os anos 2000. Conforme Raposo (2008, p. 110), os chamados condomínios fechados estão associados ao fenômeno da globalização, aos processos de reestruturação econômica, à uma nova estrutura social e à uma nova relação entre classes e grupos sociais. Eles refletem mudanças culturais e a emergência de novos estilos de vida, além de serem signos do avanço da mercantilização e da racionalização da vida social, constituindo uma das múltiplas paisagens que compõem as, cada vez mais fragmentadas, metrópoles urbanas.

O condomínio selecionado – Residencial Brasil¹ – está localizado em uma das ruas mais valorizadas do bairro e sua inauguração (em 2005) coincide com o período de ascensão econômica e social de um grande contingente de brasileiros.

A pesquisa empírica inicialmente pretendia entrevistar um mínimo de 10% dos moradores do condomínio em questão, o que correspondia a 25 entrevistas. No entanto, foram realizadas 28 entrevistas, com moradores de 23 apartamentos. O número de entrevistados não foi maior devido ao critério de *saturação teórica*, ou seja, “a interação entre o campo de pesquisa e o investigador não mais fornece elementos para balizar ou aprofundar a teorização”

¹ Nome fictício. Os nomes dos participantes da pesquisa também foram trocados.

(FONTANELLA, 2011, p. 388). Em outras palavras, as respostas já se repetiam com frequência.

Os moradores entrevistados foram selecionados aleatoriamente (seleção não-probabilística ou intencional), mediante um contato inicial realizado nas dependências do condomínio, onde alguns se disponibilizaram a participar e, posteriormente foram agendadas e realizadas as entrevistas – quase a totalidade delas aconteceu no apartamento dos entrevistados.

Como método de coleta de dados, foi realizada observação participante no bairro e foram realizadas entrevistas individuais em profundidade sobre histórias de vida e sobre temas como o bairro onde moram e auto-identificação de sua posição social. Tal técnica se constitui como uma ferramenta valiosa, pois está na interface entre vida individual e contexto social:

Através da história de vida pode-se captar o que acontece na intersecção do individual com o social, assim como permite que elementos do presente fundam-se a evocações passadas. Podemos assim dizer, que a vida olhada de forma retrospectiva faculta uma visão total de seu conjunto, e que é o tempo presente que torna possível uma compreensão mais aprofundada do momento passado (PAULILO, 1999, p. 141-141).

Independente da fantasia e idealização que costumam permear narrativas quando elas envolvem lembranças, memórias e recordações, o que interessa é a narrativa do entrevistado, ou seja, a maneira como ele reconstrói sua trajetória e o modo como ele pretende que sua vida seja narrada.

A seguir serão apresentadas notas sobre o campo da pesquisa empírica e, posteriormente, os sujeitos entrevistados. No capítulo seguinte, será exposta a investigação que veio a justificar a escolha do bairro Pechincha e do Residencial Brasil.

1.3 Notas de campo

Durante três meses, no ano de 2017, busquei entrevistados no condomínio. Entre tentativas frustradas e alguns sucessos, as entrevistas iam se realizando. Mesmo morando no local há pelo menos seis anos, conhecia apenas duas de minhas vizinhas de corredor – parco capital social que também converti em entrevistas. Para conseguir participantes de minha pesquisa, eu ficava na portaria do condomínio nos dias úteis, por volta de 18:30 a 20:30, pois julgava ser o período de maior tráfego de moradores devido à volta pra casa no fim do

expediente e do horário escolar. Mas ao fim, o fluxo de veículos portaria adentro costumava ser maior que o de pessoas. Seus vidros fechados impediam até mesmo o contato visual.

A portaria do condomínio era um tipo de *não-lugar*, ou seja, mais uma das inúmeras “instalações necessárias à circulação acelerada das pessoas e bens” conforme Marc Augé (2012, p. 36). Aquele era um espaço de trânsito que se opunha ao lugar de domicílio. Um local sem espaço identitário, histórico ou de relações. Depois de explicar minhas intenções aos porteiros, permanecia ali com caneta e caderno em mãos e, na facilidade dos bolsos, minha carteira universitária junto com algum documento de identidade para prontamente me apresentar aos mais desconfiados.

Diante da aparente pressa dos transeuntes naquele *não-lugar* que era a portaria do condomínio, eu tinha poucos segundos para os cumprimentar, me apresentar como estudante e moradora, dizer que estava fazendo uma pesquisa acadêmica e perguntar se podiam “me ajudar” com minha pesquisa – após as primeiras tentativas percebi que esta estratégia era a mais convincente. Em uma semana notei que os rostos se repetiam, pois a rotina trazia quase sempre os mesmos moradores naquele horário. Passei a realizar as abordagens pela manhã, por volta das sete ou oito horas e, quando os rostos começaram a ficar conhecidos, passei para o horário da tarde, mas não obtive muito sucesso, pois esse era o horário de menor trânsito de pessoas. Então, vagava pelo condomínio, tentando captar pessoas a sair de seus carros recém-estacionados na garagem, ou a passear com seus cães ou seus filhos pelas áreas comuns. Também buscava participantes na porta do pequeno cômodo onde funciona a administração do condomínio. As negativas eram constantes e as respostas mais comuns eram: “não sou morador/a”; “não tenho interesse”; “ah, desculpa”; “deixa pra outro dia” e até o clássico “vamos marcar”, seguido de um “me passa seu contato” e que nunca se convertia no toque do telefone ou do interfone de meu apartamento.

Quando algum contato surtia efeito, agendávamos a entrevista, conseguia um número de telefone ou apartamento para que pudesse marcar posteriormente. Mesmo diante deste aparente sucesso, muitas destas entrevistas nunca chegaram a acontecer. Números errados, interfones nunca atendidos, indisponibilidade de horário e moradores que (por diversos motivos) não compareciam, eram as razões mais comuns para que o contato inicial não se revertesse em entrevista. Numa destas ocasiões, cheguei ao apartamento conforme agendado pelo morador e fui recebida pela empregada doméstica. Depois de ligar para seu patrão, ela volta com a resposta de que, se eu quisesse, poderia entrevistá-la porque ela “praticamente morava ali”. Esta senhora me contou que trabalhava com ele há uns 40 anos e que foi sua

babá na infância. Mesmo sabendo que esta poderia ser uma entrevista bastante interessante, recusei a oferta, pois o critério de minha pesquisa previa como entrevistados os moradores (e não seus funcionários). Este fato me levou a questionar tal critério durante algum tempo, até perceber que a ampliação do universo dos entrevistados implicaria em um desenho de pesquisa totalmente diferente, com novas questões, novo roteiro de entrevistas e novo corpo teórico, o que em termos práticos significaria escrever outra tese.

Além daqueles que efetivamente viviam no condomínio, também me intrigavam os moradores que estavam se mudando e as razões que os levavam a buscar outra moradia. Entretanto, estas entrevistas eram quase improváveis porque só era possível identificar estes emigrantes do condomínio quando o caminhão de mudanças já estava na porta do bloco de apartamentos e, neste momento, a mudança já estava praticamente consumada. Desta forma, ou eles estavam impossibilitados pelo momento da arrumação da mudança no caminhão ou dificilmente eu teria a oportunidade de vê-los novamente. Isso se verificou nas tentativas que empreendi e onde fui tratada com impaciência ou até grosseria. Num momento de sorte enquanto buscava pessoas pra entrevistar, me deparei com um homem e duas mulheres a conversar na garagem de um dos prédios. Diante de minha abordagem, eles me contaram que iam se mudar do condomínio nos dias a seguir. Era um casal e a amiga de infância de um deles, os quais aparentavam ter entre 35 e 40 anos. Eles me contaram que iam todos morar na cidade de Vassouras, em busca de “uma vida melhor”. A amiga do casal era secretária executiva de uma empresa ligada ao segmento do esporte e havia sido demitida. O homem é design de interiores e dizia não encontrar oportunidades no Rio de Janeiro que justificassem viver aqui, pois a cidade é cara e violenta e então seria melhor morar em um lugar em que se ganhasse menos, mas também se gastasse menos e onde tivesse melhor qualidade de vida, ou seja, menos trânsito, mais sentimento de comunidade, e principalmente, “longe da violência”. A esposa do homem também havia sido demitida. Trabalhava em uma empresa prestadora de serviço para a Petrobrás e chegou a receber a “proposta absurda”, de continuar trabalhando, mas com um salário 50% mais baixo, o que ela não aceitou. Ela conclui que as organizações se aproveitam da crise para demitir e também para pagar menos. Muitas pessoas na empresa onde ela trabalhava aceitavam a redução, pois era isso ou o desemprego. O grupo se negou a ser entrevistado, alegando falta de tempo. Contentei-me com aqueles vinte minutos de conversa e desejei-lhes boa sorte e sucesso.

Meu interesse inicial era entrevistar as pessoas em suas casas, de forma a ter mais contato com seu modo de vida. Entretanto, isso nem sempre acontecia. Alguns preferiam ser

entrevistados no meu apartamento. Uma destas foi Flávia (42 anos, podóloga, ensino superior), que me abordou um dia no corredor dizendo que aguardava meu contato pra agendarmos a entrevista que eu lhe havia pedido no dia anterior. Por cordialidade, convidei-a para um café e perguntei se poderíamos realizar a entrevista naquele momento, ao que ela aceitou. Eu estava constrangida, pois a ocasião inesperada não me permitiu organizar minha sala devidamente. Entramos e fui pra cozinha preparar o café. Enquanto isso, ela me fazia perguntas pessoais e opinava sobre todo o entorno: desde a decoração até a vista da janela. Analisava minha sala, e dava sua opinião (um tanto crítica) sobre os móveis e a cor das paredes. Senti-me invadida, parecia que eu era a entrevistada – e o interesse dela não era acadêmico! Quanto à sua análise, possivelmente nunca saberei. Acho que temos isso em comum, ela também possivelmente não lerá meu trabalho. Isto me levou a questionar o alcance de minha pesquisa e se meus entrevistados se sentiam invadidos como me sentia naquele momento. Enquanto fumava, ela respondia rápida e direta, não se estendendo nas falas. Sua experiência de morar no exterior é tema recorrente em seu discurso. Ao sair, trocamos contato telefônico e ela se despediu com um abraço, dizendo ter me achado muito gentil e me convidando a visitá-la “um dia”. De fato, fui algumas vezes ao seu apartamento, mas nunca me senti à vontade em sua companhia. Suas maneiras, assuntos e a forma jocosa e maledicente como falava dos vizinhos me incomodavam bastante. Apesar de suas tentativas de estreitar laços comigo, acabei me afastando, o que depois de alguns meses rendeu certo mal-estar e um bloqueio do meu contato no WhatsApp dela.

O desconforto diante de alguns de meus entrevistados me acompanhou em outras ocasiões, como quando me questionavam ironicamente se eu era “do pessoal dos direitos humanos”, no momento em que eu tentava me aprofundar em alguns temas polêmicos levantados por eles mesmos, como o caso das favelas ou posições político-ideológicas. Noutras ocasiões me sentia completamente à vontade, como nos momentos em que julgava transcorrer uma conversa franca onde, sentada à mesa, percebia estar a casa toda aberta para minha curiosidade científica.

Revisitando meus diários de campo, percebo agora que muito do que transcorreu no clima político e social das eleições do ano de 2018 estava latente nas entrevistas de um ano atrás: a descrença nas instituições públicas, o desconforto com as pautas identitárias e a decepção com o governo petista são alguns destes elementos.

1.4 Os sujeitos da pesquisa

De início, cumpre salientar que, muitas questões podem ser levantadas a partir dos perfis dos entrevistados: as mudanças nas configurações familiares, com as chamadas “famílias reconstruídas” com filhos de outros casamentos ou famílias cada vez mais diminutas; questões relacionadas aos papéis de gênero, como a responsabilidade financeira e doméstica pela subsistência da unidade familiar; entre outras possibilidades, as quais, embora não sejam foco da pesquisa, tangenciam e se relacionam com a percepção de posição social e com o modo de vida das pessoas. Contudo, optou-se por discorrer sobre a auto-identificação de posição social, ou seja, como estes sujeitos se veem na estrutura social e o que caracteriza esta experiência. Com o objetivo de contextualizar os sujeitos, foram agrupadas características sociodemográficas com vistas a desenhar seus perfis individuais. O quadro a seguir traz as principais informações sobre os entrevistados.

Quadro 1 - Os entrevistados (continua)

Nome	Sexo	Idade	Estado civil	Religião	Ensino superior	Curso	Tipo de Instituição	Nome da instituição	Pós-graduação	Profissão	Situação profissional	Renda Familiar aproximada	Apartamento	Número de Moradores	Em Jcarepaguá desde...
Ana	Feminino	43	Divorciada	Católica	Completo	Administração	Privada	Universidade Gama Filho	Não	Representante comercial	Autônoma	3.800	Próprio	2	2009
Bete	Feminino	56	Casada	Católica	Não	#	#	#	Não	"Do lar"	"Escolheu não trabalhar"	não sabe	Próprio	5	2009
Cássia	Feminino	27	Solteira	Católica	Completo	Engenharia civil	Pública	UERJ	Engenharia civil * pública * cursando	Estudante	Desempregada	não sabe	Próprio	5	2009
Artur	Masculino	46	Casado	Católica	Completo	Administração			Não	Militar (aeronautica)	Estatutário	10.000	Alugado	3	2016
Diana	Feminino	52	Casada	Católica	Não	#	#	#	Não	Camareira	CLT	13.000	Alugado	4	
Ester	Feminino	36	Casada	Evangélica - Batista	Completo	Serviço social	Privada	Universidade Estácio de Sá / Universidade Veiga de Almeida	Não	Artesã	Autônoma	6.000	Próprio	3	2005
Breno	Masculino	38	Casado	Católica	Completo	Engenharia	Privada		Automação * privada * cursando	Eletrotécnico	Estatutário	6.000	Próprio	3	2005
Flávia	Feminino	42	Solteira	Católica	Completo	Podologia	Privada		Não	Podóloga	Autônoma	2.500	Próprio	1	2004
Gleise	Feminino	73	Viúva	Católica	Incompleto	Letras	Privada	Universidade Estácio de Sá	Não	Professora primária	Aposentada	6.000	Próprio	2	2016
Hebe	Feminino	70	Casada	Católica	Não	#	#	#	Não	Professora primária	Aposentada	4.000	Próprio	2	2009
Carlos	Masculino	74	Casado	Católica	Não	Não	#	#	Não	Bancário	Aposentado	4.000	Próprio	2	2009
Diego	Masculino	60	Divorciado (União estável)	Católica	Incompleto	Direito	Privada	Universidade Estácio de Sá	Não	Microempreendedor individual	Autônomo	7.000 - 8.000	Próprio	4	
Ilza	Feminino	47	Casada	Católica	Completo	Administração	Privada	Faculdades Reunidas Nuno Lisboa	Não	Securitária	Desempregada	5.000	Próprio	4	2014
Edson	Masculino	39	Casado	Evangélica - Nova Vida	Completo	Farmácia	Privada	Centro Universitário Celso Lisboa	Não	Policia militar	Estatutário	11.00 -12.000	Próprio	4	2014
Fábio	Masculino	71	Divorciado	Católica	Completo	Engenharia	Pública	UFRJ	Engenharia civil (mestrado) * pública * concluído	Engenheiro	CLT	30.000	Alugado	1	2017

Quadro 1 - Os entrevistados (conclusão)

Nome	Sexo	Idade	Estado civil	Religião	Ensino superior	Curso	Tipo de instituição	Nome da instituição	Pós-graduação	Profissão	Situação profissional	Renda familiar aproximada	Apartamento	Número de moradores	Em Jacarepaguá desde...
Joana	Feminino	42	Casada	"Espiritualista"	Incompleto	Letras	Privada	Universidade Castelo Branco	Não	Promotora de vendas	CLT	3.000	Próprio	2	2009
Keila	Feminino	72	Casada	Católica	Não	#	#	#	Não	"Do lar"		5.000	Próprio	4	2014
Lara	Feminino	42	Divorciada	Católica	Completo	Administração	Privada	Universidade Estácio de Sá	Comunicação social * privada * concluído	Securitária	Desempregada (trabalho informal)	5.000	Próprio	4	2014
Mara	Feminino	37	Casada	Evangélica - Presbiteriana	Completo	Fisioterapia	Privada	Universidade Gama Filho	Não	Fisioterapeuta	Autônoma	6.500 - 6.800	Próprio	3	2013
Nair	Feminino	42	Casada	Católica	Completo	Química	Privada	Unigranrio	Não	Química	CLT	5.000	Próprio	3	2004
Olga	Feminino	36	Casada	Ateísta	Incompleto	Nutrição	Privada	UNISUAM	Não	Técnica de laboratório	Desempregada	12.000	Próprio	4	2014
Paola	Feminino	55	Casada	Católica	Não	#	#	#	Não	Secretária	Aposentada	3.000	Próprio	2	2005
Gilmar	Masculino	64	Divorciado	"Meio católico, meio espírita"	Incompleto	História	Privada	UNISUAM	Não	Vendedor	CLT	3.000	Próprio	2	2007
Igor	Masculino	42	Divorciado	Católica	Não	#	#	#	Não	Motorista	CLT	1.300	Próprio	1	2006
Rízia	Feminino		Viúva	Não informado	Completo	Direito	#	#	Não	"Bacharel em direito"	Desempregada / Pensionista	4.000	Próprio	4	2005
Sara	Feminino	37	Casada	Evangélica	Completo	Comércio exterior	Privada	Universidade Estácio de Sá	Logística internacional * privada * concluído	Analista de comércio exterior	CLT	17.000	Próprio	4	2006
João	Masculino	61	Casado	Evangélica	Completo	Administração	Privada		Logística internacional * privada * concluído	Administrador	Aposentado	17.000	Próprio	4	2010
Tânia	Feminino	38	Casada	Católica	Completo	Administração	Privada	PUC (com bolsa integral)	Finanças corporativas * privada * concluído	Consultora administrativa e financeira	Autônoma	8.000	Próprio	3	

*: As células que não se encontram preenchidas são aquelas em que o entrevistado em questão omitiu a informação.

** : As células que estão marcadas com “#” são aquelas onde a informação não se aplica.

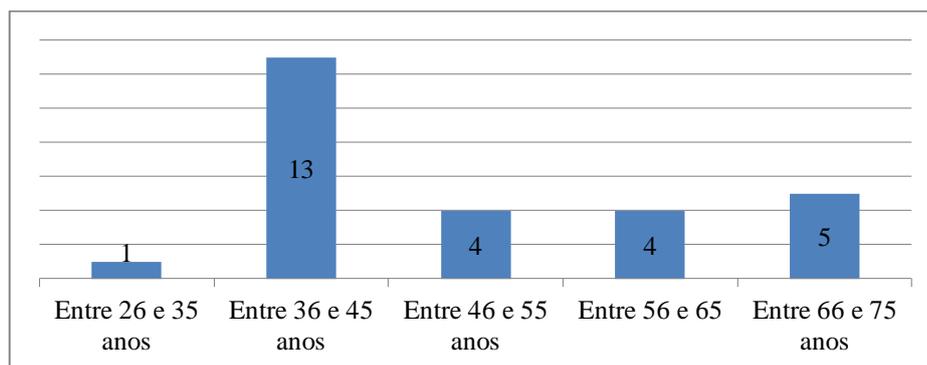
***: Este quadro apresenta os termos exatamente como foram informados pelos entrevistados. Por esta razão, alguns se encontram entre aspas.

****: Os nomes dos entrevistados são fictícios.

Fonte: Elaborado pela autora.

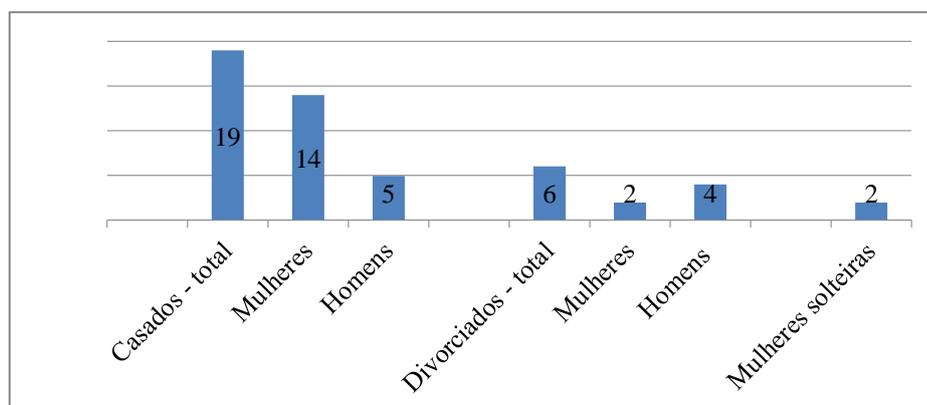
Foram entrevistadas 28 pessoas, sendo 19 mulheres e nove homens, os quais se distribuía em 23 apartamentos (ou unidades familiares). Logo, há mais de um entrevistado em cinco destas unidades familiares. Isto ocorre porque, embora o contato inicial tenha sido feito individualmente com um morador, no momento em que a entrevista acontecia, o cônjuge ou filho estava presente e acabava por se disponibilizar a participar também. Comumente, tal participação começava após os relatos do entrevistado inicial acerca de sua história de vida. Conforme especificado anteriormente, eles foram selecionados de forma aleatória, pelo fato de manifestarem interesse em participar da pesquisa, respeitando como critério o espaço físico definido para a realização do presente estudo. O número de entrevistas também respeitou o critério de saturação teórica (ou seja, as respostas se repetiam e já não traziam novos elementos para análise).

Gráfico 1 - Entrevistados por faixa de idade.



Fonte: Elaborado pela autora.

Gráfico 2 - Entrevistados por estado civil.

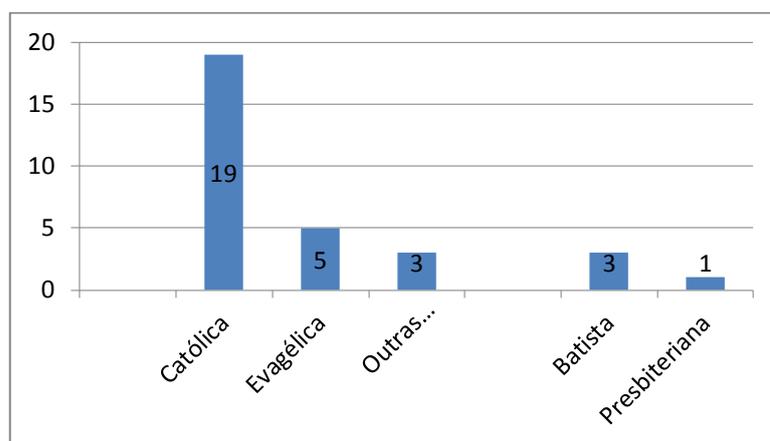


Fonte: Elaborado pela autora.

Em relação à idade, a média é de 49,7 anos. O entrevistado com mais idade tem 74 anos e a mais jovem tem 27 anos.

No que diz respeito ao estado civil, 19 entrevistados eram casados, sendo 14 mulheres e cinco homens. Dentre os seis divorciados, dois eram mulheres e cinco eram homens. Destes últimos, um homem vive em união estável não formalizada juridicamente e, possivelmente por isso, se declare divorciado. Havia também duas mulheres solteiras e duas viúvas.

Gráfico 3 - Entrevistados por religião.



Fonte: Elaborado pela autora.

No que tange à religiosidade, a grande maioria dos entrevistados é católica, totalizando 19 pessoas. Dos cinco evangélicos, três são batistas², uma é presbiteriana³ e um é neopentecostal da Igreja Nova Vida⁴. Na categoria “outras denominações” os entrevistados se definem como: espiritualista⁵, ateuista⁶ e “meio católico, meio espírita”⁷. Uma entrevistada preferiu não declarar esta informação⁸.

Em relação à escolaridade, num extremo temos uma participante com ensino fundamental incompleto. Em outro extremo, um participante concluiu pós-graduação *stricto sensu*, nível mestrado. A maior parte dos entrevistados terminou ou ao menos ingressou no ensino superior (14 pessoas). Seis pessoas concluíram o ensino médio e outras seis cursaram ou estão cursando pós-graduação *lato sensu* (especialização).

² São eles: Ester (36 anos, artesã, ensino superior em serviço social); Sara (37 anos, pós-graduada, analista de comércio exterior) e seu marido João (61 anos, pós-graduado, administrador aposentado).

³ Mara (37 anos, fisioterapeuta, ensino superior em fisioterapia).

⁴ Edson (39 anos, policial militar, ensino superior em farmácia).

⁵ Joana (42 anos, promotora de vendas, ensino superior incompleto).

⁶ Olga (36 anos, técnica de laboratório desempregada, ensino superior incompleto).

⁷ Gilmar (64 anos, vendedor, ensino superior incompleto).

⁸ Trata-se de Rízia (idade não informada, “bacharel em direito”, desempregada)

As ocupações daqueles com ensino médio são: "do lar", camareira, professora primária, bancário, secretária e motorista. Entre aqueles que cursaram ou estão cursando o ensino superior as profissões são: representante comercial, militar (da aeronáutica), artesã, podóloga, securitária, policial militar, fisioterapeuta, química e "bacharel em direito". Os que cursaram ou estão cursando pós-graduação exercem as seguintes ocupações: estudante, eletrotécnico, engenheiro, securitária, analista de comércio exterior, administrador e consultora administrativa e financeira.

Por hora, o objetivo é fornecer um panorama geral dos membros do grupo participante da pesquisa. Uma relação entre fatores como idade, escolaridade e renda será apresentada no Capítulo 5 – "Percepções acerca da posição social: pessoas, trajetórias e opiniões". Adiante, estão os excertos da pesquisa teórica e empírica. Iniciarei com uma reflexão sobre classes sociais e, em especial, sobre as camadas médias urbanas brasileiras.

2 **CLASSES MÉDIAS: DOS PAIS FUNDADORES DO CONCEITO DE CLASSE ÀS ESPECIFICIDADES DO CASO BRASILEIRO**

2.1 **Considerações iniciais sobre classes sociais**

Início com a observação de Sedi Hirano que pode nos abrir um caminho de exposição. A estratificação social, ou disposição hierárquica de grupos e pessoas é uma característica das sociedades humanas que assume diferentes formas no tempo e no espaço (HIRANO, 1974). O *sistema de classes* constitui uma destas hierarquias. Ele é uma formação histórica e social de estratificação distinta de outras formas de estruturação societária, tal como estamentos e castas (FERNANDES, 1971).

A divisão da estrutura social em classes sociais seria produto da moderna sociedade burguesa, mais precisamente do modo de produção capitalista industrial que teve origem na Inglaterra do século XIX. O desenvolvimento do sistema de comunicações e de comércio, bem como a transformação da propriedade em capital comercial ou industrial foram as condições infraestruturais essenciais que culminaram na absorção dos indivíduos, por meio da divisão do trabalho, por sua classe e pelas representações resultantes destas condições (HIRANO, 2002, p. 134).

Dentro da literatura sociológica clássica, a influência de Karl Marx e Max Weber no debate a respeito do conceito de classe social é central, e seus impactos são observados até hoje no âmbito da discussão atual sobre tal problemática. As seções a seguir buscam trazer os principais elementos das teorias de classes sociais no pensamento destes dois autores e algumas formulações neomarxistas e neweberianas que buscam dar conta da questão das classes médias na estrutura social. Também é incorporada uma síntese da análise da estrutura social, proposta por Pierre Bourdieu. A formulação de Bourdieu amplia a compreensão da estratificação social, posto que não despreza a disputa por poder – presente nas formulações de Marx – e ao mesmo tempo, incorpora a dimensão simbólica desenvolvida por Weber no que concerne aos estamentos/grupos de status. Por fim, busca-se apresentar as condições estruturais sobre as quais está assentado o surgimento da classe média brasileira, até os recentes debates sobre a polêmica “nova classe média” dos anos 2000. Percorrendo tal caminho teórico, lançam-se as bases para compreensão do grupo a ser investigado, tanto em seu caráter objetivo (escolaridade, renda e ocupações), quanto em seu caráter subjetivo (representações de posição social).

2.2 O Conceito de classes sociais em Marx e a problemática das classes médias no pensamento neomarxista de Erik Olin Wright

De acordo com a teoria marxista, o conceito de classe é relacional, uma vez que as classes são fundamentalmente antagônicas em seus interesses dado o seu posicionamento no âmbito do processo de produção social. No segundo volume da obra *O Capital*, Marx (1974) afirma a existência de duas classes: a classe operária (trabalhadores assalariados), que dispõe apenas de sua força de trabalho, e a classe capitalista (proprietários), que monopoliza tanto os meios de produção como o dinheiro. Hirano (2002) destaca que a preocupação fundamental de Marx não era caracterizar as classes sociais, mas sim compreender que estas devem ser pensadas a partir do regime capitalista de produção que, ao concentrar o capital e a propriedade, dá origem à chamada *luta de classes*: a tensão proveniente do embate entre os proprietários e os trabalhadores assalariados⁹.

Tomando por base os escritos de Marx¹⁰, as relações de exploração econômica engendram a base estrutural da sociedade capitalista e, neste sentido, as condições materiais da existência condicionam os indivíduos em suas formas de pensar e agir. No entremeio destas duas classes fundamentais (proprietários ou burgueses e trabalhadores assalariados ou proletariado) estariam as camadas intermediárias, sobre as quais não há escritos sistemáticos de Marx.

Segundo esta formulação, era esperado que as classes, enquanto conjuntos de indivíduos que ocupam posições similares nas relações de produção, tomassem consciência de sua posição social e destino comum, transformando-se em agrupamentos sociais ativos no cenário político. Desta forma, Marx distingue a *Klasse an sich* (“classe-em-si”), conjunto de pessoas que, compartilhando funções econômicas específicas, têm interesses em comum da *Klasse für sich* (“classe-para-si”), quando este conjunto desenvolvesse um forte sentimento – chamado de “consciência de classe” – e uma organização política que a possibilitaria se engajar em ações coletivas (OUTHWAITE, 1996, p. 95). Assim, a passagem da “classe-em-si” para a “classe-para-si” se configura como o processo no qual um conjunto de indivíduos passaria a reconhecer suas similaridades na posição econômica e estrutural, fomentando uma identidade coletiva e uma vontade política comum.

⁹ Também caracterizados como burguesia e proletariado, respectivamente.

¹⁰ Não é intenção deste trabalho, promover uma extensa revisão da teoria de Marx e sim apontar alguns de seus principais argumentos no que tange à definição de classe social. Para uma leitura mais completa das ideias de Marx, ver Scott (1996).

Delimitar conceitualmente as classes sociais – especialmente os estratos intermediários entre o operariado e a burguesia – dentro do conjunto da obra de Marx é um desafio, posto que as referências sobre este tema na obra do autor são esparsas, às vezes genéricas ou abstratas e comumente guardam as marcas de suas especificidades históricas determinadas por uma dada formação social (HIRANO, 2002, p. 121). Os principais escritos de Karl Marx onde se pode inferir sua conceituação de classes são: *O Manifesto do Partido Comunista*, *O 18 Brumário de Luiz Bonaparte* e *Lutas de Classes na França*.

Conforme afirma José Alcides Figueiredo Santos (1998), até os anos 1970 a literatura marxista desenvolveu quatro estratégias visando lidar com a problemática das camadas médias da sociedade. A primeira buscava inserir tal grupo na classe trabalhadora. A segunda procurava agrupar os seus integrantes em várias categorias de assalariados não-proletários, entendidos como pertencentes ao segmento da pequena burguesia. A terceira estratégia buscava admiti-los como uma nova classe denominada de “classe profissional e gerencial”. Por fim, a quarta estratégia reconhecia este estrato intermediário entre o proletariado e a burguesia como uma representação de “localizações contraditórias dentro das relações de classe”. Nesta quarta perspectiva se situa o pensamento neomarxista de Erik Olin Wright.

Para Wright (1985), a exploração é um dos mecanismos centrais na explicação da estrutura e dos conflitos de classes. O cerne da exploração está no vínculo causal entre o bem-estar de uma classe e a privação de outra, o que ocorre mediante a posse dos recursos produtivos. De acordo com Wright (1985), há três dimensões de dominação no seio da sociedade capitalista e que estão inter-relacionadas: (1) o capital monetário, que diz respeito ao fluxo e à direção dos investimentos e seus processos de acumulação; (2) o capital físico, que se refere aos meios de produção e; (3) o trabalho, que são as atividades transformativas diretas dentro do processo de produção. A não correspondência entre estas três dimensões é justamente o que daria origem às chamadas “localizações contraditórias dentro das relações de classe”, ou seja, a emergência de posições que não estão em nenhum dos extremos – proletários e burgueses – da estrutura de classe, compartilhando simultaneamente características de ambas, como no caso de gerentes, supervisores, pequenos empregadores e empregados semiautônomos, dentre outros – os quais comporiam as chamadas classes médias.

A noção de *localizações contraditórias*, proposta por Wright (1985), se aplica no sentido de que as posições de classe média estão ligadas tanto aos processos de exploração quanto de dominação: “Os interesses de classe incorporados nos empregos de gerentes e

especialistas combinam os interesses opostos de capital e trabalho” (SANTOS, 1998, p. 22). A abordagem da análise de classes proposta por Wright (1985) está centrada em ocupações empregatícias. Para o autor, ainda que as diversas dimensões da desigualdade social não possam ser reduzidas às relações de classe, “a premissa subjacente à análise marxista é a de que as relações de classe jogam um papel decisivo na moldagem das outras formas de desigualdade” (SANTOS, 1998, p. 6).

O autor neomarxista defende ainda a existência de uma conexão entre a propriedade de ativos produtivos, exploração, dominação na produção e diferenciação de classes. O núcleo da abordagem de Wright (1985) é a relação entre conhecimento e poder, junto à emergência de uma sociedade na qual a dominação – exercida por essa nova classe (média) – ocorreria mais pelo monopólio do conhecimento do que através da esfera econômica¹¹.

Importantes questões emergem quando se assume uma perspectiva marxista de classes. Por exemplo, alguns autores de tradição marxista debatem se, para falar sobre classes, seria necessário considerar aspectos subjetivos ou seria suficiente identificar um conjunto de indivíduos ocupando a mesma posição estrutural¹² (SALATA, 2014, p. 51).

2.3 A centralidade do poder econômico na teoria de classes em Weber e a análise da classe média norte americana de Wright Mills

A teoria de classes elaborada por Max Weber tem no poder econômico seu elemento central. Ao contrário de Marx, para quem a divisão de classes tem seu fundamento na exploração econômica, Weber entende a distribuição desigual de poder no mercado como elemento central da divisão de classes.

De acordo com o Weber, as classes – assim como os estamentos e os partidos – são fenômenos de distribuição de poder dentro de uma determinada comunidade. O poder diz respeito à “possibilidade de que um homem, ou um grupo de homens, realize sua vontade própria numa ação comunitária até mesmo contra a resistência de outros que participam da ação” (WEBER, 1982, p. 211). Entretanto, o poder econômico é apenas uma de suas formas, uma vez que a luta pelo poder por parte dos indivíduos não se resume ao mero ganho econômico ou à busca pelo enriquecimento pessoal.

A luta pelo poder frequentemente está condicionada pelas honras sociais que este acarreta, de forma que a distribuição destas honras sociais dentro de uma comunidade pode

¹¹ Gouldner (1979) e de Ehrenreich & Ehrenreich (1977) são alguns dos principais expoentes desta abordagem.

¹² Ver Poulantzas (1973, 1975) e Thompson (1963).

ser chamada de “ordem social”. A ordem social é a forma pela qual os bens e serviços econômicos são distribuídos e usados. Ela é condicionada pela ordem econômica e influi nela. A partir desta exposição, Weber defende que a situação de mercado é, em grande medida, determinante da situação de classe. A maneira pela qual bens e habilidades são distribuídos entre os vários indivíduos e grupos que competem no mercado com a finalidade de troca acaba por engendrar oportunidades específicas de vida, tornando-se um fato econômico elementar. Neste sentido, a situação de classe, em última análise, é uma situação de mercado. A ordem econômica é a matriz geradora da situação de classe. Desta forma, classe refere-se ao grupo de pessoas que se encontra na mesma situação no mercado. Por este motivo, as classes não seriam necessariamente comunidades e, assim sendo, não se deve esperar delas a formação de grupos sociais coesos ou identificações subjetivas.

De acordo com André Salata (2014), na formulação weberiana seria inconcebível a ideia de que exista um processo através do qual a "classe-em-si" se transformaria em "classe-para-si", como pressupõe a abordagem marxista. Isto porque as classes não representam bases seguras para a formação de coletividades e, desta forma, também não seria possível haver uma “falsa consciência” da posição de classe, por parte dos indivíduos. São bases possíveis submetidas a um conjunto muito variado de circunstâncias empíricas. Ainda de acordo com o autor, o arcabouço conceitual weberiano “transforma uma suposição teórica em uma questão empírica, o que nos estimula a investigar as condições sob as quais essa relação contingente entre posições econômicas e identidade coletiva poderia se constituir” (SALATA, 2014, p. 53).

Na obra de Weber – além das *classes* – os *estamentos* e os *partidos* também têm destaque enquanto arranjos hierárquicos possíveis na ordem social. Ambos são fenômenos de distribuição de poder dentro de uma comunidade.

Os partidos vivem sob o signo do “poder” tendo sua ação orientada para a obtenção dele, ou seja, para granjear influência na ação comunitária, objetivando uma determinada meta, uma causa específica. A ordem estamental merece especial atenção, uma vez que introduz uma variável social e simbólica – que remete a aspectos subjetivos, os quais são de especial interesse para esta pesquisa.

Se, por um lado, a *situação de classe* é determinada pela situação de mercado, por outro lado, a *situação de status* remete a uma estimativa específica de honraria. Os estamentos ou grupos de status são comunidades de tipo amorfo, designadas por qualidades partilhadas dentro do grupo e reconhecidas também fora deles. A honra estamental diz respeito a um

estilo de vida específico esperado daqueles que desejam pertencer a um determinado círculo: “O papel decisivo de um ‘estilo de vida’ na ‘honra’ do grupo significa que os estamentos são os portadores específicos de todas as ‘convenções’” (WEBER, 1982, p. 223-224).

A honra estamental se baseia na distância e na exclusividade, que é embasada por toda sorte de monopólios materiais. Pode se traduzir no uso de roupas específicas, no consumo de determinados pratos, no porte de armas ou na adoção de certas práticas artísticas, como tocar instrumentos musicais. Embora os bens e as práticas de consumo não sejam por si só suficientes para garantir a exclusividade de um estamento, eles exercem grande influência. Assim, as distinções de *classe* estão ligadas de várias formas às distinções de *status* na medida em que o poder econômico permite adotar um estilo de vida específico. Entretanto esta relação não é causal, posto que, nem sempre a posição na ordem econômica é, em si mesma, garantidora de status. Um exemplo recente disso é a depreciação dos “novos ricos”, tidos como pessoas que apesar de seu poder econômico não teriam o gosto “refinado” das elites.

Por ser baseada em estilos de vida, a organização estamental produz uma diferenciação e também uma submissão à moda dominante em determinado momento da sociedade: “O desenvolvimento do estamento é essencialmente uma questão de estratificação que se baseia na usurpação, que é a origem normal de quase toda honra estamental” (WEBER, 1982, p. 220). Desta forma, os estamentos são segregadores, pois produzem tipos extremos ao selecionar indivíduos pessoalmente qualificados. Existem diversas restrições ao relacionamento social. Restrições que limitam casamentos normais ao ciclo de status, por exemplo, podem levar a um fechamento endógamo. Quando a ação deixa de ser uma imitação individual de outro estilo de vida para se converter em uma ação comunal facultativa com esse caráter de fechamento, o desenvolvimento do status estará se processando.

De acordo com esta formulação, “as ‘classes’ se estratificam de acordo com suas relações com a produção e aquisição de bens; ao passo que os ‘estamentos’ se estratificam de acordo com os princípios de seu consumo de bens, representado por ‘estilos de vida’ especiais” (WEBER, 1982, p. 226). Assim, as classes estão na ordem econômica, enquanto os estamentos estão na ordem social.

Dentro de uma abordagem neweberiana, é notável o trabalho empírico de Wright Mills. A sociedade do século XIX, dividida entre empresários e assalariados, foi desenvolvendo uma gama de profissões liberais assalariadas, propiciando o surgimento de uma camada média entre o proletariado e a burguesia. Em seu livro *White Collar: The American Middle Classes*, Mills (1951) classifica essa camada média norte-americana dos

anos 1950 enquanto um grupo com uma atitude típica da sociedade de massa. Seu objeto de estudo era um grupo de trabalhadores que apresentava como características: a participação indireta na produção de bens, atuação mediante contratos de trabalho mensal, a adoção de um padrão de vestimenta característico de seu prestígio e nível de renda, bem como outros marcadores de um estilo de vida particular e distintivo. Mills denominou o integrante deste grupo de “*White colar*” (“colarinho branco”¹³). Este personagem é ilustrado por Mills (1951) como uma espécie de “herói-vítima; aquele que sofre a ação, mas que não age na mesma proporção”, sugerindo que a marca desta classe média seria a insegurança proveniente da ameaça do desemprego, sentimento que se comparava ao receio do proletariado no século XIX. Estes sujeitos, de acordo com Mills, seriam um segmento novo na sociedade e por isso não possuiriam ainda uma cultura própria, podendo ser modelado por meio da cultura difundida pelos meios de comunicação de massa.

Segundo André Salata (2014), a perspectiva weberiana apresenta maior inclinação do que a marxista a tomar a(s) classe(s) média(s) como um fenômeno real e duradouro na sociedade moderna. Embora tal perspectiva abra espaço para a existência de muitas outras categorias entre os grandes proprietários e os trabalhadores manuais, ela apresenta dificuldades em definir as fronteiras que separariam a classe média das demais. Ainda de acordo com autor, todos os critérios utilizados para identificar a classe média parecem compartilhar a intenção essencialista de defini-la a priori. Contudo, apesar de apresentar características objetivas, os contornos da classe média também seriam produto de construções histórico-sociais, objeto de disputas classificatórias subjetivas e simbólicas (SALATA, 2014, p. 90). Assim, Salata (2014) preconiza que a ideia de classe envolve o sentimento de pertencimento a uma coletividade, de forma que, ao invés de impor uma classificação aos dados, busque-se compreender como os próprios indivíduos se classificam e são percebidos por outros.

2.4 Bourdieu e a renovação dos modelos de estratificação social

Ao longo do século XX os estudos que preconizavam que as condições econômicas e estruturais definiriam, de inúmeras formas, uma determinada consciência de classe¹⁴ foram

¹³ O termo “colarinho branco” é uma tentativa de traduzir o termo inglês *white collar*, presente na versão original do livro. Os trabalhadores braçais das fábricas eram conhecidos como *blue collar* (colarinho azul), numa alusão à cor de seus uniformes de trabalho.

¹⁴ Goldthorpe et al (1969); Lockwood (1958).

sendo contestados¹⁵. Este deslocamento analítico, por seu turno, abre espaço para consideração de uma esfera subjetiva, entendendo-a como um elemento independente e que repercute na formação das classes sociais e na reprodução das desigualdades (SALATA, 2014).

Pierre Bourdieu influenciou fortemente a renovação das propostas de análise da estratificação social, ao defender que a luta de classes ocorre também num nível simbólico. O mundo social, conforme afirma Bourdieu (1989), é um espaço multidimensional baseado em princípios de diferenciação ou distribuição. Tais princípios são constituídos pelo conjunto de propriedades (materiais e imateriais) que conferem ao seu detentor força e poder. Os agentes e grupos são definidos por suas posições relativas no espaço social e a todos os participantes de cada posição são impostas relações de força, independente de suas intenções individuais ou mesmo das interações diretas entre estes agentes. Tais forças são as diferentes formas de capital, as quais definem as probabilidades de ganho num campo determinado. Tais capitais podem ser econômico, cultural, social e também capital simbólico, que equivale a prestígio, fama, reputação, etc. Assim, a posição de um agente no espaço social é definida pelo poder (capital) que ele possui naquele campo.

O espaço social seria um conjunto aberto de campos relativamente autônomos. No interior de cada um desses campos os ocupantes de posições dominantes e dominadas estão constantemente envolvidos em diferentes formas de lutas, sem que se constituam necessariamente em grupos antagonistas. Podem se instaurar alianças mais ou menos duradouras entre estes grupos. Conforme Bourdieu (1989), o mundo social é um sistema simbólico, à maneira de um sistema de fonemas, que se organiza segundo a lógica da diferença. Este espaço e as diferenças presentes nele funcionam simbolicamente como estilos de vida, caracterizando os diferentes grupos: “A distinção é a diferença inscrita na própria estrutura do espaço social quando percebida segundo as categorias apropriadas a essa estrutura [...]” (BOURDIEU, 1989, p. 144).

Bourdieu (1989, p. 136) rompe com a concepção marxista de *classes no papel*, ou seja, o autor nega a ideia de que um “conjunto de agentes que ocupam posições semelhantes e que, colocados em condições semelhantes e sujeitos a condicionamentos semelhantes, têm, com toda probabilidade, atitudes e interesses semelhantes”. Para o autor essa classe existe apenas teoricamente, ela é produto de uma classificação explicativa. As classes que podemos “recortar no espaço social”, como por exemplo, empreendendo análises estatísticas, não

¹⁵ Ver Bulmer (1975); Roberts et al (1977).

existem como grupos reais, embora expliquem a probabilidade de se constituírem em grupos práticos, família, clubes, associações, sindicatos, entre outros.

Bourdieu (2008) se ocupa em compreender como são produzidos os gostos e as preferências e em que condições sociais eles são apropriados pelos grupos sociais. Para tal, propõe um modelo de compreensão dos mecanismos sociais e culturais que retira os fatores econômicos do centro das análises da sociedade. O autor denuncia a existência de uma dimensão de dominação por meio da educação, da cultura e dos bens culturais e, a partir disso, busca desvendar os mecanismos da reprodução social que legitimam as diversas formas de tal dominação.

Bourdieu (2008) entende que não apenas a riqueza econômica, mas todo recurso ou poder que se manifeste em determinada atividade social se constitui como uma força, ao que o autor chama de “capital”. Desta forma, o autor postula a existência de quatro tipos principais de capital: econômico, cultural, social e simbólico. Se o capital econômico, de que também tratam Marx e Weber, consiste em itens como propriedades, renda e salários, para Bourdieu, o capital cultural abrange saberes e conhecimentos reconhecidos por diplomas e títulos. O capital social, por seu turno, compreende as relações sociais que podem ser convertidas em recursos de dominação. Por fim, o capital simbólico é aquilo que chamamos prestígio ou honra e que permite identificar os agentes no espaço social.

Para Bourdieu (2008) as classes sociais seriam predispostas a exprimir e legitimar as diferenças, num contexto onde a cultura funciona como capital cultural e instrumento de dominação. A cultura é percebida pelo autor como um sistema de significações hierarquizadas. Neste sentido, Bourdieu (2008) entende que a apropriação e o uso dos bens culturais seriam responsáveis pela reprodução das estruturas sociais vigentes através do gosto: “O gosto classifica aquele que procede à classificação: os sujeitos sociais distinguem-se pelas distinções que eles operam entre o belo e o feio, o distinto e o vulgar” (BOURDIEU, 2008, p. 13). Assim, o gosto refere-se a um sistema de classificação constituído pelos condicionamentos associados à condição de determinada posição de classe. Ele tem o papel de reger as relações com o capital objetivado, com o mundo de objetos hierarquizados e hierarquizantes que contribuem para defini-lo, permitindo sua visualização e percepção diferenciada no conjunto da sociedade.

As práticas culturais e os gostos seriam produzidos pela educação e pela família, (capitais cultural e social, respectivamente). Nestes espaços são instituídas determinadas disposições e competências estéticas necessárias para que os agentes atuem nos diferentes

campos da vida social. Por disposição estética o autor entende a capacidade de considerar como legítimos tanto as obras de arte, quanto os bens culturais da vida cotidiana, tais como comida, vestuário, decoração, férias, entre outros.

Na concepção de Bourdieu (2008), a arte é um campo de produção que atingiu elevado grau de autonomia. Por este motivo, a disposição estética exigida para sua apreciação é indissociável de uma competência cultural específica. Tal competência cultural específica permite identificar, dentre os elementos oferecidos ao olhar, os traços distintivos, os estilos, as escolas, sem que os mesmos sejam claramente enunciados. A mesma disposição estética no campo da arte estende-se a outros campos da prática, de forma que a estilização da vida produz os mesmos efeitos. O processo de estilização da vida pressupõe o primado da forma em relação à função, da maneira em relação à matéria, de forma que os sujeitos se diferenciam pelas distinções que fazem entre o belo e o feio, o notável e o vulgar. A negação da fruição carnal afirma a superioridade daqueles que sabem satisfazer-se com prazeres sublimados, requintados, desinteressados, gratuitos e distintos, interditados aos simples profanos.

Outro conceito fundamental na obra de Bourdieu (2008) é o *habitus*. Ele se refere a uma “disposição prática”, uma espécie de lei social incorporada, permanente, costumeira, automática e, muito provavelmente, despercebida. É produto de um trabalho social de nominação e de inculcação, ao término do qual uma identidade social é conhecida e reconhecida por todos. A afinidade entre *habitus* também serve para orientar os encontros sociais ajustados e desencorajar as relações discordantes “sem que estas operações tenham de se formular, algum dia, de outra forma que não seja na linguagem socialmente inocente da simpatia ou da antipatia” (BOURDIEU, 2008, p. 226). Através do *habitus* os grupos são capazes de objetificar seu status e posição social aos olhos dos outros, para confirmar e reconfirmar as fronteiras do que constitui “bom gosto” e “mau gosto” e, assim, situar-se no “lado certo” de tais fronteiras.

Então, para Bourdieu, a reprodução das estruturas sociais reinantes e a legitimação das forças dominantes acontecem não apenas no campo da produção, mas também do consumo, ou seja, nas expressões cotidianas do estilo de vida das classes dominantes, gerando distinções sociais. Haveria uma homologia entre o campo especializado da produção, em que os produtos são desenvolvidos, e o campo das classes sociais, em que os gostos são determinados (BOURDIEU, 2008, p. 216).

2.5 Classes médias no Brasil

No caso brasileiro, alguns dos estudos de referência sobre a formação da classe média¹⁶ foram desenvolvido por Waldir Quadros (1985, 1991). Fortemente influenciado pela perspectiva de Wright Mills (1951) sobre a nova classe média norte americana, Quadros (1991) busca no processo de formação do capitalismo brasileiro a gênese da classe média nacional.

De acordo com Quadros (1985, p. 34) é no período entre 1930 e 1950 que foram formados os pré-requisitos do capitalismo brasileiro. Em linhas gerais: avançaram a acumulação de capital e a diversificação da estrutura produtiva; o país se urbanizou; aprofundou-se a diferenciação social e foram constituídas as classes sociais fundamentais e, por fim; as condições políticas avançaram para a estruturação dos aparatos do Estado sob o comando político burguês.

As profundas transformações na estrutura produtiva brasileira na primeira metade do século XX foram expressas por uma rápida centralização e monopolização da propriedade e da produção, resultando no predomínio das grandes empresas organizadas como sociedades anônimas e com a produção de bens de consumo duráveis. Tal mudança fez surgir trabalhadores qualificados, como técnicos, engenheiros e administradores, capacitados para o exercício das atividades técnicas e administrativas complexas que o sistema exigia. A constituição do mercado nacional também impôs o surgimento do setor de prestação de serviços, englobando gerentes comerciais, representantes, publicitários, balconistas, etc. No âmbito do Estado, o autor observa uma enorme expansão da burocracia, dado o alargamento do aparelho estatal que passou a assumir novas funções, como regulação econômica, apoio à produção e prestação de serviços sociais (QUADROS, 1991, p. 6-7).

Quadros (1991, p. 2) também busca na gênese do capitalismo contemporâneo a polarização entre o “trabalho produtivo” (atribuído à classe operária) e “trabalho improdutivo” – tomado pelo autor como característica básica das classes médias. Na perspectiva marxista, os trabalhos improdutivos eram realizados basicamente por artesãos e pequenos rentistas, e esta era a pequena burguesia feudal ameaçada pelo modo de produção capitalista. Quadros (1991) distingue este grupo das modernas classes médias que, ao contrário, se expandem com o próprio desenvolvimento do capitalismo industrial.

¹⁶ Trabalhos sobre as classes médias brasileiras, mas com distintas perspectivas e interesses de pesquisa foram realizados por Albuquerque, 1977; Bonelli, 1989; Figueiredo, 2004; Oliveira, 1987; Romanelli, 1986; entre outros.

Na Era Vargas (1930-1945; 1951-1954)¹⁷, sobretudo no segundo governo (1951-1954), o desenvolvimentismo veio acompanhado de programas sociais voltados para a massa de trabalhadores urbanos (com destaque para as políticas de emprego e salário). No governo seguinte, o Plano de Metas¹⁸ do presidente Juscelino Kubistchek (1955-1960) relegava a segundo plano os gastos sociais, destinando-lhe menos de 7% dos investimentos requeridos. Os rumos do processo de desenvolvimento brasileiro tiveram como momento decisivo a crise que se seguiu ao salto da industrialização do segmento pesado, em meados de 1962-1963.

Em 1964, o país sofre o golpe militar e reformas conservadoras são promovidas no período subsequente, dando início a uma etapa de forte expansão econômica, entre os anos de 1968 e 1970, que ficou conhecida como “milagre brasileiro”. Para além da melhoria econômica, tal momento também foi marcado pelo seu caráter excludente e profundamente autoritário, bem como pela grande concentração de renda. A geração de oportunidades de trabalho beneficiou os mais capacitados ou favorecidos, de forma que as camadas médias urbanas foram “vitrines” para as supostas virtudes da competição pelas oportunidades geradas (QUADROS, 1991, p. 26). Isto revela o caráter conservador da concepção de que a ascensão social é resultado exclusivo do desenvolvimento econômico e do mérito próprio.

Pochmann et al (2006) apontam o surgimento de uma grande quantidade de estudos¹⁹ sobre a classe média a partir dos anos 1970 e, em especial, nos anos 1980. Embora cada um

¹⁷ A *Era Vargas* foi o momento compreendido entre os anos 1930 e 1945, cujo início se deu com a Revolução de 1930, que abalou fortemente a oligarquia cafeeira. A Era Vargas é composta de três momentos: (1) *Governo Provisório* (1930-1934), caracterizado pelo processo de centralização do poder e eliminação dos órgãos legislativos; (2) *Governo Constitucional* (1934-1937), interrompido pelo estabelecimento da Constituição de 1937, conhecida como “Polaca”, influenciada pelo arquétipo fascista, que ampliava ainda mais as prerrogativas do ditador, instituindo o que se convencionou historicamente como período do Estado Novo. Para contar com o apoio das massas, Vargas concedeu uma série de direitos trabalhistas, como a regulamentação do emprego de menores de idade e das mulheres, bem como do trabalho noturno, fixação da jornada diária de oito horas de trabalho, ampliação do direito à aposentadoria, entre outros. O período conhecido como (3) *Estado Novo* (1937-1945) implantou no Brasil a doutrina política de intervenção estatal sobre a economia ao mesmo tempo em que fomentava o desenvolvimento industrial. Neste período foram criadas instituições como o Ministério da Aeronáutica, a Companhia Siderúrgica Nacional – CSN -, a Companhia Vale do Rio Doce, a Companhia Hidrelétrica do São Francisco, a Fábrica Nacional de Motores – FNM, dentre outras. Também nesse período é publicada a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, são concebidos a Carteira de Trabalho, o salário mínimo, o descanso semanal remunerado e a Justiça do Trabalho. A oposição ao governo Vargas foi fortalecida pela participação brasileira na Segunda Guerra Mundial, o que levou o governo a constituir eleições gerais. Em 1951, Getúlio Vargas volta à presidência eleito pelo voto popular, permanecendo até 1954 quando comete suicídio.

¹⁸ Eleito pelo voto popular em 1955, Juscelino Kubistchek lançou seu programa de governo “50 anos em 5”, onde pretendia promover 50 anos de progresso em cinco anos de realizações. Esse ideal desenvolvimentista foi consolidado num conjunto de 30 objetivos a serem alcançados em diversos setores da economia, que se tornou conhecido como Plano de Metas. Cinco setores básicos da economia beneficiários dos recursos públicos e privados previstos no Plano de Metas: energia, transportes, indústrias de base, alimentação e educação. Vale destacar que o tripé desenvolvimentista composto pelos setores de energia, transportes, indústrias de base receberam nada menos do que 93% dos recursos alocados (CPDOC, s.d).

¹⁹ Albuquerque, 1977; Fernandes, 1975; Fiúza, 1990; Oliveira, 1988; Rezende, 1990; Salem, 1985; Singer, 1988; Simões, 1992; Velho, 1989; etc.

deles tenha um foco diferente, há concordância de que ascensão da classe média nacional se deu entre os anos 1930-1980, em paralelo à urbanização do país e ao aumento da participação do Estado na economia, o que teve reflexos na atividade comercial urbana e na burocracia estatal. Outro ponto em comum destes estudos é a visão da classe média como grupo distinto das demais classes sociais, no que diz respeito às dimensões materiais e simbólicas.

Entre os anos 1980 e 1990 a classe média perdeu status e enfrentou crescentes dificuldades em um mercado de trabalho cada vez mais competitivo e exigente de novas qualificações. Isto porque as medidas recessivas e choques inflacionários, nos anos 1980 e a implantação de políticas neoliberais de abertura financeira e comercial, nos anos 1990, tiveram por consequências a estagnação econômica, o desemprego e a queda de renda, impactando diretamente as aspirações de ascensão social da classe média. Pochmann et al (2006) utilizam como referência conceitual de classe média, o conjunto demográfico que se destaca por posições altas e intermediárias na estrutura ocupacional e na distribuição de renda e riqueza. Como consequência, a classe média é compreendida como portadora de autoridade e status social reconhecidos, e de avantajado padrão de consumo.

Assim como Quadros (1985, 1991), Pochmann et al (2006) também relacionam a expansão do sistema capitalista com o aparecimento das camadas intermediárias na estrutura social, cuja evolução não é contínua no tempo, pois as recorrentes transformações na dinâmica de acumulação capitalista seguem alterando tanto a concentração de propriedade privada quanto a divisão do trabalho.

2.6 Transformações estruturais na classe média brasileira

Pochmann et al (2006) identificam três importantes alterações no padrão da classe média brasileira, ao longo dos últimos três séculos. No primeiro padrão, vigente até o fim do século XIX, a antiga classe média estava associada ao capitalismo de livre concorrência, marcado pela presença de ocupações majoritariamente rurais, sobretudo ligadas às oligarquias cafeeiras, geralmente proprietárias, com a posse de algum meio de produção. No segundo padrão, tem-se a presença de uma classe média assalariada urbana que, a partir do capitalismo monopolista, expandiu-se junto com as grandes empresas industriais. Esta é não-proprietária e dependente da estrutura ocupacional assalariada que emergiu com a verticalização da produção e da burocratização interna das grandes empresas. Por fim, a partir do final do século XX, surge um terceiro padrão de reprodução da classe média mediante o curso da

revolução tecnológica e dos enormes e profundos ajustamentos ocorridos nas grandes empresas globalizadas, tais como: desverticalização do processo produtivo, terceirização dos postos de trabalho, surgimento de novas ocupações e funções, deslocamento geográfico das empresas que compõem a cadeia mundial de produção e venda em países ricos e pobres (POCHMANN et al, 2006, p. 20).

A emergência da sociedade pós-industrial²⁰, em meados dos anos 1970, traz novas transformações na classe média assalariada urbana. A primeira transformação diz respeito ao enxugamento dos empregos no setor industrial, reduzindo a classe média assalariada na grande empresa. Por conta dos novos métodos de gestão – expressão direta do avanço tecnológico adotado no interior da administração do processo produtivo – a grande empresa reduziu empregos assalariados de classe média, promovendo uma segunda transformação. Esta transformação da classe média assalariada do século XX se expressa pelo crescimento dos postos intermediários na estrutura ocupacional do setor terciário da economia, mas não necessariamente nos tradicionais empregos assalariados ou nas grandes empresas ou ainda nas redes de produção e distribuição da produção e nas altas finanças (POCHMANN et al, 2006). O conjunto de novas oportunidades ocupacionais de classe média tem ênfase na informalidade no exercício do trabalho e na auto-ocupação (*free lancer*, empresa sem empregado, ONG's, etc.). Esta novidade na sociedade de serviços fez crescer a importância relativa da chamada tecnoestrutura²¹. Pochmann et al (2006) falam ainda de uma quarta transformação, associada às novas relações de poder, porquanto essa nova classe média pós-industrial, detentora privilegiada de conhecimento, costuma se posicionar de forma distinta da tradicional classe média assalariada. Isto acontece porque a classe média pós-industrial tende a enfraquecer seus vínculos mais diretos com a coletividade, expressando valores cada vez mais cosmopolitas, individualistas e universalmente partilhados apenas dentro do capitalismo moderno.

De maneira análoga à leitura histórica empreendida por Waldir Quadros e Márcio Pochmann, Celi Scalon e André Salata (2012) preconizam que até meados do século XIX o país apresentava uma estrutura social pouco diversificada, embora as cidades brasileiras já

²⁰ Conforme Daniel Bell (1973), a sociedade pós-industrial tem o conhecimento como eixo organizador do desenvolvimento social e da estratificação social. Ela é caracterizada por fatores como a passagem de uma economia de produção de bens para uma de prestação de serviços e a alteração nas tendências ocupacionais, onde as classes profissional e técnica surgem como grupos predominantes. Ver também Gershuny, 1978.

²¹ O termo "tecnoestrutura" foi citado por John Kenneth Galbraith e diz respeito a um grupo organizado de especialistas (engenheiros, administradores, contabilistas, economistas, matemáticos, estatísticos, analistas, especialistas em design, em marketing, em vendas, dentre outros) de uma empresa ou entidade, capitalista ou socialista, que é responsável pelo planejamento estratégico, pesquisa, criação e desenvolvimento de produtos e serviços, administração, marketing e vendas, tendo em vista as exigências contemporâneas de altas tecnologias e de planejamento complexo (GALBRAITH, 1967).

contassem com pequenos grupos de profissionais liberais, militares, empregados públicos e trabalhadores do comércio. No entanto, foi no período compreendido entre 1930 e 1980 que a base econômica das classes médias brasileiras pôde se expandir mais substancialmente, em detrimento dos processos de urbanização, expansão econômica e industrialização.

De acordo com Pochmann (2012), entre os anos de 1980 e 2000, o país vivenciou o arrefecimento de sua economia e mudanças estruturais no mercado de trabalho, culminando em alterações na classe média. A crescente concorrência externa levou às perdas salariais e à redução dos quadros de funcionários assalariados, os quais foram substituídos por servidores terceirizados. Soma-se a este cenário, a diminuição do peso do Estado, por meio das privatizações e da redução do aparelho burocrático. Como resultante destes processos, a participação do setor industrial na economia diminuiu. Por fim, a década de 2000 registrou grande expansão do setor de serviços, sobretudo nos empregos com remuneração até 1,5 salário mínimo.

É neste contexto que surge o segmento chamado de “nova classe média” (NERI, 2012) ou “working poor” (POCHMANN, 2012) ou ainda, “batalhadores” (SOUZA, 2012). Independentemente da atribuição de alguma destas denominações, o fato é que a ascensão deste grupo social representa um dos mais significativos fenômenos no Brasil da atualidade.

2.7 Recentes mudanças no Brasil dos anos 2000: estivemos diante de uma “nova classe média”?

Em 2011, Helena Bomeny escreveu um texto onde mencionava o aumento da classe C²² no Brasil, fenômeno caracterizado como parte das políticas do segundo mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em meados de 2007. O próprio termo “classe C” era uma novidade. A compra de automóveis, televisores LCD, viagens de avião, bem como a aquisição de serviços privados, como escolas e planos de saúde foram amplamente divulgadas por parte de governos, mercados, imprensa, empresas de pesquisa e outras instituições. Tais aquisições compunham os inúmeros indicadores de uma alteração na composição socioeconômica brasileira. A possibilidade de adquirir tais bens e serviços gerou nos brasileiros os sentimentos de confiança e autoestima, conforme declarava com ênfase o ex-presidente Lula.

²² O termo “classe C” é amplamente utilizado, sobretudo entre estudos mercadológicos, para denominar o estrato intermediário na estrutura social.

A estabilidade econômica foi evidenciada e simbolizada inicialmente por itens de consumo como o frango e o iogurte, o cimento e a dentadura, os quais se tornaram acessíveis e passaram a ser comprados e consumidos com mais frequência por uma nova parcela da população brasileira. Com o passar dos anos e as transições entre os governos Fernando Henrique Cardoso e Lula, estes símbolos da estabilidade mudaram progressivamente, passando “do frango ao avião” – metáfora utilizada pela socióloga Helena Bomeny para tratar das mudanças socioeconômicas observadas naqueles últimos anos que cobriam os governos Fernando Henrique Cardoso e Luiz Ignácio Lula da Silva. Tais mudanças referem-se não somente à estabilidade econômica, mas também à mudança no atendimento de necessidades alimentares (simbolizada pelo frango) ao acesso à moradia – ainda que em condições precárias – e aos novos meios de transporte (simbolizados, respectivamente, pelos materiais de construção e pelas viagens aéreas). Foi nesse contexto que alguns autores e meios de comunicação preconizaram o surgimento de uma nova classe média brasileira, o que foi amplamente discutido pelos cientistas sociais, uma vez que a definição de classe é algo controverso na tradição sociológica, sobretudo entre os estruturalistas, mas também e em menor escala, entre os estudiosos que optam por uma conceituação econômica – de inspiração weberiana.

O termo “nova classe média” foi utilizado por Marcelo Neri e sua equipe de pesquisadores (CPS/FGV 2008a, 2008b, 2009, 2010a, 2010b, 2011; NERI, 2012) para nomear uma parcela da população brasileira que, a partir dos anos 2000, teve seus rendimentos aumentados a partir da estabilização da moeda brasileira, do crescimento dos postos formais de emprego, do acesso ao crédito e do aumento do consumo. Para chegar a esta formulação, Neri utilizou bases de dados quantitativos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mais especificamente as PNADs²³ e a POF²⁴.

Para definir as classes econômicas, sobretudo o que o autor chamou de *nova classe média*, Neri (2012) explorou três perspectivas, a saber: (a) o potencial de consumo, através do Critério Brasil; (b) a geração de renda, definida pela função de ativos produtivos dos membros da família, juntamente com sua capacidade de manter o padrão de vida mediante a geração e

²³ A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD – obtém informações anuais sobre características demográficas e socioeconômicas da população, como sexo, idade, educação, trabalho e rendimento, e características dos domicílios, e, com periodicidade variável, informações sobre migração, fecundidade, nupcialidade, entre outras, tendo como unidade de coleta os domicílios. Temas específicos abrangendo aspectos demográficos, sociais e econômicos também são investigados (IBGE, s.d; s.l).

²⁴ A Pesquisa de Orçamentos Familiares – POF – é uma pesquisa domiciliar por amostragem, que investiga informações sobre características de domicílios, famílias, moradores e principalmente seus respectivos orçamentos, isto é, suas despesas e recebimentos (IBGE, s.d; s.l).

manutenção da renda ao longo do tempo e; (c) as expectativas sobre o futuro, mensurada por meio do Índice de Felicidade Futura (IFF), desenvolvido por Neri e sua equipe, com base em uma amostra de mais de 130 países cobertos pelos microdados do *Gallup World Poll*. Estes dados, produzidos pelo IFF, indicam a expectativa de ascensão social da classe média no Brasil, medida pelo nível esperado de satisfação com a vida no futuro, com base nos quais, Neri conclui que os entrevistados brasileiros tinham uma expectativa elevada em relação aos demais países cobertos pelo estudo. Vale ressaltar que a forma como são combinados tais fatores para se chegar ao que o autor chama de classe média não é especificada no livro (VIEIRA, 2014).

Neri (2012, p. 19-20) delimita as fronteiras da nova classe média entre o nosso “lado indiano”, que seriam as classes D e E, e o nosso “lado belga”, que seriam as classes A e B, chamando estes limites de “Belíndia brasileira”²⁵. Ainda segundo o autor, a *nova classe média* auferia a renda média²⁶ da sociedade, no sentido estatístico, estando compreendida entre aqueles acima da metade mais pobre e um pouco abaixo dos 10% mais ricos, tomando por base pesquisas domiciliares. A classe C seria a classe central, abaixo da A e B e acima das classes D e E.

De acordo com a perspectiva de Neri, aproximadamente 39,6 milhões de pessoas teriam ingressado na classe C no intervalo entre os anos de 2003 e 2011, somando 100,5 milhões de brasileiros. No mesmo período se observa uma diminuição do percentual de famílias situadas nas classes D e E (queda de 21,66%). Avaliando mais profundamente esta alteração na composição social brasileira, observa-se que o aumento da classe C tem sua origem na ascensão dos indivíduos das classes D e E. Isso significa que esses brasileiros, oriundos de segmentos econômicos menos favorecidos, naquele período correspondiam a mais da metade da população brasileira (55,05%) (NERI, 2012; CPS/FGV, 2011, p. 35).

Neri afirma que pertencer à *nova classe média* significa também consumir serviços públicos de melhor qualidade no setor privado, referindo-se à educação privada, aos planos de saúde e previdência complementar, os quais conferem em diferentes graus a sustentabilidade ao “sonho brasileiro de subir na vida” (NERI, 2012, p. 19). Esta visão de Neri é objeto de críticas. Segundo Pochmann (2012, p. 11), o que se atestou foi uma reorientação das políticas

²⁵ O termo “Belíndia” foi cunhado pelo economista Edmar Bacha em 1974 referindo-se à combinação entre Bélgica e Índia como característica da situação de contrastes provocados pela estrutura de concentração de rendas e de desigualdade no Brasil. Um país dividido entre os que moravam em condições semelhantes às da Bélgica e os que estavam condenados a situação de carência assemelhada à Índia.

²⁶ Para definir estes estratos, Neri (2012, p. 82) calcula a renda domiciliar per capita e, em seguida, a expressa em termos equivalentes de renda domiciliar total, de todas as fontes, por mês. Esta informação diz respeito à renda domiciliar per capita, do trabalho para aqueles entre 15 e 60 anos de idade.

públicas para uma perspectiva fundamentalmente mercantil. A desvalorização dos serviços públicos em face do fortalecimento dos planos privados de educação, saúde, assistência e previdência é resultado da disputa em torno da concepção e condução das políticas públicas atuais. O equívoco na identificação do crescente contingente da classe trabalhadora como nova classe média, não seria meramente um equívoco conceitual e sim, a expressão desta disputa, onde a perspectiva mercantil está se sobressaindo.

Márcio Pochmann sintetiza sua tese sobre o surgimento da classe média brasileira, para então tentar mapear as mudanças que levaram à ascensão econômica de um grande contingente populacional nos anos 2000 que perdurou até meados de 2014, quando uma forte crise política e econômica ganhou visibilidade no país – e sobre a qual estudiosos de várias áreas ainda buscam entendimento.

Pochmann (2012) preconiza que o país conviveu, em sua história recente, com transformações sociais de três diferentes dimensões. Na primeira, entre os anos de 1960 e 1980, a característica geral era o forte ritmo de expansão da renda per capita. A segunda transformação ocorreu a partir de 1981, onde o regime autoritário (1964-1985) cedeu lugar à democracia. Contudo, neste período, as condições socioeconômicas não foram favoráveis aos trabalhadores. De 1981 até meados de 2003 o quadro geral foi de estagnação do rendimento do conjunto dos ocupados, e no mesmo período, a desigualdade na distribuição da renda do trabalho permaneceu praticamente inalterada. A terceira transformação citada por Pochmann (2012, p. 16) teria ocorrido de 2004 a 2010, quando a renda per capita teve incremento (na ordem de 3,3% a.a.); a situação geral do trabalho cresceu (5,5% a.a.), a participação do rendimento do trabalho na renda nacional também teve aumento (14,8%) e a desigualdade na distribuição da renda do trabalho diminuiu (queda de 10,7%). O autor observa que a recuperação da participação do rendimento do trabalho na renda nacional, no segundo decênio do século XXI, foi reflexo da queda no desemprego, da formalização dos empregos e da redução da pobreza absoluta.

Para Pochmann (2012, p. 9-10), o mercado de trabalho se fortaleceu nos anos 2000, o que foi atribuído ao retorno do crescimento econômico, que impactou a estrutura produtiva, e que, por sua vez, gerou a expansão dos empregos de baixa remuneração, sobretudo no setor de serviços, o qual englobava naquele período nove em cada 10 ocupações com remuneração de até 1,5 salário mínimo mensal. Somam-se a isso, as políticas de apoio às rendas na base da pirâmide social brasileira, tais como a elevação do valor real do salário mínimo e a massificação da transferência de renda, e como um dos resultados, tem-se o fortalecimento

das classes populares assentadas no trabalho. As novas ocupações no setor de serviços absorveram enormes contingentes de pessoas resgatadas da condição de pobreza, permitindo-lhes inegável ascensão social, embora tenham permanecido na condição de classe trabalhadora.

No que diz respeito à renda do trabalho, Pochmann (2012) afirma que nos anos 1970 os empregos de cinco salários mínimos ou mais tiveram o maior crescimento. Na década de 1980, as ocupações com remunerações entre três e cinco salários mínimos tiveram a maior expansão, e na década de 1990 os trabalhos sem remuneração foram os que mais cresceram. A primeira década de 2000 registrou grande expansão de empregos com remuneração até 1,5 salário mínimo e as profissões que tiveram maior expansão estavam na área de serviços, com 6,1 milhões de postos de trabalho, ou seja, 31% da ocupação total; em seguida estavam os trabalhadores do comércio (2,1 milhões), da construção civil (2 milhões), de escriturários (1,6 milhão), da indústria têxtil e de vestuário (1,3 milhão) e do atendimento ao público (1,3 milhão) (POCHMANN, 2012, p. 32).

Pochmann (2012, p. 16) afirma a recente alteração observada na base da pirâmide social brasileira nos anos 2000 se diferencia de alterações ocorridas em outros momentos. Até a década de 1980, o principal aspecto das mudanças sociais foi o crescimento da produção no setor secundário da economia (indústria e construção civil), concomitante à perda relativa de importância do setor primário (agropecuária), e sem alterações significativas no setor terciário (serviços e comércio). Contudo, no início do século XXI é justamente o setor terciário o único que registra aumento na sua posição relativa em relação ao PIB. Em relação à taxa de ocupação, o primeiro decênio do século XXI observou a maior expansão no quantitativo de ocupações, dos últimos quarenta anos. Estes postos de trabalho concentram-se na base da pirâmide social, uma vez que 95% das vagas abertas ofereciam remuneração mensal de até 1,5 salário mínimo.

O autor traz dados estatísticos sobre o que ele chama de principais categorias profissionais cuja remuneração é o salário base, a saber: o trabalho doméstico, o trabalho nas atividades primárias e autônomas, o trabalho temporário e o trabalho terceirizado. A partir desses dados o autor conclui que o setor de serviços foi a principal fonte geradora de novas ocupações nos anos 2000, sendo um setor decisivo na reconfiguração da classe trabalhadora, a qual compõe a base da pirâmide social brasileira e não pode ser identificada como uma nova classe social, tampouco como uma nova classe média brasileira (POCHMANN, 2012).

Quanto ao emprego formal, Pochmann afirma que na década de 2000 houve grande expansão do emprego assalariado com carteira assinada, sendo que para cada dez ocupações abertas, sete foram de empregos formais. O conjunto de alterações no segmento ocupacional de baixa remuneração impactou nas relações de trabalho. Se por um lado, esses trabalhadores participavam mais da legislação social e trabalhista, a maior parte deles permaneceu excluída da proteção social e trabalhista. Considerando os trabalhadores assalariados com carteira assinada, a taxa de sindicalização correspondia a quase um terço dos mesmos, e se forem considerados o conjunto de ocupações, a taxa de sindicalização alcançava apenas 13% (POCHMANN, 2012, p. 38).

Aqui, o autor volta a defender que o segmento social que possui empregos de baixa remuneração, constituindo a base da pirâmide social, não pode estar associado ao conceito de classe média ascendente, devido às particularidades de suas ocupações e remuneração. Para ele, a definição de classe social no capitalismo, sobretudo a definição de classe média, necessita de investigações e análises mais aprofundadas. O autor defende que este segmento social seja categorizado como *working poor* (trabalhadores pobres), devido às ocupações com salário base e conforme a literatura internacional. A presença deste contingente expressa o padrão de trabalho existente e o modelo de expansão macroeconômica do país. A categoria *working poor*, na maior parte dos casos, refere-se às ocupações no “entorno do salário mínimo oficial, cujo valor real determina a presença de trabalhadores pobres e sua relação com o nível de consumo” (POCHMANN, 2012, p. 30).

Com um viés sociológico notadamente influenciado por Pierre Bourdieu, Jessé Souza (2012) defende que o que foi chamado de *nova classe média brasileira* não pode ser compreendido fora de uma análise mais ampla acerca das alterações no sistema capitalista que culminaram no afrouxamento dos laços de proteção ao trabalhador, na voracidade do capital financeiro e na profunda alteração das relações cotidianas da sociedade moderna.

Segundo Souza (2012), aqueles que afirmam que os emergentes brasileiros seriam uma nova classe média, em verdade, estão comparando o Brasil a países como Alemanha, França ou Estados Unidos, onde as classes médias formam o fundamento da estrutura social, e ocultando o fato de que, nos países na periferia do capitalismo, como é caso do Brasil, esta estrutura é formada pelos pobres, pelos excluídos e pelos trabalhadores. Na concepção do autor, o processo de modernização brasileiro constituiu as classes sociais modernas, as quais se apropriam diferencialmente dos capitais cultural e econômico. Além disso, também constituiu uma classe inteira de indivíduos que, além de não possuírem essas formas de

capital, são desprovidos das condições sociais, morais e culturais que permitiriam esta apropriação. Por este motivo, esta classe se reproduz há gerações enquanto “precarizados” – às margens do sistema, ocupantes de funções secundárias, temporárias e precárias.

O autor identifica como “nova classe trabalhadora” ou “batalhadores” os emergentes que dinamizaram o capitalismo brasileiro nas décadas passadas. Eles seriam uma parcela da “elite da ralé”: uma classe decorrente de processos desarticulados de vida familiar e social, incapaz de promover transformações. Para Jessé Souza, esta classe é resultado das profundas mudanças sociais que instauraram a recente forma de produzir mercadorias e gerir o trabalho vivo. Desta forma, tanto os “batalhadores” quanto o novo capitalismo, constituem verdadeiros desafios à compreensão (SOUZA, 2012, p. 26).

Jessé Souza propõe que seja observada a transferência dos valores imateriais na reprodução das classes sociais. Valendo-se da abordagem desenvolvida por Bourdieu, o autor considera que a *nova classe trabalhadora* não possui capital cultural e socialização de classe média, assim como também não possui acesso a bens materiais e simbólicos que distinguem as classes alta e média. Souza (2012) postula que a nova classe trabalhadora se ausenta da participação na luta por distinção social a partir do consumo de “bom gosto” que caracteriza as classes média e alta. Estas últimas classes se definem pelo acesso aos capitais pessoais que asseguram seu privilegiado acesso aos bens e recursos escassos na sociedade capitalista moderna. Este privilégio social é o acesso legitimado a tudo aquilo que a maioria dos membros da sociedade deseja na vida: “reconhecimento social, respeito, prestígio, glória, fama, bons carros, belas casas, viagens, roupas de grife, vinhos, mulheres bonitas, homens poderosos, amigos influentes, etc.”. Jessé Souza entende que “gosto” não é apenas uma dimensão estética, antes disso, é uma dimensão moral, uma vez que constitui estilos de vida e espelha escolhas que dizem quem a pessoa é e quem ela não é (SOUZA, 2012, p. 48).

A sustentabilidade do fenômeno de ascensão socioeconômica deste grande contingente da população brasileira é o ponto central das análises de Amaury de Souza e Bolívar Lamounier. Tal sustentabilidade, conforme os autores, passa por três conjuntos de fatores, a saber: (a) fatores econômicos, tais como ritmo e composição do crescimento econômico, e os processos estruturais decorrentes deles; (b) recursos “weberianos”, tais como educação, empreendedorismo, atitudes em relação ao trabalho, entre outros, e; (c) recursos políticos, ou seja, a capacidade deste contingente populacional de articular interesses, pressionar o sistema político e projetar uma visão da sociedade em concordância com seus objetivos e valores.

No que se referem aos fatores econômicos, Souza e Lamounier (2010) afirmam que a distribuição de renda no país é muito desigual, mesmo com a redução nos índices de desigualdade observados nas décadas anteriores. Além disso, o setor informal da economia, um dos principais sustentáculos da desigualdade, continua a operar, pois faltam reformas estruturais, como a tributária e a trabalhista. Por fim, a mobilidade recente não esteve vinculada a novos padrões de organização e desempenho da produção, ela era amplamente dependente do consumo, o que torna mais vulneráveis as pessoas da chamada *nova classe média*, uma vez que estes sujeitos apresentam instabilidade da renda e do emprego, alto grau de endividamento e isolamento social dos indivíduos e famílias, entre outros aspectos.

2.8 De que falamos: classe, grupos de status ou camada social?

Souza e Lamounier (2010) afirmam existir, do ponto de vista sociológico, dois conceitos polares. Um deles é derivado da tradição marxista, e refere-se a “um grupo estruturalmente bem delimitado, consciente de si e dotado de estilos de vida, padrões de comportamento e projetos de sociedade diferenciados em relação [...] às demais classes”, e o outro conceito vem da tradição weberiana, e considera características mensuráveis como educação, renda e ocupação, enquanto atributos individuais, suprimindo a questão de “consciência de classe”. A contraposição destas duas noções de classe sugere que o mais comum é a superposição de camadas ou estratos identificáveis apenas em termos estatísticos. A classe no sentido marxista parece não se aplicar às sociedades contemporâneas, sobretudo às sociedades de massa e, em especial, à classe média a que se refere o estudo de Souza e Lamounier, onde estratos homogêneos e com nítida consciência de si constituem eventos de baixa probabilidade (SOUZA & LAMOUNIER, 2010, p. 13-14).

O tema das classes ocupou também a imaginação de Décio Saes. Conforme o autor, de um modo bastante amplo, a teoria de classes sociais formulada inicialmente por Marx designa *classes* como grupos sociais antagônicos, onde um se apropria do trabalho do outro devido aos diferentes lugares que ocupam na estrutura econômica de um determinado modo de produção (SAES, 1975, p. 22). Isto implicaria na aceitação da existência de apenas duas classes complementares e antagônicas como, por exemplo, senhores feudais e servos, burgueses e proletários.

Em sociedades complexas esta formulação desconsidera que certos grupos sociais não constituem classes sociais distintas e sim frações de uma mesma classe social, como é o caso

de uma burguesia industrial, comercial e financeira, ou do proletariado industrial, comercial e bancário e, assim sendo, a posição comum destes grupos no processo social da produção não os impede de adotar práticas sociais e políticas consideravelmente distintas. Outro ponto a considerar é que alguns setores sociais, por não estarem diretamente ligados à produção (na acepção marxista da palavra), não fariam parte de nenhuma classe social, a exemplo de funcionários públicos, advogados, professores, entre outros. Entretanto, o autor acrescenta que a aparente simplicidade da estrutura de classes não impede a corporificação de complexos sistemas de estratificação social, ou seja, arranjos de grupos sociais e segmentos de classe em hierarquias definidas segundo critérios variáveis de ordem econômica, social e política.

Saes (1975) não vê como excludentes os conceitos de classes sociais e estratos ou camadas, posto que estão em níveis diferentes de abstração. A caracterização da natureza das relações entre estrutura de classe e estratificação social é sempre difícil. O autor aponta para o problema de definir se os setores intermediários constituem uma classe social (ou seja, uma classe média), delimitada conforme a tradição marxista ou, contrariamente, se configuram como *estratos* ou *camadas*, ou seja, como grupos integrantes de sistemas de estratificação social “construídos mediante o recurso a critérios de ordem econômica (nível de renda e/ou consumo, por exemplo), social (nível de prestígio) ou política (grau de poder)” (SAES, 1975, p. 11-12).

Em seu estudo sobre o papel da estratificação social na Primeira República e, em especial sobre o papel da classe média no processo de superação de uma etapa agrária e mercantil, Saes (1975) substitui o conceito de *classes médias* pelo de *camadas médias urbanas*. O autor justifica a adoção do termo camadas médias urbanas²⁷ porque ele designa “aqueles setores da população urbana que, não sendo detentores do capital, realizam trabalho predominantemente não manual, quer trabalhando por conta própria, quer vendendo sua capacidade de trabalho a terceiros” (SAES, 1975, p. 26). Na concepção do autor, o fato de desenvolverem um trabalho predominantemente não-manual confere a estas pessoas uma posição comum na hierarquia de prestígio social, ou seja, uma posição intermediária (a despeito das gradações presentes em seu interior) valorizadas por seus ocupantes. Estas camadas médias urbanas apresentariam “o desejo comum de fugirem à degradação social que implicaria o desempenho de atividades puramente manuais” sobre as quais paira “a condenação social imposta por séculos de escravidão” (SAES, 1975, p. 27).

²⁷ É importante ressaltar a inexistência de uma extensa camada de pequenos proprietários rurais na Primeira República, o que circunscreve a pesquisa de Saes (1975) aos setores intermediários urbanos.

Estes grupos sem participação direta no processo de produção e pouco propensos a uma atuação política conjunta não poderiam ser confundidos com uma classe social. O autor acrescenta ainda que tais grupos, apesar de sua posição similar na estrutura ocupacional, são bastante heterogêneos em termos sociais, culturais e ideológicos. Daí o uso da expressão *camadas médias urbanas* no plural.

Maria da Glória Bonelli também concorda que “classes, estratos ou qualquer outra forma de denominar as diferentes posições existentes na hierarquia social são construções dos pesquisadores” (BONELLI, 1989, p. 12). A autora ressalta ainda que algumas destas construções apresentam um consenso maior acerca de sua aceitação, dada a capacidade de conceituar objetos mais precisos e homogêneos, o que se verifica na definição de estratos como classe operária e burguesia. Entretanto, as posições intermediárias na estrutura social suscitam grande polêmica, dada a sua complexidade e heterogeneidade. Isto necessariamente implica em uma maior subjetividade do pesquisador na demarcação destas fronteiras e seleção dos grupos a serem pesquisados.

Bonelli (1989) ressalta que os estudos voltados à compreensão da visão de mundo desses segmentos devem atentar para as variadas formas como esses indivíduos se percebem na estrutura social. Para delimitação e hierarquização da classe média²⁸, a autora mobiliza uma abordagem que considera diferentes referências utilizadas pelos indivíduos para estabelecer uma classificação social. Bonelli (1989) ressalta ainda que a palavra “classe” é utilizada por ela com a liberdade de nomear “a enorme massa heterogênea de pessoas que se encontram nos escalões intermediários da pirâmide social” (BONELLI, 1989, p. 16). O termo *classe* é adjetivado de *média* para se referir aos estratos sociais compostos por indivíduos que compartilham semelhanças de atributos psicossociais relacionados à ocupação, educação e renda. Estes atributos psicossociais de cunho comportamental são valores e visão de mundo.

De acordo com as formulações acima, e também considerando a distinção feita por Max Weber no que tange às classes e aos estamentos, admito o grupo investigado – não como uma classe, mas – como uma *camada média urbana*: a auto-identificação dos entrevistados acerca de sua posição na estrutura social está relacionada a elementos do estilo de vida (escolaridade e consumo), o que corrobora com a formulação weberiana de grupos de status/estamentos.

Na verdade, o grupo parece ser uma *camada média baixa*, pois não tem o capital cultural nem o consumo característicos das camadas médias – conforme distinções apontadas

²⁸ Ao me referir aos estudos de Bonelli (1989) uso o termo “classe média”, conforme adotado pela autora.

por eles próprios, como será visto no Capítulo 5 – “Percepções acerca da posição social: Pessoas, trajetórias e opiniões”.

Os entrevistados nesta pesquisa, em sua grande maioria, têm origens humildes. Em muitos dos casos seus pais eram imigrantes, pouco escolarizados, ocupantes de funções de baixa remuneração e pouco status social. Comumente, estes entrevistados têm a juventude marcada por privações econômicas e pela impossibilidade de se dedicarem exclusivamente aos estudos – ao contrário do que caracteriza as camadas médias tradicionais. Em contrapartida, não há elementos suficientes para inferir que estes sujeitos sejam remanescentes do segmento que ascendeu socialmente na segunda metade dos anos 2000 (a chamada “nova classe média”). Ainda assim, é possível afirmar que estas pessoas foram beneficiadas pelo macro cenário daquele período: Muitas delas fizeram seus cursos superiores e compraram bens de consumo duráveis e não-duráveis. Além disso, sua ascensão social é manifesta pela migração para o bairro e condomínio onde a pesquisa foi realizada.

O próximo capítulo discorre sobre a região da baixada de Jacarepaguá e o bairro Pechincha, para que posteriormente (no capítulo 4 – “Percepções acerca do bairro: primeiros excertos da pesquisa empírica”), sejam discutidas as razões que trouxeram os entrevistados a residir no bairro e as percepções sobre ele.

3 A BAIXADA DE JACAREPAGUÁ E O BAIRRO PECHINCHA

3.1 Considerações iniciais sobre a região e o bairro

Esta seção busca trazer elementos sobre a região de Jacarepaguá, no intuito de apresentar o bairro onde foi realizada a pesquisa que compõe esta tese. Escrever sobre Jacarepaguá e, especialmente, sobre o bairro Pechincha não é uma tarefa fácil. Embora a região seja uma das primeiras áreas de colonização da cidade do Rio de Janeiro, os materiais a seu respeito são um tanto escassos e costumam estar dispostos sem uma padronização espacial. Possivelmente essa é a principal dificuldade de caracterizar a região e o bairro: a disposição espacial e simbólica de suas fronteiras ao longo do tempo. É comum que os dados disponíveis na Prefeitura do Rio de Janeiro, no Instituto Pereira Passos (IPP) e no IBGE apresentem informações divididas ora por Região Administrativa, ora por Área de Planejamento, ora por bairro, e cada uma destas disposições implica em quantificações e qualificações distintas. A mesma “confusão” se faz presente nas falas dos entrevistados, que comumente tratam por Jacarepaguá o bairro Pechincha, o que indica o quão tênue são suas fronteiras simbólicas.

Ao estudar o mercado imobiliário da região, Gisela Santana (2012, p. 104-105) já havia destacado esta dificuldade, ao afirmar que os materiais sobre Jacarepaguá são escassos e amadores, dificultado uma compreensão maior sobre o espaço. Não obstante, o mercado imobiliário, notadamente a Associação de Dirigentes de Empresas do Mercado Imobiliário do Rio de Janeiro (Ademi-RJ), não considera os bairros isoladamente, o que compromete o estudo da evolução das habitações por bairro.

A fim de compreender melhor a dinâmica metropolitana do Rio de Janeiro, foram pesquisadas publicações de instituições como o Instituto Pereira Passos (IPP), a Secretaria Municipal de Urbanismo, a Prefeitura Municipal, sites de associações e de notícias da região, entre outros. Em geral, os trabalhos encontrados utilizam dados provenientes dos Censos do IBGE, que são realizados a cada dez anos, e disponibilizam informações em diferentes escalas espaciais, desde o país como um todo até o setor censitário. Destaca-se que a maior parte dos trabalhos disponíveis nestas fontes utilizou a base de dados relativa ao ano 2000. Outros já se utilizaram dos dados de 2010. Apesar disso, estas informações não podem ser consideradas desatualizadas, pois são os dados mais atuais que se encontram disponíveis. Não obstante, as informações são extremamente úteis na medida em que fornecem um panorama

geral da cidade neste período e em períodos anteriores. Outra questão que merece ser ponderada, conforme já foi apresentado, diz respeito às diferentes unidades espaciais a que se referem às informações: alguns dados tratam dos bairros, outros das Regiões Administrativas e das Regiões de Planejamento ou, ainda, das Áreas de Planejamento. Uma breve explicação sobre estas unidades em que se divide a cidade do Rio de Janeiro será apresentada ao longo do presente capítulo. Por ora, cumpre chamar atenção para o fato de que este não é um erro conceitual, e sim a maneira como os diversos autores apresentam suas pesquisas.

Na tentativa de compreender esse espaço, apresento uma breve leitura histórica sobre a localidade e, a seguir, informações que ajudam a compreender a região e o bairro em seus aspectos demográficos e sociais. O objetivo deste capítulo é apresentar a região e o condomínio, justificando a escolha de ambos como local de análise. Após tal explanação, no capítulo seguinte serão apresentadas as motivações dos entrevistados na vinda para o bairro e suas representações acerca dele.

3.2 História de Jacarepaguá

A origem da região da baixada de Jacarepaguá está associada ao período colonial e à administração eclesiástica, que é anterior à administração civil. A catequese era uma das bases das colonizações portuguesas. Assim, as ocupações na cidade do Rio de Janeiro aconteciam por meio das paróquias, denominadas por Freguesias. A freguesia de Jacarepaguá data de 1661 e compunha a fronteira agrícola da cidade. O caminho dos jesuítas foi então utilizado pelos primeiros povoadores da região e desta forma, Jacarepaguá foi se estruturando em pequenos centros ao longo das estradas. Na medida em que estes centros se desenvolviam, as propriedades iam se subdividindo e se transformando em futuras áreas para especulação. O parcelamento do solo passou, ao longo dos séculos, das sesmarias, aos antigos engenhos, depois aos sítios, chácaras, casas e, por fim, aos condomínios que conhecemos hoje. Por ser uma área mais afastada do centro, a região contava com poucas opções de acesso e condução. Até o começo do século XX Jacarepaguá ainda se mantinha com baixas taxas de ocupação populacional e conservava características agrárias, como engenhos, chácaras, árvores centenárias e edificações do século XVII. Gradativamente, a região foi perdendo suas feições rurais e assumindo um status de periferia, apresentando-se como eixo de expansão metropolitana (SANTANA, 2012, p. 104-105).

O nome “Jacarepaguá” vem do Tupi YACARÉ-UPÁ-QUÁ, que significa algo como “baixa (ou vale) dos Jacarés” ou “lagoa rasa dos jacarés”. Apesar da denominação indígena, parece não haver informações acerca das populações tradicionais da região. O que se tem registro é que em 1594 o então governador Salvador Correia Sá doou a região como sesmaria a seus dois filhos Martin Correia de Sá e Gonçalo Correia de Sá. Em 1661, foi criada a freguesia de Nossa Senhora do Loreto e Santo Antônio de Jacarepaguá, pelo governador João Correia de Sá, que seria a quarta freguesia do Rio de Janeiro²⁹. A sede da freguesia era a Igreja Matriz de N. Sra. do Loreto, construída pelo padre Manoel de Araújo. Martin Correia de Sá, o Visconde de Asseca, construiu sua casa no Engenho D’Água, com a capela de N. Sra. da Cabeça. Seu irmão, Gonçalo Correia de Sá ergueu o Engenho do Camorim, com a Capela de São Gonçalo do Amarante. Outros colonizadores se estabeleceram na região: Tomás Faleiro fundou o Engenho de Fora, Miguel São Payo, o Engenho do Rio Grande e Antônio Teles de Menezes, o Engenho da Taquara, onde ergueu a Capela de Santa Cruz em 1738. Havia também o Engenho Novo da Curicica, de propriedade de Francisco Teles Barreto de Menezes e que, após sua morte, foi disputado pelas filhas e seus respectivos cônjuges. A briga ficou conhecida como “guerra dos concunhados” e só terminou em 1839, com a morte dos casais (ARMAZÉM DE DADOS, INSTITUTO PEREIRA PASSOS, s.l; s.d. a).

Imagem 1 - Igreja do Loreto.



Fonte: Izabelle Vieira. Janeiro de 2017.

²⁹ A primeira Freguesia foi São Sebastião, em 1569; seguida por Candelária, em 1634; e Irajá, em 1644.

Ao longo do século XVIII, a região de Jacarepaguá era conhecida como “Planície dos Onze Engenhos”, devido à intensiva produção açucareira. Já no século XIX, a produção cafeeira avançou no território, que foi se subdividindo e dando origem às novas fazendas que se aproveitavam do solo fértil dos engenhos para o cultivo do café. Neste período, se destacavam as fazendas: Cafundá, Valqueire, Cantagalo, Covanca, Engenho da Serra (de Joaquim Sequeira Tedim Filho), a fazenda do Quitite (de Marcos Delesderrier), entre outras (ARMAZÉM DE DADOS, INSTITUTO PEREIRA PASSOS, s.l; s.d. a).

No fim do século XIX começa um processo de aterramento de pântanos e re-divisão em chácaras, que ocorreu lentamente e se manteve até os anos 1860. No século XX, a baixada de Jacarepaguá continuava agrícola, mas o café perdia completamente o seu domínio e a atividade granjeira iniciava a sua presença. A cada ano as chácaras se multiplicavam para abastecer o mercado do centro e de outras partes da cidade. À época, Jacarepaguá possuía cinco pequenos núcleos rurais – o do Engenho de Fora, o do Pechincha, o do Tanque, o da Taquara e o da Freguesia – que foram se desenvolvendo, até esses quatro últimos ganhassem o status de bairro nos anos 1980 (ARMAZÉM DE DADOS, INSTITUTO PEREIRA PASSOS, s.l. s.d. a).

Em 1875, as regiões de Cascadura e Largo do Tanque foram interligadas pela Companhia Ferro-Carril de Jacarepaguá, e mais tarde, tal interligação foi estendida à Taquara e à Freguesia. O transporte era feito por tração animal, até que em 1911 os bondes foram eletrificados. A gestão do prefeito Prado Junior (1926 a 1930) melhorou os acessos à região através da modernização das estradas de Jacarepaguá e do Itanhangá, que juntas interligariam Jacarepaguá com a Barra da Tijuca.

Nos anos 1950 foi inaugurada a Autoestrada Grajaú-Jacarepaguá (atual Menezes Cortes), facilitando o acesso à Zona Norte e ao centro da cidade. Por fim, em 1997, a inauguração da Linha Amarela (av. Governador Carlos Lacerda) – via expressa que interliga a Barra da Tijuca e Jacarepaguá à Avenida Brasil – ampliou ainda mais o acesso à região (ARMAZÉM DE DADOS, INSTITUTO PEREIRA PASSOS, s.l. s.d. a).

3.3 O bairro Pechincha

Em fins do século XIX, surgia uma localidade conhecida popularmente por “Pechincha”. Situada no chamado caminho da Freguesia (atualmente avenida Geremário Dantas), onde se encontravam as estradas do Tindiba e do Pau Ferro, o local era caracterizado

por um mercado no qual eram vendidos os produtos dos sítios da região. Seu negociante, o “Pechincheiro”, concorria com o comércio da Freguesia e da Taquara por conta de seus baixos preços. Em 1885, os moradores locais passaram a ser sepultados em um cemitério novo, sob a invocação do Bom Jesus dos Perdões, o atual Cemitério de Jacarepaguá. Já em 1918, foi fundada a “Casa dos Artistas” e no ano seguinte, um grande terreno na rua Campos das Flores (atual rua Retiro dos Artistas) foi doado à instituição e nele foi instalado o Retiro dos Artistas – Instituição de caráter único no Brasil, que se notabilizou pela defesa dos interesses da classe artística e serve como residência para os mais idosos (ARMAZÉM DE DADOS, INSTITUTO PEREIRA PASSOS, s.l; s.d. b).

O jornalista Waldemar da Costa (s.l; s.d.) escreveu sobre a origem da Estrada do Pau Ferro, onde se localiza o condomínio onde foi realizada a pesquisa, e que será descrito nas próximas seções. Conforme o autor, essa estrada cortava a antiga fazenda do Engenho da Serra. No local, havia abundância de paus-ferros, árvore da família das leguminosas e, por isso, o logradouro recebeu esse nome.

O bairro é predominantemente residencial e seu comércio se concentra no Largo do Pechincha. Destacam-se no bairro o Educandário São José das Servas de Maria, localizado na estrada do Capenha, o Colégio Nossa Senhora Rainha dos Corações, na avenida Geremário Dantas, o Colégio Cruzeiro e a Sociedade Beneficente Retiro Humboldt, na rua Edgar Werneck (ARMAZÉM DE DADOS, INSTITUTO PEREIRA PASSOS; s.l; s.d. b).

É importante destacar que o bairro Pechincha possuía expressiva área verde e muitas casas, as quais aos poucos foram sendo substituídas por grandes conjuntos habitacionais. Um exemplo emblemático fica na rua Retiro dos Artistas, onde uma extensa área arborizada, a antiga sede do Clube Campestre José Duarte Dias, foi substituída em 2006 pelo condomínio “Mirante Campestre”, que inclui um parque e um clube (ARMAZÉM DE DADOS, INSTITUTO PEREIRA PASSOS, s.l; s.d. b).

Figura 1 - Condomínio Mirante Campestre.



Fonte: SITE CONDOMÍNIO MIRANTE CAMPESTRE. Disponível em:

<http://condominiomirantecampestre.blogspot.com/>

Figura 2 - Mapa dos limites do bairro.



Fonte: GOOGLE MAPS. Disponível em: <https://www.google.com/maps/place/Pechincha,+Rio+de+Janeiro+-+RJ/@-22.9297952,-43.351966,15z/data=!4m5!3m4!1s0x9bd8467fa83eb5:0xf5d6b9a9863dc514!8m2!3d-22.9288836!4d-43.3542305>

A denominação, delimitação e codificação do bairro Pechincha foi estabelecida pelo Decreto Nº 3158, de 23 de julho de 1981 com alterações do Decreto Nº 5280 de 23 de agosto de 1985 (ARMAZÉM DE DADOS, INSTITUTO PEREIRA PASSOS, s.l; s.d. b).

3.4 A importância das vias de acesso para o povoamento de Jacarepaguá

Conforme explicitado, a urbanização de Jacarepaguá foi fomentada pela abertura de vias ligando a região (ainda rural) aos centros urbanizados do Rio de Janeiro.

Nos anos 1930, houve a abertura de vias como a Estrada dos Três Rios e a Estrada do Pau Ferro. Nos anos 1940, a Fazenda Taquara foi desmembrada, dando origem à Estrada dos Bandeirantes. O crescimento teve novo incremento com a construção da estrada Grajaú-Jacarepaguá, em 1950, e seu asfaltamento em 1960. A duplicação da via, em 1982, aproximou ainda mais o centro urbano do ainda subúrbio rural da cidade (SANTANA, 2012, p. 107).

Nas décadas de 1950 e 1960, a política de industrialização promovida por Getúlio Vargas acabou por trazer um incremento populacional em Jacarepaguá na ordem de 50%, o que significou que a região cresceu 15% a mais que o Rio de Janeiro como um todo. Corroborando com tal crescimento, o governo programou novas obras viárias para a região. Na época também foram construídos conjuntos habitacionais, como a “Cidade de Deus”, que tinha por objetivo inicial servir de moradia para funcionários públicos do antigo estado da Guanabara, mas acabou por abrigar, em 1966, os desabrigados de um dos maiores temporais da história do Rio de Janeiro. Posteriormente, ocorreram invasões e construções irregulares, tornando o local como é hoje (SANTANA, 2012, p. 108-109).

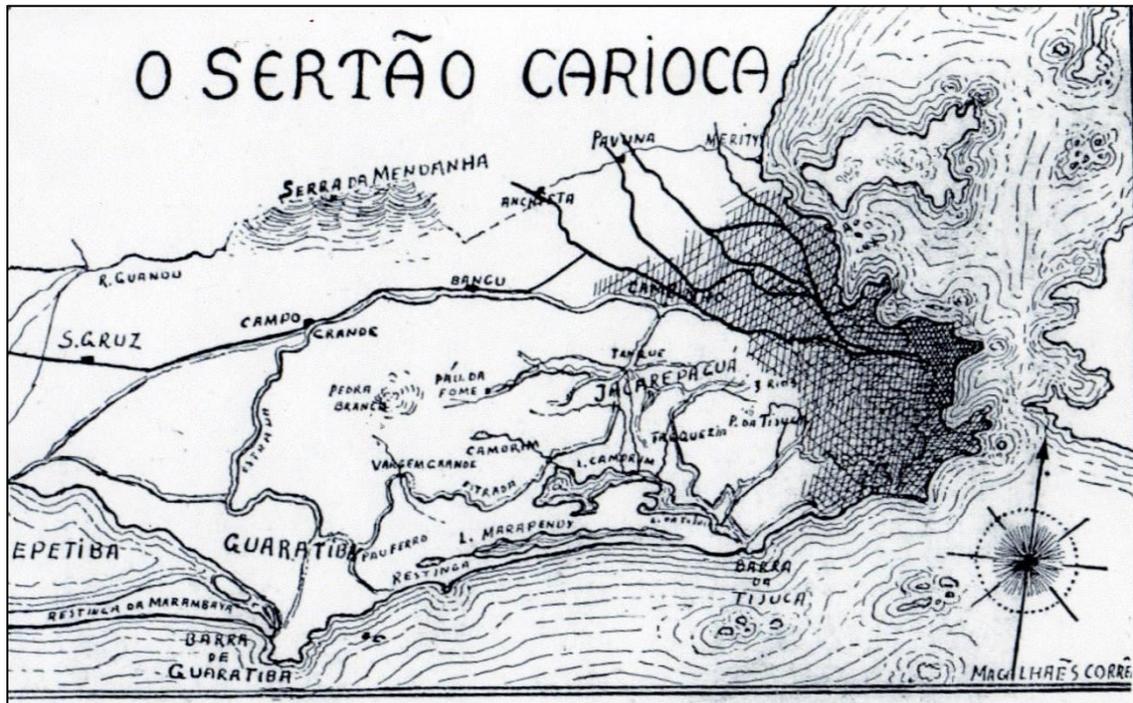
O Complexo da Autoestrada Lagoa-Barra, inaugurado em 1971, liga São Conrado ao Joá e também foi uma importante via para a urbanização da região. Tal via, reforçou o acesso à Barra da Tijuca e à baixada de Jacarepaguá, juntamente com a Avenida das Américas (antiga Rio-Santos). Também foi inaugurada a Avenida Ayrton Sena (antiga Alvorada), que estava prevista no Plano Piloto de Lúcio Costa. Nesse período, o número de construções na região aumentou, pois a mesma era percebida como uma alternativa aos já saturados bairros da zona sul carioca. Em 1995, surgiu a Linha Amarela, incrementando ainda mais a expansão imobiliária na região. Já em 2007 foram realizadas as obras do PAN e, em 2016, foi a vez das obras para a realização das Olimpíadas aquecerem o mercado imobiliário na região. Desta forma, as áreas pouco acessíveis e com características iminentemente rurais foram se consolidando em áreas de expansão urbana (SANTANA, 2012, p. 109-110).

3.5 Jacarepaguá: o *Sertão Carioca* de Magalhães Correia

Um dos primeiros e mais relevantes autores a pesquisar sobre Jacarepaguá foi o naturalista autodidata, taxologista, desenhista e escritor Magalhães Correia. Entre os anos de 1931 e 1932 ele publicou uma série de artigos no jornal *Correio da Manhã* sobre a região da baixada de Jacarepaguá. Tendo comprado uma chácara na região em 1929, Magalhães Correia, então conservador na seção de História Natural no Museu Nacional da Quinta da Boa Vista, no Rio de Janeiro, vislumbrava a possibilidade de pesquisar e documentar espécimes da fauna e flora ribeirinha carioca. Estabelecendo residência fixa em sua chácara, começou a documentar o cotidiano da população local, inteiramente distinto do modo de vida das regiões centrais do então Distrito Federal. Mais tarde, em 1936, é publicada uma edição coligida de seus textos no número 167 da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (SARMENTO, 1998, p. 5). Magalhães Correia inicia seus escritos delimitando a região e tal delimitação é feita a partir de uma apreensão da natureza, distinguindo o espaço por meio da exuberância do meio físico em contraposição ao espaço urbano:

A vasta zona da terra carioca, denominada planície de Jacarepaguá (vale dos jacarés), compreendida entre os maciços da Tijuca e da Pedra Branca, é constituída pelos vales dos tributários das lagoas da Tijuca e Camorim; por essas lagoas e a da Marapendi (mar limpo), na restinga de Itapeba (Lage), pelos Campos de Sernambetiba e pela restinga de Jacarepaguá, com suas dunas, a qual é o anteparo do Oceano Atlântico. Começa no Campinho, com o nome de Marangá (vale da batalha) entre este e o morro do Valqueire (vale de pau ferro), na altitude de 40 metros do nível do mar. No Tanque, a 14 quilômetros do Campinho, dilata-se consideravelmente, chegando a ter 6 quilômetros de largura. Deste ponto, vai progressivamente aumentando, até encontrar o oceano, onde alcança a sua maior largura, formada pela bacia hidrográfica das lagoas da Tijuca, Camorim, Marapendi e Campo de Sernambetiba. Aí da Barra da Tijuca (Morro da Juatinga – Jua branco) até a base do Morro das Piabas, alcança 23 quilômetros de extensão, mais ou menos. Do Campinho ao oceano, a extensão é de 15 quilômetros; o terreno vai em declive suave, seco, até as Estradas da Tijuca, do Camorim, Vargem Grande e Piabas; daí ao litoral, pode-se dizer, é quase em sua totalidade alagadiço, com lagoas, os campos (Sernambetiba), as matas Tropicófilas e as Halófilas. Essa grande planície tem por assim dizer a forma topográfica de um funil, cuja área é calculada em 160.000.000 de metros quadrados. Foi nesse pedaço do Distrito Federal que muito me impressionou e por isso pensei relatá-lo em pálidas notas, apanhadas em excursões, visto não ter sido objeto de observação de nossos estudiosos, Aí encontrei uma população laboriosa, bem brasileira, cujos usos e costumes me levaram à denominação de Sertão Carioca (MAGALHÃES CORREIA, 1936, p. 23-24).

Figura 3 - Mapa do “Sertão Carioca”, desenhado por Magalhães Correia.



Fonte: MAGALHÃES CORREIA (1936, p. 272).

“O Sertão Carioca”, título da obra de Magalhães Correia indica a matriz epistêmica sob a qual o autor delimitava seu objeto: uma suposta realidade sertaneja, que se contrapunha à realidade atlântica, num padrão de alteridade civilizacional que na época dominava o pensamento social brasileiro no sentido de construir alternativas para o desenvolvimento da sociedade brasileira. Conforme Carlos Eduardo Sarmento:

Desde o final do século XIX, a intelectualidade brasileira já havia formulado uma estratégia discursiva possível para compreender a inteligibilidade do fenômeno civilização-progresso, fundando-se esta estratégia em um eixo distintivo entre tradição e progresso, onde cidade/litoral se contrapunham a campo/sertão. Tal matriz interpretativa da diversidade brasileira foi inaugurada por Euclides da Cunha, em *Os sertões*, obra que se afastava da visão de um regionalismo romântico, presente em autores como José de Alencar e Gonçalves Dias. [...] No contato com a representação do sertão idílico sedimenta-se o eixo básico de todo o proselitismo embutido no discurso de Magalhães Corrêa. A dicotomia urbano-sertanejo é uma característica dos processos civilizatórios, no entanto a matriz sertaneja deve conviver com a urbana, não devendo ser descaracterizada em sua essência (SARMENTO, 1998, p. 3-15)

Tal discussão é acionada na tentativa de compreender o imaginário social presente hoje em torno de Jacarepaguá – e do Pechincha.

Como pôde ser visto, as características de origem da região estão estritamente ligadas ao modo de vida rural, o que inclui a presença de fauna e flora ricas, devidas principalmente à

proximidade do Maciço da Pedra Branca e à Floresta da Tijuca (SANTANA, 2012, p. 112). Também a forte presença religiosa da igreja católica nos primórdios do povoamento e ao longo da urbanização são marcas ainda presentes no imaginário sobre a região. Não é a toa, em 2009, foi aprovado pela Câmara de Vereadores um projeto de lei³⁰ que reconhece “as sete maravilhas do bairro de Jacarepaguá”³¹, que são parques, igrejas e fazendas coloniais. As maravilhas são: (1) Igreja Nossa Senhora da Penna; (2) Parque da Pedra Branca; (3) Igreja Nossa Senhora dos Remédios; (4) Fazenda da Baronesa – Taquara; (5) Parque Pinto Teles; (6) Colina da Boiúna, e; (7) Aqueduto ao lado da Igreja Nossa Senhora dos Remédios.

3.6 Para entender *Jacarepaguá*: a divisão institucional da cidade do Rio de Janeiro

Os limites administrativos do espaço físico da cidade Rio de Janeiro sofreram intensas modificações desde os anos 1960. Com vistas a coordenar as atividades dos estabelecimentos e serviços de natureza local ou distrital, a partir de 1961, ainda no então Estado da Guanabara, o governador Carlos Lacerda instituiu em caráter experimental as chamadas Regiões Administrativas (RA). Desde então ocorreram seguidas mudanças³² e atualmente a cidade se divide em cinco Áreas de Planejamento (AP), que por sua vez são divididas em 16 Regiões de Planejamento (RP), subdivididas em 33 Regiões Administrativas (RA)³³, às quais são compostas por um total de 161 bairros, conforme apresentado nas Figuras 4 e 5.

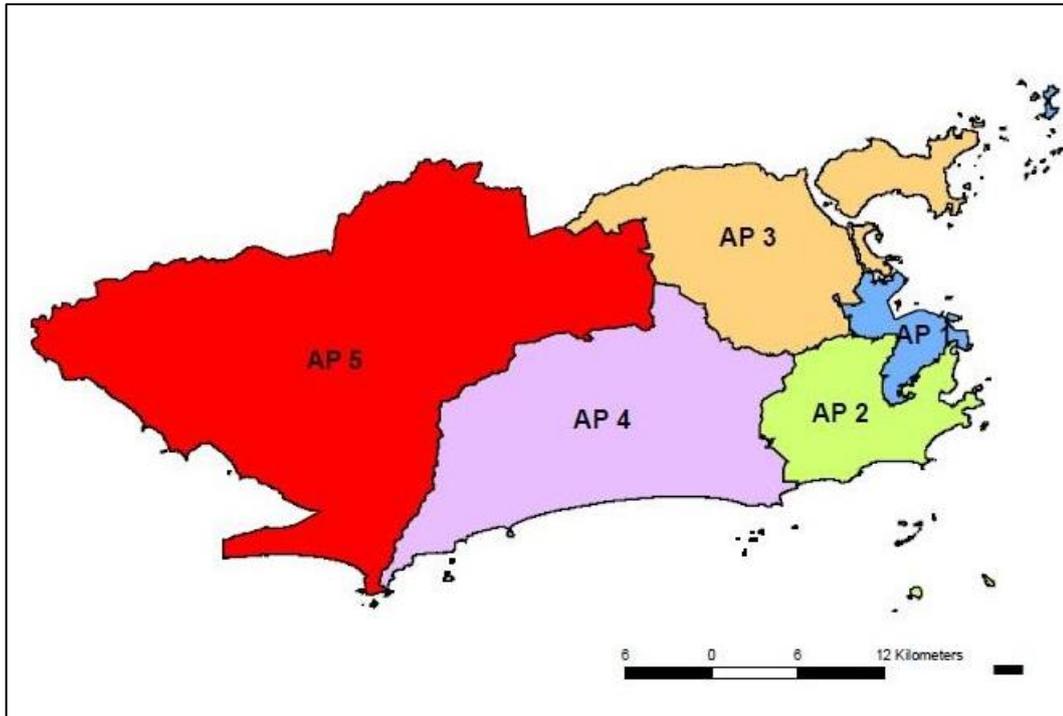
³⁰ Trata-se do Projeto de Lei Nº 464/2009.

³¹ Nesta definição de Jacarepaguá como um bairro está, mais uma vez, inscrita a confusão epistemológica na caracterização do espaço, posto que Jacarepaguá é um conjunto de bairros. Embora haja na região um bairro de mesmo nome, os locais mencionados encontram-se fora do domínio do *bairro* e dentro do domínio da *região*.

³² Para uma descrição detalhada dos decretos que estabeleceram os limites administrativos da cidade, bem como suas Áreas de Planejamento e limites dos bairros, ver: Alem, 2015.

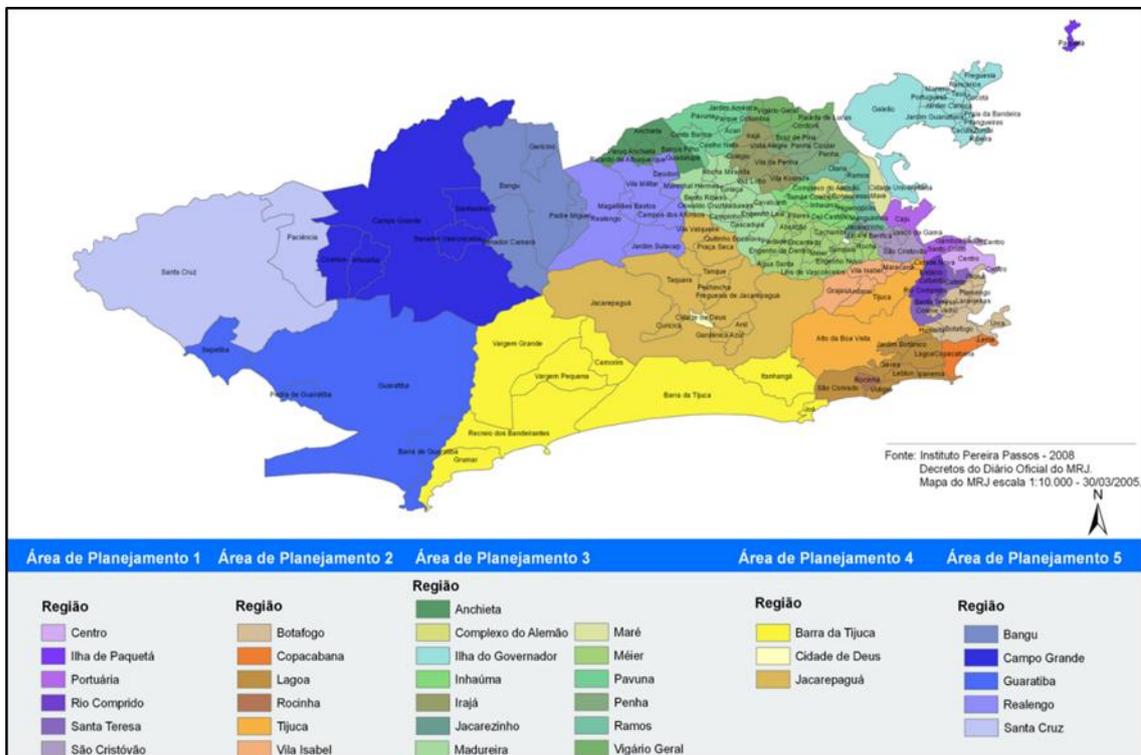
³³ Diferentemente das demais divisões, as RAs são designadas por algarismos romanos.

Figura 4 - Áreas de Planejamento do município do Rio de Janeiro.



Fonte: INSTITUTO PEREIRA PASSOS apud OLIVEIRA, 2008, p.10.

Figura 5 - Divisões administrativas do município do Rio de Janeiro.



Fonte: BLOG MAPA AMBIENTAL. Disponível em: <http://mapaambiental.blogspot.com.br/2010/08/bairros-do-rio-de-janeiro-shapefile-e.html>

3.7 Períodos de urbanização das Áreas de Planejamento (APs)

Conforme Fabrício Leal de Oliveira (2008), as Áreas de Planejamento (AP) que compõem a cidade do Rio de Janeiro foram urbanizadas e ocupadas em diferentes períodos³⁴, conforme o Quadro 2. Ainda de acordo com o autor, a AP-1 é a área de ocupação mais antiga e consolidada, seguida, cronologicamente, pela AP-2, AP-3, AP-5 (basicamente em função dos antigos núcleos junto à estrada de ferro) e, por fim, tem-se a ocupação da AP-4 (OLIVEIRA, 2008, p. 10).

Quadro 2 - Processo de consolidação da ocupação urbana do município do Rio de Janeiro 1991 a 2000.

Área de Planejamento (AP)	Início	Final
AP-1	Séculos XVI/XVII	Final do século XIX/1910
AP-2	Início do Século XIX	1930/1960 (consolidação posterior: Rocinha e São Conrado)
AP-3	1858/1870	1930/1960 (consolidação posterior: Anchieta e Pavuna)
AP-4	1940/1960	1960/século XXI (em processo de consolidação: Vargem Grande, Vargem Pequena e Recreio dos Bandeirantes).
AP-5	1978	1940/Século XXI (em processo de consolidação: principalmente Guaratiba e Santa Cruz).

Fonte: ABREU (1987), BARREIROS (1965) e PREFEITURA... (2000) apud OLIVEIRA (2008, p.11).

3.8 Áreas de Planejamento e classes socioeconômicas

Em função da bem marcada estratificação espacial no Rio de Janeiro, cada AP tende a expressar, no seu conjunto, as características socioeconômicas das classes sociais que lhe são predominantes. Cavallieri et al (2007) realizaram um estudo que, embora seja sobre favelas, menciona características das 5 APs que compõem a cidade.

Segundo os autores, a AP-1 (Centro) é o coração urbano, centro histórico e de negócios, com pequena população total. A AP-2 (Zona Sul) é a tradicional região das elites e classes médias bem situadas, que já concentrou um grande número de favelas, as quais

³⁴ Oliveira (2008, p. 11) alerta que este Quadro é uma simplificação esquemática e, portanto, não se pode afirmar que o processo de consolidação destas áreas tenha sido finalizado. Mesmo o termo “consolidação” é problematizado pelo autor. Trata-se de um termo impreciso, que pode se referir tanto às áreas ocupadas com edificações horizontais quanto às áreas verticalizadas e mesmo as áreas centrais e verticalizadas também estão sujeitas a novos processos de transformação e ocupação.

atualmente respondem por 13% do território devido ao massivo processo de remoção ocorrido nos anos 1960/70. A AP-3 (Zona Norte), primeira zona industrial da cidade, é bem servida de meios de transporte, bastante próxima do centro e conta com muitos estabelecimentos empregadores de mão-de-obra. A AP-4 (Jacarepaguá/Barra) é uma área de expansão recente dos bairros oceânicos de classe alta e com grande oferta de trabalho nos setores de comércio, serviços e construção civil. Tal região vem apresentando crescimento acelerado nos últimos anos e, sobretudo em sua porção interiorana, dispõe também de terra livre, embora ambientalmente frágil, ao longo de cursos d'água e em baixadas inundáveis. Por fim, a AP-5 (Zona Oeste) é uma região plana com grande disponibilidade de terra vazia e de baixo valor no mercado imobiliário (CAVALLIERI et al, 2007, p. 6).

A Tabela 1 apresenta a distribuição diferenciada da população das favelas por Áreas de Planejamento (APs), bem como as classes sociais predominantes em cada uma das APs. (CAVALLIERI et al, 2007, p. 6).

Tabela 1 - Cidade do Rio de Janeiro: população total e em favelas por Áreas de Planejamento em 2000.

Áreas de Planejamento (AP) por classes sociais predominantes	População total		População em favelas		B/A (%)
	N (A)	%	N (B)	%	
Rio de Janeiro	5.857.904	100,00	1.092.476	100,00	18,65
AP 1 – Baixa classe média - área central histórica e de negócios	268.280	4,58	76.787	7,03	28,62
AP 2 – Classe alta e média alta - litorânea próxima ao centro	997.478	17,03	146.538	13,41	14,69
AP 3 – Classes média e baixa - periferia imediata	2.353.590	40,18	544.737	49,86	23,14
AP 4 – Classes alta e média alta - expansão da zona nobre	682.051	11,64	144.394	13,22	21,17
AP 5 – Classe baixa - periferia distante	1.556.505	26,57	180.020	16,48	11,57

Fonte: CAVALLIERI et al (2007, p. 5).

3.9 Rendimento médio domiciliar *per capita*

Segundo o Instituto Pereira Passos (IPP), a maior parte dos responsáveis pelo domicílio no Município do Rio de Janeiro tem rendimento nominal entre um e dois salários mínimos: trata-se de 23,5% do total de responsáveis. A imensa maioria – 88,7% – recebe até 10 salários mínimos (incluindo os sem rendimento) e apenas 4,1% ganham mais de 20

salários mínimos. Entre 2000 e 2010, a renda média domiciliar *per capita* na cidade aumentou de R\$ 1.181,09 para R\$ 1.420,88 (INSTITUTO PEREIRA PASSOS, 2013, p. 10).

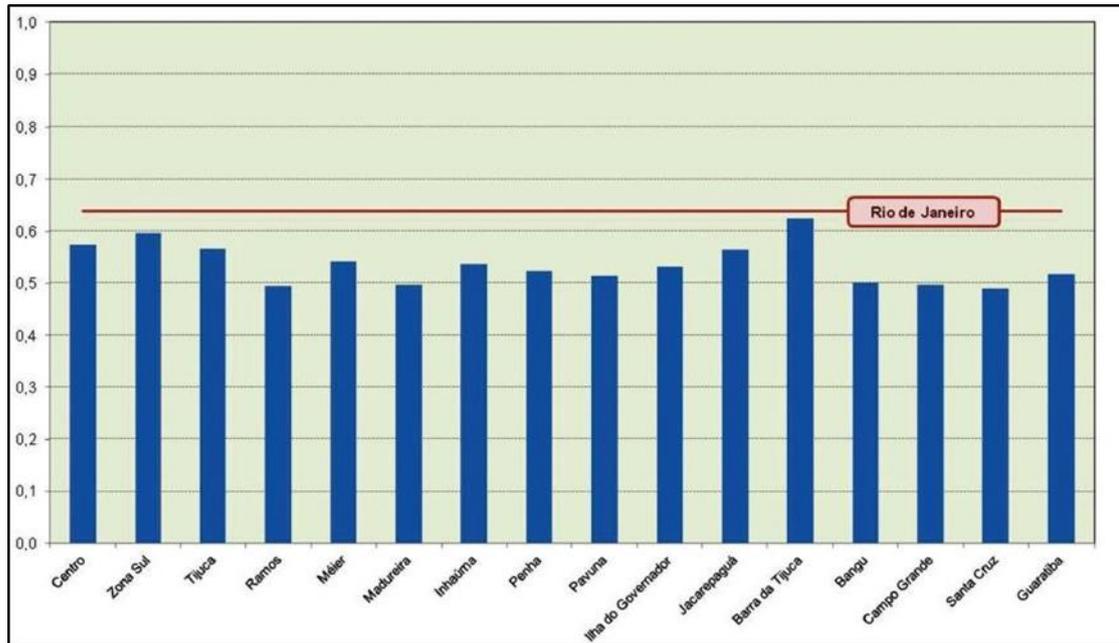
O Rio de Janeiro é um município de renda mal distribuída quando o assunto é a desigualdade entre as diferentes Regiões de Planejamento (RPs). Enquanto a renda domiciliar *per capita* média da cidade era, segundo o último Censo, de R\$ 1.420,88; Regiões de Planejamento como a Zona Sul e a Barra da Tijuca alcançavam R\$ 3.894,98 e R\$ 3.772,62, respectivamente. Fazendo as contas, a RP de maior renda (Zona Sul) tinha um valor 7,6 vezes maior que a RP de menor renda (Santa Cruz), cuja média era de R\$ 512,47. Apenas três Regiões de Planejamento ficam acima da linha que marca a média de renda do município: Zona Sul, Barra da Tijuca e Tijuca (INSTITUTO PEREIRA PASSOS, 2013, p. 9).

3.10 Desigualdade intra-municipal

Segundo o Censo de 2010, o Índice de *Gini*³⁵ da Cidade do Rio de Janeiro, ficou em 0,6393. Superando a média do Brasil (0,609). Na cidade do Rio de Janeiro há muito mais desigualdade entre os bairros do que dentro deles. Um indicativo disso é que o *Gini* da cidade supera o das próprias Regiões de Planejamento. A desigualdade é elevada tanto em Regiões de maior renda, quanto naquelas de menor renda. Contudo, há menos desigualdade em áreas mais pobres que nas regiões mais prósperas. De fato, o *Gini* é maior na Zona Sul e na Barra da Tijuca, e menor em Ramos e Santa Cruz (INSTITUTO PEREIRA PASSOS, 2013, p. 13).

Na cidade do Rio de Janeiro, os 20% mais ricos têm renda média 38,6% superior aos 20% mais pobres, superando o Brasil como um todo (34%). Outra evidência da desigualdade no município é o fato de que na RP Barra da Tijuca essa diferença alcança 58,9%. Já as RPs Madureira e Ramos apresentam o mais baixo diferencial entre os 20% mais ricos e os 20% mais pobres: 16,1% (INSTITUTO PEREIRA PASSOS, 2013, p. 14).

³⁵ O índice de *Gini* mede a desigualdade, utilizando uma escala que vai de 0 a 1: sendo que 0 é a igualdade total e o 1 a desigualdade máxima.

Gráfico 4 - Índice de *Gini* das Regiões de Planejamento, 2010.

Fonte: INSTITUTO PEREIRA PASSOS (2013, p. 14).

3.11 Migrações intra-municipais: áreas de expansão

Fabrcio Leal de Oliveira (2008) alerta que as informações sobre as dinâmicas intra-municipais são muito mais difíceis de ser obtidas do que as informações sobre a dinâmica municipal de maneira geral, uma vez que não há informações censitárias disponíveis sobre migrações intra-municipais. No que diz respeito às áreas de expansão urbana³⁶, o autor atribui a maior parte do acréscimo populacional à migração de populações de outros bairros com perfil demográfico e socioeconômico desconhecido.

A exemplo do ocorrido em Itaipu (Niterói) e no Recreio dos Bandeirantes (Rio de Janeiro), as áreas de expansão urbana da Região Metropolitana do Rio de Janeiro que concentram a atuação da incorporação imobiliária formal apresentam grandes transformações, inclusive no perfil socioeconômico de sua população³⁷ (OLIVEIRA, 2008, p. 12).

³⁶ Oliveira (2008, p. 2) utiliza o termo “área de expansão urbana” para referir-se a áreas próximas ou contíguas ao tecido urbano consolidado, com população e densidade significativamente mais baixas do que o restante da cidade, com quantidade expressiva de vazios urbanos e, eventualmente, com ocorrência de usos agrícolas.

³⁷ A região de Itaipu, na cidade de Niterói, em 1980 era formada basicamente por agricultores e pescadores e, sua inserção na estrutura urbana alterou-se após a construção da Ponte Rio-Niterói de 1976 e o afluxo de novos residentes de classe média e alta de Niterói e do Rio de Janeiro. Entre 1991 e 2000, o bairro de Recreio dos Bandeirantes no Rio de Janeiro passava por mudança semelhante no perfil da população residente. Diferentemente, periferias cariocas como Campo Grande, Guaratiba e Santa Cruz, que outrora apresentaram focos de urbanização e com ocorrência expressiva de loteamentos irregulares e clandestinos mantiveram o perfil populacional de baixa renda (OLIVEIRA, 2008, p. 12-13).

Tabela 2 - População residente e taxas médias geométricas anuais de crescimento populacional segundo bairros em áreas de expansão dos municípios do Rio de Janeiro e Niterói.

Bairros Rio e Niterói	População 1970	Taxa 1970-1980	População 1980	Taxa 1980-91	População 1991	Taxa 1991-00	População 2000
Jacarepaguá	*	*	36.443	4,6%	59.712	6,0%	100.822
Joá	*	*	867	-0,5%	823	1,9%	971
Itanhangá	*	*	5.028	6,4%	9.918	9,2%	21.813
Barra da Tijuca	*	*	24.126	9,2%	63.492	4,2%	92.233
Camorim	*	*	341	-7,5%	145	20,7%	786
Vargem Pequena	*	*	3.456	-0,2%	3.394	14,6%	11.536
Vargem Grande	*	*	4.765	2,9%	6.558	4,0%	9.306
Recreio dos Bandeirantes	*	*	5.276	9,5%	14.344	11,3%	37.572
Grumari	*	*	86	2,8%	117	1,7%	136
Guaratiba	*	*	38.731	2,3%	49.475	6,5%	87.132
Barra de Guaratiba	*	*	3.207	2,0%	4.009	1,0%	4.380
Pedra de Guaratiba	*	*	5.128	3,2%	7.290	3,2%	9.693
Camboinhas	433	-7,3%	202	14,9%	926	13,4%	2.863
Engenho do Mato	920	5,8%	1.612	12,6%	5.921	8,4%	12.219
Jacaré	753	6,2%	1.372	5,9%	2.582	5,4%	4.154
Itaipu	2.354	4,8%	3.754	10,4%	11.136	5,0%	17.330
Piratininga	1.818	4,4%	2.916	11,1%	9.268	4,9%	14.297
Itacoatiara	621	0,8%	673	3,6%	995	3,3%	1.334
Cafubá	475	13,0%	1.609	3,8%	2.417	4,5%	3.593

*: Sem informação confiável para o ano.

Fonte: OLIVEIRA (2008, p. 15).

Como é possível observar na Tabela 2, a velocidade de crescimento da população – muito grande no início da incorporação de uma área de expansão à dinâmica metropolitana – tende a se reduzir significativamente quando a área dá sinais de consolidação (vide os casos dos bairros de Itaipu, Piratininga, Barra da Tijuca e Vargem Pequena). Oliveira (2008) preconiza que, muito antes que se esgotem as possibilidades de construção de uma determinada área (no caso, a RP - Barra da Tijuca), parte dos capitais investidos no circuito imobiliário se desloca para outras áreas onde os preços fundiários são mais baixos e onde é considerado possível alterar a convenção urbana existente e criar condições para a realização de um lucro extraordinário (OLIVEIRA, 2008, p. 24).

No que diz respeito à evolução da participação das Áreas de Planejamento (AP) no total do aumento populacional do Rio de Janeiro, no período entre 1980 e 1990 a AP-4 e AP-5 respondiam juntas por 111% do aumento populacional (42,5% e 68,1%, respectivamente). Enquanto isso, a AP-3 participava de 19,4% do aumento. Já a AP-1 e a AP-2 perdiam população (-8,4% e -21,6%, respectivamente). Tais diferenças se mantiveram relativamente estáveis no período seguinte, entre 1990 e 2000 (OLIVEIRA, 2008, p. 17-18).

Tabela 3 - Evolução da participação das Áreas de Planejamento do município do Rio de Janeiro no total do aumento populacional nos períodos 1980 a 2000.

Período	AP-1	AP-2	AP-3	AP-4	AP-5
1980-1990	-8,4%	-21,6%	19,4%	42,5%	68,1%
1990-2000	-9,9%	-10,6%	9,5%	41,5%	69,5%

Fonte: OLIVEIRA (2008, p. 18).

3.12 Do macro ao meso: algumas considerações sobre a baixada de Jacarepaguá

Atualmente a baixada de Jacarepaguá é denominada pela prefeitura como Área de Planejamento (AP) 4 e é composta por dezenove bairros divididos em duas Regiões de Planejamento (RP) que, por sua vez, se subdividem em outras três Regiões Administrativas (RA)³⁸, conforme o Quadro 3.

Quadro 3 - Subdivisões Administrativas da Área de Planejamento 4.

AP	RP	RA	Bairros	Código
Área de Planejamento 4 (AP 4)	Região de Planejamento: 4.1 – Jacarepaguá	Região Administrativa: XVI Jacarepaguá	Jacarepaguá	115
			Anil	116
			Gardênia Azul	117
			Curicica	119
			Freguesia (Jacarepaguá)	120
			Pechincha	121
			Taquara	122
			Tanque	123
			Praça Seca	124
			Vila Valqueire	125
		Região Administrativa: XXXIV Cidade de Deus	Cidade de Deus	118
	Região de Planejamento: 4.2 – Barra da Tijuca	Região Administrativa: XXIV Barra da Tijuca	Joá	126
			Itanhangá	127
			Barra da Tijuca	128
			Camorim	129
			Vargem Pequena	130
			Vargem Grande	131
			Recreio dos Bandeirantes	132
			Grumari	133

Fonte: Adaptado de SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO (SMU), S.I., s.d.

³⁸ Para uma descrição detalhada de todas as Áreas de Planejamento e limites dos bairros, ver: Alem, 2015.

3.13 Urbanização e povoamento da Barra da Tijuca e da baixada de Jacarepaguá

Tatiana Fernanda Dias da Silva (2014) analisou o Plano Piloto para urbanização e zoneamento da baixada de Jacarepaguá e Barra da Tijuca, elaborado pelo engenheiro Lucio Costa em 1969 e as alterações urbanísticas da região até os dias de hoje. Segundo a autora, a região foi uma das poucas áreas na cidade do Rio de Janeiro a sofrer um processo de planejamento e ocupação. O objetivo do Plano era ligar o antigo centro histórico da cidade ao futuro centro, que seria construído em Santa Cruz, direcionando o crescimento da cidade para a Zona Oeste (SILVA, 2014).

Cumprir destacar que, já de início, as diretrizes traçadas por Lúcio Costa davam sinal de descumprimento, pois os terrenos da localidade eram particulares e seus proprietários não queriam ver a ocupação de suas terras determinada pelo Estado. Como a propriedade da terra era basicamente privada, caberia como função do poder público apenas implantar a infraestrutura e estabelecer as diretrizes de ocupação da região.

O Plano Piloto foi estruturado em 1969, no início da época conhecida como “milagre econômico”. Neste período, o governo federal destinou volumosos recursos para o Banco Nacional de Habitação (BNH) com o objetivo de financiar a construção civil. Quem mais se beneficiou com os financiamentos do BNH foi a classe média, que aproveitou o recurso disponibilizado pelo governo para adquirir imóveis na nova área (Barra da Tijuca) que se urbanizava (SILVA, 2014).

A primeira ocupação da região, nos anos 1970, foi feita por antigos moradores da Zona Sul. Na respectiva década foram erguidos na Barra da Tijuca os condomínios Nova Ipanema, Novo Leblon, e ainda, Atlântico Sul, Barramares e Riviera Del Fiori. Ambos arquitetados junto à Avenida das Américas, com apartamentos de dois, três e quatro quartos, concebidos por torres espaçadas, dentro de um conceito de lazer (com piscinas e infraestrutura esportiva) e afastados das ruas onde circulam os automóveis (SILVA, 2014).

Durante os anos 1980 a Barra da Tijuca vivenciou uma explosão demográfica: praticamente todos os terrenos ao longo das suas avenidas foram ocupados por grandes condomínios residenciais, parques, supermercados, *shopping centers*, escolas e hospitais. As avenidas foram duplicadas e receberam sinalização. Por toda a década de 1990, as grandes empresas continuaram a ter amplo espaço de atuação na Barra da Tijuca. Morar na Barra virou sinônimo de morar em condomínios fechados – verdadeiras ilhas habitacionais onde se vende conforto, segurança e lazer (SILVA, 2014).

No final de 2009, o município do Rio de Janeiro foi escolhido para sediar os Jogos Olímpicos de 2016. A escolha da cidade como anfitriã ajudou a impulsionar ainda mais o já expressivo crescimento econômico da Barra da Tijuca.

Desde então, uma série de projetos foram aprovados pela prefeitura no intuito de melhorar o transporte viário, promover a despoluição das lagoas e canais, o saneamento e a infraestrutura dos bairros que compõem as Regiões Administrativas (RAs) da Barra da Tijuca e de Jacarepaguá, uma vez que nessas áreas aconteceria grande parte dos jogos (cerca de 50% das competições) e seria instalada a Vila Olímpica. Cumpre destacar que, mesmo após a realização desses “megaeventos”, muitos destes projetos não saíram do papel e outros tantos não se realizaram de todo.

Com base nos dados do Portal GEORIO e do Censo do IBGE de 2010, Silva (2014) apresenta o singular crescimento populacional das regiões administrativas que compõem a baixada de Jacarepaguá e Barra da Tijuca: entre 2000 e 2010 a população total da região passou de 682.195 habitantes para 909.368. Tal crescimento populacional se deu em grande parte por causa da Região Administrativa da Barra da Tijuca, que no ano de 2000 possuía uma população de 174.353 habitantes e saltou para 300.823 em 2010 (crescimento de 72,5%). Ao comparar a RA Barra da Tijuca (XXIV - RA) com a RA Jacarepaguá (XVI - RA), esta última apresentou um crescimento populacional de 21,8%, passando de 469.682 moradores para 572.030. Enquanto isso, a RA Cidade de Deus (XXXIV - RA) sofreu retração, passando de 38.016 habitantes em 2000 para 36.515 em 2010, o equivalente a uma redução de 4%.

A autora destaca que esse rápido crescimento populacional, decorrente das construções de empreendimentos comerciais e moradias para as classes média e alta, somado à falta de políticas de saneamento resultaram em problemas ecológicos de poluição hídrica, em aterros indiscriminados, em favelização e ocupação irregular das margens de rios e lagoas, além de gerar constantes congestionamentos no trânsito por conta do sistema de transporte público deficiente na região.

3.14 Preços do metro² no bairro Pechincha

A partir da publicação da Lei de Terras³⁹, em 1850, todo o território brasileiro passou a ser dotado de valor de troca, de forma que “o espaço urbano com potencial habitacional passa a ser um produto com todas as características dos demais produtos comercializados,

³⁹ BRASIL. Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L0601-1850.htm

possui preço que varia de acordo com a respectiva qualidade, que é a localização, as condições da vizinhança, o aparato urbano disponível, etc” (CARDOSO, 2009, p. 20).

Conforme Pedro Abramo e Teresa Cristina Faria (1998), a estrutura residencial é fruto da dinâmica de valorização/desvalorização intra-urbana que é empreendida pelos investimentos imobiliários, os quais regulam o mercado imobiliário e modificam o estoque residencial e a estrutura de preços. Desta forma, a estruturação urbana tem como caráter determinante a ação dos capitais imobiliários através da busca de lucro (ou “*mark-up*”, na linguagem mercadológica). Para atingir estes ganhos, o capital imobiliário se utiliza de estratégias como a delimitação de áreas de valorização e a inovação/diferenciação do produto-habituação. Tal inovação/diferenciação refere-se tanto aos atributos do imóvel em si, quanto à alteração do padrão de ocupação de toda uma área, o que se traduz em externalidades que são incorporadas ao valor dos imóveis, definindo o acesso diferenciado das famílias balizado pelas possibilidades inerentes aos seus rendimentos (ABRAMO e FARIA, 1998, p. 422-423).

De acordo com esse pressuposto e em conformidade com o exposto nas seções anteriores, o espaço – enquanto bem comercializável – expressa diferenças sociais sob vários aspectos, dentre eles, os preços praticados em determinadas localidades.

Numa tentativa de caracterizar o bairro Pechincha e compreender a camada média que é investigada nesta tese de Doutorado, foi realizado um breve levantamento dos preços do metro² praticados na cidade do Rio de Janeiro e na região de Jacarepaguá.

De acordo com o portal imobiliário *Agente Imóvel*, o preço médio do metro² para a compra de um imóvel⁴⁰ no bairro do Pechincha⁴¹ é de R\$ 4.834. O mesmo portal anuncia os logradouros mais valorizados do bairro, onde a Estrada do Pau Ferro – via na qual se situa o condomínio onde foi realizada a pesquisa – é a segunda mais cara:

⁴⁰ Avaliação realizada em agosto de 2018, com uma amostra de 180.584 unidades. Cf. Site Agente Imóvel [b] Disponível em: https://www.agenteimovel.com.br/mercado-imobiliario/a-venda/rio-de-janeiro,rj/preco_medio_m2/

⁴¹ Avaliação realizada em agosto de 2018, com uma amostra de 3.573 unidades. Cf. Site Agente Imóvel [c]. Disponível em: https://www.agenteimovel.com.br/mercado-imobiliario/a-venda/pechincha,rio-de-janeiro,rj/preco_medio_m2/

Figura 6 - Ruas mais caras do bairro Pechincha.

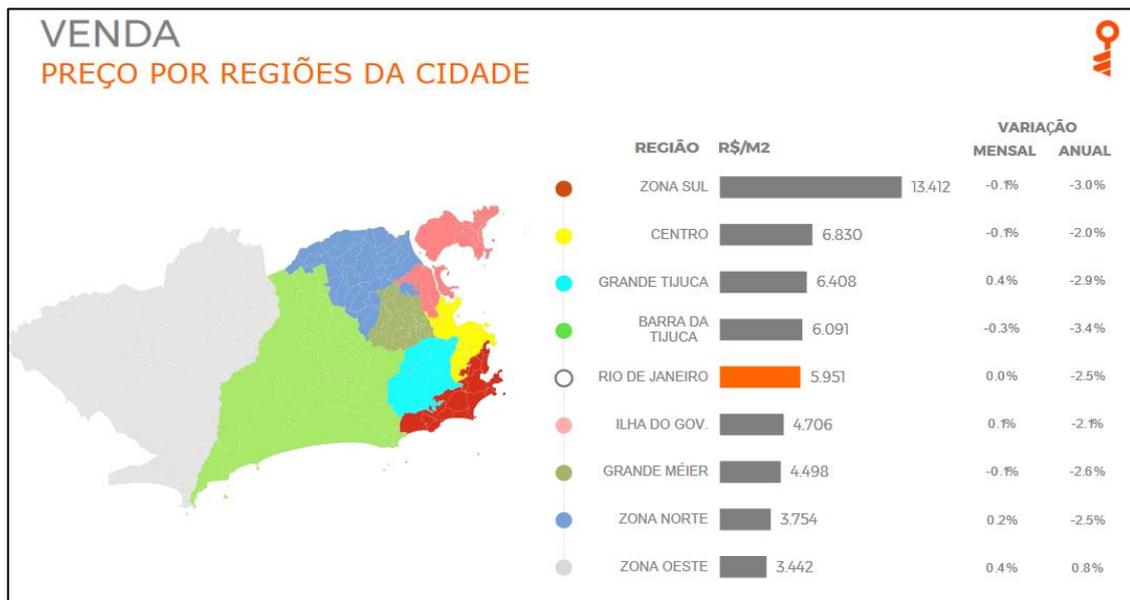
As 10 ruas mais caras em Pechincha

Rua	Alteração Mensal	Preço por M2	Preço Medio
1 Estrada Capenha	+1.59%	5.282	415.525
2 Estrada Pau-Ferro	+3.39%	5.259	502.055
3 Rua Samuel Das Neves	+1.95%	5.148	721.492
4 Rua Coronel Tedim	-4.29%	5.108	424.941
5 Rua Artur Orlando	+3.00%	5.018	310.644
6 Rua Retiro Dos Artistas	+1.32%	5.018	456.999
7 Rua Comendador Siqueira	-2.20%	4.934	668.257
8 Avenida Geremário Dantas	-2.70%	4.903	304.445
9 Rua Professor Henrique Costa	-1.31%	4.888	348.803
10 Rua Alexandre Ramos	-0.43%	4.810	400.219

Fonte: SITE AGENTE IMÓVEL [a]. Disponível em: https://www.agenteimovel.com.br/mercado-imobiliario/a-venda/pechincha,rio-de-janeiro,rj/preco_medio_m2/

Já o portal *Imovelweb*, em recente relatório sobre o mercado imobiliário na cidade, indica que o preço médio de venda do metro² no Rio de Janeiro é de R\$ 5.951.

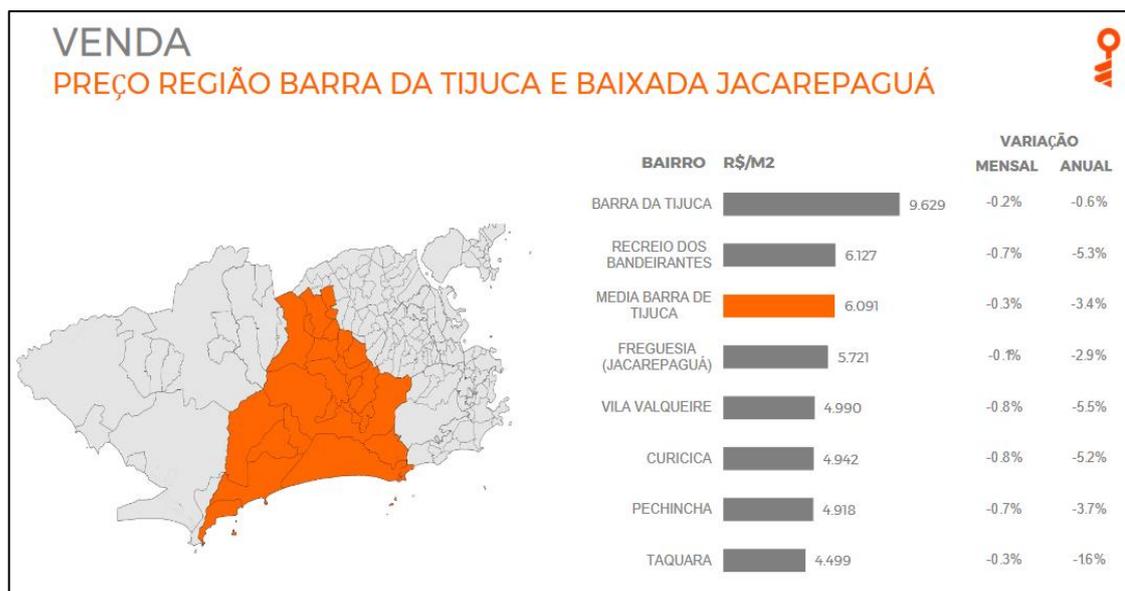
Figura 7 - Preços por regiões da cidade.



Fonte: IMOVELWEB INDEX, 2018, p. 7. Disponível em:

http://produto.imovelweb.com.br/2018/marketing/Index/INDEX-RIO_RELATORIO-2018-09.pdf

Figura 8 - Preços da região da Barra da Tijuca e baixada de Jacarepaguá.



Fonte: IMOVELWEB INDEX, 2018, p. 11. Disponível em:

http://produto.imovelweb.com.br/2018/marketing/Index/INDEX-RIO_RELATORIO-2018-09.pdf

Tanto o portal *Imovelweb* quanto o *Agente Imóvel* auferem valores bem parecidos no que tange metro² no bairro Pechincha – R\$ 4.918 e R\$ 4.834, respectivamente.

Considerando estes valores, pode-se afirmar que os valores do metro² do bairro estão bem próximos à média da cidade, o que é mais um indicativo de que o bairro potencialmente abriga camadas médias no tocante à estratificação social da cidade.

3.15 Morar em condomínios: auto-segregação socioespacial

Em sua análise acerca da estruturação intra-urbana na cidade do Rio de Janeiro, Abramo e Faria (1998) caracterizam a região de Jacarepaguá pela grande quantidade de terras vazias e pela proximidade com a Barra da Tijuca. Os autores defendem que a região despontou na década de 1980 “como área potencial da atividade imobiliária, atuando de forma a atrair a população de maior renda, lançando condomínios similares aos da Barra da Tijuca em determinadas áreas, e em outras, reproduzindo o mesmo padrão que se consolidou na Zona Sul, prédios com varandas” (ABRAMO e FARIA, 1998, p. 426). De fato, é visível pelas ruas a presença de condomínios de casas e de prédios, enquanto característica do modo de vida na região de Jacarepaguá e, especial do bairro Pechincha.

Em relação a uma possível gênese dos *condomínios fechados*, Rita Raposo (2008) preconiza que sua primeira aparição evoca o caso da praça residencial britânica, a qual

manifestava os desejos de segregação de classe, de isolamento doméstico e de privatização de espaços abertos, o que viria a constituir mais tarde a base da vida suburbana nas cidades europeias e americanas. A praça residencial britânica surge em Londres no século XVII e sua origem aristocrática acomodava moradias urbanas da nobreza inglesa que nelas residia durante o período de inverno. O terreno pertencia a um senhor, que o arrendava a especuladores ou aos próprios residentes, introduzindo nele a lógica capitalista (RAPOSO, 2008, p. 120). Entretanto, foi nos EUA que o fenómeno atingiu sua mais rápida expressão, por meio das chamadas “*gated communities*”, ou empreendimentos residenciais com plano diretor que resultavam de grandes operações privadas de loteamento e urbanização do solo. Tais empreendimentos tinham por características:

(1) uma fronteira definida; (2) um carácter consistente, se bem que não necessariamente uniforme; (3) o controle total realizado por uma única entidade promotora durante todo o processo de desenvolvimento do empreendimento; (4) a propriedade privada dos equipamentos recreativos; (5) a aplicação de regulamentos por parte de uma associação de proprietários que administra o empreendimento (RAPOSO, 2008, p. 117).

Em relação à sua forma socioespacial, os condomínios fechados contemplam uma diversidade de soluções de habitação, tais como edifícios isolados e conjuntos de edifícios de apartamentos; conjuntos de moradias e; conjuntos mistos que incluem estes dois tipos citados. Como características, estes empreendimentos possuem simultaneamente: impermeabilidade do perímetro e controle de seu acesso; equipamentos privados de utilização coletiva (como ruas, piscinas, quadras de esportes, salões de festas, jardins, etc.) e; usufruto coletivo privativo destes espaços exteriores que dão suporte físico à função residencial dos imóveis (RAPOSO, 2008, p. 112).

O perfil social dos residentes é outra importante dimensão para a compreensão dos condomínios fechados. Tal perfil se traduz em variadas dimensões, como idade e ciclo de vida; estrutura familiar; raça, etnia; estilo de vida e; classe social (comumente indicada pela profissão, rendimentos e nível de escolaridade – o que torna esta dimensão particularmente problemática). Quando se trata da dimensão de classe, o espectro de moradores é relativamente estreito e circunscrito às classes média, média-alta e alta (RAPOSO, 2008, p. 117-118).

Raposo (2008) defende que os condomínios fechados sejam interpretados simultaneamente como uma forma de segregação única e como um produto imobiliário específico. Enquanto forma de segregação, os condomínios apresentam dois traços: a presença

de barreiras físico-arquitetônicas e o caráter voluntário de adesão – posto não corresponderem a um território de confinamento de populações tratadas como inferiores e sim constituírem-se como moradias típicas das classes altas e médias (RAPOSO, 2008, p. 111-112).

Luciana Teixeira de Andrade (2002, p. 4) traz um importante esclarecimento acerca do conceito de segregação espacial: ele não é unívoco e pode expressar desde o processo ecológico de localização de grupos sociais semelhantes em um mesmo espaço até processos discriminatórios. Dada a problemática envolvida nestas duas aplicações do termo *segregação*, Andrade (2002) aciona o conceito “distância social”, enquanto processo de separação e de classificação dos grupos na cidade. A autora destaca ainda que ambos os conceitos (segregação espacial e distância social) têm duas dimensões: a espacial e a social.

Ainda de acordo com Andrade (2002), o conceito de *distância social* foi apontado primeiramente pelo sociólogo Georg Simmel: “o que é importante no pensamento de Simmel é que toda relação social comporta um determinado grau de distância e de proximidade que não guarda relação direta e necessária com as condições espaciais” (ANDRADE, 2002, p. 5) – como no caso da metrópole, onde é possível estar próximo fisicamente do grupo, ainda que espiritualmente distante.

Esta auto-segregação socioespacial, ou seja, a adoção de uma estratégia territorial como forma de isolar-se voluntariamente, é mais comum entre as classes médias e altas. Seu isolamento é, em certa medida, uma maneira de se distinguir-se dos demais, através de barreiras simbólicas e físicas – estratégia utilizada por grupos que podem optar por uma vida entre iguais. A auto-segregação se distingue da segregação imposta, da qual se originam os guetos de isolamento social que obrigam populações inteiras a viverem em uma determinada região, seja por suas condições econômicas ou por conflitos de natureza política, racial ou étnica (ANDRADE, 2002, p. 7).

A emergência dos condomínios fechados situa-se no microcenário de mudanças ocorridas na organização das cidades durante os anos 1980 e 1990. Alguns fatores explicam essa profunda alteração nos espaços públicos, como:

O aumento real da violência e da criminalidade em alguns lugares, e da intolerância social em outros⁴²; o deslocamento das áreas centrais ou a criação de novas centralidades⁴³; a demanda por mais privacidade e individualidade e consequente valorização dos espaços privados em detrimento dos espaços públicos, o que acarreta a diminuição da frequência às ruas e aos centros tradicionais das cidades e o

⁴² Caldeira, 1997; Davis, 2015; Wacquant, 2001.

⁴³ Frúgoli, 2000; Soja, 1993.

aumento da frequência aos espaços semi-públicos como os shopping centers⁴⁴; a transformação de áreas residenciais em comerciais e de serviços, o que, juntamente com outros fatores, compromete a qualidade de vida de áreas antes consideradas tranquilas e boas para se morar; a ocupação dos espaços públicos das áreas centrais das cidades por atividades informais como comércio ambulante e oferta de serviços, ou mesmo como moradia⁴⁵; os projetos de renovação urbana em áreas centrais e/ou históricas da cidade procurando atrair para esses espaços as classes médias e gerando o processo de “*gentrification*”⁴⁶; o aumento da mobilidade de parcelas das classes médias e altas devido à abertura de novas vias, popularização do automóvel e das tecnologias de comunicação que facilitaram a vida em condomínios fechados e distantes das áreas centrais⁴⁷ (ANDRADE, 2002, p. 3).

Outro aspecto salientado pela autora diz respeito à compreensão da auto-segregação como fato produzido não somente pela vontade de seus atores, como também por forças que atuam na produção dos espaços, como o mercado imobiliário e o Estado, além de fatores como a difusão de certos valores sociais e modos de vida e o aumento da criminalidade, somado ao crescente sentimento de insegurança e medo (ANDRADE, 2002).

Fabrício Leal de Oliveira (2008) também concorda que a distribuição de pessoas, bens e atividades no território urbano é consequência tanto das decisões de investimento das empresas quanto das decisões dos indivíduos no que diz respeito à sua localização. E acrescenta que, indivíduos e empresas são motivados por representações sociais dos espaços urbanos, as quais são estabelecidas por múltiplas influências culturais, econômicas e sociais (OLIVEIRA, 2008). Não obstante, o autor acredita que o Estado brasileiro tem perdido boa parte da influência no processo de direcionamento do desenvolvimento urbano em decorrência da crise fiscal e do recorrente padrão de investimento e regulação públicos orientados pelo mercado.

3.16 O Residencial Brasil

Um dos inúmeros condomínios do Pechincha é o Residencial Brasil⁴⁸. Sua escolha como *locus* de pesquisa, se deve a um conjunto de pressupostos explorados neste texto: está localizado em uma de suas ruas mais valorizadas de um bairro planejado para abrigar camadas médias da população carioca; os valores imobiliários também se encontram na média dos valores praticados na cidade; é um tipo de moradia crescente e característico da região e;

⁴⁴ Sennett, 1988.

⁴⁵ Duhau, 2001.

⁴⁶ Harvey, 1992; Zukin, 2000.

⁴⁷ Castells, 1999; Mattos, 2002; Svampa e Bombal, 2001.

⁴⁸ Nome fictício.

sua inauguração coincide com o período de ascensão econômica e social de um grande contingente de brasileiros.

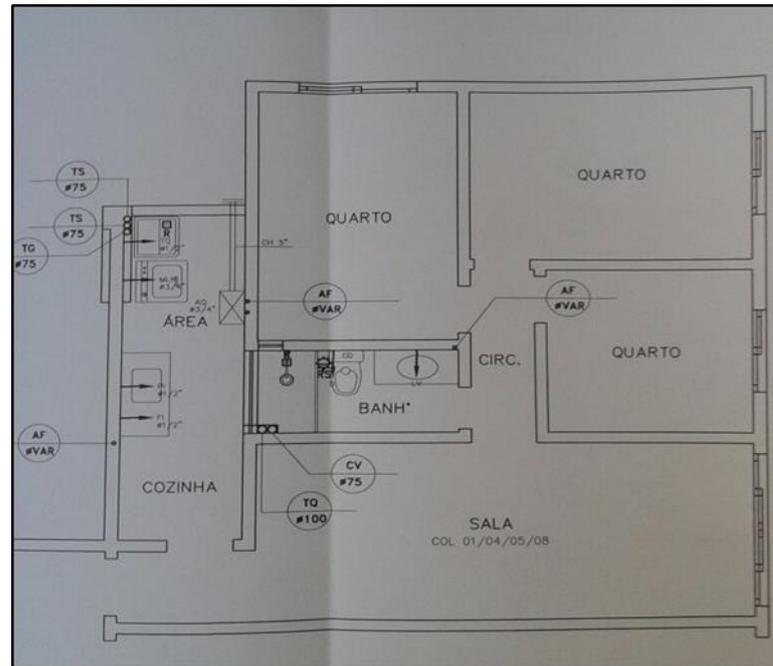
Inaugurado em 2005, o Residencial Brasil está localizado na estrada do Pau Ferro, próximo ao Largo do Pechincha. Trata-se de um condomínio com 248 apartamentos, divididos em sete blocos com cinco andares cada. Não há elevadores. Os apartamentos têm entre 80 e 90 m² e contam com uma vaga de garagem. Todos possuem três quartos, o que os difere é a presença de um ou dois banheiros e alguns metros a mais nos apartamentos com dois banheiros (apartamentos com suíte).

Figura 9 - Imagem aérea do Residencial Brasil.



Fonte: INSTITUTO PEREIRA PASSOS – Mapa Digital do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://pcrj.maps.arcgis.com/apps/webappviewer/index.html?id=b0ecc57ac2ef4a92b3e0ed77d4d9f2c7>

Imagem 2 - Planta de um dos apartamentos.



Fonte: Foto cedida por um dos moradores.

A taxa de condomínio varia entre 460 a 550 reais, de acordo com a presença ou não de suíte (apartamento com dois banheiros). O aluguel de uma destas unidades habitacionais varia entre R\$1.000 e R\$1.700⁴⁹. Seu valor de venda também varia de acordo com o andar, a metragem e a presença de suíte, indo de R\$ 250.000 a R\$300.000⁵⁰.

O condomínio tem piscina, uma pequena área de lazer infantil, duas áreas para churrasco, salão de festas, quadra de esportes e academia de ginástica. Na manutenção do condomínio trabalham um zelador, um jardineiro, um salva-vidas, quatro faxineiras e seis porteiros. Na administração há dois secretários, síndico e subsíndico – eleitos bianualmente e sem limite de reeleição –, além de uma comissão composta por seis moradores⁵¹.

⁴⁹ De acordo com pesquisas informais em anúncios de aluguel fixados no próprio condomínio.

⁵⁰ Valores também auferidos informalmente com moradores e porteiros, e em anúncios de venda fixados no próprio condomínio.

⁵¹ A subsíndica não recebe pagamento em dinheiro, mas é isenta da taxa condominial. Os membros da comissão são voluntários não remunerados.

4 PERCEPÇÕES ACERCA DO BAIRRO: PRIMEIROS EXCERTOS DA PESQUISA EMPÍRICA

4.1 Divagações sobre Jacarepaguá

Ser morador de Jacarepaguá é uma beleza, a não ser que você tenha de ir para algum outro bairro. Longe de tudo, até da Barra!!! Por isso separei 18 coisas que apenas os moradores de Jacarepaguá vão entender: (1) Acordar 4 horas antes de chegar ao trabalho; (2) Ser o primeiro a chegar na festa ou o último a chegar; (3) Você passa mais tempo na Linha Amarela, na Geremário Dantas ou na Serra do que em casa; (4) Já se acostumou com o amigo da Tijuca ou de Ipanema dizendo que Jacarepaguá é longe; (5) Para quem é fora do Rio sempre tem de explicar que é perto da Barra; (6) Não tem ideia de quantos bairros tem em Jacarepaguá; (7) Se a pessoa mora no Rio 2 e diz que mora na Barra você lembra que o Autódromo é de Jacarepaguá; (8) Provavelmente conhece melhor o BarraShopping que o Center Shopping; (9) Já foi na Festa Junina do Retiro dos Artistas; (10) Estudou ou conhece alguém que estudou no Brigadeiro, Pentágono ou Padre Butinhá; (11) Pegar a Geremário Dantas na hora do rush é motivo de choro; (12) Sabe que a Taquara só demolindo tudo e construindo de novo; (13) Conhece alguém que rodou na Serra; (14) Para você a Igreja da Nossa Senhora da Penna que devia ser uma das Sete Maravilhas do Mundo; (15) O Motel Mirante é o último do chique; (16) Lembra da letra de que “Jacarepaguá é longe pra Caramba”; (17) Poucas coisas dão tão medo quanto o Caxias-Freguesia; (18) Mas não mudaria do Pântano de Jacarés de forma alguma!!! (BLOG DIÁRIO DO RIO, 2014).

A epígrafe acima provavelmente não diz nada a quem não conhece um pouco mais a fundo a região, mas faz todo sentido para os que vivem ou transitam por aqui. Ela evidencia com traços humorísticos algumas das representações acerca de Jacarepaguá: uma região “longe”⁵², onde o transporte urbano é sofrível⁵³ e que tem a Barra da Tijuca como ponto de referência geográfico⁵⁴ e também social⁵⁵ – referência esta, da qual se aproxima⁵⁶ e se afasta⁵⁷ em busca da consolidação de uma identidade própria⁵⁸, que por ora, parece ser marcada por elementos bairristas⁵⁹.

Em 2012, saí de Belo Horizonte para morar no bairro Pechincha, na região de Jacarepaguá. Logradouros com o nome de “estrada” me faziam pensar que se tratava de um lugar cravado entre o urbano e o rural, alimentado por vias de alta velocidade. Não era assim... Ruas de mão dupla repletas de sinais de trânsito e abarrotadas de carros nos horários de pico. Horários de pico que foram se tornando cada vez mais frequentes ao longo do dia.

⁵² Ver itens 1, 2, 3, 4 e 16.

⁵³ Itens 1, 3, 11, 13 e 17.

⁵⁴ Itens 5 e 7.

⁵⁵ Itens 7 e 8.

⁵⁶ Itens 5 e 8.

⁵⁷ Item 7.

⁵⁸ Itens 6, 12 e 18.

⁵⁹ Itens 9, 10, 14, 15 e 18.

Durante esses anos em que moro no bairro, venho sendo testemunha de mudanças em sua configuração. Não foram poucas as vezes que me atrasei a algum compromisso devido às obras da estação do BRT no Tanque, na Praça Seca ou na Barra. Também era comum ir do prédio onde moro até o supermercado e voltar com quase uma dezena de panfletos vendendo unidades habitacionais nos prédios em construção na região. Portaria 24 horas, espaço *gourmet*, quadra de esportes, piscina e academia eram itens que quase sempre figuravam nesses panfletos, oferecendo a possibilidade de viver em espaços que prometiam lazer e segurança aos futuros compradores. Ao longo dos meses ia vendo pelo caminho entre meu prédio e a universidade, no centro da cidade, casas cederem lugar a prédios residenciais e empreendimentos comerciais.

Tanto o Pechincha quanto os demais bairros em Jacarepaguá pareciam se beneficiar das mudanças urbanísticas na Barra da Tijuca, impulsionadas nos últimos anos pelas obras que preparavam a região para as Olimpíadas 2016. Essa era a minha impressão: a de morar numa espécie de “bairro satélite”, que orbitava em torno do *status* da Barra da Tijuca e reproduzia no microcosmo de seus prédios residenciais o mesmo ideário de lazer, segurança e distinção, só que direcionado às camadas médias e médias baixas da população carioca.

No intuito de compreender o universo de significações atribuídas à vida no bairro, os entrevistados foram perguntados sobre o local onde moravam anteriormente; sobre quais fatores os levaram a residir no Pechincha, bem como; sobre as características do bairro e seus aspectos positivos e negativos. Os excertos encontram-se a seguir.

4.2 **Uma “cidade do interior” cravada no centro urbano: familiaridade, comodidade e segurança**

Conforme visto ao longo do capítulo anterior, a região de Jacarepaguá foi durante muito tempo uma zona rural da cidade, com a forte presença de fazendas, estradas e matas. Esta gênese ainda povoa o imaginário de seus moradores. É comum a associação do bairro Pechincha com uma cidade interiorana, onde a vida aparentemente transcorre tranquila e as pessoas, de certa forma, se (re)conhecem, o que revela um elemento bucólico, uma espécie de saudosismo. Os trechos a seguir sintetizam estas percepções comuns aos entrevistados:

Um bairro mais simples, que traz um pouco a minha memória. Como eu venho do interior, essa memória de interior, de poder caminhar, de poder fazer as coisas, pegar a minha bolsinha e caminhar, fazer mercado, fazer feira, enfim... Eu acho que me remete muito a essa minha vida de infância de interior. Eu acho que

Jacarepaguá ainda conserva um pouco disso, né?! Desse traço. (Tânia, 38 anos, consultora administrativa e financeira, pós-graduada)

Eu estou ainda com esse ar de Jacarepaguá como era antes, eu não desfiz essa imagem da minha cabeça, então tem um pouco desse bucólico na minha cabeça, de andar por aqui despreocupado. (Artur, 46 anos, militar da aeronáutica, ensino superior)

Jacarepaguá é um bairro dormitório. [...] O pessoal é bem caseiro, sabe?! Tem as bagunças, mas elas não perduram a noite toda. [...] Parece o quintal de casa, você vai à esquina e todo mundo aqui se conhece! Parece aquela cidadezinha do interior, aquele pedacinho [risos]. (Gilmar, 64 anos, vendedor, ensino superior incompleto)

Como eu fui nascido e criado nessa região [...] eu esbarro muito com as pessoas aqui no Pechincha. Eu estou no mercado, aí eu lembro da pessoa que estudou comigo, o outro que estava na igreja... Então se tornou uma coisa bairrista. [...]. Jacarepaguá é... como é que vou te descrever... Chega a ser engraçado ver! (Edson, 39 anos, policial militar, ensino superior)

No comércio a gente conhece todo mundo. Eu me sinto quase no interior! [risos] (Rízia, idade não informada, “bacharel em direito” desempregada, ensino superior)

Quando perguntados sobre como é viver no bairro e o que caracterizaria a vida aqui, os entrevistados comumente dizem gostar do comércio, dos serviços disponíveis nas redondezas e dos moradores, ou seja, a boa vizinhança comercial e residencial.

Eu acho tudo ótimo. Acho meus vizinhos maravilhosos. Eu moro num lugar onde tem banco, tem supermercados, tem farmácias... Eu gosto muito! A condução aqui também. Não é excelente, mas também está dentro de uma média que me dá um certo conforto. [...] Eu quase não saio de Jacarepaguá pra fazer nada, eu consigo resolver a minha vida aqui dentro de Jacarepaguá [...] especialmente agora que eu estou aposentada. [...] Jacarepaguá supre minhas necessidades mais urgentes. (Hebe, 70 anos, professora aposentada, ensino médio)

Eu gosto de viver aqui, porque eu acho que aqui é bem localizado, é próximo de tudo. Pra ir pra cidade tem a serra [Grajaú-Jacarepaguá], Linha Amarela. Tem a Barra aqui pra ir pra praia, muito próximo. E tem tudo aqui, todos os bancos, tem mercado. Acho bem localizado, próximo de tudo. [A vizinhança] é boa, conheço muita gente dentro e fora do condomínio. É próximo de tudo, né cara?! Tem tudo aqui! (Diego, 60 anos, microempreendedor individual, ensino superior incompleto)

Eu gosto daqui. Tem agências bancárias [...] e eu fiz um grupo de amigos aqui, amigadas. [...] Tem farmácias perto, loteria aqui perto. E as pessoas aqui, graças a Deus, eu não tenho o que dizer. (Keila, 72 anos, “do lar”, ensino fundamental incompleto)

Mas eu acho assim, transporte a gente não pode reclamar. O livre acesso que a gente tem de mercados, de bancos... Essa infraestrutura que a gente tem ao redor. Então eu não tenho vontade de sair daqui por isso. (Mara, 37 anos, fisioterapeuta, ensino superior)

Além da boa relação com a vizinhança e a presença dos serviços nas proximidades, os entrevistados ressaltam a tranquilidade do bairro – comumente associada à percepção de segurança. Também a arborização e temperatura amena da região são aspectos valorizados.

Uma tranquilidade, essa coisa 'fru-fru': crianças indo pra escola, pessoas saindo cedo pra ir trabalhar, ponto de ônibus lotado... Essas coisas né, de vida?! De vida... (Flávia, 42 anos, podóloga, ensino superior)

Essa paz ainda que eu consigo enxergar aqui.. Aqui pelo menos neste trechinho aqui eu já me sinto bem. [...] Andar por aqui despreocupado. (Artur, 46 anos, militar da aeronáutica, ensino superior)

[...] Andar aqui, eu ainda acho meio seguro aqui. O clima, que eu não acho quente [...]. (Edson, 39 anos, policial militar, ensino superior)

O que acho melhor aqui são opções de restaurantes, que são vários... eu gosto muito também dessa parte arborizada, tem muitas árvores. (Igor, 42 anos, motorista, ensino médio)

Entretanto, a percepção de segurança, apontada por algumas das falas como importante característica positiva do bairro, tem sido modificada nos últimos tempos.

Se eu estou vindo de carro de algum bairro... Quando estou vindo pela Linha Amarela, eu me sinto mais segura quando estou chegando próximo a Jacarepaguá. Então a questão de segurança eu o que mais me atrai em Jacarepaguá. Mas reforço: de um tempo pra cá até Jacarepaguá está ficando complicado. [...] Não fui assaltada não, mas recentemente teve tiro na minha porta, o porteiro que foi assaltado, meu amigo que foi assaltado na [estrada] Campo de Areia. (Ilza, 47 anos, securitária desempregada, ensino superior)

Eu acho que hoje é um dos melhores bairros do Rio de Janeiro é esse aqui, o Pechincha! Apesar de que aqui também já está ficando... Já está tendo assalto. (Gilmar, 64 anos, vendedor, ensino superior incompleto)

Agora tem muito ladrão. Já foi melhor porque você podia sair à noite com teus filhos, sentar num restaurante, chegar tarde. Hoje em dia está muito perigoso. É isso que eu tenho a te dizer. (Diana, 52 anos, camareira, ensino médio)

Olha, hoje está difícil. Mas eu já gostei muito, muito daqui. Pra mim isso aqui era o paraíso! Porque quando eu morava em Padre Miguel, eu saí de lá numa época muito ruim, que tinha muito confronto... Apesar da minha mãe não morar em comunidade, mas é cercado por comunidade, então era o tempo todo tiro, era o tempo todo pânico, assalto. Então eu vim pra cá, depois de uns três anos eu vim escutar um tiro. Eu falei 'gente! Peraí! Eu nunca tinha visto isso aqui! Como?!' Então isso aqui pra mim era um paraíso. Mas com o passar dos anos [...] estou sentindo a violência chegando aqui. (Joana, 42 anos, promotora de vendas, ensino superior incompleto)

A proximidade com a Barra da Tijuca também parece ser um importante valor, seja como indicativo de status, ou por sua relevância enquanto um espaço de lazer, com sua praia e seus shoppings.

As pessoas que aqui estão, elas dificilmente querem sair, elas vão morando perto. E tem uns que gostam de falar que moram perto da Barra! Tem shopping aqui, mas usam o Barra Shopping. (Edson, 39 anos, policial militar, ensino superior)

Eu sempre quis morar aqui né?! Sempre gostei de Jacarepaguá. Eu gostava de Jacarepaguá, acho que, pelo fato de estar perto da Barra, da praia. E a gente morava lá na Vila da Penha e era uma vida! [...] (Lara, 42 anos, secretária desempregada, pós-graduada)

É mais perto da praia [risos]. Apesar de não ir à praia, mas só saber que está perto! [risos] Eu acho que você saber que assim... 'ah hoje eu estou a fim de dar uma volta'. (Joana, 42 anos, promotora de vendas, ensino superior incompleto)

Quando perguntados sobre o que não gostavam no bairro, boa parte dos entrevistados mencionou a mobilidade, quer seja pelos engarrafamentos, quer seja pela falta de transporte público ou, ainda, pela distância do bairro em relação à zona sul da cidade. Também há diversas menções sobre a violência, na figura dos assaltos e das favelas. A falta de espaços de lazer e cultura também foi apontada.

Longe de tudo! Eu sou da zona sul, é complicado falar de Jacarepaguá... Por exemplo, agora eu não estou a fim de dirigir, eu queria estar na praia, na beira do mar [...]. (Flávia, 42 anos, podóloga, ensino superior)

É o que eu te falei, o trânsito tende a piorar aqui. O futuro aqui está problemático. Eu não sei como é o transporte público aqui, né?! Não sei. (Fábio, 71 anos, engenheiro, mestrado)

O engarrafamento. (Sara, 37 anos, analista de comércio exterior, pós-graduada)

Hoje em dia está sendo a violência. Está bem violento isso aqui. (Ester, 36 anos, artesã, ensino superior)

A violência é geral, mesmo tendo o batalhão [18º Batalhão de Polícia Militar]. [...] Eu corro aí, na [estrada do] Pau Ferro, eu vejo volta-e-meia assalto. (Diego, 60 anos, microempreendedor individual, ensino superior incompleto)

O que eu sinto falta aqui é dessa parte, você não tem aqui a parte de comércio no sentido de leitura principalmente. [...] Essa particularidade eu acho um pouco faltante aqui, essa parte de cultura. (Artur, 46 anos, militar da aeronáutica, ensino superior)

Eu acho que é um lugar que não tem muito lazer. O lazer que eu tenho aqui no bairro é dentro do condomínio. Aqui é um bairro pra morar, dentro do dia-a-dia, mas se eu quiser um lazer eu tenho que procurar um lugar próximo, mas que não é aqui. (Nair, 42 anos, química, ensino superior)

4.3 A vinda para o bairro: relações afetivas, mobilidade urbana e distanciamento de favelas

O condomínio Residencial Brasil, conforme visto, foi inaugurado oficialmente no ano de 2005. Entretanto, desde 2004 já havia residentes⁶⁰. Dentre os entrevistados, há representantes dos primeiros moradores e também dos mais recentes, os quais chegaram no ano em que as entrevistas foram realizadas⁶¹. Assim, o tempo de residência dos moradores no condomínio está circunscrito aos anos de 2004 a 2017 e somente com os dados disponíveis não é possível verificar se houve um período específico de adensamento populacional⁶².

A vinda dos entrevistados para o bairro se deve a fatores como: familiaridade (conhecimento anterior); existência de vínculos parentais e/ou afetivos na região; proximidade com locais de trabalho e/ou estudo e; a possibilidade de ter mais mobilidade urbana – por conta da existência de linhas e pontos de ônibus nas redondezas, além de duas vias de saída para outras áreas da cidade, que são a Linha Amarela e a autoestrada Grajaú-Jacarepaguá – a despeito das críticas feitas à mobilidade na região, na figura dos engarrafamentos e da pouca oferta de transporte público.

A gente estava procurando imóvel há muito tempo pra comprar, como minha tia morava ali e este aqui estava construindo... (Ana, 43 anos, representante comercial, ensino superior)

Meu marido [...] trabalha na área, conhece tudo isso aqui, aí então ele não queria sair daqui. [...] Porque quando a gente se conheceu ele já era daqui, morava na Praça Seca, como eu te falei. (Diana, 52 anos, camareira, ensino médio)

Eu falei 'de repente era estratégico pra mim', porque aqui é muito fácil de eu ir pro centro, eu pego a Linha Amarela, ou pego a [estrada] Grajaú-Jacarepaguá, se eu for pro outro lado, em doze minutos, eu estou na casa dela [da filha, na Barra da Tijuca] [...]. Então ficou muito estratégico aqui. [...] (Fábio, 71 anos, engenheiro, mestrado)

Porque o [nome do marido], a infância dele foi aqui em Jacarepaguá, tanto com o pai, com a mãe, com a irmã. Então ele já tinha morado aqui em Jacarepaguá. E como ele trabalhava em Laranjeiras e eu trabalhava em Realengo, então a gente falava 'olha, então a gente vai ficar no meio do caminho'. (Mara, 37 anos, fisioterapeuta, ensino superior)

Jacarepaguá porque eu gosto! Sempre fui daqui, então em Jacarepaguá conheço tudo aqui. Em qualquer buraco, tenho amigos aqui... (Olga, 36 anos, técnica de laboratório desempregada, ensino superior incompleto)

⁶⁰ É o caso de Flávia (42 anos, podóloga, ensino superior em podologia) e de Nair (42 anos, química, ensino superior).

⁶¹ É o caso de Fábio (71 anos, engenheiro, mestre em engenharia civil) e de Gleise (73 anos, professora aposentada, ensino superior incompleto).

⁶² No Quadro 1 consta o ano em que cada um dos entrevistados chegou ao Residencial Brasil.

O que me fez vir morar aqui no condomínio foi que o pai e a mãe dela [da então esposa] moravam aqui. Minha esposa na época ia trabalhar e não tinha quem ficasse com a [nome da filha]. Foi uma questão de necessidade. [...] Eu trabalho na Freguesia. Por isso eu não saio do bairro. E também por causa da minha filha que mora aqui na [estrada do] Pau Ferro. (Igor, 42 anos, motorista, ensino médio)

Quando eu decidi mudar, a gente decidiu vir pra Jacarepaguá porque o meu marido na época trabalhava aqui e conhecia bem a área. E eu também tenho amigos que moravam aqui e que me recomendaram o bairro. Aí a gente nem procurou em outros lugares não. (Tânia, 38 anos, consultora administrativa e financeira, pós-graduada)

Os depoimentos são fortemente marcados pela importância atribuída às relações pessoais (proximidade com família e amigos). Entre os entrevistados há aqueles que moravam em outras cidades da região metropolitana do Rio de Janeiro e em bairros diversos, inclusive na própria região de Jacarepaguá e vieram para o bairro Pechincha buscando o afastamento da “violência” decorrente da proximidade com favelas, como as da Praça Seca e a Cidade de Deus.

Eu resolvi ir pra um lugar onde não tivesse favelas ao redor, porque o Rio de Janeiro começou a ficar violento, aquela coisa toda... Era 2000, 2004, por aí. [era moradora da Rocinha] (Flávia, 42 anos, podóloga, ensino superior)

E ao mesmo tempo em que tem violência, mas em relação a Padre Miguel aqui é mais tranquilo. [...] Lá como eu te falei, tem muita comunidade, o pessoal vendendo drogas assim, duas horas da tarde, no meio das crianças, isso é normal lá. Cracolândia, tem uma cracolândia lá em Padre Miguel, aqui não tem. (Joana, 42 anos, promotora de vendas, ensino superior incompleto)

Lá [na rua Retiro dos Artistas, onde a família morava anteriormente] estava ficando muito perigoso, por causa da Cidade de Deus, que a entrada era ali perto [...] e aqui a condução é mais tranquila, pra lá e pra cá, entendeu?! Ter um pouco mais de tranquilidade, entendeu?! E o bairro aqui é bem melhor! (Keila, 72 anos, “do lar”, ensino fundamental incompleto)

Há também o caso de Rízia, que diz ter vindo morar no bairro sem um vínculo ou razão relacionada ao Pechincha.

Nem conhecia Jacarepaguá! Aí a gente veio pra cá em março de 2005 e sou apaixonada por isso aqui. [como veio morar aqui?] Eu só não gostava de morar em Pilares! Eu queria era sair de Pilares! (Rízia, idade não informada, “bacharel em direito” desempregada, ensino superior)

O depoimento de Rízia faz menção ao local onde ela residia anteriormente, estabelecendo uma comparação que privilegia sua atual moradia. Além de seu depoimento e das falas acima, outros entrevistados também estabeleceram tal comparativo:

Aí eu saí do imóvel próprio em São Gonçalo e fui pra um apartamento [na rua Retiro dos Artistas] que era do meu pai em Jacarepaguá. Por uma questão só de retornar ao Rio, por não me adaptar a São Gonçalo. [...] Também não gostava [de morar na rua Retiro dos Artistas] é uma rua muito afastada, muito deserto [...] e a condução é péssima, péssima [...] (Ilza, 47 anos, securitária desempregada, ensino superior)

Eu estava procurando algo pra comprar, mas não tinha um bairro específico, mas como minha tia mora aqui há mais de trinta anos [...] Outra coisa também... é porque eu queria dar uma boa vida pro meu filho, dar uma qualidade de vida boa pra ele. Porque lá onde eu morava [na Pavuna] tudo era difícil. Pra você pegar uma condução, pro meu filho de repente estudar, fazer curso, tudo tem que pegar dois ônibus, tudo é longe! [...] (Paola, 55 anos, secretária aposentada, ensino médio)

O comparativo que as pessoas fazem com seus antigos locais de moradia é um indicativo de que, ao vir residir no bairro e, especificamente, no Residencial Brasil, elas experimentaram algum tipo de mobilidade social ascendente.

4.4 **Bairro de classe média: uma dimensão relacional**

Há entrevistados que associam, deliberadamente, o bairro e a classe social de seus moradores. Fábio (71 anos, engenheiro, mestre), por exemplo, afirma que o Pechincha é um bairro “de classe média” e complementa: “Em nível cultural não tem como eu te dizer, porque eu não conheço ninguém praticamente”. Tânia (38 anos, consultora administrativa e financeira, pós-graduada) afirma: “Eu acho que é um bairro, digamos assim, intermediário. Não é um bairro como tem na zona sul, onde você encontra pessoas muito ricas, e também não é um bairro mais pobre”. Ela justifica: “Você consegue ainda ter serviços que não são tão caros e uma classe média pode se manter ainda aqui bem, porque eu tenho uma filha de seis anos [...] e se a gente morar em outro bairro, eu não vou ter condições de pagar escola particular. Aqui minha renda permite”.

Ainda sobre o bairro Pechincha, Ilza (47 anos, securitária desempregada, ensino superior), afirma que, sendo “um bairro com uma classe social maior”, as pessoas são menos simpáticas e solidárias. Percepção parecida com a de Mara (37 anos, fisioterapeuta, ensino superior) e de Paola (55 anos, secretária aposentada, ensino médio) que, embora não mencionem diretamente distinções da ordem de status ou classe social, comparam um aspecto da sociabilidade do bairro com os locais nos quais moraram anteriormente (em Realengo e na Pavuna, respectivamente), onde os laços de solidariedade pareciam maiores:

Agora... é um bairro com uma classe social um pouco maior, e que de repente aí em termos de simpatia, vizinha, parceria, isso pode ficar um pouco mais prejudicado. Questão das pessoas serem mais simpáticas, solidária, né?! Aqui são menos simpáticas. Porque o que você paga em Jacarepaguá, em termos de tudo, você de repente não paga ali na Praça Seca, em Madureira [...] Então é essa questão... um bairro mesmo onde as pessoas sabem que tem um poder aquisitivo melhor. [...] é mais distante, menos simpática. (Ilza, 47 anos, securitária desempregada, ensino superior)

Essa questão também de você sair, de você encontrar com várias pessoas, conseguir ainda dar um 'bom dia', cumprimentar, conversar, entendeu?! Eu acho que, assim, eu vejo que em outros bairros acontece... Assim... No subúrbio acontece muito essa questão do acolhimento. Então eu tive oportunidade de morar em Realengo então eu vi essa questão assim, do acolhimento, tipo... 'Ah! Faltou açúcar!' As vezes não tem o dinheiro, vai ali no vizinho. Aqui você tem um ou outro que você pode contar. (Mara, 37 anos, fisioterapeuta, ensino superior)

Não tenho o que falar, porque aqui cada um vive na sua, aqui quase ninguém se fala. [...] [na Pavuna era diferente] lá era casa né?! Eu conhecia todo mundo. Pode ser até também outro tipo de bairro, porque sei lá... Outras pessoas. Poder aquisitivo mais baixo, deve ser... As pessoas são mais dadas umas com as outras. Aqui não, o pessoal já mais um pouquinho nariz em pé. É, eu acho! Não só apartamento não, porque aqui tem casa e eu nunca vejo ninguém pra fora. [risos]. (Paola, 55 anos, secretária aposentada, ensino médio)

Chama a atenção o aspecto relacional presente na definição da vida no bairro. Comparado a outros bairros mais densamente urbanos, o espaço se torna “familiar” e os relacionamentos e/ou interação são mais próximos. Entretanto, quando comparado a experiências anteriores em bairros mais pobres, o Pechincha se apresenta como mais individualista e menos interativo. O aspecto relacional está em praticamente todas as falas, inclusive no contraponto sempre lembrado com a Barra da Tijuca. A dimensão comparativa relacional é definidora das idas e vindas nas falas.

Outra percepção que merece destaque é a de que os preços praticados no bairro são altos. Para chegar a esta conclusão, novamente as pessoas estabelecem uma dimensão comparativa, tanto com bairros mais pobres quanto com a Barra da Tijuca (bairro mais rico). Esta comparação de preços revela uma espécie de dimensão de status, onde o bairro Pechincha figura no intermédio – ainda que seja considerado oneroso:

As coisas eu acho aqui, as coisas caras! [risos] Porque eu vejo assim, eu vou na casa da minha mãe eu consigo fazer meu cabelo, fazer assim, uma escova no meu cabelo a 40 reais. Aqui o pessoal cobra quase 70 [reais]: O preço da Barra da Tijuca! Então e acho também que aqui as pessoas acham que a gente é rico. Os serviços são caros. Acho que podiam baratear um pouquinho mais. (Joana, 42 anos, promotora de vendas, ensino superior incompleto)

Eu acho aqui um pouco caro as coisas. Um dia desses eu fui ao sacolão... Quando eu vou na casa da minha mãe [em Caxias], eu prefiro fazer as compras lá. Eu gasto uns 20% a menos o que aqui. (Nair, 42 anos, química, ensino superior)

[...] E Jacarepaguá está ficando uma Barra, porque tudo aqui é caríssimo. [Aumentou quando?] de 2005 pra cá, quando começou. (Flávia, 42 anos, podóloga, ensino superior)

4.5 Mudanças no bairro: a verticalização e seus efeitos

Quando perguntados, todos os entrevistados dizem perceber mudanças no bairro. Tais mudanças dizem respeito ao adensamento populacional decorrente, sobretudo, da verticalização do bairro (e da região) e seus efeitos, tais como a abertura de novos estabelecimentos comerciais, o aumento dos preços dos serviços na região e a modificação de sua população:

Eu acho que cresceu. Muito shopping, muitas lojas... Antigamente não tinha nada disso. Era uma lojinha aqui, outra ali, outra acolá. Hoje tem shopping! Então está tudo grande. ... só não está melhor por causa do dinheiro, que encolheu pra todo mundo. Já há uns cinco, seis anos, que tudo mudou. Antigamente aqui no Pechincha não tinha nada, não tinha uma lojinha, não tinha nada. [...] Era tudo muito quieto, não tinha ninguém. (Diana, 52 anos, camareira, ensino médio)

Muita obra, muitos prédios. [...] Assim como eu te falei, alguns bares que não tinham por aqui começaram a vir pra cá, isso também melhorou, entendeu?! As pessoas estão começando a usar mais Jacarepaguá a noite, aproveitar a noite de Jacarepaguá, até porque está muito próximo da Barra, mas agora com essa questão de violência acaba ficando muito longe. [...] Ficou diferente. As pessoas acham que Jacarepaguá é só a charrete e o cavalo na rua, que naquele época que tinha muito aqui, né?! As pessoas mudaram. [...] Melhorou bastante. (Lara, 42 anos, securitária desempregada, pós-graduada)

Eu percebi que tinha muitas casas e agora tem muitos prédios [...]. Eu acho que depois de 2005 até 2010 teve uma expansão em Jacarepaguá [...] e aí ficou tudo muito caro! Porque não estava tão caro. [...] Também cresceu tanto e quando cresce assim eu não sei. Vem tanta gente que a gente não está acostumado, que vem de outros bairros. (Nair, 42 anos, química, ensino superior)

Não há consenso a respeito do período em que tais modificações começaram, tampouco se são positivas ou negativas. É comum, inclusive, uma mesma fala ressaltar ambos os aspectos. Entretanto, há concordância sobre uma mudança em curso e esta se relaciona como a construção desordenada de condomínios por toda a região: aumento no fluxo de veículos, gerando enormes engarrafamentos; aumento da violência – basicamente assaltos – e; redução de áreas verdes. Os entrevistados observam também que a infraestrutura do bairro não foi modificada para comportar o adensamento populacional, o que impacta negativamente na qualidade de vida dos moradores:

Está crescendo muito e sem controle. Você pega a [estrada] Pau Ferro todinha, você vê uns dez condomínios em construção. E eu acho que nosso bairro não está pronto pra isso, entendeu?! Eu acho que a infraestrutura do bairro não está segurando isso, entendeu?! Então o quê que acontece?! O Trânsito está ficando caótico, você não consegue circular, você vai pros restaurantes sempre está tendo fila, o mercado sempre está cheio, o hortifrúti sempre cheio... Porque?! Porque o local é pequeno e está ficando muito aglomerado de gente. [...] O custo de vida está alto. (Sara, 37 anos, analista de comércio exterior, pós-graduada)

O trânsito, cada dia que passa pior fica. Porque aqui fazem muitos apartamentos, muitos prédios e as ruas continuam as mesmas, né?! [As mudanças foram pra] melhor né?! É desenvolvimento né?! O trânsito piora, [...] mas está trazendo mais desenvolvimento, senão o bairro fica atrasado. (Diego, 60 anos, microempreendedor individual, ensino superior incompleto)

É o trânsito caótico. De uns 10 anos pra cá. Principalmente devido ao crescimento imobiliário, devido ao país que estava próspero, né?! Teve uma explosão de crescimento imobiliário em Jacarepaguá muito grande. (Ilza, 47 anos, securitária desempregada, ensino superior)

Ah sim! Teve mudança pro bem e teve pro mal também. Em termos dos ônibus foi o BRT que tirou muitas linhas de ônibus da gente aqui. Essa mudança foi horrível! [...] dependendo do bairro você tem que pegar o ônibus, ir até a estação do BRT e depois pegar outro. [...] a violência também, né?! (Bete, 56 anos, “do lar”, ensino médio)

Está bem pior. Muita gente está relatando de assaltos aqui na [estrada] Pau Ferro. [...] Eu andava sozinha, eu não tinha medo, agora eu já tenho um pouco de medo de andar sozinha por aqui. [...] Tem muito mais prédio do que quando a gente veio morar aqui. O verde diminuiu, porque eles desmatam mais pra construir. [...] O fluxo de carro também aumentou [...] e a infraestrutura não melhora. [...] E o desmatamento também aumentou. (Cássia, 27 anos, estudante, cursando pós-graduação)

É quase unânime o gosto pelo bairro e o desejo de nele permanecer, mesmo a despeito das recentes mudanças. A exceção é Flávia (42 anos, podóloga, ensino superior), que manifesta seu desejo de morar na “zona sul”:

Eu sou daqui [do Rio de Janeiro] né?! Então a seta indica! Raiz?! De onde eu venho, da favela. Minha casa é o Rio, mas esse lance de raiz são lembranças da minha infância [...] Raiz você cria. Não sairia daqui [do bairro Pechincha] porque aonde eu iria, ia ter que pagar mais caro, aonde eu gostaria de ir que é a zona sul, e eu não tenho condições financeiras de voltar pra zona sul. E pra favela hoje eu já não tenho interesse, né?! Tudo mudou, diferente da minha época, quando a Rocinha era uma roça. [...] Favela eu não voltaria a morar não, se Deus quiser. (Flávia, 42 anos, podóloga, ensino superior)

Ela, que morava na favela da Rocinha, deixa claro seu intento de não voltar a viver lá. Neste sentido a vinda para o Pechincha manifesta uma forma de melhoria em sua qualidade de vida, de ascensão social.

4.6 Sujeitos e objetos da mudança: a vinda para o bairro como expressão da ascensão social

Os mesmos entrevistados que apontaram efeitos do processo de mudança do bairro são parte constitutiva do fenômeno, na medida em que sua vinda para o local está intimamente relacionada à sua ascensão social. A melhoria de vida fica evidente em algumas falas, as quais – novamente – fazem referência às regiões onde as pessoas moravam anteriormente:

Eu gosto muito de Jacarepaguá. Se eu for comparar com São Gonçalo, é a água e o vinho, ou o proseco e água, de repente. É urbanizada, ruas calçadas, saneamento, tudo isso que a gente não vê em São Gonçalo. (Ilza, 47 anos, securitária desempregada, ensino superior)

Melhorou muito! Ande eu morava [em Caxias] não tinha as coisas. A rua onde eu morava era rua de barro, não tinha telefone... Farmácia, não tinha farmácia. (Nair, 42 anos, química, ensino superior)

Vim porque eu melhorei de vida [...]. Aqui a segurança contou muito [...], outra coisa que presenciei lá no jardim América [em Caxias] tinha vários desmanches de carro, [...] tiroteio eu presenciei. [...] Fui criada em Caxias, mas qualquer chuva alaga tudo lá! (Sara, 37 anos, analista de comércio exterior, pós-graduada)

Quando eu vim pra cá eu vim por céu! [risos] Grande diferença, né?! Não tem como! Tem suas diferenças entendeu?! [...] Lá [em Realengo] quantas vezes eu não fui buscar o [filho] a base de tiroteio?! Quantas vezes de madrugada, eu tive que pegar meu filho e deitar no chão por causa de tiroteio?! Na minha rua mataram 2 pessoas. [...] Quando eu conheci meu atual marido, a primeira vez que ele chegou lá, ele falou assim 'eu vou te tirar daqui', porque realmente era muito complicado. (Mara, 37 anos, fisioterapeuta, ensino superior)

Eu melhorei de bairro. De vida não vou dizer pra você que eu melhorei... eu me mantive. [...] Em volta de Higienópolis tem Manguinhos, Jacarezinho, Jacaré, tem o Alemão: tudo em volta é favela. Nossa! Ali é complicado! [...] (Igor, 42 anos, motorista, ensino médio)

É porque eu queria dar uma boa vida pro meu filho, dar uma qualidade de vida boa pra ele. Porque lá onde eu morava [na Pavuna] tudo era difícil. (Paola, 55 anos, secretária aposentada, ensino médio)

Falando daqui, você tem condução pra tudo o que é lugar, você se desloca com facilidade, não vejo tanta dificuldade como eu via de onde eu vim. (Hebe, 70 anos, professora aposentada, ensino médio)

Eu vim pra cá porque eu melhorei, [...] mas eu sei que tem gente que queria uma coisa mais elitizada... [...]. (Nair, 42 anos, química, ensino superior)

Muitas das falas dos entrevistados tangenciam o tema das favelas. É possível perceber, por exemplo, a aspiração realizada de se distanciar geograficamente destas e a percepção de que a violência avança pelo bairro Pechincha na medida em que “criminosos” oriundos das favelas descem para cometer assaltos. Assim, a proximidade com as favelas/comunidades é

algo temido e rejeitado pelos entrevistados. A favela é percebida como o território do crime e o espectro do favelado assombra: ele é o criminoso potencial.

Pelo menos aqui onde a gente mora não tem comunidade próxima. O Rio de Janeiro está cercado por comunidades. [Qual é o problema de se ter comunidade nas proximidades?] é a violência. (Ana, 43 anos, representante comercial, ensino superior)

Jacarepaguá não se preparou pra tanta gente vir morar aqui. Aí infelizmente começa o foco de pessoas de baixa renda. Hoje não existe mais invasão, mas existem núcleos de favelinhas. Não que o lugar não seja bom pra você ir, mas passa a dar medo de pessoas que você não conhece. (Gilmar, 64 anos, vendedor, ensino superior incompleto)

*Desculpa, eu não tenho nada contra favelado não, mas onde tem favela tem bandido! [...] Você vê que a Praça Seca hoje é uma ilha cercada de favelas por todos os lados! (Carlos, 74 anos, bancário aposentado, ensino médio)
[Sua esposa o interrompe] Não é favela, você está desatualizado. Agora é 'comunidade'! [cara de ironia]. (Hebe, 70 anos, professora aposentada, ensino médio)*

[Com o crescimento, o bairro] piorou! Comecei a ver mais essas coisas que eu não via anteriormente. Esses barulhos, as populações, vamos usar este termo, 'marginalizadas' aumentaram também bastante, né?! Por exemplo, no colégio lá da minha esposa [...] o nível de crianças que estudam lá é completamente diferente. Não estou querendo colocar barreiras não, mas infelizmente é um reflexo que nós vimos. São muito mais agressivas. Acho que isso aí tem a ver também com ordem educacional. A própria constituição da família está hoje um pouco atrapalhada, as pessoas parecem que perderam a noção. Eu não sei se a comparação que eu posso fazer seja essa, né?! Nem quero me utilizar disso aí como estratégia para falar isso daí, mas a questão é: desde que essa esquerda começou a ter voz, eu não sei que danado que eles fizeram com que aquelas ideias deles se projetassem de uma forma que garantisse a eles a manutenção da função. E eu vejo que aconteceu foi isso, você abriu a porteira além da conta. (Artur, 46 anos, militar da aeronáutica, ensino superior)

Nesta última fala é possível perceber duas dimensões de criminalização. Uma diz respeito aos grupos aos quais Artur se refere como “populações marginalizadas”, generalizadamente tomadas como “perigosas”, e a outra se refere à política de esquerda que “abriu a porteira além da conta”. Em outros momentos da entrevista, Artur é enfático em sua posição conservadora no que tange aos costumes e às políticas sociais distributivas: “ideologia de gênero é uma confusão generalizada”; “a família constitucionalmente estabelecida que se fala, que constitucionalmente é certa. Acho que a gente está se perdendo nos valores, nos princípios”; “antigamente as coisas eram mais rígidas, hoje criou-se uma voz do coitadinho. Por exemplo, eu sou completamente contra essa questão de cota. Ao invés de pegar aquilo ali pra fazer um ensino qualitativo, você deteriorou o ensino”; “então porque você é pobre, mora na periferia, não tem direito a nada, então vai receber vários benefícios por essa razão. [A esquerda] quis dar várias facilidades”. Somadas, estas opiniões revelam,

além de seu desconforto com pautas progressistas, o pendor em manter uma distância simbólica entre grupos socialmente distintos. Na concepção de Artur, é como se as referidas políticas distributivas (notadamente atribuídas à esquerda) nivelassem a sociedade por baixo, reduzindo a qualidade dos serviços e o bem-estar da população, degradando as condições de vida e desvalorizando o mérito daqueles que não são contemplados pelas mesmas.

A aversão às favelas e seus habitantes – estendida a todas as populações mais pobres, como revelam as falas acima – contém uma dimensão de distância social. Ela revela uma estratégia de distinção, que é tanto física quanto simbólica.

4.7 Reflexões acerca do espaço e suas representações

O condomínio Residencial Brasil foi inaugurado em 2005, embora no ano anterior já houvesse alguns residentes. Dentre os entrevistados há representantes desde os primeiros moradores até os mais recentes, que chegaram em 2017, ano em que as entrevistas foram realizadas. Desta forma, o lapso temporal onde estão circunscritas as experiências de moradia dos entrevistados é entre 2004 e 2017, o que coincide com o período onde foi exaltada a ascensão econômica de milhares de brasileiros⁶³ e com a posterior crise que acometeu a sociedade.

A gênese rural da região de Jacarepaguá ainda povoa o imaginário dos moradores entrevistados, que comumente percebem no bairro Pechincha características de uma cidade interiorana, onde a rotina transcorre sem sobressaltos e as pessoas – quando não se conhecem – minimamente se reconhecem nas ruas, o que revela uma espécie de bucolismo. As falas onde este sentimento de maior proximidade é destacado se contrapõem ao sentimento enunciado classicamente por Georg Simmel no texto “A metrópole e a vida mental”. Ali o fenômeno tratado é inverso: de que maneira os indivíduos criam mecanismos de autoproteção diante da intensificação dos estímulos nervosos a que são submetidos nas metrópoles, provocando reações como a que o autor classificou como atitude *blasé*, certo distanciamento e indiferença diante de um acúmulo de provocações pelas quais os sujeitos são bombardeados no ambiente urbano das grandes cidades.

Os entrevistados nesta pesquisa mobilizaram a outra ponta dessa apreciação: aquela em que o conjunto sensorial diante de imagens mentais flui de forma mais lenta e uniforme, traço característico do que o sociólogo classificou como pequenas localidades. Círculos

⁶³ Cujas maior expressão foi o grupo chamado de “nova classe média” que gerou inúmeros debates sobre sua conceituação, características e condições objetivas.

pequenos de relações são estritamente fechados a estranhos ou antagonismos, de forma que seus membros individuais possuem um campo estreito para o desenvolvimento de grandes liberdades individuais. Em grupos maiores, a unidade interna se afrouxa e o indivíduo ganha maiores possibilidades de movimentos livres. Este processo de individualização cobra o preço da indiferença e da solidão ante à multidão metropolitana (SIMMEL, 1979).

Enquanto nas pequenas localidades os habitantes costumam se conhecer mutuamente e ter relações mais emocionais, nas metrópoles há uma espécie de autopreservação dos indivíduos por meio de uma atitude mental de reserva para com o outro. Tal reserva, ou distância mental faz os habitantes das metrópoles parecerem frios e desalmados: “como resultado dessa reserva, frequentemente nem sequer conhecemos de vista aqueles que foram nossos vizinhos durante anos” (SIMMEL, 1979, p. 17).

O aspecto interior desta reserva é não somente a diferença, como também uma estranheza, uma leve aversão mútua, que pode se transformar em ódio e luta quando ocorre um contato mais próximo. A aversão está ancorada numa hierarquia complexa de simpatias e antipatias. A antipatia protege os indivíduos da indiferença e os prepara para o antagonismo prático que consuma as distâncias mentais e sociais – sem as quais o modo de vida na metrópole não seria possível. Essa reserva, que no fundo serve como disfarce a uma aversão oculta, confere ao indivíduo uma liberdade pessoal muito maior do que nas cidades pequenas (SIMMEL, 1979).

Há aspectos interessantes a serem sinalizados a propósito da referência ao que Simmel chamou a atenção. É como se houvesse uma combinação entre dois universos na forma como os sujeitos trataram a questão. Quando se referem ao bairro Pechincha, os entrevistados mencionam o sentido de proximidade, de reconhecimento das pessoas e de certa impressão de aproximação, ao mesmo tempo em que ressaltam a falta de contato com os vizinhos, indiferenciação e ausência de laços comunais fortes. O contraste para muitos vem de uma experiência anterior comparada à situação atual: Embora os entrevistados se reconheçam pelas ruas, é comum que aqueles moraram em regiões periféricas estabeleçam uma comparação negativa entre os vínculos sociais estabelecidos no bairro anterior e no atual. A imagem mental acerca dos bairros periféricos é de que há mais solidariedade, os bens são compartilhados quando necessário e os vizinhos constituem redes mútuas de colaboração. Poder-se-ia, a partir desta observação, inferir que o modo de vida em bairros periféricos mais se assemelha à vida em cidades pequenas, e que o Pechincha, embora ainda guarde elementos interioranos, mais se inscreve numa representação metropolitana. Em parte, isto pode ter

relação com a vida em condomínio, onde os indivíduos estão inseridos entre seus pares, porém isolados em suas residências.

Luciana Andrade preconiza que, nas cidades brasileiras, os condomínios fechados provocam uma dispersão só observada antes em relação às periferias pobres, cujas aspirações se fundamentariam com certos argumentos: “vontade de evadir-se dos lugares mais populares e dos problemas metropolitanos; possibilidade de viver em contato com a natureza, mas não isolado; maior privacidade, espaço seguro e espaço maior de lazer para as crianças” – fatores que compõem o que se convencionou chamar de qualidade de vida (ANDRADE, 2002, p. 10).

A vida em condomínios fechados incentiva a demarcação de distâncias espaciais, sociais e simbólicas em relação aos que estão de fora, como forma de preservar uma ordem de alguma maneira ameaçada. Entretanto, tal ordem dos iguais não é necessariamente um universo coeso ou com forte presença de laços de sociabilidade. Viver em um condomínio também pode ser uma possibilidade de ter uma existência mais individualizada e com maior privacidade, mesmo perante aos demais moradores do local (ANDRADE, 2002).

Para uma compreensão mais aprofundada do fenômeno de multiplicação dos condomínios fechados no tecido urbano, é importante debater acerca das múltiplas relações entre a esfera pública e a privada, bem como, discutir a estrutura e as transformações da ordem social capitalista e sua relação com as ordens espaciais contemporâneas, alerta Rita Raposo (2008, p. 129).

A vinda dos entrevistados para o Pechincha está relacionada a um conhecimento prévio do bairro, através de vínculos parentais e/ou afetivos na região, mas a escolha do mesmo enquanto local de moradia considerou também sua proximidade com locais de trabalho e/ou estudo e a possibilidade de ter mais mobilidade urbana – por conta da existência de linhas e pontos de ônibus nas redondezas e das duas vias de saída para outras áreas da cidade, que são a Linha Amarela e a autoestrada Grajaú-Jacarepaguá. Não obstante, a mesma mobilidade que é apontada como um aspecto positivo também é criticada, quer seja pelos engarrafamentos, quer seja pela pouca oferta de transporte público ou até mesmo pela distância em relação ao centro e à zona sul da cidade.

No que diz respeito ao aspecto social, a literatura aponta que os segmentos de baixa renda destacam as relações de vizinhança como um dos mais importantes fatores de migração residencial, uma vez que a rede de solidariedade entre vizinhos, amigos e parentes é uma estratégia de sobrevivência e reprodução cotidiana das famílias. Entretanto, este critério também foi ressaltado pelas classes com renda superior a dez salários mínimos, o que

corroborar a pressuposição de que os indivíduos buscam se manter próximos aos de mesma classe social, o que por si, reafirma a segregação social/residencial (ABRAMO e FARIA, 1998).

Em geral, há um grande apreço pelo bairro Pechincha, cujos principais aspectos positivos são: (1) boa oferta de comércio e serviços nas redondezas; (2) a tranquilidade, que está diretamente associada à segurança; (3) a “boa vizinhança”; (4) a arborização e temperatura amena. A proximidade com a Barra da Tijuca também é valorizada enquanto insígnia de *status* e de lazer, com suas praias e shoppings. A falta de espaços de cultura e recreação, como parques, praças e centros culturais, é uma crítica presente nas falas dos entrevistados acerca do bairro, assim como a má conservação das calçadas, a poluição dos rios e redução de áreas verdes.

Curiosamente, dois aspectos tidos como positivos também são os principais alvos de críticas: mobilidade e segurança. No que diz respeito à mobilidade, são constantes os engarrafamentos e a ausência de opções de transporte público, como linhas de ônibus e metrô. Sobre o aspecto da segurança, apontada como um dos atrativos do bairro, os entrevistados percebem – e se queixam – do recente aumento da violência, referindo-se aos assaltos e ao crescimento das favelas na região.

Dentre os entrevistados, há aqueles que anteriormente moravam em outras cidades da região metropolitana do Rio de Janeiro e em bairros diversos, inclusive na própria região de Jacarepaguá. Sua vinda para o bairro Pechincha decorre da busca por mais mobilidade urbana e também da tentativa de se afastarem da “violência” decorrente da proximidade com comunidades/favelas. O tema das favelas, inclusive, é recorrente: está presente na aspiração realizada de se distanciar geograficamente delas e na percepção de que a violência avança pelo bairro na medida em que, supostamente, alguns de seus habitantes (os “criminosos”) descem para cometer assaltos. A favela é percebida como o território do crime e sua proximidade é algo temido e rejeitado pelos entrevistados. A aversão às populações mais pobres pode ser vista também como uma estratégia de distinção social – tema que será abordado no próximo capítulo.

Ao estudar os fluxos e determinantes de mudanças residenciais, Abramo e Faria (1998) apontam certa regularidade nas decisões de deslocamento, por parte de diferentes segmentos sociais. Nos grupos de renda mais alta, as trocas de residência são impulsionadas por modificações no meio físico e social, que acabam por provocar mobilidade residencial em direção a áreas consideradas mais aprazíveis, menos densas e fora do núcleo urbano. A

acessibilidade a outros locais da cidade (trabalho, comércio, escolas, etc.) é menos valorizada, pois este grupo está ciente de que sua decisão atrai investimentos públicos e privados, estruturando o novo espaço. Nas classes mais baixas, a tendência de deslocamento obedece a duas lógicas: ou migram para o núcleo das cidades, onde pagam menores aluguéis por residências decadentes; ou vão para a periferia, que é caracterizada pela falta de infraestrutura e pela desvalorização que possibilita a construção em loteamentos irregulares. Conway, Brown (1980 apud Abramo e Faria, 1998) distinguem três prioridades básicas consideradas pelo migrante de baixa renda:

1) *Acessibilidade* – localizar-se próximo ao local de trabalho, o que possibilitará a redução nos custos com transporte; 2) *Segurança da titulação* – o título de propriedade lhes garante a estabilidade e consolidação de sua situação no ambiente urbano e; 3) *Amenidades sociais* – localizar-se próximo à amigos e parentes, para a manutenção dos laços de solidariedade como estratégia de reprodução familiar (CONWAY, BROWN, 1980 apud ABRAMO e FARIA, 1998, p. 430).

Certamente, as taxas de mobilidade variam de acordo com fatores como faixa etária, renda e condições de ocupação do imóvel anterior e do atual. Isto impõe diferentes exigências e preferências por localização, características e tamanho dos imóveis. A mobilidade também costuma ser maior dentre aqueles que ocupam imóveis alugados, uma vez que o custo de mudança para aqueles que já são proprietários é elevado. Também há o fato de que num imóvel próprio é possível realizar modificações para atender às necessidades da família (ABRAMO e FARIA, 1998).

Os autores afirmam que a maior parte dos movimentos migratórios é de curta distância, ao que supõem ser resultado de uma busca por usufruir das externalidades de vizinhança. Mesmo os movimentos mais longos, os autores acreditam estarem ligados a uma reacomodação do mercado, ou seja, ricos/pobres saindo de áreas desvalorizadas/valorizadas, em direção a outras compatíveis com seu status socioeconômico. Daí a relevância da dinâmica imobiliária na estruturação dos espaços na cidade, promovendo deslocamentos de demandas e ratificando os padrões de segregação existentes (ABRAMO e FARIA, 1998).

É notório que o bairro está em mudança, embora não haja consenso sobre o período de início. A verticalização do Pechincha e seus efeitos são evidenciados por elementos como: aumento populacional e do fluxo de veículos; abertura de novos estabelecimentos comerciais; elevação nos preços dos serviços e redução de áreas verdes. Os entrevistados observam também que a infraestrutura do bairro não foi modificada para comportar o adensamento populacional, o que impacta negativamente na qualidade de vida de seus moradores.

Segundo Antônio Firmino da Costa (2008, p. 441) desde os anos 1970⁶⁴ se desenvolve em cidades dos Estados Unidos e da Europa o que foi nomeado como processos de gentrificação⁶⁵ e que designa movimentos de reocupação de áreas centrais das cidades – notadamente centros históricos e zonas portuárias anteriormente degradadas – por parte das classes médias e altas (principalmente jovens adultos das classes médias de profissionais escolarizados) em detrimento das populações com poucos recursos e baixo status social, que são expulsas de maneira mais ou menos abrupta⁶⁶.

Maria Alba Sargatal Bataller descreve algumas das consequências da gentrificação: o deslocamento de grupos populares; o significativo aumento do preço da propriedade na localidade; redução das taxas de ocupação das moradias (número de habitantes por residência) e da densidade populacional e transformação progressiva da modalidade de ocupação por aluguéis pela ocupação por propriedade, adquirida por grupos de renda mais alta que vão transformando a estrutura física e econômica da área.

Ao tratar dos processos de gentrificação, Neil Smith (1979 apud BATALLER, 2012) inscreve-se numa teorização acerca do ciclo de vida dos bairros, segundo a qual, os bairros experimentam fases de crescimento, declínio e revitalização. O ciclo de vida é algo inerente aos espaços e acontece em termos econômicos, por meio de uma espécie de concorrência entre grupos sociais, que conduz à diferenciação das comunidades e se manifesta materialmente pelo custo de vida distinto nos bairros (BATALLER, 2012, p.21).

[...] a gentrificação explica-se pelo desejo dos gentrificadores de distinguir-se de outros grupos sociais, isto é, trata-se de uma distinção cultural. Os padrões de consumo deste grupo e a própria gentrificação constituem um traço próprio à classe social que o protagoniza, contribuindo para diferenciá-la da classe trabalhadora e das classes superiores (BATALLER, 2012, p. 21).

Conforme exposto, o fenômeno de gentrificação se caracteriza pelo deslocamento de habitantes das classes baixas em função da chegada de grupos de classes médias e altas em localidades nos centros urbanos. A valorização econômica e simbólica destas regiões vem

⁶⁴ Período pós-industrial marcado pelo declínio do modelo econômico industrial.

⁶⁵ Um fenômeno fundamentalmente urbano que consiste em melhorias físicas e mudanças imateriais (econômicas, sociais e culturais) em regiões urbanas antigas que experimentam uma elevação de status, ficou conhecido como gentrificação – ou *gentrification*. A primeira referência ao termo *gentrification* é atribuída à socióloga britânica Ruth Glass que, ao estudar Londres nos anos 1960, identifica um padrão de moradia da classe média-alta inglesa (*gentry*), a qual vivendo em áreas rurais, passou a manter também moradias na cidade, onde residia parte do ano (BATALLER, 2012, p.10).

⁶⁶ Uma maneira abrupta e coercitiva de expulsar populações seria, por exemplo, através de programas de remoção involuntários praticados pelo Estado. Formas coercitivas mais veladas poderiam ser exemplificadas pela elevação dos preços na região, tanto no comércio e serviços como no valor de impostos, como o IPTU.

acompanhada de investimentos e melhorias nas moradias e nos espaços públicos, como comércios, serviços e infraestrutura.

Não é possível enquadrar o caso do Pechincha como um caso de gentrificação, posto que em seus primórdios o bairro já abrigava uma aristocracia rural e, posteriormente, estratos de uma pequena burguesia rural que residia em casas alocadas em grandes terrenos. Com o passar das décadas e, mais fortemente a partir dos anos 2000, a região teve um grande incremento populacional, por meio da subdivisão dos terrenos e construção de grandes conjuntos habitacionais. Se por um lado, tal mudança elevou o preço do solo e trouxe um incremento nos serviços (públicos e privados) disponíveis, por outro, não há dados disponíveis que possibilitem afirmar que a existência de processos de êxodo (e sim de adensamento populacional), e mais ainda, não parece ter havido emigração de populações de renda mais baixa em detrimento das de renda mais elevada – o que está no cerne do conceito de gentrificação.

Ainda no caso do bairro, os mesmos entrevistados que apontam os efeitos de um tipo de processo de mudança do bairro são parte constitutiva do fenômeno, na medida em que sua vinda para o bairro está intimamente relacionada à sua ascensão social, haja visto que estes comumente se referem às regiões em que moravam anteriormente para evidenciar uma melhoria na qualidade de vida.

Se considerarmos a gentrificação enquanto uma forma de especulação do solo que leva à transformação urbana, no caso desta pesquisa talvez fosse mais correto afirmar, utilizando os termos de Antônio Firmino da Costa (2008), que houve uma *reabilitação urbana* e uma *recomposição social*, ou seja, houve um ciclo de lançamento de projetos urbanísticos integrados nos espaços circunscritos ao Pechincha, de maneira análoga ao que o autor havia observado em bairros históricos e populares de Lisboa, que acabou por rearticular a identidade cultural e a ação coletiva de seus moradores.

É possível afirmar que o local de moradia está associado à classe social, o que é evidente na percepção dos sujeitos desta pesquisa. As formulações de que o Pechincha seria um bairro “intermediário”, “de classe média” ou “com uma classe social maior”, giram em torno de aspectos como: o preço dos serviços, que é mais baixo do que nas regiões nobres e mais elevado do que nas áreas periféricas. Também os laços de solidariedade no bairro são mais fracos do que em regiões de nível econômico inferior, onde as pessoas seriam mais “simpáticas” e disponíveis para ajudar os vizinhos.

Pedro Abramo compara o funcionamento do mercado imobiliário formal à dinâmica de um caleidoscópio. Assim como a mudança de um único cristal altera todo o desenho observável no caleidoscópio, no mercado imobiliário a ação localizada de alguns capitais pode gerar uma série de efeitos correlatos em cascata, geralmente do alto da pirâmide social para baixo. O ato que promove esse movimento caleidoscópico é uma inovação espacial, ou seja, a articulação de um novo produto imobiliário em uma nova espacialidade urbana (ABRAMO, 2011).

Indivíduos e empresas são motivados por representações sociais dos espaços urbanos, as quais são estabelecidas por múltiplas influências culturais, econômicas e sociais (OLIVEIRA, 2008). Abramo (2011) discutiu as motivações da demanda residencial no mercado formal e concluiu que o fator determinante das escolhas residenciais é a busca por distinção socioespacial, pois “as famílias desejam estar próximas de seus próximos” (ABRAMO, 2011, p. 44). Este desejo de proximidade se concretiza em uma externalidade de vizinhança que o autor chama de “convenção urbana”, ou seja, uma representação social dominante sobre um determinado espaço urbano.

Em uma sociedade estratificada, o desejo de estar próximo dos seus próximos acaba por produzir uma cascata de movimentos de rejeição dos não-próximos do alto da pirâmide social para baixo. Desta maneira, as convenções urbanas servem como um mecanismo cognitivo que garante a estrutura segmentada (segregada) e hierarquizada das externalidades de vizinhança (ABRAMO, 2011). Esta externalidade de vizinhança não está necessariamente ancorada em uma territorialidade específica, nem é definida por fatores naturais. Ela é determinada pelo caráter de interação socioespacial de setores do mesmo estrato social (ou cultural, étnico, etc.). Essa característica de manutenção de relações de interação é utilizada pelos capitais imobiliários que desejam renovar o segmento de demanda que habitualmente constituem a sua demanda solvável (ABRAMO, 2011, p. 45).

Para finalizar, cumpre ressaltar o pressuposto de Henri Lefebvre de que o espaço desempenha um papel decisivo na continuidade da reprodução biológica (a família) e na produção socioeconômica. As práticas inscritas no espaço englobam essa produção e reprodução, próprias a cada formação social, assegurando uma continuidade relativamente coesa (LEFEBVRE, 2006).

Até aqui aponte os aspectos de construção da pesquisa tais como, o interesse em compreender processos de mobilidade e de auto-identificação das camadas médias urbanas, além de uma discussão teórica sobre estratificação social. Foi apontado também o processo

pelo qual o “bairro” – enquanto categoria analítica e como objeto empírico – se configurou como *locus* privilegiado para selecionar os entrevistados e discutir os processos apontados acima. Com base nisto, cumpre agora discorrer mais profundamente sobre o grupo pesquisado, tanto em suas condições objetivas, quanto em suas representações de posição social.

5 PERCEPÇÕES ACERCA DA POSIÇÃO SOCIAL: PESSOAS, TRAJETÓRIAS E OPINIÕES

Conforme exposto nas seções anteriores, a vinda para o bairro expressa uma forma de ascensão e distinção social para o grupo investigado. De fato, eles se beneficiaram do período de bonança experimentado entre os anos 2000 e 2014, aproximadamente. Entretanto, não é possível identificar o grupo como remanescente da chamada “nova classe média” daquele período – seja por critérios objetivos, seja por sua própria definição.

No presente capítulo, busco discutir a auto-identificação dessas pessoas e como elas vivenciaram as mudanças no Brasil – do crescimento e otimismo à crise e desalento.

O capítulo está estruturado em quatro partes. Na primeira, os entrevistados da pesquisa são apresentados, tendo como pano de fundo a escolaridade – que vai fornecer elementos para pensar sua posição social e seus valores. A segunda parte trata de como os entrevistados têm vivenciado as mudanças macroeconômicas recentes no Brasil. Na terceira parte, o grupo discorre sobre como entende a estratificação social no Brasil – de que forma o país se dividiria e como são compostos estes extratos. A partir do cenário macroeconômico e do olhar sobre as divisões sociais é que os sujeitos vão definir seu pertencimento e sua diferença, que é a questão contemplada na quarta parte. Nela será apresentada a forma como as pessoas se percebem na estrutura social, quais são seus elementos de pertencimento e como é sua atual experiência de *classe*⁶⁷.

5.1 Os sujeitos da pesquisa

5.1.1 Perfis escolares e outras questões

Ao fim do Capítulo 1 – “A construção da pesquisa” foi exposto um breve perfil do grupo investigado. A partir de agora, os entrevistados serão apresentados mais intimamente através de seus perfis familiares, elementos de suas histórias de vida, suas percepções e práticas.

O ponto de partida escolhido para esta apresentação foi a *escolaridade*, e esta opção não é aleatória. Ela é a porta de entrada para compreender a passagem dos valores morais no interior das famílias e as estratégias de mobilidade social ao longo das gerações. Quando os

⁶⁷ Tomo a liberdade de usar o termo *classe*, no sentido de camada social.

entrevistados discorrem sobre as motivações e dificuldades inerentes à sua formação escolar, são expressas mais do que suas razões pessoais: eles evidenciam as condições estruturais que fomentam as mais variadas formas de desigualdades.

Cumprido destacar que muitas questões podem ser levantadas a partir dos perfis dos entrevistados: as mudanças nas configurações familiares, questões relacionadas aos papéis de gênero, além de outras possibilidades que, embora não sejam foco da pesquisa, tangenciam e se relacionam com a percepção de posições de classe e o modo de vida das pessoas. Entretanto, optou-se por focar nos temas relacionados aos marcadores tradicionais de posição e mobilidade social, tais como escolaridade, ocupações e renda. Logo, a ênfase se dá nesta ordem de marcadores.

Ressalto que não é intenção deste trabalho tomar características objetivas no intuito de categorizar o grupo pesquisado numa ou noutra classe social. Fazer isso seria admitir a existência de classes sociais como grupos *a priori*. Os marcadores sociais se prestam a oferecer elementos que permitam uma melhor compreensão da auto-identificação e da experiência de pertencimento do grupo. Enquanto a “categorização” trata de um processo externo, ou seja, de uma classificação elaborada por terceiros, a “auto-identificação” diz respeito a um aspecto interno, a um reconhecimento por parte dos membros do grupo (JENKINS, 1996; SALATA, 2014). O real interesse deste trabalho é na experiência subjetiva de posição social desse conjunto de pessoas. Daí também a adoção da definição de “camada média” enquanto uma posição subjetivamente construída – embora ela seja, ao mesmo tempo, condicionada por fatores objetivos.

Inicialmente, é preciso destacar que o ensino superior – as razões de não-ingresso, de interrupção ou de conclusão, os tipos de instituição escolar, entre outros fatores – tem centralidade na presente seção por duas razões. A primeira é o fato de que a literatura que trata da classe média⁶⁸ comumente relaciona o pertencimento a esta camada social a uma escolaridade de nível superior, bem como às ocupações e renda atreladas a tal formação. Em segundo lugar, o desejo de ingressar e/ou concluir o ensino superior é recorrente nas falas dos entrevistados quando discorrem a respeito de si e de sua formação educacional. Quero dizer com isso, que não se trata de uma visão normativa minha acerca da relevância do ensino superior, e sim de uma categoria importante tanto para a literatura quanto para o grupo empiricamente analisado.

⁶⁸ Uma revisão da literatura sobre a classe média no Brasil e no mundo pode ser vista em Salata, 2014.

Diante das informações sobre a escolaridade, busquei compreender um pouco do universo daqueles que concluíram o ensino superior e daqueles que não o fizeram. Com isso, a intenção é discutir as características desta camada média que foi alvo da pesquisa para então compreender melhor suas asserções sobre posição social e sobre a sociedade, de uma forma mais ampla.

Ao observar os perfis dos entrevistados, uma primeira observação é o aumento da escolaridade intergeracional. Um olhar sobre a relação entre idade e escolaridade já traz este apontamento, o que os entrevistados confirmaram ao falar sobre a escolaridade de seus pais, a sua própria e as expectativas sobre seus filhos.

O não ingresso no ensino superior é mais comum entre os indivíduos de mais idade e o ingresso no ensino superior é mais comum entre os mais jovens. A média de idade daqueles que cursaram entre o ensino fundamental e o médio foi de 60 anos. Já a média de idade daqueles que, ao menos, ingressaram no ensino superior foi de 47 anos e, dentre aqueles que ingressaram em cursos de pós-graduação a média cai para 35 anos. Ou seja, é notório o aumento da escolaridade intergeracional. O quadro abaixo apresenta os entrevistados por idade e escolaridade máxima.

Quadro 4 - Relação dos entrevistados por idade, sexo e informações escolares

(continua)

	Idade	Média de idade	Sexo	Escolaridade	Status	Curso	Tipo de Instituição	Nome
Ensino fundamental e médio	42	60,14	Masculino	Médio	Completo	#	#	Igor
	52		Feminino	Médio	Completo	#	#	Diana
	55		Feminino	Médio	Completo	#	#	Paola
	56		Feminino	Médio	Completo	#	#	Bete
	70		Feminino	Médio	Completo	#	#	Hebe
	72		Feminino	Fundamental	Incompleto	#	#	Keila
	74		Masculino	Médio	Completo	#	#	Carlos

Quadro 4 - Relação dos entrevistados por idade, sexo e informações escolares

(conclusão)

	Idade	Média de idade	Sexo	Escolaridade	Status	Curso	Tipo de Instituição	Nome
Ensino superior	36	46,70	Feminino	Superior	Completo	Serviço social	Privada	Ester
	36		Feminino	Superior	Incompleto	Nutrição	Privada	Olga
	37		Feminino	Superior	Completo	Fisioterapia	Privada	Mara
	39		Masculino	Superior	Completo	Farmácia	Privada	Edson
	42		Feminino	Superior	Completo	Podologia	Privada	Flávia
	42		Feminino	Superior	Incompleto	Letras	Privada	Joana
	42		Feminino	Superior	Completo	Química	Privada	Nair
	43		Feminino	Superior	Completo	Administração	Privada	Ana
	46		Masculino	Superior	Completo	Administração	Não informado	Artur
	47		Feminino	Superior	Completo	Administração	Privada	Ilza
	60		Masculino	Superior	Incompleto	Direito	Privada	Diego
	64		Masculino	Superior	Incompleto	História	Privada	Gilmar
	73		Feminino	Superior	Incompleto	Letras	Privada	Gleise
	?		Feminino	Superior	Completo	Direito	Não informado	Rízia
Pós-graduação	27	34,71	Feminino	Pós-graduação	Cursando	Engenharia civil	Pública	Cássia
	37		Feminino	Pós-graduação	Completo	Logística internacional	Privada	Sara
	38		Masculino	Pós-graduação	Cursando	Automação	Privada	Breno
	38		Feminino	Pós-graduação	Completo	Finanças corporativas	Privada	Tânia
	42		Feminino	Pós-graduação	Completo	Comunicação social	Privada	Lara
	61		Masculino	Pós-graduação	Completo	Logística internacional	Privada	João
	71		Masculino	Pós-graduação (mestrado)	Completo	Engenharia civil	Pública	Fábio

*: A coluna “escolaridade” considera o ingresso no curso, e não a conclusão, ou seja, tanto para aqueles que cursaram quanto para os que estão cursando uma pós-graduação, o curso mencionado é o da pós-graduação e não da graduação.

** : A entrevistada Rízia foi excluída no cálculo, pois omitiu sua idade.

Fonte: Elaborado pela autora

Conforme dito, o aumento da escolaridade ao longo das gerações é visível quando os sujeitos falam sobre seus pais, sobre si e sobre seus filhos. A importância crescente da escolaridade pode ser observada não somente através do aumento dos anos de estudo entre uma geração e a subsequente, como também pela expectativa dos pais de que seus filhos sejam mais escolarizados do que eles próprios. Para isto, estes pais fazem a opção pelo ensino fundamental e médio em instituições privadas – vistas como muito melhores do que as públicas.

Rízia⁶⁹ (idade não informada) é mãe de três filhos (8, 16 e 18 anos) e espera que eles façam no mínimo uma faculdade, não importa qual curso ou instituição. A formação mínima que Edson⁷⁰ (39 anos) espera de seus dois filhos (4 e 22 anos) é graduação e fluência em mais de um idioma. Ele justifica: *“a tendência é as pessoas ficarem cada vez mais qualificadas”*. De forma semelhante, Tânia⁷¹ (38 anos) acredita que a filha deve se graduar o máximo possível, inclusive nos níveis de mestrado e doutorado. Menos do que o ensino superior é algo que está fora de cogitação, pois para ela, segundo afirma, a educação é a mais importante pré-condição para que se tenha uma vida melhor.

5.1.2 A educação em escolas privadas como forma de ascensão ou manutenção da posição social

O caso de Keila (72 anos, “do lar”) e sua filha Lara (42 anos, securitária desempregada) ilustra bem o aumento da escolaridade e, inclui outro fato: a valorização do ensino fundamental e médio em escolas privadas. Keila tem o ensino fundamental incompleto, mas seus dois filhos concluíram o ensino superior. Um deles é Lara. Graduada em administração e pós-graduada em comunicação social (em universidades privadas), Lara está desempregada e atualmente vende roupas para garantir alguma renda⁷². Ela conta que desde o ensino médio trabalhava para pagar os próprios estudos: *“era a vida! A gente sabia que não tinha condições e tinha que trabalhar pra pagar, porque a gente não queria estudar em colégio público”*. O filho de Lara tem seis anos de idade e cursa o ensino fundamental num colégio privado. A importância deste tipo de instituição fica evidente em outro momento da entrevista. Quando perguntada sobre estratificação social, ela menciona a instabilidade de sua posição social e aciona o ensino privado do filho como insígnia de pertencimento: *“Pode ser que eu não consiga ano que vem pagar escola particular, pode ser que meu filho precise estudar em escola pública, aí eu já vou me ver numa outra classe. Já vai ficar esquisito!”*.

Quase a totalidade dos filhos dos entrevistados estuda em colégios privados, cujo pagamento implica em um grande esforço financeiro para os pais. Uma importante observação é a de que, à exceção das universidades e das escolas de excelência, o ensino

⁶⁹ Rízia é “bacharel em direito” (como se define em termos de escolaridade e ocupação) e atualmente está desempregada.

⁷⁰ Edson é policial militar e tem ensino superior em farmácia.

⁷¹ Tânia é consultora administrativa e financeira. Possui graduação em Administração de empresas e pós-graduação em finanças corporativas.

⁷² Trabalho informal.

público é sempre depreciado. A má qualidade institucional apontada, não é único fator que impele os pais a matricularem seus filhos em instituições privadas. A convivência com os alunos de posições sociais inferiores é indesejada, de forma que, afastar os filhos das escolas públicas busca evitar tal aproximação.

Os filhos de Igor⁷³ (42 anos), ao contrário do pai, fazem o ensino fundamental em escolas privadas. Igor justifica: “*a escola pública está muito ruim hoje em dia*”. Esta percepção de má qualidade é expressa de forma enfática por Paola⁷⁴ (55 anos): “*uma porcaria!*”.

Ilza⁷⁵ (47 anos) tem dois filhos. O mais velho (18 anos) estuda numa escola pública de excelência⁷⁶ e o mais jovem (5 anos) está na escola privada. O pagamento das mensalidades é um “sacrifício” para a família, mas ela justifica: “*porque a gente sabe né?! Eu não vou te dizer nem em questão de ensino, eu vou te dizer que é questão do convívio com as outras crianças de educações tão distintas, né?! A preocupação maior é essa.*” Os filhos de Ana também sempre estudaram em escolas privadas. Ela explica:

Mais por causa da violência na escola pública, né?! Não é nem pelo ensino em si. [...] eu até matriculei na escola, mas não ficaram dois dias, porque não tinha condições! [...] minha filha ainda estava no ginásio, eu fui buscar e quando cheguei lá, a turma inteira em pé, falando palavrão, gritando. Eu falei ‘gente, o que é isso?! Se no segundo dia de aula está assim...’ Nem eles [os filhos] quiseram mais voltar, ficaram apavorados. (Ana, 43 anos, representante comercial, ensino superior)

A aposta no ensino privado de nível fundamental e médio é, sem dúvida, uma estratégia para aumentar a possibilidade de ingresso nas universidades (e consequentemente as chances de mobilidade social ascendente), mas significa muito mais. Ocorre que, enquanto alguns entrevistados apontaram a má qualidade, outros deliberadamente ressaltaram o convívio com os alunos das escolas públicas como algo indesejável. Esses alunos – notadamente de origem familiar e econômica mais pobre – parecem ser vistos como inapropriados para a convivência. Isto remete a uma tentativa de limitar a socialização dos filhos junto a seus pares, ao mesmo tempo em que revela a insegurança de sua posição social,

⁷³ Igor tem o ensino médio e trabalha como motorista numa concessionária de veículos.

⁷⁴ Paola concluiu o ensino médio e se aposentou como secretária.

⁷⁵ Ilza é graduada em administração de empresas. Sua profissão é securitária, mas ela está desempregada.

⁷⁶ Trata-se do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET/RJ), uma instituição federal vinculada ao Ministério da Educação, que oferece ensino médio, cursos técnicos e superiores considerados de excelência, principalmente entre empresas e indústrias que buscam engenheiros e técnicos. Cf. Site Wikipedia. Disponível em:

https://pt.wikipedia.org/wiki/Centro_Federal_de_Educa%C3%A7%C3%A3o_Tecnol%C3%B3gica_Celso_Suckow_da_Fonseca

a ponto de eleger este tipo de instituição como fronteira simbólica. Neste sentido, a escola privada é uma insígnia e uma ferramenta de pertencimento de *classe*. Isto fica evidente na fala de Artur, cuja esposa é professora do ensino fundamental em uma escola pública. Conforme o casal, aqueles que ultimamente têm colocado os filhos na escola pública caíram de posição social:

Minha esposa falou, a família cai um padrão financeiro tão grande que acaba tendo que passar pra aquilo que se julgava errado, que é estudar em colégio público por exemplo. Hoje em dia, minha esposa verificou que aumentou muito o número de crianças que vão da escola particular para a escola pública, entendeu? Mas você vê que o padrão de comportamento ali é diferenciado. (Artur, 46 anos, militar da aeronáutica, ensino superior)

Ainda assim, a possibilidade de manter os filhos numa escola privada visa aumentar suas chances de mobilidade social ascendente. Tal mobilidade está associada não somente à expectativa de que a posse do diploma universitário possibilite o ingresso em ocupações mais valorizadas, em termos econômicos e sociais. A passagem de valores e comportamentos é uma das principais motivações para manter os filhos nas escolas privadas.

No que tange à valorização econômica, ou seja, à remuneração, de fato há uma considerável literatura sociológica⁷⁷ que aponta uma relação positiva entre a escolaridade e renda. Analisando os entrevistados é possível verificar isso, como será visto a seguir.

Primeiramente, cumpre destacar que uma relação definitiva entre a escolaridade e a renda dos entrevistados não pode ser realizada, uma vez que, nem sempre a pessoa entrevistada era a responsável pela maior parte da subsistência financeira da unidade familiar e, em alguns casos, a escolaridade do responsável não foi especificada. Entretanto, preliminarmente pode-se inferir que uma maior escolaridade está sim relacionada a uma maior renda, conforme discriminam os quadros a seguir.

⁷⁷ Ver: Barros et al, 2002; Card, 1999; Menezes Filho, 2001; Schwartzman, 2000; Soares, 2002.

Quadro 5 - Relação entre renda, escolaridade e profissão dentre os entrevistados com até o ensino médio.

Nome	Sexo	Idade	Estado civil	Escolaridade	Profissão	Situação profissional	Renda familiar
Bete	Feminino	56	Casada	Médio completo	"Do lar"	"Escolheu não trabalhar"	Não sabe
Diana	Feminino	52	Casada	Médio completo	Camareira	CLT	13.000
Hebe	Feminino	70	Casada	Médio completo	Professora primária	Aposentada	4.000
Carlos	Masculino	74	Casado	Médio completo	Bancário	Aposentado	4.000
Keila	Feminino	72	Casada	Fundamental incompleto (5ª série)	"Do lar"		5.000
Paola	Feminino	55	Casada	Médio completo	Secretária	Aposentada	3.000
Igor	Masculino	42	Divorciado	Médio completo	Motorista	CLT	1.300

Fonte: Elaborado pela autora.

Dentre os entrevistados que não possuíam o ensino superior a média de renda familiar foi de 5.050 reais. Neste caso, a renda de 13.000, proveniente de uma das participantes da pesquisa destoa das demais. Trata-se de Diana (52 anos, camareira, ensino médio). A renda familiar é a soma de seu salário com o do marido, um policial militar que atua também como segurança particular em alguns estabelecimentos comerciais e até igrejas. Se este caso for excluído, a média⁷⁸ cai para 3.460 reais.

Quadro 6 - Relação entre renda, escolaridade e profissão dentre os entrevistados com até o ensino superior.

Nome	Sexo	Idade	Ensino superior	Curso	Profissão	Situação profissional	Renda Familiar
Ana	Feminino	43	Completo	Administração	Representante comercial	Autônoma	3.800
Artur	Masculino	46	Completo	Administração	Militar (aeronautica)	Estatutário	10.000
Ester	Feminino	36	Completo	Serviço social	Artesã	Autônoma	6.000
Flávia	Feminino	42	Completo	Podologia	Podóloga	Autônoma	2.500
Ilza	Feminino	47	Completo	Administração	Securitária	Desempregada	5.000
Edson	Masculino	39	Completo	Farmácia	Policia militar	Estatutário	11.000 - 12.000
Mara	Feminino	37	Completo	Fisioterapia	Fisioterapeuta	Autônoma	6.500 - 6.800
Nair	Feminino	42	Completo	Química	Química	CLT	5.000
Rízia	Feminino		Completo	Direito	"Bacharel em direito"	Desempregada / Pensionista	4.000

Fonte: Elaborado pela autora.

⁷⁸ Em todos os cálculos foi utilizada a média aritmética simples.

Já dentre aqueles com ensino superior a média da renda sobe para 6.050 reais. A média de renda dos com pós-graduação é de 13.833 reais. Neste último cálculo, o elevado valor foi puxado pela renda de um dos entrevistados, que é destoante de todo o grupo. Trata-se de Fábio (71 anos, engenheiro, mestre em engenharia civil), que auferi R\$ 30.000 mensais, provenientes de seu salário em um cargo de confiança na prefeitura do Rio de Janeiro, aplicações financeiras e do aluguel de um imóvel residencial no bairro Leblon. Excluindo este participante a média de renda é de 10.600 reais.

Quadro 7 - Relação entre renda, escolaridade e profissão dentre os entrevistados que ingressaram na pós-graduação.

Nome	Sexo	Idade	Curso de ensino superior	Pós-graduação	Profissão	Situação profissional	Renda Familiar
Cássia	Feminino	27	Engenharia civil	Engenharia civil	Estudante	Desempregada	Não sabe
Breno	Masculino	38	Engenharia	Automação	Eletrotécnico	Estatutário	6.000
Fábio	Masculino	71	Engenharia	Engenharia civil (mestrado)	Engenheiro	CLT	30.000
Lara	Feminino	42	Administração	Comunicação social	Securitária	Desempregada	5.000
Sara	Feminino	37	Comércio exterior	Logística internacional	Analista de comércio exterior	CLT	17.000
João	Masculino	61	Administração	Logística internacional	Administrador	Aposentado	17.000
Tânia	Feminino	38	Administração	Finanças corporativas	Consultora	Autônoma	8.000

Fonte: Elaborado pela autora.

Muitas outras relações são possíveis a partir dos quadros acima, tais como a associação entre a renda e o estado civil, haja vista que famílias onde os dois cônjuges exercem atividade remunerada a renda tende a ser maior; também a relação entre renda, idade e profissão, e outras possibilidades. Como este não é o foco do presente trabalho, estas relações não serão exploradas.

A maioria dos apartamentos tem como principal responsável econômico o homem, outros o têm como provedor exclusivo. Em alguns, a mulher sequer sabe a renda familiar, como ocorre com Bete (56 anos, “do lar”, ensino médio): “*é uma coisa que eu não envolvo*” – ela conta. Há casos que destoam, como o de Flávia (42 anos, podóloga, ensino superior), que mora sozinha e de Sara (37 anos, analista de comércio exterior), cujo marido João (61 anos, administrador aposentado) decidiu aposentar-se para se dedicar aos cuidados do filho do casal, tendo sua renda reduzida em relação à dela, que está em plena fase produtiva.

A educação participa de forma inequívoca na determinação dos rendimentos do trabalho, do status da ocupação e na mobilidade social, sendo amplamente reconhecida como a principal via de acesso às distintas oportunidades nas sociedades democráticas. No Brasil, o

acesso ao ensino superior representa um importante mecanismo de reprodução das desigualdades sociais:

O Brasil é o país que apresenta as maiores taxas de empregabilidade e o maior retorno salarial para a população que possui o ensino superior completo em relação a todos os 36 países da OCDE e 10 países parceiros da organização. Uma pessoa com o diploma de graduação no Brasil ganhava, de acordo com a publicação, 2,5 vezes mais do que alguém com diploma de ensino médio, sendo que a média na OCDE era de 1,6 vezes mais (*EDUCATION AT A GLANCE 2018: OECD INDICATORS* apud SÍNTESE..., 2018, p. 93).

Admitindo que quanto maior escolaridade mais alta tende a ser a renda, e que tal relação é reconhecida pelos entrevistados, então é preciso elucidar o contexto daqueles que não concluíram ou que sequer ingressaram no ensino superior. Se a associação positiva entre remuneração e anos de estudo é um dado objetivo, não faz sentido conceber que houve uma escolha deliberada em não ingressar ou concluir o ensino superior.

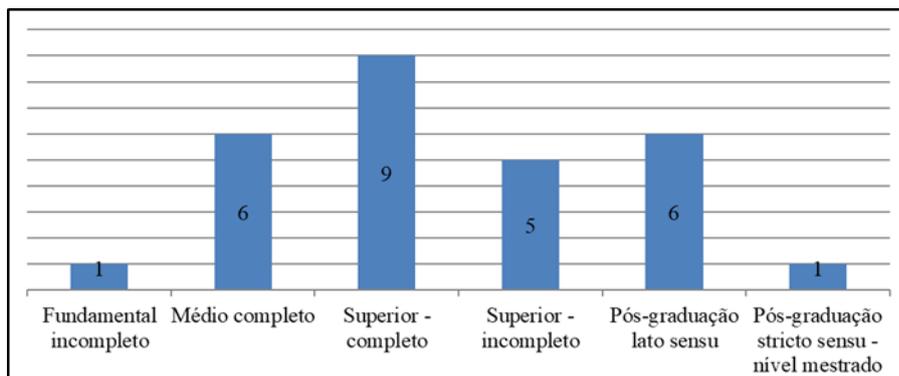
5.1.3 As desmotivações daqueles que não ingressaram ou não concluíram o ensino superior

Ao agrupar os membros do grupo pesquisado por escolaridade, verifica-se que a maior parte deles concluiu o ensino superior (nove pessoas). Entretanto, outros cinco ingressaram, mas interromperam os cursos. O ensino médio é a escolaridade máxima para seis dos entrevistados. Da mesma maneira, aqueles que cursaram ou estão cursando uma especialização (pós-graduação *lato sensu*) totalizam seis pessoas. No extremo de menor escolarização temos uma pessoa que não concluiu o ensino fundamental⁷⁹. No outro extremo – o de maior escolaridade – temos uma pessoa que concluiu o nível mestrado⁸⁰ (pós-graduação *stricto sensu*). O gráfico a seguir sintetiza a escolaridade dos participantes da pesquisa.

⁷⁹ É o caso de Keila (72 anos, “do lar”) que tem o ensino fundamental incompleto.

⁸⁰ Trata-se de Fábio (71 anos, engenheiro) com mestrado em engenharia civil.

Gráfico 5 - Entrevistados por escolaridade.



Fonte: Elaborado pela autora.

Os fatores que impediram seis dos entrevistados de ingressar na universidade também se constituíram como barreiras para que os outros cinco a concluíssem: a dificuldade em conciliar estudo e trabalho; a falta de dinheiro, decorrente do desemprego; a necessidade de dedicação à família e à criação dos filhos (uma especificidade das mulheres) e; a suficiência do ensino médio para manutenção de um padrão de vida confortável – num passado não tão distante – fator que remete ao aumento da escolaridade intergeracional.

No caso das mulheres são comuns os relatos sobre como o cuidado com os filhos as afastou do ensino superior. Diana (52 anos, camareira, ensino médio) parou os estudos porque gostaria de casar-se e ter filhos – embora também tivesse o sonho de ser professora. Bete (56 anos, “do lar”, ensino médio) conta que desejava fazer o ensino superior, mas abdicou disso ao casar e ter filhos. Ela conta: “queria tentar faculdade, mas falei ‘agora chega!’”.

É importante observar como vários fatores se somam, formando um conjunto de limitadores ao aumento da escolaridade.

Olga (36 anos, técnica de laboratório desempregada), interrompeu o curso de nutrição logo após a maternidade. Agora que os filhos estão mais crescidos (com 11 e 16 anos) não teve condições financeiras de retomar os estudos, pois recentemente havia ficado desempregada.

A falta de dinheiro decorrente do desemprego também foi o motivo que levou Joana (42 anos, promotora de vendas) a abandonar o curso de letras. Neste caso, foi seu marido a ficar desempregado. Pós-graduado em engenharia elétrica, ele acumulava as ocupações de professor da rede pública estadual e engenheiro. Foi demitido deste último emprego, justamente o que lhe conferia maiores rendimentos.

Keila (72 anos, “do lar”) sequer concluiu o ensino fundamental. Ela conta que queria continuar os estudos, mas não teve condições, pois na sua juventude precisava trabalhar durante todo o dia e no horário noturno já estava exausta demais para aprender. Mesmo depois de casar-se, ainda tentou retomar as aulas, mas não conseguiu conciliar escola, trabalho e ainda os cuidados com a família.

A dificuldade de aliar o estudo com o trabalho é um fator comum entre aqueles que não ingressaram e aqueles que não concluíram o ensino superior. A conciliação das duas atividades acaba por tornar escasso o tempo das pessoas e demasiado cansativa a sua rotina.

Foi a inviabilidade de conciliar estudo e trabalho que fez com que Gilmar (64 anos, vendedor), abandonasse o curso de história – no qual ingressou para aprender a “conversar melhor”, conforme ele conta.

A falta de tempo somada à falta de dinheiro foram as razões para que Diego (60 anos, microempreendedor individual) abandonasse o curso de direito. Ele lamenta: *“eu comecei a fazer faculdade, fiz um ano só, aí parei por causa do trabalho e não estudei mais. Eu me arrependo até hoje. A gente vai deixando pra depois, pra depois, aí o tempo passa muito rápido, quando você vai ver já era”*.

O ensino superior também não foi uma possibilidade para Igor (42 anos, motorista). Embora desejasse fazer o curso de administração de empresas, não pôde fazê-lo porque sua renda não permitia. Ele lamenta:

Se eu tivesse feito uma faculdade, hoje eu estaria melhor empregado, eu estaria ganhando mais do que eu ganho. Hoje eu me arrependo muito, mas eu não tinha dinheiro pra pagar. Na época eu não tinha! Então eu tinha que ter escolhido entre estudar e passar fome. (Igor, 42 anos, motorista, ensino médio)

Estas falas indicam que as pessoas internalizaram a asserção de que quanto maior a escolaridade, maior será a remuneração. Deve-se também considerar que há poucas décadas atrás o ensino médio era uma formação considerada satisfatória, do ponto de vista social e econômico. Hebe (70 anos, professora aposentada), por exemplo, relata que quando estudante já era uma insígnia de status a conclusão do ensino médio com ênfase em magistério, que é sua formação escolar.

5.1.4 Famílias pobres e o *ethos* do trabalho

É comum a falta de incentivo dos pais no caso dos entrevistados que não concluíram ou que sequer ingressaram no ensino superior. A juventude pobre destes foi marcada pelo valor do trabalho duro – muitas vezes, em contraposição ao valor da escolaridade – como lhes ensinavam suas famílias.

Este é o caso de Igor (42 anos, motorista), que não ingressou no ensino superior. A família de imigrantes do Recife (PE) que veio ao Rio de Janeiro em busca de melhores condições de vida era composta pelo pai (motorista de taxi), pela mãe (“do lar”) e oito filhos. Todos eles começaram a trabalhar desde jovens. Igor, por exemplo, trabalha desde seus 15 anos de idade.

Também filho de uma família de emigrantes pernambucanos, Diego⁸¹ (60 anos) trabalha desde os dez anos de idade, por influência do pai que não via na escolaridade um valor (ou sequer uma possibilidade): “*Ele também não tinha muita escolaridade e tudo*” – justifica.

Gilmar⁸² (64 anos, vendedor) pouco sabe sobre seu pai. Sua mãe, empregada doméstica, o criou sozinho junto de outros três irmãos. Ele trabalha desde a adolescência. A mãe afirmava que só se poderia “*ser alguém*” trabalhando. Entretanto, Gilmar acredita que o estudo é importante. Segundo ele, “*a vida é 50% de sorte e outros 50% de conhecimento. Uma coisa sem a outra não vale!*”.

O ensino superior era uma possibilidade que mãe de Joana⁸³ (42 anos, promotora de vendas) não vislumbrava para os filhos. Joana conta ter ouvido repetidas vezes de sua mãe: “*filho de pobre não vai conseguir fazer faculdade nunca, isso é sonho!*”. Joana trabalha desde os 17 anos.

Olga⁸⁴ (36 anos, técnica de laboratório desempregada) sempre estudou em escolas públicas. Ela conta que seus pais têm pouca escolaridade e também não incentivavam os filhos a estudar: “*naquela época as pessoas davam muita ênfase em tentar, queriam trabalhar logo*”. De maneira semelhante, Bete⁸⁵ (56 anos, “do lar”) não recebeu incentivos aos estudos por parte dos pais: “*antigamente você tinha mais que trabalhar e não estudar*”, conta ela.

⁸¹ Diego foi demitido da empresa onde trabalhava como vendedor de caminhões. Tornou-se microempreendedor individual e atualmente vende consórcios. Ele tem ensino superior incompleto em direito.

⁸² Gilmar tem ensino superior incompleto em história.

⁸³ Joana tem ensino superior incompleto em letras.

⁸⁴ Olga tem ensino superior incompleto em nutrição.

⁸⁵ Bete tem o ensino médio.

A diferença entre o desempenho de estudantes de camadas pobres e médias é explicada por Velho (1987) não apenas pela dimensão econômica, mas também pela importância atribuída pelas famílias pobres ao desempenho individual:

Para uma família que vive em situação de penúria pode ser relativamente pouco importante a reprovação do filho na escola comparada com sua necessidade de dispor de mão-de-obra para atender às necessidades mais elementares de sobrevivência. Já num contexto de camadas médias com projeto de ascensão social o fraco rendimento escolar de um filho é vivido como uma real ameaça a sua própria identidade (VELHO, 1987, p. 22).

5.1.5 O apoio das famílias como fator para a conclusão do ensino superior

As falas dos entrevistados sobre sua história de vida fornecem importantes indicativos para compreender suas visões de mundo e suas condições objetivas. Por exemplo, dentre aqueles que concluíram o ensino superior, são mais comuns relatos de uma infância com menos privações, notadamente com ensino fundamental e médio concluído em escolas privadas. Também chama a atenção a recorrência de relatos de incentivo (e até cobrança) em relação aos estudos por parte dos pais, mesmo no caso das famílias mais pobres. Os casos a seguir, ilustram isso.

Fábio (71 anos, engenheiro, mestre em engenharia civil) é o entrevistado de maior renda e escolaridade dentre todos. Seu pai, além de engenheiro, era proprietário de uma loja de materiais de construção. A mãe, dona de casa, tocava vários instrumentos musicais, falava quatro idiomas, tinha cursos de culinária internacional, entre outras coisas. Fábio afirma que a escolaridade nunca foi uma questão para sua família, a qual sequer cogitava que os filhos não fizessem, no mínimo, o ensino superior.

Administração de empresas foi o curso escolhido pela militar da aeronáutica Artur (46 anos). Ele frequentou escolas privadas e o estudo sempre foi um valor para seus pais, o que ele atribui à cultura italiana da qual (orgulhosamente) descende:

Eu sempre observei isso, o lado europeu sempre se preocupa mais com a educação, inclusive o vovô, a preocupação dele sempre foi com o estudo. Minha mãe desde cedo sempre botou isso na minha cabeça e do meu irmão também. Inclusive eu passo isso até para os meus filhos, eu insisto para que eles estudem. [...] Eu fui educado assim. (Artur, 46 anos, militar da aeronáutica, ensino superior)

Mesmo entre os entrevistados de origem mais modesta, cujos pais tinham pouca escolaridade e trabalhavam em ocupações de baixos salários e pouco status, houve o incentivo aos estudos.

Nair (42 anos) é química. Sua mãe é natural do interior do Maranhão e, aos 10 anos de idade, veio morar e trabalhar como empregada doméstica no Rio de Janeiro. Seu pai era motorista de ônibus na cidade. Nair diz que a infância foi tranquila, sem dificuldades, porém sem “*luxo*”: tiveram boas escolas, boa alimentação e viagens nacionais. Ela conta que seus pais sempre fizeram questão que os filhos estudassem e, ela e o irmão, trabalharam para pagar a própria faculdade.

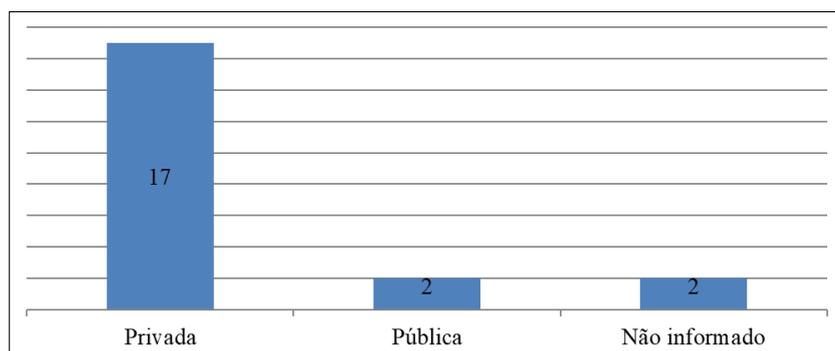
Edson (39 anos) tem curso superior em farmácia e trabalha como policial militar. Sobre a infância, Edson afirma ter tido dificuldades “*como todo pobre: não tem luxo, mas também não tem falta*”. Ele sempre morou na comunidade Cidade de Deus e acrescenta que lá havia “*dez motivos para entrar para a vida errada e um para fazer o certo*”. Edson seguiu a carreira militar por influência de um tio, o qual ele admirava pela vida estabilizada e relativamente confortável.

Sara (37 anos, analista de comércio exterior) é graduada em comércio exterior e pós-graduada em logística internacional. A mãe (empregada doméstica) e o pai (eletricista) emigraram do nordeste ainda adolescentes para “*tentarem uma vida melhor*” no Rio de Janeiro. Sara conta que teve uma infância difícil, pois tinha outros cinco irmãos e a renda da família era pouca para o sustento de todos. No entanto, seu pai demandava dos filhos: “*vocês têm que estudar, para não serem como eu!*”. Ele exigia boas notas e chegava a bater nos filhos como forma de cobrança. Todos sempre estudaram em escolas públicas assim como Sara, que ainda precisava ajudar a mãe no cuidado com os irmãos. Devido à disciplina dos pais, as crianças sempre tinham um tempo reservado para estudar e também para ir à igreja.

5.1.6 O ensino superior privado como única possibilidade

Chama atenção o fato de que, dentre as 21 pessoas que ingressaram no ensino superior, apenas duas delas o fizeram em instituições públicas. Esse conjunto de egressos das universidades privadas tem condições objetivas em comum com aqueles que não conseguiram concluir a faculdade, como será visto adiante.

Gráfico 6 - Entrevistados por tipo de instituição de ensino superior.



Fonte: Elaborado pela autora.

Quando os sujeitos narram suas histórias de vida, fica evidente que quase a totalidade de seus familiares que também ingressaram no ensino superior, igualmente o fizeram em instituições privadas. As razões para a – suposta – escolha pelo ensino superior privado não foram objeto de pergunta direta, mas os entrevistados deixam evidentes motivações como: a proximidade entre a universidade e o local de moradia, a necessidade e/ou a vontade de conciliar trabalho e estudo e há ainda quem não tenha conseguido ingressar no ensino superior público, como ocorreu com Mara (37 anos, fisioterapeuta), que veio morar no Rio de Janeiro para fazer seu curso superior numa universidade privada, pois não conseguiu ser aprovada em universidades públicas nos estados de Minas Gerais e São Paulo.

A proximidade do local de estudo foi um fator importante para Gleise (73 anos, professora aposentada). Ela interrompeu o curso superior em letras assim que a universidade privada próxima de sua moradia deixou de funcionar. Já as filhas do casal Hebe⁸⁶ (70 anos, professora aposentada) e Carlos (74 anos, bancário aposentado) escolheram uma instituição de ensino próxima de casa e que lhes conferisse a possibilidade de trabalhar enquanto estudavam: “[escolheram a universidade] *por praticidade. A mais nova fez [vestibular para] UFRRJ e passou, mas ela queria trabalhar. Não tinha como, era muito longe. [As duas filhas] trabalharam no Barra Shopping, nessas lojinhas, desde bem novinhas, tinham uns 16 ou 17 anos. [...]*”, conta Hebe.

A necessidade de conciliar trabalho e estudo é uma questão que permeia a vida dos entrevistados até no momento de escolha do tipo de universidade. Este também é o caso de Tânia (38 anos, consultora administrativa e financeira), que foi aprovada tanto numa universidade pública quanto numa privada – com bolsa integral – e preferiu esta última, pois os horários lhe possibilitariam trabalhar enquanto estudava. Tânia se graduou em

⁸⁶ Hebe e o marido Carlos têm ensino médio.

administração de empresas e a seguir fez uma pós-graduação em finanças corporativas (ambos os cursos em universidades privadas).

Lara⁸⁷ (42 anos, securitária desempregada) justifica o ensino superior privado: “*a gente tinha que trabalhar. [...] eu vendia coisas, sempre trabalhei*”. Nair (42 anos, química) também relata que trabalhou para pagar a própria faculdade, o que fortaleceu a necessidade de trabalhar enquanto estudava.

Os dois participantes que estudaram em universidades públicas têm algo em comum: a possibilidade de dedicar-se integralmente aos estudos. Este é caso de Cássia (27 anos, estudante, cursando pós-graduação em engenharia civil) e seus dois irmãos. Sua mãe, Bete (56 anos, “do lar”, ensino médio) explica: “*enquanto eu puder, eles estudarão. Só vão trabalhar depois de acabar a faculdade.*” Fábio (71 anos, engenheiro, mestre em engenharia civil) teve uma família que lhe exigia dedicação integral aos estudos: “*meu pai nem cogitava que os filhos não fizessem pelo menos uma faculdade*”, afirma ele. Este também é o caso dos filhos de Diana (52 anos, camareira, ensino médio) que estão fazendo os cursos de ciências contábeis e letras, numa universidade pública. Ela, que sempre trabalhou enquanto estudava, afirma que não gostaria que os filhos vivessem essa mesma dificuldade.

Não obstante, a possibilidade de dedicar-se integralmente aos estudos nem sempre é a razão de ingressar numa universidade pública. Gilmar (64 anos, vendedor), por exemplo, afirma que faz um sacrifício para pagar a faculdade privada de seu filho (de 18 anos), que se dedica exclusivamente aos estudos.

Conforme visto, a universidade privada é a opção mais viável para aqueles que precisam conciliar trabalho e estudo, eventualmente por horários mais disponíveis para frequentar os cursos. Embora não tenha aparecido muito nas entrevistas, o ingresso no ensino superior público é mais competitivo do que no ensino superior privado. A partir deste pressuposto, pode-se inferir que o próprio ensino superior público promove desigualdades, seja no acesso ou na permanência destes estudantes de condições socioeconômicas menos privilegiadas.

Ocorre que, a realização do ensino superior privado torna seus estudantes mais vulneráveis. Na medida em que o ensino é pago, qualquer oscilação financeira impede que esses estudantes permaneçam na universidade.

Joana (42 anos, promotora de vendas) conta que teve que interromper o curso superior em letras porque ficou desempregada e não pôde continuar pagando os estudos. O mesmo

⁸⁷ Lara é graduada em administração de empresas e pós-graduada em comunicação social.

aconteceu com a filha (22 anos) de Ana (43 anos, representante comercial, ensino superior), que abandonou o curso superior em nutrição. Também é o caso de Olga (36 anos, técnica de laboratório desempregada) que após abandonar o curso superior em nutrição para se dedicar aos filhos, não teve condições financeiras de retomá-lo, pois recentemente ela havia ficado desempregada.

5.1.7 O que se pode dizer sobre o grupo

Nesta breve apresentação do grupo pesquisado, elementos como a impossibilidade de dedicação exclusiva aos estudos, o *ethos* do trabalho – aprendido no seio das famílias – e o fato de que os entrevistados comumente fazem parte da primeira geração de ingressantes no ensino superior em suas famílias, fornecem indícios de que não se trata de uma classe média tradicional.

Reitero que não é o objetivo deste trabalho, classificar as pessoas numa ou noutra classe social⁸⁸. Fazer isso seria reificar a existência de um grupo *a priori*, definido meramente por posições objetivas na estrutura econômica. Não obstante, os indicadores que visam situar as camadas médias em termos de sua situação e posição na estrutura social não parecem capazes de resolver as discontinuidades observáveis em termos de *ethos* e visão de mundo (SALEM, 1986, p. 26). Admito a concepção de Velho (1987), segundo a qual o interessante em pesquisas de inspiração antropológica “é, justamente, a procura de localizar experiências suficientemente significativas para criar fronteiras simbólicas” (VELHO, 1987, p.16). Assim sendo, na apresentação do grupo pesquisado, a intenção foi elucidar o universo dessas condições objetivas no intuito de compreender como as pessoas percebem fronteiras e vivenciam sua experiência socioeconômica.

A pesquisa que compõe esta tese está centrada no que o grupo informa a respeito de si e de sua experiência subjetiva acerca da estratificação social. A lógica simbólica que é privilegiada aqui não está desvinculada dos critérios socioeconômicos objetivos e, entretanto, não pode ser reduzida a eles. Conforme demonstrado nesta apresentação, os limites que demarcam o grupo que aqui foi caracterizado enquanto uma *camada média* são bastante largos no que diz respeito a fatores como escolaridade, renda e ocupações. Como consequência tem-se um grupo um tanto heterogêneo, o qual vai convergir quando de sua

⁸⁸ Vale destacar que a definição de critérios objetivos para delimitar as “camadas médias” é algo complexo e sobre o qual não há consenso, seja na literatura sobre estratificação social, seja na vertente dos estudos de classe.

auto-identificação como pertencentes a uma *camada social média-baixa* – o que fazem acionando variadas categorias e marcadores, como será visto mais adiante.

Por hora, cumpre discorrer sobre seu processo de mobilidade social recente. Para isto, a seção a seguir traz alguns elementos das mudanças ocorridas no Brasil (da bonança à crise) e as percepções dos entrevistados sobre estes períodos.

5.2 Da ascensão à crise

5.2.1 Um Brasil em dois momentos

Recentemente o cenário socioeconômico brasileiro vivenciou dois distintos períodos: entre meados dos anos 2004 a 2013 e depois, de 2014 até 2018⁸⁹. Em outro trabalho, busquei mapear os debates em torno destas mudanças no primeiro período (VIEIRA, 2014). Nele, o cenário de bonança e as dúvidas lançadas sobre a durabilidade da ascensão das camadas baixas da população foram apontados por autores como Souza e Lamounier (2010), Bomeny (2011), Souza (2012), Neri (2012) e Pochmann (2012).

Márcio Pochmann (2012, p. 16) identifica uma importante transformação na estrutura socioeconômica entre os anos de 2004 e 2010. Neste período, a renda *per capita* teve incremento (na ordem de 3,3% a.a.), a situação geral do trabalho cresceu (5,5% a.a.), a participação do rendimento do trabalho na renda nacional também teve aumento (14,8%) e a desigualdade na distribuição da renda do trabalho diminuiu (queda de 10,7%). O aumento da participação do rendimento do trabalho na renda nacional teria sido reflexo da queda no desemprego, da formalização dos empregos e da redução da pobreza absoluta. Ainda conforme o autor, os anos 2000 foram marcados pelo dinamismo nas ocupações geradas e em sua remuneração, com um grande avanço das ocupações na base da pirâmide, pois as ocupações com rendimento mensal de até 1,5 salário mínimo representavam um total de 94,8% dos postos de trabalho, com decréscimo de atividades sem remuneração e com remuneração acima de cinco salários mínimos (POCHMANN, 2012, p. 26-27). Foi nesse contexto que emergiram os debates sobre este novo contingente de trabalhadores provenientes de segmentos outrora excluídos que conseguiram acessar o mercado de trabalho formal,

⁸⁹ Esta tese não objetiva debater os indicadores, tampouco é possível realizar neste espaço uma análise minuciosa a respeito deles. Busca-se trazer algumas das principais informações sobre a mudança no cenário macroeconômico brasileiro no intuito contextualizar a experiência e as concepções dos entrevistados acerca de seu processo de mobilidade social.

incrementando sua renda e padrões de consumo. A este segmento Marcelo Neri e sua equipe de pesquisadores da Fundação Getúlio Vargas – FGV (CPS/FGV, 2008a, 2008b, 2009, 2010a, 2010b, 2011; NERI, 2012), chamaram de “nova classe média”. Márcio Pochmann (2012) o caracterizou como “*working poor*” (trabalhadores pobres), e Jessé Souza (2012) o definiu como “batalhadores”.

Independente da classificação atribuída e este contingente, o fato é que ele dinamizou as relações sociais e sua ascensão se refletiu em outros segmentos sociais⁹⁰. Se por um lado, não há elementos suficientes para afirmar que os sujeitos desta pesquisa sejam os protagonistas do fenômeno de outrora, por outro, é evidente que eles experimentaram um tipo de ascensão social no período, como será visto a seguir.

Ainda sobre a “nova classe média”, “*working poor*” ou “batalhadores”, pairavam dúvidas sobre a durabilidade de sua ascensão social. Souza e Lamounier (2010, p. 4-5) afirmaram que mesmo com a redução nos índices, ainda se mantinha uma grande desigualdade na distribuição de renda no país. Além disso, o setor informal da economia – um dos principais sustentáculos da desigualdade – continuava a operar, pois faltaram reformas estruturais, como a tributária e a trabalhista. E por fim, a mobilidade recente não estava vinculada a novos padrões de organização e desempenho da produção, ela era amplamente dependente do consumo, o que tornava mais vulneráveis as pessoas da *nova classe média*, uma vez que elas apresentavam instabilidade da renda e do emprego, alto grau de endividamento e isolamento social dos indivíduos e famílias, entre outros aspectos. As dúvidas sobre a sustentabilidade do fenômeno também passam pelo que os autores chamam de “recursos weberianos” e pelo capital social. No que tange às redes sociais, valores e recursos políticos, os autores evidenciam a “fragilidade da sociedade civil”, ou seja, a fragilidade das redes formais e informais e dos valores que servem como fixadores do capital social dos diferentes segmentos da cidadania (VIEIRA, 2014).

Dando um salto temporal, em 2018 o IBGE publicou um estudo sobre os indicadores sociais no Brasil entre os anos de 2012 e 2017 (SÍNTESE..., 2018). Nele, é apresentado um retrato da estrutura social brasileira a partir de temas como mercado de trabalho, padrão de vida e distribuição de renda, e educação.

O Produto Interno Bruto – PIB – *per capita* e o consumo das famílias em 2015 e 2016 acumularam taxas de decréscimo na ordem de 8,1% e 5,6%, respectivamente. Isto trouxe

⁹⁰ Helena Bomeny (2011), por exemplo, identificou o desconforto da classe média tradicional em dividir espaços físicos e simbólicos que outrora lhes eram exclusivos. Tal desconforto ficava manifesto em frases como “aeroporto virou rodoviária”, indicando o rompimento do ambiente mais seletivo vivenciado anteriormente.

impactos negativos para o mercado de trabalho, como o aumento da desocupação, da subutilização da força de trabalho e da informalidade, o que, por sua vez, impactou negativamente os rendimentos dos trabalhadores, assalariados ou autônomos (SÍNTESE..., 2018, p. 13).

Entre os anos de 2004 e 2015 a trajetória foi favorável aos trabalhadores. Num primeiro momento a economia mundial cresceu e o Brasil aumentou suas exportações. Após a crise de 2008 e a retração dos mercados internacionais, o aumento do salário mínimo, a expansão de programas sociais e a elevação do crédito e dos investimentos públicos foram os fatores que estimularam a demanda doméstica e favoreceram o aquecimento da economia e a criação de vagas no mercado de trabalho, principalmente formais. Entretanto, a partir de 2014 tais resultados foram parcial ou completamente revertidos (SÍNTESE..., 2018, p. 19).

A taxa de desocupação, que era de 6,9% em 2014, aumentou continuamente até atingir 12,5%, em 2017. Esse aumento corresponde a mais 6,2 milhões de pessoas desocupadas, e pode ser atribuído, por um lado, ao ingresso de pessoas na força de trabalho à procura de ocupação (5,2 milhões de pessoas) e, por outro, à redução de 1,0 milhão de pessoas ocupadas, entre 2014 e 2017 (SÍNTESE..., 2018, p. 33).

A taxa de subutilização da força de trabalho⁹¹ também cresceu a partir de 2015: “A população subocupada por insuficiência de horas passou de 5,0 milhões de pessoas para 6,5 milhões, crescendo 28,9%. Já a população na força de trabalho potencial passou de 4,6 milhões de pessoas, em 2014, para 7,6 milhões, em 2017, um crescimento de 65,9%” (SÍNTESE..., 2018, p.38). Também o trabalho informal aumentou, alcançando 37,3 milhões de pessoas em 2017 – o que representa 40,8% da população ocupada. Em 2014 este contingente de trabalhadores era de 1,2 milhão e representava 39,1% da força de trabalho ocupada.

A desigualdade da renda do trabalho também aumentou entre 2016 e 2017. Até o ano de 2015 esta desigualdade estava em trajetória de redução devido à política de valorização do salário mínimo, que promoveu ganhos reais aos que recebiam salário e àqueles cujos salários são por ele influenciados. Nos anos seguintes, observa-se a redução dos aumentos reais de salário mínimo⁹², a deterioração dos indicadores do mercado de trabalho e o aumento no

⁹¹ Esta taxa é composta por (a) população desocupada, (b) força de trabalho potencial (pessoas que não estão ocupadas mas que estão disponíveis para o trabalho, tendo ou não procurado uma colocação no mercado), (c) população subocupada por insuficiência de horas (pessoas que trabalham menos que 40 horas semanais, querem e estão disponíveis para trabalhar mais) (IBGE, 2018, p. 37).

⁹² Em 2016 o aumento real anual do salário mínimo foi de apenas 0,36% e, em 2017, houve queda de 0,10% (IBGE, 2018, p.24).

quantitativo de trabalhadores por conta própria e sem carteira assinada, os quais recebem remunerações inferiores. Tudo isto contribuiu para a elevação da desigualdade entre os ocupados (SÍNTESE..., 2018, p. 24).

O breve panorama apresentado acima traz importantes indicativos do que foi experimentado pelos sujeitos desta pesquisa: um período de ascensão (expresso pelo pleno emprego e pelo aumento dos níveis e padrões de consumo) e depois um período de queda (sentido através da deterioração no mercado de trabalho e da desvalorização de seus rendimentos).

5.2.2 Dos tempos de bonança à crítica ao governo e o anseio por mudança política

O processo de ascensão social e queda é reconhecido pelos entrevistados, como aponta Igor (42 anos, motorista, ensino médio): *“Olha, eu já estive no médio. E eu já estive, não vou dizer no alto, mas quase chegando, e hoje estou no baixo”*.

Quando perguntados sobre o passado recente, os entrevistados afirmam que conviveram com um período econômico favorável, onde se sentiam mais seguros financeiramente. Havia empregos disponíveis e eles podiam escolher que trabalhos aceitar. Fizeram viagens dentro e fora do país, compraram ou trocaram seus carros, mudaram de endereço, reformaram seus apartamentos e planejaram filhos. Tudo isso por conta do clima de otimismo e da boa situação econômica do país. No momento da pesquisa, estava instaurada a percepção de queda no padrão de vida e a ansiedade frente a um futuro incerto. Esta condição mais recente é sempre um contraponto acionado quando as pessoas falam do período de bonança:

Sim. Estava todo mundo no auge financeiro. Todo mundo pensando que isso era pra sempre, de repente, caiu. (Bete, 56 anos, “do lar”, ensino médio)

As pessoas trocavam de emprego, eu vi funcionário público largar emprego na Petrobras. E você via um consumismo muito grande. As pessoas trocavam de carro a cada dois anos. E aí, parecia que aquele slogan “o petróleo é nosso” ... a nossa economia era movimentada a petróleo. [...] Avião foi uma coisa assim, que chegou pra todo mundo, que se popularizou. Eu mesmo não ia de carro pro nordeste, [...] o crédito ficou fácil, né?! (Edson, 39 anos, policial militar, ensino superior)

Eu acho que pra mim, nesse período deu uma melhorada. Eu trabalhava numa empresa que eu tinha um cargo que, atrelado àquilo, vinham outros benefícios e esses benefícios foram tudo acabando! [...] A gente conseguiu comprar a nossa casa, a gente conseguiu comprar nosso carro zero, a gente vivia sempre viajando, resolvemos ter filho nessa época. (Nair, 42 anos, química, ensino superior)

É, eu me lembro disso. Estava todo mundo bem, eu estava trabalhando. Mas a empresa que eu estava trabalhando faliu. Aí eu saí, em seguida meu filho saiu... Está [sic] eu e ele desempregado agora. [...] Quando você está uma situação melhor, você pensa em fazer alguma coisa. Eu reformei esse apartamento. Agora não dá pra fazer mais nada! Eu comprei coisas pra dentro da minha casa, pintor, eu comprei móveis... Agora mais nada! (Paola, 55 anos, secretária aposentada, ensino médio)

Senti [melhora]. Viajei pra fora, coisa que eu nunca pude, oportunidades melhores pros jovens, celular, carro todo mundo tinha um. A gente teve uma fartura aí, uma abundância que foi ralo abaixo! (Rízia, idade não informada, “bacharel em direito” desempregada, ensino superior)

Sim. Compramos o carro. Antes eu não poderia comprar. Pra gente pessoal, melhorou, mas a gente sabe que o Brasil não está essa maravilha. [...] As pessoas tinham, conseguiam entrar na casa Bahia e conseguiam comprar. Isso eu via. (Mara, 37 anos, fisioterapeuta, ensino superior)

Conforme visto nas falas acima, os entrevistados perceberam melhorias em suas condições de vida nos anos anteriores (embora não tenham precisado seu período exato). A melhoria foi diretamente associada ao governo do Partido dos Trabalhadores – PT, mas não sem críticas:

[vocês sentiram melhora antes da crise?] No primeiro governo sim. (Keila, 72 anos, “do lar”, ensino fundamental incompleto)

Melhorou, melhorou sim. [...] Eu acho que teve a ver com o governo. Apesar de eu ser contra, mas eu acho que teve a ver. Eu acho que ele mascarou um pouco, entendeu?! ‘vamos fazer isso aqui pro pessoal ficar legal, ficar feliz e depois, lá na frente, eles vão ver só!’ [risos]. (Joana, 42 anos, promotora de vendas, ensino superior incompleto)

Eu costumo dizer o seguinte, o que aconteceu nos governos anteriores, nesses 12 anos de PT... [...] Vamos dizer aí, foi um país que ficou bem, ficou próspero, mas de mentira. E veio tudo à tona. Nós ficamos bem porque tínhamos muitas coisas subsidiadas, principalmente a luz. Muitas coisas subsidiadas. Na hora que tira esse subsídio, na hora que o dinheiro vai acabando, na hora que começa a tirar isso tudo, aí você começa a ter a realidade à tona né?! Aí você vê a realidade vindo. E com a crise do petróleo, que trouxe bastante desemprego, da lava jato, da crise do petróleo. E os subsídios foram retirados, aí você vê que o seu dinheiro não tem mais valor. (Ilza, 47 anos, securitária desempregada, ensino superior)

Ilza apontou como causas da crise – entre outros fatores – a retirada dos subsídios concedidos pelo governo às empresas, o que teria reverberado no consumo. Sobre esta percepção de que o governo teria destruído as bases nas quais a ascensão estava assentada, O’Dougherty (1998, p. 411) lembra que as políticas públicas têm um importante papel na concessão, sustentação e retirada das condições de vida das camadas médias. Assim como Ilza, outras pessoas também atribuem a deterioração das condições econômicas à classe política, em especial aos governos do PT.

Eu, historicamente, não conheço uma situação de merda como esta atual! É uma crise política seríssima, nós somos dominados por uma corja política. Uma corja! Eu já militei em política e posso te garantir: 90% é bandido, 10% é competente. (Fábio, 71 anos, engenheiro, mestrado)

Até por causa do governo [...] E está voltando das pessoas não conseguirem mais ter o que eles tinham. Por exemplo, a farmácia popular, o SUS, estão acabando! (Mara, 37 anos, fisioterapeuta, ensino superior)

Por causa deles mesmos, dos políticos que só pensam em si mesmos, esse roubalheira... Aí foi caindo tudo isso, acabamos perdendo tudo isso. (Rízia, idade não informada, “bacharel em direito” desempregada, ensino superior)

A crítica ao governo se estende ao papel do Estado, que é visto quase que como um inimigo, na medida em que não cumpre o compromisso de promover o bem estar social, através da disponibilização adequada de serviços públicos à sua população. O não cumprimento deste papel atribuído ao Estado fomenta o sentimento de desamparo das camadas médias:

[O ideal] seria que a gente não precisasse pagar por isso, que o imposto que a gente paga fosse investido realmente, que todo mundo tivesse direito a uma boa saúde, a uma boa segurança, que tivesse educação, porque a classe média também, ela fica esquecida. (Ana, 43 anos, representante comercial, ensino superior)

A classe baixa [...] não tem acesso por questões do Estado não proporcionar: não ter saúde, não ter educação, não ter emprego, não ter nada. [o Estado provém algo pra classe média?] Na verdade pra nenhuma classe, porque todos têm direitos iguais e na verdade ninguém tem direito a nada, porque não tem educação, não tem saúde, não tem nada. Passou mal, você vai pro hospital e não consegue fazer nada. (Cássia, 27 anos, estudante, cursando pós-graduação)

A percepção sobre uma classe política corrupta e usurpadora e sobre um Estado ineficiente vai culminar no anseio por mudanças políticas profundas, ainda que as pessoas não tenham clareza sobre qual seria a direção de um novo projeto de país. Em geral, o desejo é de que a classe política seja renovada e que seus privilégios sejam extintos.

Acho que tem que fazer uma reforma política urgente. Na verdade, assim, se ver quem presta, acho que não presta ninguém! [risos] vamos reinventar de novo a política, reinventar de novo o país, porque assim não vai ter jeito não. [...] (Joana, 42 anos, promotora de vendas, ensino superior incompleto)

Teria que ter outra mudança! [...] outra mudança em termos econômicos. Pra gente fazer uma avaliação se esse país tem jeito ou não. Pra começar tinha que ter uma mudança radical politicamente. Radical. Acabar com esses privilégios que eles têm. (Gilmar, 64 anos, vendedor, ensino superior incompleto)

Porque eu acredito que pra mudar a vida do país, das pessoas, é super importante, é primordial que haja uma mudança na política. Do jeito que está é impossível, a tendência é piorar. (Tânia, 38 anos, consultora administrativa e financeira, pós-graduada)

O papel do governo no processo de ascensão e queda desta camada média é visível e reconhecido pelas pessoas e este anseio por mudanças políticas se manifestou nas eleições de 2018. Tal tema é de suma importância e, por isso mesmo, merece uma análise mais aprofundada. Ocorre que, a discussão sobre os aspectos políticos e ideológicos das camadas médias é mais extensa do que seria possível tratar nesta tese. Deixo aqui estes primeiros indicativos de sua importância e o desejo manifesto em retomar o tema em artigos e trabalhos posteriores⁹³.

5.2.3 Um castelo construído sobre base de gelo: efeitos da crise

A percepção geral é de que o período de bonança foi uma quimera, uma maquiagem. O clima econômico favorável não tinha um alicerce político, econômico e social: *“foi construída uma base, que foi uma base de gelo, um alicerce de gelo. E esse gelo desmoronou”*, resume Ilza⁹⁴.

Quando perguntados se eles sentiram efeitos de uma crise no Brasil, os entrevistados foram categóricos em afirmar que sim, que o país estava sob forte crise econômica e política, com consequências diretas na vida das pessoas.

No mercado de trabalho, os principais impactos foram: o avanço do desemprego ou a ameaça dele, que acometeu praticamente todas as famílias; a redução das jornadas de trabalho (com consequente redução dos salários); corte de benefícios trabalhistas e queda nas vendas para aqueles que trabalham com comércio e serviços.

Politicamente eu senti, porque minha empresa mudou toda a concepção de empresa em poucos meses. Criou-se uma instabilidade dentro de um sistema que era estável. Hoje nenhum funcionário se sente seguro. [...] Somos concursados dentro de uma estatal, mas é CLT. Pode ser demitida qualquer pessoa. (Breno, 38 anos, eletrotécnico, cursando pós-graduação)

Eu trabalhava numa empresa que eu tinha um cargo que, atrelado àquilo, vinham outros benefícios e esses benefícios foram tudo acabando! [...] Meu esposo dá aula particular de inglês, então com essa crise acabou diminuindo a quantidade de alunos. E eu trabalho nessa semana, regime de 40 horas semanais e foi reduzido

⁹³ A relação entre as classes média e política é explorada por autores como Albuquerque (1977), Eder (2001), Saes (1975), Souza & Lamounier (2010) e Wietzke (2014).

⁹⁴ Ilza, 47 anos, securitária desempregada, ensino superior em administração de empresas.

pra 30. Então tudo reduziu. Sinceramente eu nem sei, deve estar em torno de 5 a 6 mil. Antes era um pouco melhor, era uns 8 [mil]. (Nair, 42 anos, química, ensino superior)

Eu trabalho com comércio. Quem trabalha com vendas realmente caiu uns 40% das vendas, por conta da renda né?! Porque o pessoal não recebe. (Ana, 43 anos, representante comercial, ensino superior)

No mercado de consumo há uma percepção generalizada de aumento dos preços de produtos, serviços e impostos, aliada à desvalorização do dinheiro.

Os preços dos mercados aumentaram muito, aumento abusivo de tudo. (Paola, 55 anos, secretária aposentada, ensino médio)

Os preços encareceram muito. [...] A inflação realmente é vista. O que você comprava com o real, você nem sonha em comprar mais. Os preços você vê que aumentam de forma descontrolada. (Artur, 46 anos, militar da aeronáutica, ensino superior)

Basicamente a renda diminuiu e o preço dos produtos aumentou. Principalmente dos serviços né?! Não vi nada que tenha estabilizado. O preço dos serviços subiu acima da inflação, é o caso do transporte. Uma coisa que a gente pagava 150, hoje a gente paga 300 reais de passagem pra Arraial [do Cabo]. (Ester, 36 anos, artesã, ensino superior)

Ah... drasticamente! Com a crise, o próprio dinheiro em si ele está curto. Ele não aparece, o dinheiro. A inflação come o dinheiro. Principalmente, eu associo muito ao preço no supermercado e à conta de luz, né?! Os impostos... Então eu acho que o dinheiro perdeu o valor aí. [...] Desde 2015, né?! [o rendimento caiu] bastante... ah uns cinco mil. Caiu pela metade... Muito drástico! E com uma vida hoje muito, muito controlada porque senão o dinheiro não fecha. Na verdade não está fechando! (Ilza, 47 anos, securitária desempregada, ensino superior)

Eu sou um funcionário público. O meu salário não é corrigido com a inflação anual. Eu não vou ter aumento, mas o colégio da minha filha aumenta todo ano, a faculdade do meu filho aumenta a cada seis meses, então querendo ou não você tem uma depreciação salarial. (Edson, 39 anos, policial militar, ensino superior)

Com a queda na renda, o aumento dos preços e a insegurança financeira, as estratégias encontradas para lidar com a crise passam pela redução do consumo – sobretudo de viagens e lazer –, pela opção por produtos e serviços de menor custo e, ainda, pelo uso da poupança para o pagamento de dívidas e adiantamento do pagamento de contas. Apesar disso, ocorre algum endividamento proveniente da impossibilidade de quitar todos os compromissos financeiros.

Eu tinha poupança, com essa crise a poupança sumiu. (Diego, 60 anos, microempreendedor individual, ensino superior incompleto)

A gente sempre foi de gastar menos, então a gente sempre vai procurar comprar em coisas mais baratas... (Cássia, 27 anos, estudante, cursando pós-graduação)

Você não pode se dar ao luxo de deixar tudo aceso [...] (Edson, 39 anos, policial militar, ensino superior)

A gente tinha uma vida melhor! Eu falo, comer coisas, viajar mais, passeava mais... eu tinha uma vida bem melhor... [...] A poupança do meu filho, tinha uma poupança muito boa e eu tive que mexer, infelizmente... pra adiantar a escola dele, porque a gente não sabe o que vai acontecer. (Lara, 42 anos, securitária desempregada, pós-graduada)

A gente tinha uma casa que a gente não pôde mais alugar ela depois de mais de 20 anos. Eu queria reformar meu carro e não posso, não tenho mais dinheiro pra isso... Queria fazer uma viagem, que a gente fazia, já não posso mais fazer... (Nair, 42 anos, química, ensino superior)

Eu tenho meus hábitos, eu adoro vinho [...] muitos vinhos eu deixei de comprar. [...] duas vezes por ano, a gente ia pra serra, então não vamos mais. [...] as crianças também deixaram de comprar muita coisa, em nível de roupa, de vestuários. Algumas guloseimas, como pizzas de final de semana, [...] hoje a gente procura o lugar mais barato pra comprar [...] então eu estou fechando as bicas. Eu não tive que vender meu carro?! As coisas aumentaram muito. (Artur, 46 anos, militar da aeronáutica, ensino superior)

A gente viajava muito pra Arraial [do Cabo], as passagens aumentaram muito né?! [...] (Ester, 36 anos, artesã, ensino superior)

A gente está sobrevivendo na corda bamba assim você vai pagando as contas... um mês uma, outro mês outra... [...] Algumas coisas já deixamos já, mas você bota aí de dívida [mensal] uns mil reais. E o resto, quando der pra pagar. Fora as contas, as despesas fixas. (Ilza, 47 anos, securitária desempregada, ensino superior)

O contraponto dessas percepções é Fábio (71 anos, engenheiro, mestre em engenharia civil). Ele diz não ter sentido grandes efeitos da crise. Fábio avalia ainda que os “altos e baixos” que já experimentou em sua vida não estiveram relacionados às condições socioeconômicas do país. Ainda sim, ele admite que há uma crise e que ela afeta a população brasileira com o desemprego e suas consequências:

Eu controlo um pouco mais as despesas do que em outras épocas, mas esse negócio de crise, minha vida não é exemplo. Eu já tive altos e baixos e o Brasil não estava em alta nem em baixa, isso não tinha nada a ver. [...] atualmente existe uma crise coletiva, que afeta o bolso da população brasileira. Vamos dizer assim... 60% do povo brasileiro está endividado, está com o nome negativado... isso nunca aconteceu nesse volume. 14 milhões de desempregados, sem carteira. E não está incluído aí quem vive na economia informal, hein! Eu, historicamente, não conheço uma situação de merda como esta atual! (Fábio, 71 anos, engenheiro, mestrado)

Vale destacar que a renda de Fábio é bem acima dos demais entrevistados, e provém não apenas de seu trabalho, como também de aplicações financeiras e do aluguel de um apartamento no Leblon. Ele é o mais escolarizado (nível mestrado) e tem contatos em esferas elevadas da administração pública, onde trabalha como engenheiro em um cargo de confiança

na prefeitura do Rio de Janeiro. Mais identificado com uma classe média tradicional e beneficiado por seu capital social, cultural e econômico, ele sentiu menos os efeitos da crise.

Foi-lhes perguntado se acreditam que o futuro brasileiro será melhor ou pior que o presente. O que pôde ser constatado é o contraste entre a esperança de um futuro melhor e descrença de que isso seja possível.

Tem que melhorar. [...] Eu tenho 3 filhos. Tem que melhorar pra eles. (Bete, 56 anos, “do lar”, ensino médio)

Eu digo pra você em termos de esperança, porque o ser humano é movido a esperança. Eu digo que sim. É a parte de esperança abstrata, mas na realidade, o país vai ter um atraso de 20 ou 30 anos. (Ilza, 47 anos, securitária desempregada, ensino superior)

A gente tem esperança de melhorar, mas vai ficar estagnado um pouquinho. Difícil... em relação de consumo, que você vive num capitalismo e o capitalismo é o que?! Consumo. É o consumo que faz a economia girar. [...] E se voltar, as pessoas vão botar um pezinho ne freio e não vão gastar à vontade. (Edson, 39 anos, policial militar, ensino superior)

Eu espero em Deus as coisas melhorarem. O meu filho já diz ‘não mamãe! A sua fé é sua fé. Eu já não espero mais nada desse Brasil!’, meu filho fala e minha filha também. (Keila, 72 anos, “do lar”, ensino fundamental incompleto)

Assim... pelo andar da carruagem a gente até perde um pouco a esperança disso aqui melhorar. Eu até acredito que o Brasil possa melhorar sim, mas se isso acontecer vai ser num futuro bem distante. [...] (Mara, 37 anos, fisioterapeuta, ensino superior)

Eu não acho que vai ter uma melhora rápida e nem vai voltar ao que era antes, como estava aquecida a economia, como estava tendo emprego, as pessoas comprando, e tudo indo muito bem... Eu acho que não vai voltar tão cedo como era não. (Cássia, 27 anos, estudante, cursando pós-graduação)

Há um desalento generalizado. Uma sensação de que o Brasil retrocedeu nas conquistas econômicas, políticas e sociais. As pessoas acreditam que nem o mercado de trabalho nem o de consumo serão como antes da crise. Além da responsabilização atribuída à classe política (como foi anteriormente abordado), as pessoas chamam para si alguma responsabilidade, embora o façam de forma abstrata e sem um esclarecimento substancial:

[Acredita que o país estará melhor num futuro próximo?] Eu acredito que sim, mas eu vejo que não, porque é muita corrupção. Infelizmente o brasileiro tem uma cultura que assim [...] todo mundo querendo se dar bem. [...] o jeitinho brasileiro que todo mundo quer se dar bem. (Ana, 43 anos, representante comercial, ensino superior)

Tem que melhorar né?! [...] só eu posso fazer acontecer, pra que as coisas aconteçam. Eu não posso ficar sentada esperando. Então alguma coisa eu vou

mover pra que alguma coisa melhore [...]. (Flávia, 42 anos, podóloga, ensino superior)

Num ambiente dominado pelo desalento e pela descrença no Estado, na economia e na sociedade, sair do país aparece ora como desejo, ora como estratégia possível:

[E no futuro? Vai melhorar?] na Suíça vai! [risos] Eu brinco assim como os amigos: se tiver alguma chance é com os netos, porque os filhos não ver isso melhor. Porque, quem faz as leis?! Como é que vai melhorar?! Com quem?! Quem faz as leis no Brasil?! São os políticos. A classe política é podre! [...] como é que vai mudar isso?! (Fábio, 71 anos, engenheiro, mestrado)

Tanto que eu venho falando bastante com meu filho que a melhor opção pra ele seria ir embora do país. Ah pra Portugal! Eu estou tirando cidadania. A minha já saiu, falta a deles. [...] aqui está difícil, está muito difícil. Enquanto tiver crise política o país não cresce não. Pode ser que passe daqui uns dois anos. É uma incógnita essa eleição, muito difícil essa eleição em 2018. (Ilza, 47 anos, securitária desempregada, ensino superior)

Muito difícil! Mais pelo menos uns 20 anos aí pra gente ter tudo o que a gente perdeu. [...] Emprego, não vejo perspectiva... Os bancos fechando, as Caixas Econômicas fechando, os bancos do Brasil... [...] se eu pudesse ir embora daqui era o que eu queria. Sei lá... Portugal, França, Suíça... (Rízia, idade não informada, “bacharel em direito” desempregada, ensino superior)

No estudo que fez sobre camadas médias, Gilberto Velho (1987) afirmou que nem todas as pessoas têm as mesmas oportunidades de alcançar sucesso e satisfação dentro de um campo de possibilidades históricas e socialmente delimitado. O afastamento, o rompimento ou a renúncia, surgem como alternativas a uma realidade opressiva ou indesejável:

A opção pode ser permanecer no seu grupo original com pouca gratificação, frustração e escasso prestígio ou sair em busca de novos espaços físicos e sociais. [...] Sair, fugir, afastar-se, renunciar, apagar-se e apagar seu mundo podem ser a expressão de uma impossibilidade de encontrar um status, uma posição que confira honra e prestígio social condizentes com expectativas culturalmente elaboradas (VELHO, 1987, p. 46).

Uma esperança surge aqui, na medida em que alguns podem vislumbrar a possibilidade de “abandonar o barco”, buscando uma vida melhor fora do Brasil. Para os demais, só resta seguir remando – ainda que não se saiba para onde.

5.3 Estratificação social segundo os entrevistados: um Brasil dividido em três

A fim de compreender como as pessoas entendem sua posição na estrutura social diante deste macro cenário, é preciso identificar como elas entendem a estratificação no

Brasil. Para isso, lhes foi perguntado que camadas sociais existiram no país e como elas poderiam ser definidas. Em geral, a percepção é de que existem basicamente três estratos, um superior, um inferior e um intermediário, conforme aponta Flávia⁹⁵ (42 anos): “*o rico, o pobre e o miserável. O rico porque tem. O pobre porque sobrevive. O miserável é aquele que não tem pra onde correr nem onde buscar*”. Nesta fala, o setor intermediário não apareceu como estrato do meio, ficou subsumido na categoria “pobre”. Estes três estratos básicos apresentam subdivisões internas, às quais são moldadas pelas condições de vida de seus membros:

Eu acho que tem o pobre, eu acho que tem o miserável e eu acho que existe uma classe média aí, com uma renda aí maior, melhor, que já pode ter, incorporar aí um imóvel, dois automóveis, uma casa de veraneio, entendeu?! E depois o rico e o milionário. (Ilza, 47 anos, securitária desempregada, ensino superior)

Eu acho que tem a classe alta, a classe média e a classe baixa e tem gente que nem na baixa está porque não tem nada. (Cássia, 27 anos, estudante, cursando pós-graduação)

5.3.1 Camadas altas

Na extremidade superior está a “*classe alta*”, os “*ricos*”, ou os “*milionários*”. Embora dentro deste estrato também haja gradações como, por exemplo, entre aquele que é “*rico*” e o que é “*milionário*”, em geral tal estrato é definido pelo acesso ilimitado ao consumo que sua elevada renda proporciona. São identificados como empresários, investidores, artistas e, principalmente, políticos.

E a classe alta é a classe alta, que ganha dinheiro pra fazer tudo. Uma classe alta que você não esquenta a cabeça pra nada, você não fica preocupado se você vai conseguir pagar sua conta no final do mês [...]. Agora essa classe alta não, ela só investe, ela não trabalha. Ela não precisa trabalhar, não precisa. (Igor, 42 anos, motorista, ensino médio)

Classe alta, eu acho que são aquelas pessoas que tem uma condição boa de viver. [...] Pra ela é mais fácil conseguir as coisas porque tem dinheiro que proporciona que ela consiga fazer tudo [...]. Que viajar, viaja, quer comprar as coisas compra, não precisa pensar um pouco, não precisa pensar ‘qual é a minha prioridade?!’ (Cássia, 27 anos, estudante, cursando pós-graduação)

As falas também apontam para a visão de que essas camadas mais altas não precisam viver da renda do trabalho, e que seu patrimônio muitas vezes está relacionado à corrupção, conforme dizem abertamente ou usam políticos condenados como exemplo:

⁹⁵ Flávia (42 anos, podóloga, ensino superior).

Eu diria que hoje em dia que existe um povo aí que está cheio do dinheiro. Não sei se trabalha pra isso ou se rouba, mas tem gente aí com muito dinheiro. [...] Politico tem muito dinheiro, artista tem muito dinheiro, de repente não tem tanto igual aos políticos [...]. Ah, os empresários também. (Nair, 42 anos, química, ensino superior)

Rico é você estar viajando, estar com carro do ano na porta, entendeu?! Estar esbanjando igual a esses políticos! Rindo da cara da gente, comprando joias, comprando diamantes, indo pro exterior gastar o dinheiro público... (Paola, 55 anos, secretária aposentada, ensino médio)

O rico é o [Sérgio] Cabral! [risos] Está aí na França, toma café, compra joias, compra uma mulher caríssima! [...] E tem os muito afortunados, tem os Eike Batista, a Xuxa... Acho que são os milionários. (Rízia, idade não informada, “bacharel em direito” desempregada, ensino superior)

As falas apontam para a vida nababesca destas camadas mais altas, vista como uma espécie de afronta os demais estratos. Seria este grupo a subjugar os demais estratos sociais: “A classe alta é fazer tudo. É dominar todas as outras classes! [risos] É a famosa pirâmide!”, afirma Joana (42 anos, promotora de vendas, ensino superior incompleto).

Ser “rico” ou “milionário” significa ter dinheiro suficiente para não precisar eleger prioridades de gastos e, além disso, “esbanjar” em lazer e em bens de consumo. Ser rico é ter todos os desejos satisfeitos. Aqueles que têm este nível de renda são postos em suspeita, na medida em que são vistos como predatórios (dominam os outros grupos sociais, não dependem do próprio trabalho enquanto fonte de renda e, muitas vezes são corruptos).

5.3.2 Camadas baixas

No extremo mais baixo da estratificação social estariam os “miseráveis” e a “classe baixa”. Os miseráveis são definidos a partir da extrema precariedade de alimento, de moradia e de renda:

Em termos de classe social eu vejo que a classe miserável é aquela classe que não tem nada pra comer, que você passa fome, e você vê que você acaba morrendo porque não tem o que comer. (Igor, 42 anos, motorista, ensino médio)

O miserável eu classifico como aquela pessoa assim, ou o morador de rua ou aquele [...] que com bastante dificuldade tenta se alimentar e alimentar os filhos, num barraquinho, né?! (Ilza, 47 anos, securitária desempregada, ensino superior)

Por exemplo, uma pessoa que mora na rua e não tem condições de nada, não tem acesso, foi despejada. [...] Tem gente que não tem o que comer. (Cássia, 27 anos, estudante, cursando pós-graduação)

Uma importante subdivisão deste estrato inferior é a camada baixa. Trata-se de um segmento empobrecido, mas que não chega a ser “miserável”. Esta camada baixa é ora

nomeada como “classe baixa”, ora como “pobre”. Vale destacar que a categoria “pobre” é controversa entre os entrevistados: Ela é acionada quando os indivíduos falam de sua condição intermediária: “*A pessoa que é só pobre como eu, ela tem a oportunidade de comprar um livro, tem a oportunidade de comer num restaurante de vez em quando. Ela tem algumas oportunidades, entendeu?!⁹⁶* (Grifo meu) e também quando os entrevistados falam de grupos mais empobrecidos que eles próprios: “*Pobre é miserável né?! Sem ter nem o que comer dentro de casa, sem ter dinheiro pra pagar as contas, vivendo daquele jeito né?!⁹⁷*”.

A despeito da categoria usada, os entrevistados identificam a existência de grupos mais empobrecidos que eles, mas que não se configuram pela total ausência de meios de subsistência. Sobre estes grupos pairam sentimentos controversos como desconfiança e simpatia.

A classe baixa é aquela mais feliz que tem, sabe?! É a mais feliz: recebe num dia, acaba no outro e dá festa no resto do mês! [risos] Tem quatro, cinco filhos espalhados por aí. Dá uma pensãozinha pra um, pra outro e passa o resto do mês rindo e bebendo... (Gilmar, 64 anos, vendedor, ensino superior incompleto)

Os caras são sempre felizes. Tu passa na favela e vê todo mundo se divertindo, rindo... O rico, às vezes o dólar cai, o dólar sobe, está sempre triste, preocupado em perder... O pobre não tem nada a perder mesmo! Faz o churrasquinho na laje e está bom. [...] Os empresários, começa a ficar ruim e já começam a segurar. Diferente do pobre, o pobre começa a gastar. O rico não, o rico começa a travar, não comprar, guardar dinheiro. [...] Isso se for o pobre, ele gasta. Se ele ganhar dois mil ele vai gastar dois mil, ele vai ficar devendo. Se ele ganhar cinco, vai gastar cinco e continuar devendo. (Diego, 60 anos, microempreendedor individual, ensino superior incompleto)

A classe baixa é festa todos os dias, eles não são igual a gente não... Junta um, junta outro e faz aquela festa. [...] Eles sabem viver! Com todas as dificuldades eles vivem melhor que a gente aqui. A gente vive enclausurado, com receio de tudo, sabe?! Vive essa vida enclausurada, entre quatro paredes... [...] nessa parte aí eles vivem bem. (Mara, 37 anos, fisioterapeuta, ensino superior)

As falas acima revelam a imagem de um “pobre” perdulário e não se importa em ficar devendo. Ele seria “feliz”, na medida em que sua falta de expectativas o exime do peso das responsabilidades assumidas pelo extrato intermediário, no qual os entrevistados se sentem pertencentes. Essa espécie de romantização da condição de pobreza revela uma infantilização do chamado *pobre*⁹⁸: ele e a criança têm em comum a inconsequência, a busca pelo

⁹⁶ Olga, 36 anos, técnica de laboratório desempregada, ensino superior incompleto.

⁹⁷ Paola, 55 anos, secretária aposentada, ensino médio.

⁹⁸ Adoto o termo “pobre” para nomear esta “camada baixa” a que se referem os entrevistados. A opção por termo se deve ao reconhecimento de que este segmento estaria abaixo dos entrevistados na estrutura social. Há que se considerar que, embora alguns destes entrevistados também se definam como “pobres” (como será visto adiante), eles reconhecem sua posição intermediária.

divertimento e pelo prazer imediato e sua vida é centrada no momento presente – sem ambição ou planejamento de futuro. Apesar da crítica dirigida a ele, este seria o “bom pobre”.

Na acepção dos entrevistados há também um “mau pobre”, aquele visto como acomodado e oportunista. Comumente *favelado*, este não aceita ajuda, não quer aprender a falar corretamente, não se compromete com o trabalho e nem se importa em ser corrompido, seja roubando, dando calotes nos serviços ou até mesmo se prostituindo:

E também tem aquelas pessoas que não procuram melhorar né?! São os acomodados. Se a gente for falar de classe a gente vai ficar falando aqui o tempo todo. Tem os oportunistas... tipo ‘ah, eu moro aqui na favela’, aí se acha injustiçado porque mora na favela. [...] Tem gente que fica lá, falando ‘probrema’, falando ‘mermo’, ‘ah, porque eu não tenho nada, eu não vou sair daqui’, ou então procuram de uma outra forma, roubar, se prostituir [...]. acha que é mais fácil do que arrumar emprego, e aí vai... (Lara, 42 anos, securitária desempregada, pós-graduada)

O que é pobreza?! Eu não consigo definir [...] Eu acho que é a parte do espírito e da cabeça dele. Eu acho que a pessoa já nasce... a coisa é tão triste, tão triste que você não consegue estender a mão pra aquela pessoa. [...] Agora o ser pobre, vai além, porque tem pessoas que não querem sair dali, então aquilo machuca, você não consegue... O pobre não tem um projeto de vida. O pobre quer sobreviver. Eu estou tirando essa observação pelas favelas, eu nunca vi a pobreza no norte e no nordeste, pode não ser essa pobreza daqui. (Gilmar, 64 anos, vendedor, ensino superior incompleto)

Eu conheço um amigo meu que tem empresa, então os funcionários dele são rotativos o tempo todo. [...] Então a pessoa vai mudando de emprego, pulando de galho em galho, porque ela não quer criar vínculo com nada, ela não quer crescer. Aquela área onde ela vive está confortável. Então, a maioria mora nestas ditas, comunidades, que infelizmente são acomodadas pelo tráfico e eles têm o mundo próprio deles lá. Não pagam luz, não pagam IPTU, não pagam taxaço de imposto nenhuma, então numa certa ordem, eles vivem felizes, neste sentido. É difícil você ver, um outro que destoa daqui, que quer sair dali. A maioria parece que é acomodada por isso daí. [...] Uma vez eu conversando com um rapaz que vivia nesse meio, ele acha certo, por exemplo, dar calote em ônibus, ele acha certo passar pelo buraco do trem, que eles chamavam, que não paga o trem. Porque o outro tem muito então eu posso tirar, mais ou menos isso. Então essas pessoas não tem a percepção do porquê crescer. Está tudo acomodado. Aí que eu entro nessa conversa que eu falei, que essas pessoas foram beneficiadas por esse bando de pacotes, a vida deles está feita, não vai mudar em nada. (Artur, 46 anos, militar da aeronáutica, ensino superior)

Nestas percepções sobre o “pobre” está evidente a separação que os entrevistados fazem entre si e esta figura. O “bom pobre” ou o “mau pobre” definitivamente são aquilo do que os entrevistados buscam se diferenciar e se distanciar física e simbolicamente. Fisicamente isto se dá através da busca de morádivas distante de locais favelizados e da opção por escolas privadas, ou seja, através dos espaços de convivência restritos e não contaminados pelos valores e modos de vida dos “pobres”.

5.3.3 Camadas intermediárias

Entre estes dois extremos estaria o estrato intermediário com suas distintas camadas médias. Também escalonado pelas possibilidades de seus membros, este é o estrato com mais subdivisões em seu interior, o que indica que as pessoas reconhecem sua grande heterogeneidade. Dentro deste estrato intermediário irão variar a escolaridade, as profissões, a renda e as possibilidades de consumo, posicionando seus diferentes membros mais acima ou mais abaixo no interior deste estrato.

[Que classes existiriam?] A alta são os políticos e empresários. Tem a média. Tem a média-baixa, a baixa e a miserável, que ainda existe infelizmente. [O que seria a classe média?] acho que o microempresário, de repente um profissional liberal, tipo um dentista, um médico. [E a média-baixa?] Os professores, os vendedores, isso. [E a baixa?] Ah é, deixa eu ver... Diarista, ascensorista, faxineira. [E a miserável?] Aí é o desempregado né?! O desempregado que não tem nenhuma renda. (Joana, 42 anos, promotora de vendas, ensino superior incompleto)

Eu separaria por renda. Porque na verdade a renda que vai te dizer qual o poder aquisitivo que você tem. E eu também acredito que baseado na renda é que você vai ter acesso a mais possibilidade, mais oportunidade de educação e tudo o mais. [...] No meu raciocínio, classe C seria o que recebe até 2 salários mínimos, classe média é que recebe de 3 a 10 salários mínimos e a classe alta acima de 10 salários mínimos. (Tânia, 38 anos, consultora administrativa e financeira, pós-graduada)

Renda e profissão se relacionam e são condicionados pela escolaridade, conforme aponta Edson. Para ele, quanto mais tempo de estudo, melhor a profissão e conseqüentemente a renda:

Aí vai modificando por profissão, quanto tempo de estudo. Porque o que vai ganhar ali é a modificação do tanto que você estudou na vida. O cara, um exemplo, 20 mil, um auditor da receita federal, ele tem x anos, mais de 15 anos de estudo. E tem cara que ganha um salário mínimo, não tem nem oito anos de estudo. (Edson, 39 anos, policial militar, ensino superior)

A subdivisão das camadas médias é evidenciada pelas respostas. Há um reconhecimento de que existe uma camada média que vive com mais conforto e pode planejar o futuro:

Aí tem a classe média que trabalha normal, que vive a vida conforme eu te falei: que tem um bom salário, que ganha bem. (Igor, 42 anos, motorista, ensino médio)

É aquilo que eu te falei [a classe média baixa], consegue pagar suas contas e sobra alguma coisa pra você fazer além de pagar suas contas. Sobra pra um lazer, pra 'ah, hoje eu quero comer isso'. [...] A classe média seria um pouco dessa classe baixa, mas mais além. Com mais tempo, mais dinheiro pra investir em viagens,

cursos, seja lá o que for. E mais recursos também. Além de tempo, mais recursos financeiros. (Joana, 42 anos, promotora de vendas, ensino superior incompleto)

Tem essa intermediária, que é a classe burguesa aí, [...] são os empresários. Essa não [aufere o] suficiente pra ter uma riqueza de milionário, bilionário. Eu acho que a gente estaria na classe C. [...] A classe C seria acima de três salários mínimos. (Breno, 38 anos, eletrotécnico, cursando pós-graduação)

Conforme os elementos acionados pelas falas (escolaridade, renda, possibilidade de consumo e ocupações) esta camada média poderia ser identificada com a classe média tradicional brasileira, aquela beneficiada pelo investimento constante na escolaridade de seus membros. O grupo pesquisado definitivamente não se sente incluído nela:

E a classe pobre é aquela classe que ela acaba sobrevivendo também, acaba sobrevivendo e essa classe pobre ela trabalha pra sobreviver, igual é o meu caso hoje. (Igor, 42 anos, motorista, ensino médio)

5.3.4 O que se pode dizer da estratificação social que fazem os entrevistados

Ao se referirem ao estrato intermediário da estrutura social, os entrevistados escalonam suas camadas por meio de diferenciações na ordem da renda, da escolaridade, das ocupações e das possibilidades de consumo. Embora não se reconheçam numa camada média confortavelmente posicionada, eles não atribuem críticas às subdivisões reconhecidas neste estrato. Entretanto, quando os entrevistados falam sobre as camadas altas e baixas da sociedade, dirigem a seus membros diferentes acusações. As camadas superiores são acusadas de exploradoras, esbanjadoras e, frequentemente corruptas, pois a origem de seu dinheiro seria desconhecida, haja vista que não provém do trabalho. Já as camadas mais baixas são vistas como hedonistas e acomodadas com as próprias mazelas de que padecem. Haveria dentre eles as figuras que chamei de “bom pobre”, aquele que vive pelo prazer fugaz, e de “mau pobre”, que é oportunista e corruptível.

Estas críticas dirigidas aos distintos grupos sociais podem ser entendidas como o que Gilberto Velho (1978, p. 57-58) chamou de sistema de acusações. Um sistema de acusações é uma estratégia mais ou menos consciente de manipular poder e organizar emoções, delimitando fronteiras. Os acusados são moralmente nocivos segundo o discurso dos acusadores. Seus hábitos e valores são vistos como desviantes, o que os transforma em ameaça ao *status quo*, ou seja, estes se transformam num problema político. A participação em rituais acusatórios cria ou estimula sentimentos e emoções vigorosas através da dramatização de situações sociais, como é o caso de Artur, que afirma ter conversado com

“*um rapaz que vivia nesse meio*” e que considerava correto burlar o pagamento da passagem nos transportes públicos. O termo “*nesse meio*” é utilizado para se referir à comunidade pobre que o suposto rapaz morava e o comportamento deste é visto como desviante. A acusação de desvio sempre tem uma dimensão moral que denuncia a crise de certos padrões ou convenções que dão ou davam sentido a um estilo de vida de uma sociedade, de uma classe, de um grupo ou de um segmento social específico.

De acordo com Velho (1987, p. 57), a vida social é um processo contraditório e complexo, em que a realidade tem de ser permanentemente negociada por diferentes atores. Os atores envolvidos, socializados e participantes de determinado código cultural, acreditam e vivem uma escala de valores, uma visão de mundo e um *ethos* particulares. Suas motivações vão além da manutenção de posições privilegiadas e da manipulação e exercício do poder. Elas são também a expressão de um estilo de vida internalizado através de um conjunto de símbolos socializadores.

Assim, a existência de uma ordem moral identificadora de determinada sociedade faz com que o desviante funcione como marco delimitador de fronteiras, símbolo diferenciador de identidade, permitindo que a sociedade se descubra e se perceba pelo que não é ou pelo que não quer ser.

Tanto o “bom pobre” quanto o “mau pobre” não teriam quaisquer projetos de futuro. Seus valores, assim como no caso das camadas mais altas, não seriam calcados na ética do trabalho duro. Viver *do e para o* trabalho é um importante valor moral e uma característica que os entrevistados atribuem à sua posição social.

Ainda de acordo com Velho (1978), o trabalho é um tema crucial para a criação de áreas perigosas e comportamentos disruptivos. Em seu trabalho sobre o uso de drogas nas camadas médias, o autor identificou que o drogado era visto como um indivíduo que foge às suas obrigações ou as cumpre mal, sendo, portanto, um elemento improdutivo e parasitário. Numa sociedade em que se dá grande ênfase ao desenvolvimento e ao crescimento econômicos e, em especial, nos grupos sociais com fortes projetos de ascensão, o uso de tóxicos é percebido como um impeditivo ao progresso e à acumulação.

O mesmo pode ser dito sobre a classificação que os entrevistados desta pesquisa fizeram dos estratos sociais aos quais não se sentem pertencentes. Não depender do trabalho como fonte de renda (no caso das camadas altas) e não se comprometer com o trabalho enquanto projeto de futuro (no caso das camadas mais baixas) torna estes grupos igualmente improdutivos e parasitários.

Como chave explicativa para os comportamentos desviantes, Velho (1978, p.3) preconiza que os indivíduos e grupos sociais não participam do jogo social com as mesmas possibilidades de influenciá-lo. Daí a possibilidade perene de que alguém ou algum grupo se desvie das regras vigentes e passe a infringi-las sistematicamente. No caso estudado aqui, as camadas altas desviam porque exploram, e as camadas baixas porque são acomodadas. Cada uma destas camadas, à sua maneira, é vista como perdulária e corrompida.

5.4 Percepção da posição social

5.4.1 Auto-identificação de posição social: os elementos e as experiências de pertencimento

Conforme visto, as pessoas não se identificam com uma camada média confortavelmente posicionada. Então, lhes foi perguntado onde se localizariam na estrutura social, se eles pertenceriam a alguma *classe* e por que.

Em um dos apartamentos entrevistei o casal Sara (37 anos) e João (61 anos). Ambos são pós-graduados em logística internacional. Sara trabalha como analista de comércio exterior e João, que era administrador de uma empresa, aposentou-se recentemente para se dedicar aos cuidados do filho do casal, que conta com um ano de idade. João tem ainda outro filho, hoje com 30 anos, que mora com a família no apartamento próprio. A renda familiar é de aproximadamente 17.000 reais e provém dos rendimentos do casal. A longa discussão travada por eles quando perguntados se pertenciam a alguma classe ou camada social é emblemática, pois sintetiza alguns dos principais pontos levantados pelos demais entrevistados, além de reificar o próprio debate:

(João:) *Classe média, vamos colocar perto da pobre. Nós estamos caminhando pra a extinção de uma classe, a que vai ser extinta é a do meio! [...] Aquele que está trabalhando, está trabalhando para se manter. E têm os que mandam, tem os empresários e tem o governo, certo?! [...] Então qual classe fica no meio?! Não tem como, essa classe vai encolher! [Ser de classe média] eu acho que está vinculado à renda, entendeu?! Sei lá, depende muito. De repente, com cinco mil reais você pode considerar que uma pessoa é de classe média, mas ele é baixa porque cinco mil reais pra metade disso aí é pouca coisa. [...] Eu diria que uma classe média tem um plano de saúde, tem um emprego razoável, tem um final de semana de lazer, um clube razoável...*

(Sara:) *Eu acho que nossa família é classe média sim! Tudo com nível superior, com pós [graduação], a rentabilidade, o ganho!*

(João:) *É o seguinte, Sara, pra mim o nível superior não classifica nada não. Que rentabilidade?! Olha só, você gostaria de ter outras coisas que você não pode e são coisas simples. Eu acho que você ser classe média, você não vai ter as coisas com a*

mesma facilidade que o pessoal da classe rica, mas você tem uma certa folga, porque as coisas hoje estão muito instáveis. Eu não posso me iludir que 'eu sou classe média, eu posso ficar tranquilo'.

(Sara:) Eu acho que não é assim não! Eu acho que o que contribui com a classe média hoje é o nível de escolaridade, a receita da família, eu acho por esse lado. Agora se isso vai continuar, devido à crise que se vivencia no Brasil é uma outra coisa. Porque o que está acontecendo é as famílias perdendo sua renda e com isso estão saindo da classe média. Você é classe média hoje, mas amanhã pode não ser devido à perda de ganhos. É como eu falei, na minha família está tendo muitos desempregados.

(João:) A classe média é uma classe oscilante! Você pode ser uma classe média estável, com uma vida razoável, como pode ficar naquela iminência de virar um pobre! A gente hoje, a situação instável que a gente está vivendo, tem que tomar cuidado pra não ficar perto da pobre! Então, a classe média é uma classe muito oscilante, a chance dela virar uma classe pobre é grande, a chance dela virar uma classe alta é pequena.

A discussão acima traz à tona alguns pontos. Primeiro, ela evidencia um conjunto de fatores que marcam a experiência do grupo, como o empobrecimento das camadas médias; seu caráter relacional (acima da pobreza e abaixo da riqueza) e instável (na iminência de perder status e qualidade de vida). Um segundo conjunto de fatores é composto pela controversa definição dos indicativos de pertencimento a esta camada média, onde prefiguram – ainda que sem consenso: renda, trabalho, escolaridade, consumo, lazer e o acesso a serviços privados de saúde e educação.

Assim, temos dois conjuntos de elementos que suscitam análise: o primeiro diz respeito aos fatores que se configurariam como elementos de pertencimento a esta camada média, e o segundo trata da experiência atual de pertencimento. Nas seções a seguir, busco discorrer, sobre estes dois conjuntos constitutivos da auto-identificação do grupo investigado.

Na seção anterior, foi apresentada a estratificação social segundo a concepção dos entrevistados, bem como, os estratos dos quais eles se distinguem. Então, se faz necessário compreender como estes sujeitos se veem na estrutura social. Em outras palavras, a que camada se julgam pertencentes e por que.

É possível afirmar que os relatos⁹⁹ dos entrevistados apontam para o pertencimento a uma camada entre a média e a baixa, lugar que muitas vezes é identificado como “classe média” no sentido de um estrato intermediário na estrutura social:

Hoje eu considero que estou no bolo, na massa do Brasil. Nem a mais nem a menos, estou na massa. (Edson, 39 anos, policial militar, ensino superior)

⁹⁹ A pergunta feita foi “há pessoas que apresentam nível socioeconômico mais alto e outras com nível mais baixo. Como você se localizaria? Você se sente pertencente a alguma classe social?”.

Eu acho que eu estou no meio termo. (Joana, 42 anos, promotora de vendas, ensino superior incompleto)

Médio, né?! (Paola, 55 anos, secretária aposentada, ensino médio]

Acho que mediano. (Rízia, idade não informada, “bacharel em direito” desempregada, ensino superior)

Eu acho que eu estou ali o limite entre a classe C e a média, mais a primeira, digamos assim. Eu não me considero nem classe média, nem classe C... estou no intermediário aí. (Tânia, 38 anos, consultora administrativa e financeira, pós-graduada)

Outros termos, como “baixo”, “mais baixo”, “muito abaixo”, “médio pra baixo”, “uma classe média baixa”, “um pouquinho abaixo da média”, “uma classe média baixa” e “classe média perto da pobre” também são acionados como categorias de pertencimento e apontam para a estreita relação deste estrato intermediário com os estratos inferiores:

Eu estou no nível socioeconômico mais baixo. Eu estou no meio tá?! (Gilmar, 64 anos, vendedor, ensino superior incompleto)

Pro padrão hoje em dia que se vive muito de estética eu estou muito abaixo. (Artur, 46 anos, militar da aeronáutica, ensino superior)

Baixo, porque só dá pra pagar as contas. (Flávia, 42 anos, podóloga, ensino superior)

Classe média, vamos colocar perto da pobre (João, 61 anos, administrador aposentado, pós-graduado)

Eu estou um pouquinho abaixo da média. (Hebe, 70 anos, professora aposentada, ensino médio)

Ah... uma classe média baixa. (Ilza, 47 anos, securitária desempregada, ensino superior)

Médio pra baixo. (Nair, 42 anos, química, ensino superior)

A identificação com o termo *classe média* também foi espontaneamente mencionada em alguns casos, mas com algum grau de incerteza:

Bota classe média. (Ana, 43 anos, representante comercial, ensino superior)

Aqui em casa acho que a gente é de classe média [...] (Cássia, 27 anos, estudante, cursando pós-graduação)

A gente estaria na classe média. (Ester, 36 anos, artesã, ensino superior)

Eu acho classe média. (Carlos, 74 anos, bancário aposentado, ensino médio)

Classe média, né?! (Diego, 60 anos, microempreendedor individual, ensino superior incompleto)

Acho que média. (Lara, 42 anos, securitária desempregada, pós-graduada)

Eu acho que nossa família é classe média sim! (Sara, 37 anos, analista de comércio exterior, pós-graduada)

Fábio (71 anos, engenheiro, mestre em engenharia civil) é o único entrevistado que se define como pertencente a um estrato social mais elevado e a uma classe média alta, e o faz inicialmente com certo comedimento – o qual é, em si mesmo, revelador de uma formulação classista/discriminatória:

[Como percebe sua posição social?] *Eu sou do povo! Eu não tenho preconceito assim... racial, religioso, nada. Eu já tive sete amas de leite... branca não tem leite!* [E que classe social seria a sua?] *Acima da média. Pela minha renda, claro! Acima da média. Uma classe média alta. Isso na classificação brasileira do que seria uma classe média, baixa, alta. Eu não sou milionário, mas também... Uma classe média alta. Dá pra comprar meus livros, tomar meus vinhos, ir a uns restaurantes.* [E o que é ser de classe média alta?] *Você ter dinheiro pra ter um imóvel bom... Eu não acho importante, mas tem gente que acha [importante] ter um carro bom. É viajar, ir a bons restaurantes.* (Fábio, 71 anos, engenheiro, mestrado)

Para compreender a formulação acima, cumpre discorrer sobre a história de vida do entrevistado. Fábio é engenheiro, com pós-graduação e mestrado e trabalha num cargo de confiança na Prefeitura do Rio de Janeiro. Ele é divorciado e tem duas filhas em idade adulta. Sua renda é de aproximadamente 30.000 reais, proveniente de seu trabalho, do aluguel de um imóvel que possui no bairro Leblon e de aplicações financeiras. Seu pai era engenheiro e tinha também uma loja de materiais de construção. Sua mãe concluiu o ensino médio e era dona de casa. Ela tocava vários instrumentos musicais, falava quatro idiomas, tinha cursos de culinária internacional, entre outras habilidades. Todos os seus três irmãos tem ensino superior, estão aposentados atualmente e vivem viajando – ele acrescenta. Um dos irmãos é engenheiro, outra é bacharel em filosofia e a terceira é administradora de empresas. Fábio é divorciado e tem duas filhas, uma das quais mora nos EUA, onde foi fazer um mestrado em biologia e lá ficou, tornando-se professora universitária e pesquisadora. A outra filha mora na Barra da Tijuca e é engenheira, também com mestrado. Tanto Fábio quanto suas filhas sempre estudaram em escolas privadas, mas fizeram seus cursos superiores em universidades públicas. Ele já morou nos bairros de Botafogo, Laranjeiras, Leblon, Urca e também em Valença – cidade onde nasceu. Por último, morou na Barra da Tijuca. Veio residir no Pechincha em Jacarepaguá no ano de 2017, porque o bairro era um ponto intermediário entre a casa da filha, na Barra da Tijuca e seu local de trabalho, no centro. Fábio mora sozinho e seu apartamento é alugado.

O engenheiro Fábio é um importante contraponto aos demais entrevistados. Sua auto-identificação como classe média-alta, juntamente com sua origem razoavelmente abastada,

sua escolaridade, ocupação, renda e estilo de vida, poderiam facilmente incluí-lo numa *classe média tradicional*.

Partindo de um ponto de vista estrutural, José Augusto Guillon Albuquerque considera que a classe média é “composta de produtores diretos inseridos em relações de produção capitalista que tendem a predominar sobre as outras (artesanais ou ‘liberais’)” (ALBUQUERQUE, 1977, p. 30). De forma semelhante, Helena Bomeny defende que a classe média tradicional brasileira seria composta por indivíduos beneficiados pela oportunidade de preparação para o exercício de carreira profissional, pela frequência e permanência nos estágios de formação escolar como é o caso de certos postos no funcionalismo público e de profissionais liberais, por exemplo (BOMENY, 2011).

No caso específico da categoria social dos engenheiros, Lili Katsuco Kawamura busca compreender a prática social desta categoria nos aspectos econômicos, políticos e ideológicos e nas suas relações de classe na estrutura social. Com um enfoque histórico-estrutural, Kawamura (1979) analisa as transformações na organização da produção capitalista entre os anos 1930 até 1970 e defende que a hegemonia burguesa monopolista depende das práticas das categorias sociais ligadas à tecnologia, tanto no aparelho econômico, quanto no aparelho de Estado. Neste contexto, os engenheiros atuavam orientados por interesses corporativos, lutando pelas condições de sua própria reprodução. Sua prática em funções tecnológicas era essencial para a acumulação capitalista e contribuíam “para assegurar o exercício da hegemonia da classe dominante” (BONELLI & DONATONI, 1996, p. 113).

Mas não é apenas por sua ocupação e renda, que Fábio representaria uma classe média tradicional. A seguir, ele reivindica para si um “nível cultural” superior ao da população em geral e define o que seriam os bens culturais valorizados por essa “classe cultural” à qual se sente pertencente. Neste ponto, a fala do entrevistado se destacaria do conjunto maior que se concentrou em aspectos e indicadores de renda, consumo e fruição de certo tipo de lazer. A dimensão simbólica de estilo de vida, certa percepção mais distanciada do conjunto pobre prefiguraria o que Pierre Bourdieu classificou como “capital cultural”.

5.4.2 Capital cultural e posição social: uma relação internalizada

Quando insisto em compreender sua concepção e pertencimento a alguma camada ou classe social, Fábio revela diferenciar classe econômica e classe social:

O Brasil é muito dividido em dinheiro. Na verdade é isso. Porque o nível cultural brasileiro é muito baixo, muito baixo. Quantos livros têm numa casa?! [...] O brasileiro não lê, o brasileiro não vai a teatro, o brasileiro não vai a museus. Alguns sonham em estudar pra ganhar mais dinheiro. Não é pra aprender. [...] Eu acho que o primeiro tipo de classe é a econômica. As pessoas se dividem em quem tem e quem não tem dinheiro. Classe cultural, eu pertença a uma classe cultural, mas é a minoria absoluta no Brasil. Uma pessoa com esse nível de conhecimento é zero. [o que seria uma classe cultural?] Uma pessoa que tenha interesse no conhecimento, não obrigatoriamente só aquilo que ele estudou... mas a diversidade da cultura do conhecimento, as artes, os livros, a vida como um todo... teatro, museu. Isso aí no Brasil não tem. (Fábio, 71 anos, engenheiro, mestrado)

As formulações de Fábio manifestam muito claramente o que Pierre Bourdieu (1989; 2008) chamou de capital cultural. Conforme o autor, as posições dos mais diversos grupos no espaço social são definidas por uma relação de forças, que são os chamados “capitais”¹⁰⁰. O capital cultural diz respeito aos saberes e conhecimentos reconhecidos, sobretudo, por diplomas e títulos. Ainda conforme Bourdieu (2008), a cultura é um sistema de significações hierarquizadas que funciona como instrumento de dominação entre os grupos sociais. Os sujeitos se distinguem pelo que consideram “bom gosto” ou “mau gosto”, de forma que os objetos se tornam ao mesmo tempo hierarquizados e hierarquizantes, condicionando assim os sujeitos em determinadas posições de classe.

Quando Fábio afirma que “o nível cultural brasileiro é muito baixo” porque a população não tem o hábito da leitura ou a frequência em teatros e museus, ele classifica a si e aos demais a partir do gosto. Ao falar destes bens culturais (considerados por ele como superiores e legítimos) Fábio reivindica para si uma disposição estética e uma competência cultural específica que o distingue de outros grupos sociais. Ao acusar as pessoas de instrumentalizarem a educação, afirmando que “alguns sonham em estudar pra ganhar mais dinheiro. Não é pra aprender”, ele novamente reivindica uma superioridade cultural, calcada na capacidade de compreender a educação como um prazer sublimado, desinteressado e gratuito.

Conforme visto, o “nível cultural” é apontado por Fábio enquanto definidor de seu pertencimento a um tipo superior de camada média. Elementos culturais também são acionados – ainda que de forma diferente – por Olga (36 anos, técnica de laboratório). Ela se vale de sua educação e de seus modos de agir para definir-se num “nível social básico”, o que revela a consciência de que suas maneiras são diferentes das de grupos mais bem posicionados na estrutura social:

¹⁰⁰ As formulações teóricas de Pierre Bourdieu acerca das diversas formas de capital foram abordadas no Capítulo 2 – “Classes médias: dos pais fundadores do conceito de classe às especificidades do caso brasileiro”.

Eu acho que eu tenho um nível social normal. A minha educação não é das melhores não. Não é que tenham me passado [de série], é que eu acho chato! Eu sou indiscreta, eu falo besteira, eu falo palavrão, eu falo... eu não consigo, entendeu?! Eu sou muito informal. Então o meu nível social eu acho que é um nível, sei lá, básico! (Olga, 36 anos, técnica de laboratório desempregada, ensino superior incompleto)

Ao definir seu “nível social” como “normal” e “básico” a partir de práticas como ser indiscreta, falar “besteira” e “palavrão”, Olga está identificando, interpretando e reconhecendo práticas que manifestam uma distância social. Ela atribui ainda tais práticas à sua educação, que “não é das melhores”, conforme afirma. É como se Olga reconhecesse uma espécie de princípio socializador duradouro produzido por sua educação (LAHIRE, 1997). Este princípio poderia ser definido pelo que Pierre Bourdieu chamou de *habitus*.

O *habitus* diz respeito às práticas classificáveis produzidas pelos agentes e aos julgamentos classificatórios emitidos por eles sobre as práticas dos outros e as suas próprias. Assim, o *habitus* é, ao mesmo tempo, um princípio gerador de práticas e um sistema de classificação destas práticas. Trata-se de uma disposição geral e transponível por meio de condições de aprendizagem (que ocorrem, sobretudo, na escola e nas famílias) que vão constituir os grupos e distingui-los dos demais (BOURDIEU, 2008, p. 162-163).

5.4.3 As possibilidades de consumo enquanto parâmetros de posição social

Quando discorrem a respeito de sua posição social, as pessoas acionam serviços e bens de consumo que caracterizam seu estilo de vida, tais como: casa própria, carro, lazer (ida a restaurantes, viagens, cinema e teatro), compra de roupas, plano de saúde e escolas privadas para os filhos.

No meu sentido de lugar da classe média, meu filho está num bom colégio, tem um bom atendimento médico, não falta nada dentro de casa. Eu coloco neste sentido basicamente. (Artur, 46 anos, militar da aeronáutica, ensino superior)

O meu poder aquisitivo me possibilita ter minhas coisas, o que eu quero. Só que eu não sei que classe eu sou. Eu só me visto em boutique. [risos]. Tudo o que quero, eu não mando consertar. A máquina de lavar novinha, eu comprei outra e dei. O micro-ondas, puf! Peguei ele e joguei lá fora, comprei outro. (Gleise, 73 anos, professora aposentada, ensino superior incompleto)

[Se diz pertencente a uma “classe mediana”. Pergunto o que isso significa] *Eu acho que é conseguir fazer as coisas do dia-a-dia, as coisas básicas. Se eu quiser ir ali e comprar uma calça eu posso [...] O que eu tenho agora financeiramente é pra ir ali num cinema às vezes, pra ir num parquinho gratuito. Não deixo de sair, não deixo*

de me divertir, mas nada que eu gaste muito dinheiro. (Nair, 42 anos, química, ensino superior)

Meus filhos fazem o que querem em matéria de passear [...] o meu filho comprou o carro dele, pagou com o dinheiro dele. [...] Classe média pra mim, é um lugar onde você possa ter uma boa cama... na minha opinião, tá?! É ter sua geladeira cheia. ... na minha opinião. (Diana, 52 anos, camareira, ensino médio)

De classe média! Eu não posso dizer pra você que eu sou de classe baixa. Classe baixa eu acho que é quem não tem o que pagar, o que comer. [...] Me divirto quando posso, saio, vou tomar uma cerveja [...] mal ou bem, tenho um plano de saúde que é ambulatorial, mas tenho. Quando eu sinto alguma coisa, vou ali no médico e me consulto... Então não tenho o que reclamar! (Paola, 55 anos, secretária aposentada, ensino médio)

Se por um lado, as pessoas acionam o acesso a serviços e a bens de consumo como insígnias de sua posição social, por outro lado, o consumo enquanto marcador também é questionado, como aponta Gilmar (64 anos, vendedor): “*Eu acho que a classe média está muito ligada à propaganda. Ela incentiva a viajar, mas depois que você viaja, você volta pra sua realidade [risos].*” O militar da aeronáutica Artur também discorre sobre a suposta ilusão promovida pelo consumo:

Hoje em dia, eu fico um pouco confuso porque existem muitos bens de consumo, né?! Os bens de consumo dão uma visão inapropriada do que deveria ser o que a pessoa cresceu na vida. A minha sogra tem muito essa expressão ‘ah, fulano está com um carrão’, mas só tem um carrão também, mais nada. O filho estuda em escola pública, ele passa mal vai pra um hospital público, não tem nada em casa, mas ele está com um carrão. Então eu acho que o apoio visual hoje em dia confunde muito. Aquela pessoa de classe média alta, o rico [...] aquilo que ela apresenta ser é o que ela é de fato. [...] A roupa que ele usa é só de marca, mas não é porque ele quer ser besta, é porque ele compra aquilo que o poder aquisitivo dele daria e pronto, acabou! (Artur, 46 anos, militar da aeronáutica, ensino superior)

O comentário acima é dotado de certa moralidade que diz respeito ao que é ou não aprovado como aquisição. Uma espécie de atribuição de valor a escolhas feitas por um segmento que tem orçamento limitado. É quase como se não se recomendasse o gasto de aparência em detrimento do que seria considerado “essencial” (escola, hospital etc.) ou que as pessoas neste estrato social mais elevado fossem autorizadas a comprar/usar alguns bens.

Conforme visto anteriormente, as pessoas se definem como pertencentes a um estrato intermediário na estrutura social e acionam diversas categorias para nomear tal pertencimento. Ocorre que, a despeito de se definirem como “pobres” ou “classe média”, “classe média baixa” e afins, os mesmos bens de consumo são acionados como insígnia, o que pode ser visto como a expressão de sua posição intermediária baixa (mais próxima do que consideram ser a pobreza).

A pessoa que é só pobre como eu, ela tem a oportunidade de comprar um livro, tem a oportunidade de comer num restaurante de vez em quando. Ela tem algumas oportunidades, entendeu?! [...] Meu filho estuda num colégio particular?! Estuda, mas com 50% de bolsa. Pra conseguir mais um desconto eu ainda pego meu décimo terceiro e pago de uma vez. (Olga, 36 anos, técnica de laboratório desempregada, ensino superior incompleto)

Acho que [sou de classe] média. Porque a gente, graças a Deus, a gente tem a nossa casa própria. A gente não paga aluguel, que eu acho que isso é primordial. Ou mal ou bem, o pai está aí trabalhando [...]. É ter um veículo, é conseguir frequentar um lugarzinho melhor, por exemplo, eu às vezes eu quero comer comida japonesa, comida japonesa é cara, mas ainda vou lá ainda. (Lara, 42 anos, secretária desempregada, pós-graduada)

5.4.4 A educação como valor

Além dos bens de consumo, a educação – notadamente o ensino privado – é um importante elemento de pertencimento para esta camada média. Investir em educação é a estratégia de ascensão possível e segura para este grupo, pois o conhecimento é o único capital de que dispõe e, assim sendo, o mesmo precisa ser renovado a cada geração (EHRENREICH, 1994).

A percepção da escolaridade enquanto estratégia aspiracional independe da renda, da ocupação e da própria escolaridade, ou seja, até as pessoas com menos anos de estudo têm a educação como um valor e tentam passar isso aos seus filhos.

Tânia acredita que uma família de classe média é aquela que tem acesso a “*mais bens e serviços do que as pessoas consideradas de classe pobre*”. Além de ter um carro de passeio e de morar “*num bairro que não seja considerado um bairro pobre*”, isso também inclui “*manter um bom plano médico*” e pagar por “*escola particular, faculdade particular*”. Ela complementa: “*também ter um pouco de espaço de dinheiro pra pensar no futuro, coisa que a classe média, a classe C não consegue nem manter seu presente*”. Tânia é graduada em administração e pós-graduada em finanças corporativas. Ela trabalha de forma autônoma como consultora e, juntamente com o marido e a irmã (pessoas que dividem a moradia com ela) aufera a renda de 8.000 reais.

Educação e saúde privadas também são as marcas de uma camada média, segundo o militar da aeronáutica Artur (46 anos): “*eu me colocaria como classe média, né, que se fala. Pelo menos em nível educacional, nível de atendimento de saúde, eu acho*”. Ele também concluiu o ensino superior em administração e sua renda familiar é de 10.000 reais.

Quando perguntada sobre a que classe pertenceria, Ana (43 anos) responde “*bota classe média*”, e rapidamente completa: “*todo mundo lá em casa teve a oportunidade de estudar*”. Ana concluiu o ensino superior em administração, trabalha como representante comercial autônoma e auferir uma renda familiar de 3.800 reais.

O vendedor Gilmar (64 anos) não chegou a concluir o ensino superior e tem uma renda de 3.000 reais. Ele é enfático na associação que faz entre escolaridade e mobilidade social:

Classe média é aquela que teve o privilégio de estudar e já tem uma visão. Já vem de uma classe pobre, chegou na classe média e eu estou falando por mim! Estou tirando por mim! E passou a entender um bocadinho da vida e falou que o estudo é fundamental e foi dando o estudo pros filhos, pra todo mundo. E hoje vive uma vida mais tranquila. (Gilmar, 64 anos, vendedor, ensino superior incompleto)

Em contrapartida, o ensino superior é visto, cada vez menos como garantidor de da manutenção de sua posição de classe. Ilza (47 anos), por exemplo, teve uma infância “tranquila moderada”, “de classe média”, como ela própria define. Seus pais têm ensino médio. A mãe era dona de casa e o pai funcionário público em um banco. Ilza conta que seus pais incentivaram as duas filhas a estudar, pois segundo ela “*naquela época, há 30 anos, era valorizado o diploma*”. No entanto, ela relativiza e acrescenta que “*se tivesse pensado melhor*” teria feito um curso técnico profissionalizante e só depois faria uma faculdade. Ela se graduou em administração de empresas numa universidade privada. Sua profissão é securitária, mas Ilza está desempregada. O vendedor Gilmar (64 anos) também queria que seu filho (18 anos) tivesse feito um curso técnico antes de ingressar na universidade: “*hoje o mercado é mais aberto pra quem faz curso técnico. Ele é mais um, espero que não seja! Ele é mais um com diploma!* [risos]”. Esta também é a percepção de Mara:

Eu acho que escolaridade influencia sim, mas hoje, com o que nós vivemos no Brasil, nem escolaridade está sendo valorizada. Eu acho que quanto menos, hoje em dia você tem, é até melhor. Não estou dizendo que as pessoas não tenham que avançar, fazer um mestrado, um doutorado, não é isso! Mas eu estou vendo assim, que a facilidade de trabalho é mais pra aquelas pessoas que têm um técnico ou tem um 2º grau do que as pessoas que têm mestrado e doutorado. Eu vi pela dificuldade do meu marido, que teve que tirar do currículo que ele tinha mestrado, porque ninguém queria dar emprego a ele. Meu marido ainda fala o inglês fluente. (Mara, 37 anos, fisioterapeuta, ensino superior)

Pode-se observar que as pessoas percebem que uma maior escolaridade não necessariamente implica em conseguir postos de trabalho. Como são dependentes do trabalho enquanto única fonte de subsistência, isto indica que o ensino superior como estratégia de

ascensão ou manutenção de posição social, tem se tornado insuficiente. O atual contexto de crise no Brasil deixou uma legião de desempregados, mesmo entre os mais escolarizados, e isto agudiza esta percepção de insuficiência do ensino superior. Entre os entrevistados é notável a grande quantidade de desempregados nas famílias. O sentimento de desalento parece ter dominado as pessoas e, neste cenário sombrio, elas não conseguem formular estratégias de ascensão substitutas – como será visto mais adiante.

5.4.5 Uma gangorra nada divertida: a instabilidade desta camada média

O pertencimento a esta camada média é sempre relacional o que significa dizer que só lhes é possível definir sua posição social, a partir de uma relação de alteridade: a de não-pertencer a outros estratos. Esta alteridade pode se dar por uma comparação com pessoas do mesmo círculo social:

Dependendo de cada grupo que eu convivo, tem uma certa diferença. Se eu te disser dos amigos do meu marido que estudaram com ele, a gente está abaixo, porque as pessoas têm uma condição financeira melhor. Mas se eu disser as do meu trabalho, eu tenho uma condição muito melhor do que eles, entendeu?! Eu acho que eu estou no meio termo. (Joana, 42 anos, promotora de vendas, ensino superior incompleto)

Eu vejo tanta gente assim... ‘ah eu não tenho dinheiro’ e tal, aí de repente aparece lá [no Facebook] a foto e está não sei aonde. Eu não tenho essa possibilidade. [...] Então eu estou abaixo dos meus amigos que eu vejo aí no meu Facebook. (Nair, 42 anos, química, ensino superior)

Mas a comparação acontece principalmente em relação a segmentos mais amplos. Pertencer a esta camada média significa ter condições melhores do que aqueles que estão abaixo (os pobres) e, ao mesmo tempo, não possuir as mesmas possibilidades/oportunidades daqueles que estão acima (os ricos). Embora acionem a categoria “ricos”, a diferença é comumente acionada em relação aos “pobres”, sobre os quais pairam o desemprego, a falta de segurança, de acesso à saúde e a uma boa moradia:

Classe média que a gente gostaria que fosse, né?! [risos]. Eu me considero por causa disso, diante do que o país oferece pra gente... Tem gente bem mais pobre, porque falta emprego, falta segurança, falta saúde, aí fica complicado. (Ana, 43 anos, representante comercial, ensino superior)

Hoje?! [a maioria é] pobre! Depois vem um pouco do médio, no caso eu entro nesse médio, depois vem o rico. O médio ele não é rico nem é pobre, ele está pagando as contas dele e está comendo, então ele não é pobre. (Paola, 55 anos, secretária aposentada, ensino médio)

No atual contexto de crise econômica, o sentimento de vulnerabilidade e incerteza é ainda mais evidente. A *sobrevivência* é um mote quando as pessoas falam a respeito de si. Há uma percepção generalizada de que se vive com dificuldade e de que o peso de seu custo de vida é demasiado alto.

[O “médio-médio”] *ele está sobrevivendo. Sobrevivendo a isso, sobrevivendo a tudo. [...] Porque hoje em dia está difícil, você corre atrás pra você pagar suas contas, fazer isso, fazer aquilo, mas você está correndo* (Bete, 56 anos, “do lar”, ensino médio)

Questão financeiramente, a gente não tem muito, mas a gente consegue com o que a gente tem, consegue ter alguma coisa, viver um pouco. E, assim... Não digo nem viver, porque às vezes eu acho que a gente sobrevive [...] porque a gente não consegue fazer as coisas com tanta tranquilidade (Cássia, 27 anos, estudante, cursando pós-graduação)

Eu fico me espremendo todo pra manter um plano de saúde que chega a quase dois mil reais, o colégio da minha filha que passa dos mil [reais] também e curso de inglês e a faculdade do meu filho, que eu ajudo a pagar... (Artur, 46 anos, militar da aeronáutica, ensino superior)

Hoje eu não vivo, eu sobrevivo. E vou sobrevivendo, entendeu?! [...] Sobreviver é a partir do momento que você trabalha, você ganha o seu dinheiro por mês, você pega o seu dinheiro, você paga as suas contas que você tem que pagar, que são obrigatórias, e quando você vê, depois não sobrou quase nada do seu salário. E a classe pobre é aquela classe que ela acaba sobrevivendo também, acaba sobrevivendo e essa classe pobre ela trabalha pra sobreviver, igual é o meu caso hoje. (Igor, 42 anos, motorista, ensino médio)

A sensação de estar sobrevivendo os aproxima dos estratos sociais mais baixos, os quais o grupo classifica como “pobres”. A esta camada eles não se sentem pertencentes, ou pelo menos tentam se de distanciar.

Classe média que a gente gostaria que fosse, né?! [risos]. Eu me considero por causa disso, diante do que o país oferece pra gente... Tem gente bem mais pobre, porque falta emprego, falta segurança, falta saúde, aí fica complicado. (Ana, 43 anos, representante comercial, ensino superior)

Se está dando pra viver, pagando suas continhas direitinho, vivendo normal, é médio! Não é rico nem é pobre. (Paola, 55 anos, secretária aposentada, ensino médio)

O comedimento (ainda que compulsório) é outra marca desse grupo. É imprescindível planejar para fazer algo além do pagamento das despesas fixas e a definição de prioridades também surge como premência:

Aqui em casa acho que a gente é de classe média, porque a gente conseguiu algumas coisas, mas também não somos ricos, não temos como esbanjar, até porque não tem nada a ver com a gente. (Cássia, 27 anos, estudante, cursando pós-graduação)

Eu tenho que escolher, ou eu compro isso aqui ou eu compro aquilo ali, então eu prefiro optar por coisas que eu julgo mais importantes pra mim, que são saúde e educação, conforme eu lhe falei. E um ambiente de moradia onde eu me sinta seguro. (Artur, 46 anos, militar da aeronáutica, ensino superior)

E não tem nada sobrando, é tudo mais ou menos contado. (Nair, 42 anos, química, ensino superior)

Uma importante dimensão que caracteriza o pertencimento a esta camada média é conseguir pagar as contas, ou seja, não ter dívidas. Neste sentido, conseguir viver de acordo com sua renda é um importante valor para estas pessoas: “*A gente estaria na classe média. Classe média não tem dívida!*”, sintetiza Ester (36 anos, artesã). A entrevistada Paola (55 anos, secretária aposentada) tem uma opinião semelhante: “*Na minha cabeça eu sou classe média. Vivo numa casa própria, eu tenho como me alimentar, pagar minhas contas [...]*”.

Isto também fica claro na formulação de Gilmar (64 anos, vendedor) segundo o qual pertencer à classe média é ganhar o suficiente para “*aproveitar os prazeres da vida*”. Gilmar tem uma renda familiar de 3.000 reais, proveniente unicamente de seu salário. Embora ele mencione o valor de dez mil reais como a renda necessária para pertencer à classe média, reitera que conseguir viver com a renda que se tem é o ideal. Assim, além de trabalho, estudo e lazer, viver sem dívidas é um importante valor moral para o grupo:

Eu hoje eu me considero na classe média. [Ser de classe média] é ganhar o suficiente pra viver os prazeres da vida, o que você se acha feliz em fazer. [...] Um salário hoje de classe média [seria] uns 10 mil reais. [...] Eu posso até ganhar os 10 mil também, mas eu consigo viver com 3 [mil]. Existe aquele que ganha os 10 mil e não dá. (Gilmar, 64 anos, vendedor, ensino superior incompleto)

Desta forma, conseguir viver com a renda que possui, ainda que isto implique um comedimento compulsório, é tomado como um valor moral de seu modo de vida e como uma característica de sua posição social. Não ter dívidas é uma das marcas de sua diferença ante os grupos mais empobrecidos.

Em geral, a percepção dos entrevistados é de que sua posição social intermediária é bastante vulnerável. Qualquer mudança econômica pode alçá-los aos estratos inferiores. Assim, caso não consigam arcar com seus compromissos financeiros ou manter os itens característicos de seu modo de vida, eles mudariam de “classe” imediatamente. Por isso,

sentem-se profundamente inseguros quanto à possibilidade de manutenção de seu estilo de vida, tão dependente dos proventos do trabalho.

Ela [a classe média] fica nessa gangorra, de melhorar de vida e cair de novo, porque a crise pega muito ela. É a primeira a ser atingida. [Por que?] [...] O marido perde o emprego, como é que você vai baixar 50% do seu rendimento?! Eu acho que é uma classe muito sofredora essa. Porque ao mesmo tempo em que você está vivendo agora com dez mil, amanhã você pode mudar pra cinco. O seu ganho é até maior do que o salário mínimo, mas a sua queda também. (Gilmar, 64 anos, vendedor, ensino superior incompleto)

Eu acho que a pessoa, pra sair da pobreza, ela tem que ter não a oportunidade, ela tem que ter a frequência! Porque oportunidade eu tenho agora, mas no próximo mês, furou o pneu do carro e eu não tenho mais. Eu tenho vergonha... [gagueja] Eu não posso dizer que eu sou pobre, porque eu sei que existem pessoas pobres realmente, mas eu estou nesse nível. (Olga, 36 anos, técnica de laboratório desempregada, ensino superior incompleto)

Acho que os que ainda podem continuar vivendo em condomínios caros, ter seus apartamentos próprios, que conseguem ir ao mercado fazer suas despesas semanalmente ou mensalmente sem problema nenhum e que conseguem manter as suas contas pagas e em ordem e ter pra pagar. Essa é a classe média. [Você está na classe média?] há meses que sim e há meses que não. Tem meses que eu sou da classe média, tem meses que eu sou da classe pobre. (Flávia, 42 anos, podóloga, ensino superior)

5.4.6 Uma camada média dependente do trabalho

O acesso a escolas privadas, plano privado de saúde, lazer, um local de moradia considerado melhor e a possibilidade de pagar as contas em dia são alguns dos principais elementos que este grupo aciona para se distinguir das camadas mais baixas. Ocorre que, o trabalho é seu único meio para garantir isso. Assim sendo, enquanto suas possibilidades de consumo e sua capacidade de viver sem dívidas os afastam das camadas mais empobrecidas, a aproximação com estas se dá pela necessidade de trabalhar, pois eles imediatamente são alçados à condição de “pobreza” caso o trabalho lhes seja tirado. A formulação de que a “classe pobre” é aquela dependente do trabalho é uma constante.

Edson se define como “pobre” e se diz incluído na “massa intermediária”. Segundo ele: “Fazer a diferença de classe média alta, média e média baixa, é só pra falar que a pessoa classe média não está tão ruim, mas se não trabalhar não vai comer!”. E acrescenta:

A classe pobre é a massa trabalhadora! Que tem que mover ali a roldana: pra comer tem que trabalhar, pra comer tem que trabalhar. Aí nisso, a massa pobre ela vai oscilar da pessoa que ganha um salário mínimo à pessoa que ganha 20 mil. Porque ela pode ganhar 20 mil e gastar os vinte ou 21 mil. Então ela não tem dinheiro. É o que tem que trabalhar, na verdade é o que tem que trabalhar. (Edson, 39 anos, policial militar, ensino superior)

A técnica de laboratório Olga (36 anos) está desempregada. Ela fala de “pobres assalariados”, grupo no qual ela se diz incluída: “*Esses pobres que se sentem ricos somos todos nós, os pobres assalariados!* [risos] *A gente que recebe salário, a gente vai ser sempre pobre, não adianta!*”. Ana (43 anos, representante comercial) é categórica em sua definição: “*Os pobres são os trabalhadores, os pobres são os trabalhadores!*”. Em outro momento ele se define como “classe média”, mas a todo o tempo relativiza esta formulação com frases do tipo “*classe média que a gente gostaria que fosse, né?!*” ou “[a classe média estaria] *no sonho! No meu sonho!*”, ambas ditas entre risos.

Este é mais um indício de que o grupo integra uma camada média baixa, e está muito consciente disso: “*A classe trabalhadora acho que já é mais essa classe mediana*” (grifo meu), afirma Nair (42 anos, química). Neste sentido (o de dependência do trabalho), o desemprego ou ameaça dele os aproximaria das classes mais baixas.

As entrevistas mostraram também um contingente de desempregados, mesmo entre os mais escolarizados. Esta condição fomenta o desalento e contribui para a percepção de que a escolaridade não é mais uma estratégia segura de ascensão ou manutenção de posição para este grupo social.

Ilza (47 anos) é securitária e graduada em administração de empresas. Ela foi demitida depois de 21 anos de serviço e desde 2005 busca uma recolocação no mercado. Ilza tentou também trabalhar de forma autônoma no setor de culinária, fazendo e vendendo doces, mas não obteve êxito.

Rízia (idade não informada) é bacharel em direito e também está desempregada. Seu marido era o responsável financeiro pela casa e faleceu há dois meses, deixando a família em dificuldades financeiras. Recentemente ela começou a receber uma pensão deixada pelo marido, no valor de R\$ 4.000, com a qual ela e os três filhos vivem atualmente.

Paola (55 anos, secretária aposentada) é divorciada e vive com o filho (25 anos) no apartamento. A renda da família é de R\$ 3.000 e provém exclusivamente de sua aposentadoria, pois o filho está desempregado há cerca de um ano, mesmo tendo vários cursos técnicos na área de eletromecânica. Atualmente ele cursa o ensino superior em pedagogia numa instituição pública. Dos três filhos de Diego (60 anos, microempreendedor individual) dois estão desempregados. Um deles é formado em economia.

Também os pós-graduados sofrem com o desemprego. A graduação em administração de empresas e a pós-graduação em comunicação social de Lara (42 anos, securitária

desempregada) não foram suficientes para manter seu emprego formal. Cássia (27 anos, estudante) tem graduação e cursa pós-graduação em engenharia civil, mas não consegue uma colocação no mercado. Ela agora se dedica a passar em algum concurso público.

O desemprego é um fantasma que assombra também aqueles que ainda possuem postos de trabalho. Nair (42 anos, química) tem curso superior em química. Há 16 anos trabalhando no mesmo local, ela tem dúvidas se completará o 17º ano, uma vez que viu muitos de seus colegas serem demitidos nos últimos anos por conta da crise econômica que afetou a Petrobrás e, por conseguinte, a empresa onde atua e que presta serviço terceirizado para a estatal. A renda da família caiu nos últimos anos, como reflexo da crise. Se antes, os rendimentos da família eram na ordem de 8.000 reais, hoje são de aproximadamente 5.000. Nair teve sua jornada de trabalho reduzida (de 40 para 30 horas semanais) e seu marido, que é professor particular de inglês, teve redução no número de alunos.

Olga (36 anos) é técnica de laboratório e está desempregada. Ela teme pelo marido: *“eu tenho até medo do meu marido ‘escolher’ [ficar desempregado] também! [risos] porque o petróleo está em crise. A família dele toda está desempregada, só ele está empregado! [...]”*.

Seja como realidade, seja como ameaça, a situação de desemprego promoveu insegurança e deixou um rastro de desesperança dentre os entrevistados. No contexto de crise, as situações econômicas e sociais objetivas fomentam uma série de sentimentos negativos e formam percepções de mundo e estratégias de manutenção e distinção entre posições sociais.

5.4.7 O que se pode inferir sobre a percepção de posição social desta camada média

Alguns destes achados vão ao encontro das observações feitas por Maureen O’Dougherty (1998) sobre a classe média paulista nos anos 1980. O contexto no qual a pesquisa da autora se insere também é de crise econômica, onde igualmente estavam ameaçadas as bases de sustentação do modo de vida da classe média estudada por ela, tais como emprego estável, educação, habitação, poupança e facilidade de consumo. Seus entrevistados apontavam os gastos com escolas privadas dos filhos como uma necessidade indispensável, sob a justificativa da falta de qualidade no ensino público. Bens de consumo como a casa própria e o automóvel eram apontados como definidores de pertencimento à classe média. Na concepção da autora, esta designação tão simples e, aparentemente, reducionista revela o contraste direto com os pobres, que se diferenciam por suas condições precárias de moradia e padecem com as deficiências no transporte público.

O'Dougherty (1998) aponta os bens como elementos fundamentais para a construção da hierarquia social e para a definição do lugar e identidade dos indivíduos nessa hierarquia. Diferentemente da autora, minha pesquisa revelou que a dimensão do trabalho exerce esta função de delimitar fronteiras morais para a camada média que estudei, embora a dimensão do consumo também figure como importante fronteira simbólica.

O'Dougherty (1998) defende ainda que a mobilidade descendente ou em posição estacionária da classe média combinada com a ascensão de segmentos mais empobrecidos aproximou os padrões de consumo e, por extensão, a identidade dos dois grupos. Esta aproximação incomoda as classes médias, que revelam por meio de seu desconforto uma posição hierárquica e antidemocrática da ordem social.

No caso de minha pesquisa, os sujeitos que a informam não são uma classe média abastada, conforme argumento desenvolvido ao longo deste capítulo. Embora eles também não possam ser definidos como a chamada “nova classe média” dos anos 2000, estas pessoas são oriundas de segmentos mais baixos na estrutura social e experimentaram ascensão naquele período. Agora eles veem suas condições de vida ameaçadas. Tanto a classe média tradicional estudada por O'Dougherty (1998), quanto a camada média que foi alvo desta investigação, se ressentem ante a aproximação com a pobreza. No atual contexto de crise, a busca por contiguidade junto aos estratos mais altos fica subsumida e a diferenciação consiste na redefinição de fronteiras que a separe dos estratos mais baixos.

Outro trabalho, desta vez de Maria da Graça Bonelli (1989), analisa as transformações socioeconômicas brasileiras entre os anos 1960 e 1980 e seus efeitos na classe média. Nele, a autora identifica dois grandes períodos de transformações econômicas no país.

O primeiro diz respeito ao crescimento econômico a partir de fins dos anos 1960, onde a urbanização e a industrialização fomentaram um horizonte positivo para parte da população mais escolarizada que experimentou ascensão social e material. Sua ascensão foi, via de regra, pela educação. Seus parâmetros de consumo estavam colados na classe alta e eles buscavam reconhecimento social através de bens de prestígio. O segundo momento diz respeito a recessão enfrentada em fins dos anos 1970, onde as aspirações deste segmento foram diretamente atingidas. A geração que ingressava no ensino superior já não conseguia alcançar o mesmo sucesso material, pois a quantidade de novos titulados que ingressavam no mercado de trabalho não conseguia ser absorvida da forma como se deu com a geração anterior. A frustração com as expectativas transformou-se num fator de insegurança e ressentimento.

A queda no poder aquisitivo demandou uma reestruturação no estilo de vida através de contenções no consumo, e isto não se tratava apenas da posse de bens e usufruto de serviços, mas sim de uma necessidade de redefinição de valores que caracterizam o processo de diferenciação social, não se resumindo a problemas de ordem financeira, mas também de ordem simbólica.

A autora percebeu uma mudança radical no estilo de vida de seus entrevistados que correspondeu a uma troca no *grupo de referência* utilizado para se posicionar socialmente. A autora se orienta pelas três conotações dadas por Runciman (1966 apud BONELLI, 1989, p. 50-51) para o termo “grupo de referência”.

A primeira definição consiste em “grupo de referência comparativo”, que é aquele utilizado pelos indivíduos como um marco referencial para avaliar sua própria situação. Tais comparações podem ter um valor positivo (quando desejam partilhar da situação do grupo) ou negativo (quando pretendem se distinguir). A segunda definição, a de “grupo de referência normativo”, é empregada quando os indivíduos adotam para si comportamentos, normas e valores do grupo que desejam pertencer. E o terceiro significado é o de “grupo de referência de afiliação/pertencimento” que se refere ao sentimento de integrar o grupo usado como parâmetro. Neste caso, o indivíduo partilha características com os demais membros do grupo e as utiliza como base para as comparações que realiza.

No momento de ascensão econômica (entre 1960 e fins de 1970), a classe média se apropriava de bens de prestígio social – tais como viagens internacionais, férias na praia ou na serra, trocas de automóveis, “boas escolas” para os filhos, diploma universitário, cursos de inglês, compra de eletrodomésticos e eletroeletrônicos, consumo de bebidas importadas e frequência a “bons restaurantes”. Por conta disso, as fronteiras de status entre a classes média e alta foram se tornando mais tênues. Ao mesmo tempo se processava o inverso em relação à hierarquia inferior, cujos contornos ficavam cada vez mais definidos. A aversão a residir em áreas de comércio popular, a comprar roupas “baratas”, a matricular os filhos em escolas públicas, entre outras, foram aparecendo como formas de distinção dos segmentos socialmente inferiores – referenciados como o *grupo de referência comparativo negativo*.

Já num segundo momento, nos anos 1980, houve alteração no cenário econômico. Devido à perda de poder aquisitivo a estratificação por status foi ameaçada, afetando diretamente na construção da identidade cultural da classe média estudada por Bonelli (1989). Instaurou-se o medo de não prosseguir no processo de mobilidade ascendente, o que

fomentou fortemente a necessidade de distinção como forma de superar a insegurança estrutural das posições intermediárias.

Insegurança, desnorteamento e confusão são algumas das repercussões subjetivas identificadas pela autora em seus entrevistados. Em relação aos estratos mais altos (antes tido como *grupo de referência normativo*) instaurou-se uma conotação negativa de alguns de seus hábitos como “esbanjar dinheiro”, transformando o antigo modelo em alvo de ressentimento. Assim, os padrões de comportamento e visões de mundo foram sendo reestruturados tendo como base para a reconstrução da identidade cultural o *grupo de referência de filiação/pertencimento*: “A ênfase na reconstrução da identidade social com base nos seus semelhantes está relacionada com a necessidade de encontrar parâmetros mais seguros para orientar-se socialmente” (BONELLI, 1989, p. 56).

A autora aponta um crescimento da filiação a entidades profissionais e a partidos políticos e o surgimento de novas organizações, tais como entidades representativas no trabalho, grupos femininos, associações de mutuários, grupos religiosos, entre outros – que são formas de se referenciar a partir de seus semelhantes. A tese de Bonelli (1989, p. 56-57) é de que diante da insegurança ante as ameaças à estratificação por status (sentida através da queda no poder aquisitivo e no retrocesso da qualidade de vida) os segmentos médios procuraram garantir sua mobilidade através do aumento de seu poder de pressão política.

O mesmo não foi identificado na pesquisa que compõe esta tese. A camada média tratada aqui, não parece buscar filiações além do universo doméstico das famílias. As redes de apoio estão restritas ao universo familiar, uma vez que, a crença nas instituições foi fortemente abalada pela crise econômica e política que refletiu nas instituições. A falta de redes amplas e significativas na esfera política tradicional aumenta os sentimentos de insegurança e vulnerabilidade e contribui para a falta de perspectivas no horizonte.

Ainda no caso desta pesquisa, tanto as camadas sociais mais altas quanto as mais baixas constituem-se como *grupos de referência comparativos negativos* para os entrevistados. Ambas as camadas são acusadas de esbanjarem no consumo e não se comprometerem com o trabalho. Em contrapartida, ao explorarem sua experiência social, os entrevistados acionam como características de seu modo de vida o comedimento e a conduta racional do planejamento no consumo, além da ética do trabalho duro. Estes valores são acionados enquanto marcas de sua posição social.

Conforme Barbara Ehrenreich (1994), o capital de que as camadas médias dispõem é seu conhecimento e habilidade. Ao contrário do capital econômico, estes não podem ser

armazenados para os momentos de crise e nem são extensivos para além de uma vida pessoal, ou seja, não são passados para a posteridade. Assim, este capital precisa ser renovado em cada indivíduo e a cada geração por meio de esforços e compromissos. Isto exige autodisciplina e trabalho autodirigido. Portanto, as camadas médias são inseguras e profundamente ansiosas. Qualquer desventura pode levá-las ao precipício. A autora aponta ainda outra ansiedade na camada média, que é “o temor à fraqueza interior, à indulgência, ao fracasso na luta e à perda de disciplina e de vontade” (EHRENREICH, 1994, p. 29).

Nos anos de ascensão do grupo estudado nesta pesquisa, a dimensão do consumo era o motor do processo da diferenciação social. No atual período este grupo apresenta descenso e precisa reduzir seus padrões e níveis de consumo, de forma que, boa parte dos bens e serviços que lhes está acessível também pode ser consumida por grupos mais pobres – segmento social do qual eles mais se sentem próximos e contra o qual dirigem sua busca por distinção. Desta forma, os bens já não são uma fronteira simbólica suficientemente satisfatória. O esforço desta camada média em recriar limites entre si e o que consideram como “pobreza” recai na esfera do trabalho. Independente de seu grau de escolaridade (elemento que já não mais garante posições privilegiadas e nem sequer de empregabilidade) sua força de trabalho é seu único meio de subsistir e de prover aos seus filhos a possibilidade de prosseguir no projeto de ascensão que lhes foi interrompido pela crise. Por adquirir tamanha importância, a dimensão do trabalho passa a se configurar como uma fronteira moral fundamental.

Conforme visto, as camadas médias brasileiras vivenciaram outros momentos de ascensão e descenso, com consequências objetivas mais ou menos parecidas. No caso da camada média tratada aqui, uma das principais novidades parece ser a importância simbólica atribuída agora à esfera do trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O interesse desta pesquisa foi compreender a auto-identificação de um conjunto de pessoas inseridas na camada média da estrutura de estratificação social. Minha pretensão foi construir numa narrativa compreensível a percepção que têm de sua posição social.

Para localizar uma camada média urbana que vivenciou algum tipo de mobilidade social ascendente, foi selecionada a categoria *bairro* como lócus de análise. O bairro Pechincha foi escolhido devido ao fato de ter experimentado um tipo de *reabilitação urbana e recomposição social* – nos termos de Antônio Firmino da Costa (2008) – caracterizado pela verticalização e pelo adensamento populacional, conforme a pesquisa empreendida acerca do bairro verificou.

Em geral há um grande apreço pelo bairro. A oferta de serviços nas redondezas, a tranquilidade (associada à percepção de segurança), a familiaridade e simpatia com os vizinhos são acionados como principais aspectos positivos.

Os sujeitos desta pesquisa vieram para o bairro, e mais precisamente para o condomínio onde foi empreendido o estudo, considerando fatores como: a possibilidade de maior mobilidade urbana e a existência de vínculos parentais/afetivos na região. Este último fator é apontado pela literatura como crucial tanto entre os segmentos de renda mais baixa quanto os de renda mais alta, uma vez que se configura como estratégia de reprodução cotidiana das famílias. Ao mesmo tempo, a busca por proximidade entre grupos de mesma classe social reafirma a segregação social/residencial nas cidades.

O Pechincha é percebido como um bairro “de classe média”, “intermediário”, “com uma classe social maior” e termos do gênero. Esta definição se dá mediante uma comparação com o preço dos serviços em localidades mais pobres e mais ricas (notadamente a Barra da Tijuca) e também pelos laços de solidariedade, vistos como mais fracos do que nos bairros de nível econômico inferior.

Os entrevistados reconhecem as mudanças advindas da verticalização do bairro, tais como a intensificação do tráfego de veículos, o aumento da percepção de violência (principalmente assaltos), o incremento de estabelecimentos comerciais e o aumento dos preços na região. Ao mesmo tempo em que sinalizam estas mudanças, eles são parte constitutiva delas. A pesquisa revelou que a vinda para o bairro é uma importante expressão do processo de mobilidade social ascendente dessas pessoas. Em sua grande maioria, elas vieram de regiões periféricas e até mesmo de bairros considerados “piores” na própria região

de Jacarepaguá. São comuns as comparações com os bairros onde os entrevistados moravam anteriormente. Estas comparações estão sempre carregadas de valorização do atual local de moradia, percebido como melhor que o anterior.

No que diz respeito à caracterização dos entrevistados, foram constatadas situações como o aumento da escolaridade intergeracional e a importância da educação como forma de ascensão social.

O ensino público de nível fundamental e médio foi apontado como de má qualidade. Chama a atenção o fato de que quase a totalidade dos filhos dos entrevistados estuda em colégios privados, cujo pagamento implica em um grande esforço financeiro para esses pais. A opção por escolas privadas visa não somente aumentar as chances de ingresso nas universidades, mas principalmente evitar a convivência com os alunos das escolas públicas. Estes alunos – notadamente de origem familiar e econômica mais pobre – são vistos como inapropriados para a convivência. Tal concepção remete a uma tentativa de limitar a socialização dos filhos junto a seus pares, o que revela a insegurança da posição social destes entrevistados, a ponto de eleger este tipo de instituição como fronteira simbólica. A passagem de valores e comportamentos é talvez a principal motivação para que os pais mantenham seus jovens nas escolas privadas. Neste sentido, a escola privada é uma insígnia e uma ferramenta de pertencimento de *classe*.

Uma maior escolaridade implica no aumento das chances de conseguir melhores ocupações e, conseqüentemente, no aumento de renda e do *status* social. Entretanto, o ensino superior já não mais garante isso. Esta percepção é decorrente do grande contingente de desempregados e de precarizados, mesmo entre aqueles mais escolarizados.

No que diz respeito à trajetória do grupo pesquisado, verificou-se que aqueles que ingressaram no ensino superior, comumente faziam parte da primeira geração familiar a conseguir tal feito. Tanto os que conseguiram concluir sua faculdade quanto aqueles que abandonaram seus cursos enfrentaram limitações semelhantes: dificuldade em conciliar estudo e trabalho; falta de dinheiro decorrente do desemprego e; necessidade de dedicação à família e à criação dos filhos (uma especificidade das mulheres).

No caso das pessoas que não concluíram, ou que sequer ingressaram no ensino superior, são comuns os relatos de desencorajamento por parte de seus pais. A juventude pobre destes foi marcada pelo valor do trabalho duro – muitas vezes, em contraposição ao valor do estudo – como lhes ensinavam suas famílias. O contrário acontece com aqueles que concluíram o ensino superior, dentre os quais são comuns os relatos de uma infância com

menos privações (notadamente com ensino fundamental e médio concluído em escolas privadas) e também com incentivo (e até cobrança) em relação aos estudos, mesmo no caso das famílias de origem mais modesta.

Outro fato que chama atenção é que quase a totalidade dos entrevistados e seus familiares que ingressaram no ensino superior o fizeram em instituições privadas. Além da dificuldade em ingressar na universidade pública, a universidade privada é apontada como a opção mais viável para aqueles que precisam conciliar trabalho e estudo. A partir deste pressuposto, pode-se inferir que o próprio ensino superior público promove desigualdades, seja no acesso ou na permanência desses estudantes de condições socioeconômicas menos privilegiadas. Ocorre que, a realização do ensino superior privado torna seus estudantes mais vulneráveis: na medida em que o ensino é pago, qualquer oscilação financeira impede que estes estudantes permaneçam na universidade. E foi isso o que aconteceu com muitos dos que interromperam o ensino superior.

Os limites que demarcam o grupo são bastante largos no que diz respeito a fatores como escolaridade, renda e ocupações. Como consequência tem-se um grupo um tanto heterogêneo, o qual vai convergir quando de sua auto-definição como pertencentes a uma *camada social média-baixa* – o que fazem acionando variadas categorias e marcadores.

No que diz respeito ao cenário macroeconômico, num passado recente (até meados de 2014) a sociedade brasileira vivia numa economia aquecida, mas a partir de então, agudizou-se uma grave crise política e econômica, sentida principalmente através da perda de empregos e da desvalorização do dinheiro.

O período de bonança foi tão significativo a ponto de alguns autores (CPS/FGV, 2008a, 2008b, 2009, 2010a, 2010b, 2011; NERI, 2012) preconizarem o surgimento de uma “nova classe média”, oriunda das camadas mais empobrecidas da sociedade – o que foi objeto de duras críticas (BOMENY, 2011, POCHMANN, 2012; SOUZA, 2012; SOUZA & LAMOUNIER, 2010). Embora não haja elementos suficientes para afirmar que os sujeitos desta pesquisa sejam os protagonistas do fenômeno de outrora, é evidente que eles experimentaram um tipo de ascensão social no período.

Quando perguntados sobre o passado recente, os entrevistados afirmam que perceberam um período econômico favorável, onde se sentiam mais seguros financeiramente. Havia empregos disponíveis e eles podiam escolher que trabalhos aceitar. Fizeram viagens dentro e fora do país, compraram ou trocaram seus carros, mudaram de endereço, reformaram seus apartamentos e planejaram filhos.

No momento da pesquisa, estava instaurada a percepção de queda no padrão de vida e a ansiedade frente a um futuro incerto.

A melhoria foi diretamente associada ao governo do Partido dos Trabalhadores – PT, mas com duras críticas. A crítica aos presidentes petistas se estende à toda classe política, que é vista como corrupta e usurpadora, e ao papel do Estado, que é visto quase que como um inimigo, na medida em que não cumpre o compromisso de promover o bem-estar social através da disponibilização adequada de serviços públicos à sua população. O não cumprimento deste papel atribuído à classe política e ao Estado impulsiona o sentimento de desamparo das camadas médias e vai culminar no anseio por mudanças políticas profundas, ainda que as pessoas não tenham clareza sobre qual seria a direção de um novo projeto de país. Em geral, o desejo é de que a classe política seja renovada e que seus privilégios sejam extintos.

Esta camada média sentiu fortemente os efeitos da crise que se abateu sobre o país a partir de meados de 2014. No mercado de trabalho, os principais impactos foram: o avanço do desemprego ou a ameaça dele (que acometeu praticamente todas as famílias), a redução das jornadas de trabalho (com conseqüente redução dos salários), o corte de benefícios trabalhistas e a queda nas vendas para aqueles que trabalham com comércio e serviços. Já no mercado de consumo há uma visão generalizada de aumento dos preços de produtos, serviços e impostos, aliada à desvalorização do dinheiro. A percepção geral é de que o período de bonança foi uma fantasia, pois não estava assentado em sólidas bases políticas, econômicas e sociais.

As estratégias encontradas para lidar com a crise passam pela redução do consumo – sobretudo de viagens e lazer –, pela opção por produtos e serviços de menor custo e, ainda, pelo uso da poupança que tinham para o pagamento de dívidas e adiantamento do pagamento de contas.

Quanto às expectativas para o futuro, é evidente um contraste entre o desejo de um futuro melhor e a descrença de que isso seja possível. O desalento é generalizado. A sensação é de que o Brasil retrocedeu nas conquistas econômicas, políticas e sociais e, nem o mercado de trabalho nem o mercado de consumo voltarão aos patamares de antes da crise. Neste ambiente dominado pelo desalento e pela descrença, sair do país aparece nos discursos dos entrevistados ora como um desejo, ora como uma estratégia possível. Àqueles que não têm sequer a possibilidade de sonhar em emigrar, resta seguir sobrevivendo.

Para compreender a auto-identificação do grupo foi preciso investigar como seus membros percebem a estratificação social no Brasil. Em geral, a percepção é de que existem basicamente três estratos: um superior, um inferior e um intermediário. Estes três estratos apresentam subdivisões internas, às quais são moldadas pelas condições de vida de seus membros.

Na extremidade superior está a “*classe alta*”, os “*ricos*”, ou os “*milionários*”. Esta camada social é definida pelo acesso ilimitado ao consumo que sua elevada renda proporciona. Sua vida nababesca é vista como um ultraje ao restante da sociedade. Seus membros são identificados como empresários, investidores, artistas e, principalmente, políticos. Este contingente é moralmente nocivo, na medida em que são vistos como predatórios: dominam os outros grupos sociais, não dependem do próprio trabalho enquanto fonte de renda e, muitas vezes são corruptos.

O extremo mais baixo da estratificação social é escalonado entre “*miseráveis*” e a “*classe baixa*”, de acordo com o grau de precariedade. Enquanto aqueles definidos como “*miseráveis*” padecem de uma total debilidade de meios de subsistência (notadamente alimento e moradia), aqueles que fazem parte da “*classe*” ou camada baixa, já teriam algum rendimento (baixos salários). A esta camada social baixa os entrevistados atribuem práticas e visões de mundo particulares. Sobre ela pairam sentimentos controversos, como desconfiança e simpatia.

Existem duas distintas concepções acerca desta camada baixa, uma delas é um pouco mais positiva e a outra deliberadamente negativa. Nomeei estes dois polos como “*bom pobre*” e “*mau pobre*”, respectivamente. Trata-se de dois *personagens*, fruto de construções imaginárias dos entrevistados e carregados de significados, os quais busquei identificar.

De um lado, há uma espécie de romantização e infantilização da condição de pobreza a partir da concepção da existência do personagem que chamei de “*bom pobre*”. Este é perdulário e não se importa de contrair dívidas em prol do lazer imediato. Ele é feliz, pois sua falta de expectativas o exime do peso das responsabilidades do presente e do comprometimento com projetos de futuro. Por outro lado, a condição de pobreza também é patologizada, através da concepção do personagem que chamei do “*mau pobre*”. Este é visto como acomodado e incivilizado. Normalmente “*favelado*”, ele não aceita ajuda para progredir: não quer aprender a falar corretamente, não se compromete com o trabalho e nem se importa em ser corrompido, seja roubando, dando calotes nos serviços ou até mesmo se prostituindo.

Nestas percepções está evidente a separação que os entrevistados fazem entre si e este segmento. O “bom pobre” e o “mau pobre” definitivamente são aquilo do que esta camada média busca se diferenciar e se distanciar – física e simbolicamente. Fisicamente a distância se dá através da busca de moradias afastadas de locais favelizados e da opção por escolas privadas, ou seja, através dos espaços restritos e não contaminados pelos valores e modos de vida da camada baixa. A distinção simbólica consiste na acusação dos comportamentos e valores atribuídos aos seus membros, notadamente a desobrigação com o trabalho, a ausência de projetos de ascensão e progresso, bem como a entrega aos prazeres imediatos do consumo e do lazer.

Vale destacar que a categoria “pobre” é controversa entre os entrevistados: Ela é acionada quando os indivíduos falam de sua condição intermediária e também quando falam de grupos mais empobrecidos que eles próprios. Isto é um indicativo do reconhecimento de sua proximidade com este estrato inferior (comumente definido como “classe baixa”).

Entre a camada alta e a camada baixa estaria o estrato intermediário, com suas distintas camadas médias. Também escalonado pelas possibilidades de seus membros, este é o estrato com mais subdivisões em seu interior, o que indica que as pessoas reconhecem sua grande heterogeneidade. Dentro deste estrato intermediário irão variar a escolaridade, as profissões, a renda e as possibilidades de consumo, posicionando seus membros mais acima ou mais abaixo na escala social.

Há um reconhecimento de que existe uma camada média que vive com mais conforto e pode planejar o futuro. Esta camada média poderia ser identificada com a classe média tradicional brasileira, grupo beneficiado pela escolaridade de seus membros e privilegiado por seus padrões de consumo. Os entrevistados definitivamente não se sentem incluídos nela. Embora não se reconheçam nessa camada média confortavelmente posicionada, eles não lhe atribuem críticas – ao contrário do que fazem com as camadas superiores e inferiores.

Enquanto a camada alta é acusada de exploradora, esbanjadora e, frequentemente corrupta, pois a origem de seu dinheiro seria desconhecida (não provém do trabalho), a camada baixa é vista como hedonista e acomodada com as próprias mazelas de que padece. Estas críticas dirigidas aos distintos grupos sociais podem ser entendidas como sistemas de acusação (VELHO, 1978). Trata-se de uma estratégia, mais ou menos consciente, de manipular poder e organizar emoções, delimitando fronteiras. Os acusados são moralmente nocivos e seus hábitos e valores são vistos como desviantes, segundo o discurso dos

acusadores. A acusação converte o desviante em fronteira identitária, permitindo aos acusadores se definirem a partir do que não são ou do que não desejam ser.

A camada baixa (tanto o “bom pobre” quanto o “mau pobre”) não teria quaisquer projetos de futuro. Em comum com a camada alta, seus valores não seriam calcados na ética do trabalho duro. Não depender do trabalho como fonte de renda (no caso da camada alta) e não se comprometer com o trabalho enquanto projeto de futuro (no caso da camada baixa) torna estes grupos igualmente improdutivos e parasitários. Assim, viver *do e para o* trabalho configura-se como um importante valor moral e como uma característica que o grupo pesquisado atribui à sua posição social intermediária.

Quando identificam sua posição social, os entrevistados se dizem pertencentes a uma camada entre a média e a baixa – lugar que muitas vezes é identificado como “classe média” no sentido de um estrato intermediário na estrutura social. Outros termos também são acionados, tais como “baixo”, “mais baixo”, “muito abaixo”, “médio pra baixo”, “uma classe média baixa”, “um pouquinho abaixo da média”, “uma classe média baixa” e “classe média perto da pobre”, o que aponta para a estreita relação de sua posição intermediária com a camada imediatamente inferior. Outro indicativo desta relação de proximidade é o fato de que os mesmos bens de consumo são acionados como sinal de pertencimento seja para aqueles entrevistados que se identificam como “pobres”, seja para aqueles que se identificam “classe média”, “classe média baixa” e afins.

Há um conjunto de fatores que marcam a experiência de pertencimento a esta camada média com a qual o grupo se identifica, tais como o seu empobrecimento; seu caráter relacional (acima da pobreza e abaixo da riqueza) e instável (na iminência de perder *status* e qualidade de vida). Há também um conjunto de indicativos de pertencimento a ela, onde prefiguram – ainda que sem consenso: renda, trabalho, escolaridade, bens de consumo, lazer e o acesso a serviços privados de saúde e educação.

Quando discorrem a respeito de sua posição social, os bens de consumo que caracterizam seu estilo de vida passam por: casa própria, carro, lazer (ida a restaurantes, viagens, cinema e teatro), compra de roupas, plano de saúde e escolas privadas para os filhos. Se por um lado, as pessoas acionam o acesso aos serviços e aos bens de consumo como características de sua posição social, por outro lado, o consumo enquanto marcador também é questionado: ele pode fornecer uma ideia falsa sobre o padrão de vida das camadas médias. Ter um carro ou se vestir com roupas de grife e ao mesmo tempo não conseguir pagar um plano de saúde ou uma escola privada para os filhos é afirmar uma posição social manipulada,

irreal. Este pressuposto revela uma hierarquia de prioridades, onde pertencer à camada média significa priorizar um projeto de futuro em detrimento do prazer momentâneo proporcionado pelos bens de consumo.

A educação – notadamente o ensino privado – é outro importante elemento de pertencimento à camada média. Investir em educação é a estratégia de ascensão possível e segura para este grupo (como é para a classe média em geral). Em contrapartida, o ensino superior é percebido como insuficiente para garantir conseguir postos de trabalho. Como são dependentes do trabalho, enquanto única fonte de subsistência, isto indica que o ensino superior tem se tornado insuficiente como estratégia de ascensão ou manutenção de posição social. O contexto de crise no Brasil deixou uma legião de desempregados mesmo entre os mais escolarizados, o que agudiza esta percepção.

Entre os entrevistados é notável a grande quantidade de desempregados nas famílias. O sentimento de desalento parece ter dominado as pessoas, a ponto de não conseguirem formular estratégias de ascensão substitutas para si. Esta camada média aposta então nos filhos como donatários de seu projeto de ascensão. O investimento em escolas privadas para os jovens é um sacrifício que os pais fazem para garantir tal ascensão. O ensino fundamental e médio em instituições privadas visa garantir seu acesso às faculdades e, por conseguinte, às ocupações mais bem valorizadas. Mas ele cumpre outro papel: o de socializar os filhos junto a seus pares sociais e evitar o convívio com a camada baixa que ocupa as escolas públicas. Assim, as escolas privadas se prestam a potencializar o capital social desta camada média.

No atual contexto de crise econômica, os sentimentos de vulnerabilidade e incerteza ficam evidentes. A *sobrevivência* é um mote quando as pessoas falam a respeito de si. Há uma percepção generalizada de que o custo de vida é muito elevado e de que se vive com dificuldades e privações e esta percepção é outro fator que os aproxima da camada baixa: Ambos “estão sobrevivendo”.

O comedimento é outra marca desse grupo. É imprescindível planejar para fazer algo além do pagamento das despesas fixas e a definição de prioridades também surge como premência. Uma importante dimensão moral que caracteriza o pertencimento a esta camada média é viver de acordo a renda, conseguindo arcar com seus compromissos financeiros, ou seja, não ter dívidas. O fato de não contrair dívidas é acionado como uma das marcas de sua diferença ante os grupos mais empobrecidos.

Em geral, a percepção dos entrevistados é de que sua posição social intermediária é bastante vulnerável. Qualquer mudança econômica pode alçá-los aos estratos inferiores.

Assim, caso não consigam arcar com seus compromissos financeiros eles “mudariam de classe” imediatamente. Por isso, sentem-se profundamente inseguros quanto à possibilidade de manterem seu estilo de vida, tão dependente dos proventos do trabalho.

Seja como realidade, seja como ameaça, a situação de desemprego promoveu insegurança e deixou um rastro de desesperança dentre os entrevistados. O contexto de crise fomenta uma série de sentimentos negativos, como desesperança e medo. Além disso, promove o acirramento de fronteiras simbólicas que pautam a distinção entre posições sociais mais baixas. Embora exista um projeto familiar de ascensão (calcado nos filhos), no atual contexto de crise não há aspirações das gerações mais velhas em subir na escala social, de modo que, todo o seu esforço fundamenta-se em não descer. Daí a tomada da camada baixa como parâmetro comparativo negativo e alvo de uma série de prejulgamentos e acusações.

Conforme visto anteriormente, esta camada média se distingue materialmente da camada baixa por suas possibilidades de consumo, juntamente com sua capacidade de viver sem dívidas. No entanto, a aproximação entre as duas se dá pela necessidade de trabalhar. Os entrevistados se sentem imediatamente alçados à condição de “pobreza” caso o trabalho lhes seja tirado. Vale destacar que a formulação de que a “classe pobre” é aquela dependente do trabalho é uma constante. Assim, todo o esforço da camada média analisada nesta tese é o de se afastar dos estratos inferiores.

Ao acusar o estrato imediatamente mais baixo de hedonista e perdulário, esta camada média afirma sua identidade: ela é comprometida com o trabalho, honrada com seus compromissos financeiros, resignada e resiliente em abrir mão dos prazeres do consumo imediato em prol do investimento num projeto de ascensão futuro. Cumpre lembrar que, como não possuem riquezas acumuladas, as camadas médias só dispõem de seus conhecimentos e habilidades laborais. Estes “capitais” precisam ser renovados a cada geração, o que exige esforço e compromisso. Sem a possibilidade de vislumbrar um horizonte de melhoria para si no atual contexto de crise, esta camada média aposta nos filhos como donatários de seu projeto de ascensão social.

REFERÊNCIAS

- ABRAMO, P.; FARIA, T. C. Mobilidade residencial na cidade do Rio de Janeiro; considerações sobre os setores formal e informal do mercado imobiliário. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS DA ABEP, 11. Anais. ABEP, Caxambu, 1998. 20 p.
- ABRAMO, Pedro. A cidade COM-FUSA: a mão inoxidável do mercado e a produção da estrutura urbana nas grandes metrópoles latino-americanas. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 9, n. 2, p. 25-54, 2011.
- ABREU, M. A evolução urbana do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Iplanrio/Zahar, 1987.
- ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon (org.). **Classes médias e política no Brasil**. Paz e Terra, 1977.
- ALEM, Adriano. Breve relato sobre a formação das Divisões Administrativas na cidade do Rio de Janeiro: período de 1961 a 2015. Coleção Estudos Cariocas. Rio de Janeiro: Instituto Pereira Passos, 2015.
- ANDRADE, Luciana Teixeira de. Segregação socioespacial e vida cotidiana: o caso dos condomínios fechados. XXIX ENCONTRO NACIONAL DA ANPOCS, 2002. Disponível em: <<https://www.anpocs.com/index.php/papers-26-encontro/gt-23/gt02-18/4347-landrade-segregacao/file>>. Acesso em: 15 nov. 2018.
- ARMAZÉM DE DADOS, INSTITUTO PEREIRA PASSOS, s.l; s.d. a. Disponível em: <<http://pcrj.maps.arcgis.com/apps/MapJournal/index.html?appid=7fe1b0d463e34b3b9ca2fafd50c3df76#>>. Acesso em: 02 jul. 2018
- _____ b. Disponível em: <<http://pcrj.maps.arcgis.com/apps/MapJournal/index.html?appid=7fe1b0d463e34b3b9ca2fafd50c3df76#>>. Acesso em: 02 jul. 2018.
- ARRAES, Ronaldo A.; SOUSA FILHO, Edmar de. Externalidades e formação de preços no mercado imobiliário urbano brasileiro: um estudo de caso. *Economia aplicada*, v. 12, n. 2, p. 289-319, 2008.
- ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E AMIGOS DA FREGUESIA DE JACAREPAGUÁ – AMAF. s.l. s.d. Disponível em: <<http://www.amafreguesia.org/wp-content/uploads/2016/01/Dados-de-Jacarepagu%C3%A1.pdf>>. Acesso em: 12 jan. 2017
- AUGE, Marc. Não Lugares: Introdução a uma antropologia da supermodernidade. 9ª. 2012.
- AVRITZER, Leonardo. Impasses da democracia no Brasil. Editora José Olympio, 2016.
- BARREIROS, E.C. Atlas da evolução urbana da cidade do Rio de Janeiro: 1565 a 1965. Ensaio. Rio de Janeiro: IHGB, 1965.
- BARROS, Ricardo Paes de; HENRIQUES, Ricardo; MENDONÇA, Rosane; “Pelo Fim das Décadas Perdidas: Educação e Desenvolvimento Sustentado no Brasil”; IPEA, Janeiro, 2002.

BATALLER, Maria Alba Sargatal; BOTELHO, Maurilio Lima. O estudo da gentrificação. **Revista Continentes**, n. 1, p. 9-37, 2012.

BELL, Daniel. O advento da sociedade pós-industrial – Uma tentativa de previsão social. São Paulo: Cultrix: 1973.

BLOG DIÁRIO DO RIO. 18 coisas que apenas os moradores de Jacarepaguá vão entender. S.l. s.d. 2014. Disponível em: <<http://diariodorio.com/18-coisas-que-apenas-os-moradores-de-jacarepagua-vao-entender/>>. Acesso em: 15 jan. 2017

BLOG MAPA AMBIENTAL. Disponível em: <<http://mapaambiental.blogspot.com.br/2010/08/bairros-do-rio-de-janeiro-shapefile-e.html>>. Acesso em: 20 jan. 2017.

BOMENY, Helena. Do frango ao avião ou o que é possível dizer sobre a nova classe média brasileira? Notas exploratórias. 2011.

BONELLI, Maria da Glória. A classe média do "milagre" à recessão: mobilidade social, expectativas e identidade coletiva. Instituto de Estudos Econômicos, Sociais e Políticos de São Paulo, 1989.

BONELLI, Maria da Glória; DONATONI, Silvana. Os estudos sobre profissões nas ciências sociais brasileiras. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, v. 4, n. 1, p. 109-142, 1996.

BOURDIEU, Pierre. What makes a social class? On the theoretical and practical existence of groups. *Berkeley journal of sociology*, v. 32, p. 1-17, 1987.

BOURDIEU, Pierre. “O espaço social e a gênese das ‘classes’”, in *O poder simbólico*. Lisboa, DIFEL, 1989.

BOURDIEU, Pierre. Efeitos do lugar. In: BOURDIEU, P. (org.). *A Miséria do Mundo*. Rio de Janeiro. Editora Vozes, 1997.

BOURDIEU, Pierre. *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2008. (orig. 1979)

BRASIL. Governo Federal. Lei de Terras. Decreto-Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L0601-1850.htm>. Acesso em: 23 mar. 2018.

BULMER, M. *Working Class Images of Society*, London: Routledge & Jkegan Paul. 1975.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. Enclaves fortificados: a nova segregação urbana. **Novos estudos CEBRAP**, v. 47, p. 155-76, 1997.

CARD, David. The causal effect of education on earnings. In: **Handbook of labor economics**. Elsevier, 1999. p. 1801-1863.

CARDOSO, Henrique Camargo. *Propriedade imobiliária urbana e a restrição ao direito de morar*. Monografia. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2009.

CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede, vol. 1. **São Paulo: Paz e Terra**, v. 8, 1999.

CAVALLIERI, Fernando et al. Diferenciais Intra-urbanos no Rio de Janeiro: contribuição ao cumprimento da meta 11 do milênio. Coleção Estudos Cariocas. Inst. Mun. de Urb. Pereira Passos, n. 20070302. 2007.

CONWAY & BROWN. Intraurban relocation and structure: low-income migrants in Latin America and the Caribbean. *Latin American Research Review*, v. 15, n. 3, 1980.

CORRÊA, Armando Magalhães. O sertão carioca. Imprensa nacional, 1936.

COSTA, António Firmino da. Sociedade de bairro: dinâmicas sociais da identidade cultural. 2ª Ed. Lisboa: Celta Editora, 2008.

CPDOC (S.l; s.d), disponível em: <
<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Economia/PlanodeMetas>>. Acesso em: 21 mar. 2017.

CPS/FGV (Centro de Políticas Sociais/Fundação Getulio Vargas). *A nova classe média*. Rio de Janeiro: CPS/FGV/IBRE, 2008a.

CPS/FGV (Centro de Políticas Sociais/Fundação Getulio Vargas). *Miséria e a nova classe média na década da igualdade*. Rio de Janeiro: CPS/FGV, 2008b.

CPS/FGV (Centro de Políticas Sociais/Fundação Getulio Vargas). *Atlas do bolso dos brasileiros*. Rio de Janeiro: CPS/FGV, 2009.

CPS/FGV (Centro de Políticas Sociais/Fundação Getulio Vargas). *A nova classe média: O lado brilhante dos pobres*. Rio de Janeiro: CPS/FGV, 2010a.

CPS/FGV (Centro de Políticas Sociais/Fundação Getulio Vargas). *A pequena grande década: crises, cenários e a Nova Classe Média*. Rio de Janeiro: CPS/FGV, 2010b.

CPS/FGV (Centro de Políticas Sociais/Fundação Getulio Vargas). *Os Emergentes dos Emergentes: reflexões globais e ações locais para a nova classe média brasileira*. Rio de Janeiro: CPS/FGV, 2011.

DAVIS, Mike. **Cidade de quartzo: escavando o futuro em Los Angeles**. Boitempo Editorial, 2015.

DE MATTOS, Carlos de A. Expansin Metropolitana en America Latina?: revolucion urbana bajo la globalizacion. **SEMINARIO NACIONAL “METROPOLES: ENTRE A COESO E A FRAGMENTAÇÃO, A COOPERAÇÃO E O CONFLITO**, 2002.

DUHAU, Emilio. **Las metrópolis latinoamericanas en el siglo XXI: de la modernidad inconclusa a la crisis del espacio público**. 2001.

EDER, Klaus. **A Classe Social Tem Importância No Estudo Dos Movimentos Sociais?. Uma Teoria Do Radicalismo Da Classe Média**. Red Revista Brasileira de Ciências Sociais, 2000.

EDUCATION at a glance 2018: OECD Indicators. Paris: Organisation for Economic Co-Operation and Development - OECD, 2018. 458 p. Disponível em: <<https://doi.org/10.1787/eag-2018-en>>. Acesso em nov. 2018.

EHRENREICH, B. EHRENREICH, J. "The professional-managerial class", in P. WALKER (ed.), *Between Labour and Capital*, New York: Monthly Review. 1977.

EHRENREICH, Barbara. *O medo da queda: ascensão e crise da classe média*. São Paulo, Editora Página Aberta Ltda, 1994.

ELIAS, Nobert. *A sociedade de corte*. Lisboa. 1987.

FERNANDES, Florestan. *Ensaio de sociologia geral e aplicada*. São Paulo, Ed. Pioneira, 1971.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. Globo Livros, 1975.

FIGUEIREDO, A. Fora do Jogo: a experiência dos negros na classe média brasileira. In: *Cadernos Pagu*, jul/dez. 2004, nº 23, p. 199-228.

FIÚZA, Silvia. Identidade jovem em camadas médias urbanas. **Individualismo e Juventude. Comunicações do PPGAS. Rio de Janeiro: Museu Nacional/UFRJ**, n. 8, p. 5-24, 1990.

FONTANELLA, Bruno Jose Barcellos et al. Amostragem em pesquisas qualitativas: proposta de procedimentos para constatar saturação teórica. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 27, p. 388-394, 2011.

FRÚGOLI JR, Heitor. *Centralidade em São Paulo. Trajetórias, conflitos e negociações na metrópole*. São Paulo, Edusp, 2000.

GALBRAITH, John Keneth. *O novo Estado Industrial*, 1967. Editora Civilização Brasileira, SA, Rio de Janeiro.

GOLDTHORPE, J. H.; LOCKWOOD, D.; BECHHOFER, F. *The affluent worker in the class structure*, Cambridge, Cambridge University Press, 1969.

GOULDNER, A. W. *The Future of intellectuals and the Rise of the New Class*, New York: Continuum. 1979.

GOOGLE MAPS. [S.l.; s.d.]. Disponível em: <<https://www.google.com/maps/place/Pechincha,+Rio+de+Janeiro+-+RJ/@-22.9297952,-43.351966,15z/data=!4m5!3m4!1s0x9bd8467fa83eb5:0xf5d6b9a9863dc514!8m2!3d-22.9288836!4d-43.3542305>>. Acesso em: 03 abr. 2017.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultura*. São Paulo: Loyola, 1992.

HIRANO, Sedi. *Castas, estamentos e classes sociais: introdução ao pensamento sociológico de Marx e Weber*. 3ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2002.

HIRANO, Sedi. Castas, estamentos e classes sociais: introdução ao pensamento de Marx e Weber. Editora Alfa-Omega, 1974.

HORTA, Guilherme Tinoco de Lima; GIAMBIAGI, Fabio. Perspectivas DEPEC 2018: o crescimento da economia brasileira 2018-2023. 2018.

IBGE. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em 14 mai. 2015.

IMOVELWEB INDEX. 2018. Disponível em: <http://produto.imovelweb.com.br/2018/marketing/Index/INDEX-RIO_RELATORIO-2018-09.pdf>. Acesso em 24 mar. 2018.

INSTITUTO PEREIRA PASSOS. Renda e Posse de Bens. Série Cadernos do Rio. Instituto Pereira Passos–IPP. Rio de Janeiro, 2013.

INSTITUTO PEREIRA PASSOS. Mapa Digital do Rio de Janeiro. S.l; s.d. Disponível em: <<http://pcrj.maps.arcgis.com/apps/webappviewer/index.html?id=b0ecc57ac2ef4a92b3e0ed77d4d9f2c7>>. Acesso em: 25 mar. 2018.

JENKINS, Richard. Social identity. Routledge, 1996.

JORNAL Nexo. Como a crise afetou o cidadão comum em 2016. S.l. Jan. 2017. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2017/01/14/Como-a-crise-afetou-o-cidad%C3%A3o-comum-em-2016>>. Acesso em 02 fev. 2018.

KAWAMURA, Lili Katsuco. Engenheiro: trabalho e ideologia. Editora Ática, 1979.

LAHIRE, Bernard. Sucesso escolar nos meios populares. As razões do improvável. Editora Ética, 1997.

LEFEBVRE, Henri. A produção do espaço urbano. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

LOCKWOOD, D. The Blackoated Worker, London, Allen & Unwin. 1958

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política: livro 3**. Civilização brasileira, 1974.

MENEZES FILHO, Naercio A.; “A Evolução da Educação no Brasil e seu Impacto no Mercado de Trabalho”; IFB, Março, 2001.

MILLS, C. Wright. White Collar, New York: Oxford University Press. 1951

NERI, M. *A Nova Classe Média: o lado brilhante da base da pirâmide*. São Paulo: Saraiva, 2012.

O’DOUGHERTY, Maureen. Auto-retratos da classe média: hierarquias de " cultura" e consumo em São Paulo. Dados, v. 41, n. 2, p. 411-444, 1998.

OLIVEIRA, Fabrício Leal de. Condicionantes territoriais para a elaboração de estimativas populacionais para unidades submunicipais: considerações a partir do caso do Rio de Janeiro. N. 20080703. Rio de Janeiro: Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos (IPP), 2008.

OLIVEIRA, Francisco de. O elo perdido: classe e identidade de classe. Editora brasiliense, 1987.

OLIVEIRA, Francisco de. Medusa ou as classes médias e a consolidação democrática. Dilemas e perspectivas da democracia no Brasil. São Paulo: Vértice, p. 282-295, 1988.

OUTHWAITE, William. Dicionário do pensamento social do século XX. Zahar, 1996.

PAULILO, Maria Ângela Silveira. A pesquisa qualitativa e a história de vida. Serviço social em revista, v. 2, n. 2, p. 135-148, 1999.

POCHMANN, M. AMORIM, R. SILVA, R. GUERRA, A. Classe Média: desenvolvimento e crise. São Paulo/SP. Cortez Editora, 2006.

POCHMANN, Márcio. *Nova Classe Média? O trabalho na base da pirâmide social brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2012.

POULANTZAS, N. Political Power and Social Classes. London: New Left Books, 1973.

POULANTZAS, N. Classes in Contemporary Capitalism. London: New Left Books. 1975.

PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO. Secretaria Municipal de Educação e Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos. Tânia Targino (coord.), Neide Carvalho Monteiro (coord.). Atlas escolar da Cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: SME, IPP/PCRJ, 2000.

QUADROS, Waldir J. *O “Milagre Brasileiro” e a expansão da nova classe média*. Tese de Doutorado, IE/UNICAMP, 1991.

QUADROS, Waldir José de et al. A nova classe media brasileira: 1950-1980. 1985.

RAPOSO, Rita. Condomínios fechados em Lisboa: paradigma e paisagem. **Análise Social**, n. 186, p. 109-131, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.mec.pt/pdf/aso/n186/n186a06.pdf>>. Acesso em: 25 set. 2018.

REZENDE, Claudia Barcellos. Diversidade e identidade: discutindo jovens de camadas médias urbanas. **Individualismo e juventude. Rio de Janeiro: Museu Nacional**, 1990.

ROBERTS, K. COOK, FG. CLARK, SC. and SEMEONOFF, ELIZABETH. The Fragmentary Class Structure. London: Heinemann. 1977.

ROMANELLI, G. Famílias de camadas médias. A trajetória da modernidade. tese de Doutorado, USP. 1986.

RUNCIMAN, Walter Garrison. Relative deprivation & social justice: Study attitudes social inequality in 20th century England. 1966.

SAES, Décio. Classe média e política na Primeira República brasileira (1889-1930). Petrópolis: Vozes, 1975.

SALATA, André. Quem é classe média no Brasil? um estudo sobre identidades de classe. Tese (Doutorado) UFRJ/ IFCS, Rio de Janeiro, 2014.

SALEM, Tânia. Família em camadas médias: uma perspectiva antropológica. **Boletim Informativo de Ciências Sociais**, v. 21, p. 25-39, 1986.

SALEM, Tania. **Família em camadas médias: uma revisão da literatura recente**. Museu Nacional, 1985.

SANTANA, Gisela. Marketing da Sustentabilidade Habitacional. Mauad Editora Ltda, 2013.

SANTOS, José Alcides Figueiredo. A teoria e a tipologia de classe neomarxista de Erik Olin Wright. **Dados**, v. 41, n. 2, p. 377-410, 1998. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52581998000200004>.

Acesso em: 02 mar. 2017.

SARMENTO, Carlos Eduardo. Pelas veredas da capital: Magalhães Corrêa e a invenção formal do sertão carioca. 1998. Disponível em:

<<https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/6740/1094.pdf>>. Acesso em:

02 mar. 2017.

SCALON, C.; SALATA, A. Uma nova classe média no Brasil da última década?: o debate a partir da perspectiva sociológica. *Soc. estado*. [online], vol.27, n.2, pp. 387-407, 2012.

Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69922012000200009>>. Acesso em 15 ago. 2014.

SCHWARTZMAN, Simon. Seminário sobre Educação, Pobreza e Desigualdade no Brasil: Prioridades - Rio de Janeiro, 17 de outubro de 2006, Fundação Konrad Adenauer

SCOTT, J. *Stratification & Power: structures of class, status and command*. Polity Press. 1996.

SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO - SMU. Disponível em:

<<http://www.rio.rj.gov.br/web/smu>>. Acesso em 02 fev. 2017.

SENNETT, Richard. *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SILVA, Tatiana Fernandes Dias da. Baixada de Jacarepaguá, Barra da Tijuca e Plano Piloto: O projeto Lúcio Costa e suas alterações urbanísticas ao longo de quase 45 anos. In:

CONPEDI e UFSC. (Org.). *Direito e Sustentabilidade I*. 01ed.: CONPEDI, 2014, v. , p. 437-460. Disponível em: <<http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=c7f746b7939ba6db>>.

Acesso em: 13 fev. 2017.

SIMMEL, Georg et al. A metrópole e a vida mental. **O fenômeno urbano**, v. 4, p. 11-25, 1979.

SIMOES, Solange de Deus. Classe média profissional no Brasil: teoria e organização política e sindical. **ANPOCS, Ciências sociais hoje. Rio de Janeiro: Rio Fundo**, 1992.

SINGER, Paul; REIS, Fábio Wanderley; O'DONNELL, Guillermo. Reflexões sobre inflação, conflito distributivo e democracia. **A democracia no Brasil: dilemas e perspectivas. São Paulo: Vértice**, p. 91-135, 1988.

SÍNTESE de indicadores sociais 2018: uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. 151 p.

SITE AGENTE IMÓVEL [a]. Disponível em: <https://www.agenteimovel.com.br/mercado-imobiliario/a-venda/pechincha,rio-de-janeiro,rj/preco_medio_m2/>. Acesso em: 02 mar. 2018.

SITE AGENTE IMÓVEL [a]. [b] Disponível em: <https://www.agenteimovel.com.br/mercado-imobiliario/a-venda/rio-de-janeiro,rj/preco_medio_m2/>. Acesso em: 02 mar. 2018.

SITE AGENTE IMÓVEL [a]. [c]. Disponível em: <https://www.agenteimovel.com.br/mercado-imobiliario/a-venda/pechincha,rio-de-janeiro,rj/preco_medio_m2/>. Acesso em: 02 mar. 2018.

SITE CONDOMÍNIO MIRANTE CAMPESTRE. Disponível em: <<http://condominiomirantecampestre.blogspot.com/>>. Acesso em mar. 2017.

SITE WIKIPEDIA. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Centro_Federal_de_Educa%C3%A7%C3%A3o_Tecnol%C3%B3gica_Celso_Suckow_da_Fonseca>. Acesso em: 21 out. 2018.

SMITH, N. “Toward a Theory of Gentrification A Back to the City Movement by Capital, not People”. *Journal of the American Planning Association*, v. 45, n.4, p. 538-548, 1979.

SOARES, Sergei; “Desigualdade, Educação e Pobreza no Brasil”; IPEA, 2002.

SOJA, Edward. **Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica**. Zahar, 1993.

SOUZA, Amaury; LAMOUNIER, Bolivar. A classe média brasileira. **Ambições, valores e porjetos de sociedade**. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 2010.

SOUZA, Jessé. *Os batalhadores brasileiros. Nova classe média ou nova classe trabalhadora?* Belo Horizonte: UFMG, 2012.

SVAMPA, Maristella; GONZÁLEZ BOMBAL, Inés. Movilidad social ascendente y descendente en las clases medias argentinas: un estudio comparativo. **Documento de trabajo**, n. 3, 2001.

THOMPSON, E. P. *The Making of the English Working Class*. Harmondworth, England: Penguin. 1963.

TRADING ECONOMICS (s.l). Disponível em: <<https://pt.tradingeconomics.com/brazil/indicators>>. Acesso em: 03 dez. 2018.

VELHO, Gilberto. *A utopia urbana: um estudo de antropologia social*. 6ª Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1989 (orig:1973).

VELHO, Gilberto. **Acusações: projeto familiar e comportamento desviante**. Museu nacional, 1978.

VELHO, Gilberto. **Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea**. Zahar, 1987.

VIEIRA, I. F. S. Sustentabilidade nas práticas de consumo da “nova classe média”. Dissertação (Mestrado) CPDA/UFRRJ: Rio de Janeiro, 2014.

WACQUANT, Loïc. **As prisões da miséria**. Zahar, 2001.

WALDEMAR DA COSTA. Enciclopédia dos Nomes das Ruas de Jacarepaguá. S.l; S.d; Disponível em: <<http://www.wsc.jor.br/Ruas/ruas.htm>>. Acesso em: 16 jan. 2017.

WEBER, Max. Classe, estamento, partido. **Ensaios de sociologia**, v. 5, p. 211-28, 1982.

WHYTE, William Foote. Sociedade de esquina. Zahar, 2005.

WIETZKE, Borge; SUMNER, Andy. The Political and Social Implications of the ‘New Middle Classes’ in Developing Countries: A literature review and avenues for future research. **EADI Policy Paper Series**, 2014.

WRIGHT, Erik Olin. Classes. Londres, Verso, 1985.

ZUKIN, Sharon. Paisagens urbanas pós-modernas: mapeando cultura e poder. In: **O espaço da diferença**. Campinas: Papiurus, p. 80-103, 2000.

APÊNDICE A – Roteiro das entrevistas individuais

Abordagem

Sou estudante de pós-graduação da UERJ e minha pesquisa trata do estilo de vida e opiniões de famílias moradoras de Jacarepaguá. Podemos conversar um pouco?

Bloco I – História de vida

Gostaria de saber um pouco da história de sua família. Você poderia falar um pouco sobre seus pais. De onde vieram? O que faziam? Como era a vida deles?

E você? Conte-me um pouco sobre sua infância.

Onde você estudou? Até que série? Em qual escola? Ainda tem contato com amigos da escola, ou algum amigo de infância/juventude?

Com o que trabalha? Por que seguiu essa profissão? E que bairro trabalha?

Qual seu estado civil? Tem filhos? Fale um pouco sobre eles: o que fazem, onde estudaram qual a escolaridade deles? Que expectativa você tem para a formação de seus filhos?

Você tem alguma religião? Qual? Como a religiosidade surgiu na sua vida?

Nome e idade:

Bloco II – Vida profissional

Agora há pouco você me falou sobre sua profissão. Gostaria de aprofundar um pouco mais este tema, pode ser?!

Quais trabalhos você já exerceu?

Atualmente sua atividade é com carteira assinada/profissão liberal/empresária/ autônoma?

Há quanto tempo exerce esta atividade? Foi uma escolha sua? Como se deu esta escolha?

É seu cônjuge? Pode me falar um pouco sobre a atividade dele?

Sobre a renda da família, você poderia me dizer quem contribui e com o que?

Rendimento familiar total dos que moram na residência: menos de 2000 (); 2000 a 3000 (); 3000 a 4000 (); 4000 a 6000 (); 6000 a 8000 (); Mais de 8000 ().

Bloco III – Moradia

Como veio morar neste bairro? Quanto tempo faz? E antes de morar aqui?

O que fez você morar nesse bairro?

Poderia me falar um pouco sobre o bairro: como é viver aqui? Como é a vizinhança? O que é característico do bairro?

Você conhece os vizinhos ou tem amigos no bairro e no condomínio? Se sim, poderia me falar um pouco deles? Se não, por quê?

Percebe mudanças no bairro nos últimos anos? Quais? Desde quando? Melhorou ou piorou?

Quantas pessoas moram neste apartamento?

É um imóvel alugado ou próprio?

Bloco IV – Lazer

Como você se diverte no dia-a-dia? Onde costuma ir? Quem geralmente te acompanha? Com qual frequência você faz isso?

Costuma viajar? Com qual frequência? Quais cidades/países costuma ir? O que mais te atrai nesses lugares ou o que costuma fazer nestas viagens? Por que a escolha por estes lugares?

Você usa redes sociais, como facebook e whatsapp?

Sua família tem grupo no whatsapp? Você participa? O que é conversado lá?

Bloco V – Percepções de posição social

Você diria que sua família é classe média? Por quê?

O que é ser “de classe média/pobre/rico”? – Explorar os termos citados pelo entrevistado/a.

Você acredita que sua vida e a vida sua família melhoraram nos últimos anos? Por que/Como avalia isso?

E num futuro próximo, acredita que a vida vai melhorar ou piorar? Por quê?

Fechamento

Agradeço imensamente sua colaboração em compartilhar comigo um pouco de sua história.